Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Sobre violências vivenciadas por mulheres, suas
marcas e significados.

Christiane Soares Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestra em Ciências.

Linha de Pesquisa: Saúde, Ciclos de Vida e
Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Augusta Thereza
de Alvarenga

São Paulo

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Dedico este trabalho aos que,
nesta dimensão,
primeiro me amaram:
Graça e Mateus.

Agradecimentos

Agradeço a Deus e a todos que, de diferentes maneiras, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. De maneira especial, agradeço a minha orientadora, a professora Augusta Thereza de Alvarenga, que me recebeu, estimulou e colaborou ativamente para a realização deste trabalho.

Agradeço, também, às professoras Carmen Simone Grilo Diniz e Maria José Martins Duarte Osis, que participaram do Exame de Qualificação do Projeto de Pesquisa, com orientações preciosas para o trabalho de campo, assim como da Defesa Final dessa Dissertação, pelas valiosas observações e sugestões, por ocasião da Pré-Banca, que muito contribuíram para aprimorar essa versão final do trabalho, apresentado para Defesa Pública.

Agradeço, ainda, à todos os professores e funcionários do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública, especialmente à professora Cristiane da Silva Cabral e às secretárias Carmen Castelani e Ligia Went, que se mostraram sempre dispostas a ajudar das mais diversas formas.

À CNPq, pela Bolsa de Estudos disponibilizada, fundamental para a minha dedicação integral aos estudos de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, pela Faculdade de Saúde Pública da USP.

Às colegas Patrícia Lhacer, Paula Silveira e Etelvina Meque, por terem estado presentes nessa caminhada e por terem colaborado com ricas e produtivas discussões.

Ao Fernando Alvarez, pela companhia, carinho, compreensão e paciência que tem e teve nesse meu período de estudos.

Aos meus pais, Graça e Mateus, minhas irmãs, Carla e Carina, meus sobrinhos, Pepeu e Janjão e minha prima Leonor, pela presença amorosa, confortante e segura.

À Andrea Paula Ferrara, Antonio Neto, Cláudio Nunes e Cristiane Aranda, pelas contribuições técnicas.

À todas as funcionárias da Casa Viviane, de maneira especial a Keli Oliveira Rodrigues, pela acolhida, incentivo, colaboração, informações e pela parceria de luta.

À Thatiane Coghi Ladeira que, de maneira especial, me incentivou em direção à luta das mulheres, assim como a Maristela Tezza e Anamelia Alvarenga, pela partilha de conhecimentos no grupo de estudos “Ativas no mundo: mulheres reconstruindo saberes”.

De maneira singular, agradeço às mulheres entrevistadas, por terem compartilhado suas histórias e experiências, que me tocaram profundamente, de forma que espero que outras pessoas sejam também tocadas e agraciadas.

Com licença poética

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

PINTO, Christiane Soares. Sobre violências vivenciadas por mulheres, suas marcas e significados. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2016.

RESUMO

Introdução: A violência contra mulheres apresenta-se, na atualidade, como complexa questão de naturezas notadamente social, jurídica e de saúde, que desafia a maioria dos países quer do ponto de vista da produção do conhecimento, quer do ponto de vista de seu enfrentamento por políticas públicas que envolvem diferentes tipos de práticas. **Objetivo:** Caracterizar trajetórias de vida e condições de vulnerabilidade de mulheres que vivenciaram violência por parceiro íntimo; identificar concepções acerca dos lugares da mulher e do homem na sociedade contemporânea; identificar buscas e caminhos das mulheres frente à violência vivenciada; desvelar significados atribuídos à violência vivenciada e marcas presentes; identificar, na perspectiva das mulheres, sinalizadores de violência e de relações igualitárias entre homens e mulheres na sociedade e o significado atribuído à Lei Maria da Penha, assim como à Rede de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a mulher. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas com dez mulheres que vivenciaram violência doméstica, selecionadas em Centro Defesa e Convivência da Mulher – CDCM, do qual participavam. A partir das narrativas apresentadas, foram identificadas categorias empíricas que compuseram categorias gerais, para fins analíticos. As narrativas das mulheres foram inscritas nessas categorias e interpretadas à luz de perspectivas das Ciências Sociais e de Estudos de Gênero. **Resultados e Discussão:** As narrativas das mulheres apontam para marcas presentes, relacionadas à vivência de múltiplas violências, com implicações para novos relacionamentos afetivo-sexuais, apresentando-se o medo como marca das mais significativas. Depreende-se do conjunto de relatos apresentados que a judicialização das relações conjugais de gênero apresenta limitações para responder às demandas de mulheres vivendo em situação de violência, tendo em vista a complexidade das mesmas, questão essa que parece relacionada não somente à insuficiente implementação da Lei Maria da Penha, mas, igualmente, a problemas de acolhimento para a multiplicidade de demandas que a violência envolve, em termos jurídicos, sociais e de saúde. Daí, ganhar expressão a relevância de se pensar o enfrentamento da violência e de suas implicações não de maneira setorial, mas intersetorial e interdisciplinar, em termos de uma Rede de Atendimento. Nesse sentido, pudemos observar que a vivência no referido CDCM, parte da Rede Leste de Atendimento, trouxe mudanças na vida das mulheres, consideradas por elas significativas, com destaque para o aumento da auto-estima e relativo empoderamento, assim como a aquisição de uma nova visão pautada pela igualdade de gênero, notadamente pelo apoio psicológico e participação em grupos reflexivos. Nessa perspectiva, identificaram sinalizadores de relações conjugais igualitárias, assim como sinalizadores de Violência por Parceiro Íntimo. **Considerações Finais:** A adoção da apresentação dos relatos das mulheres acerca das vivências em relação à violência, em termos de trajetórias de vida, apresentou-se como relevante estratégia do ponto de vista teórico-metodológico por permitir apontar as relações entre biografias individuais e coletivas, estreitamente relacionadas a diferentes circunstâncias de vida e relações conjugais de gênero das mulheres entrevistadas

que imprimem condições de vulnerabilidades específicas, assim como diferentes possibilidades das mesmas romperem com a situação de violência vivenciada e superarem muitas das marcas grafadas impressas por tais vivências. Assim, diante do significado da vivência de violência por parte das mulheres e dos desafios enfrentados pelas mesmas para romper tal situação, descortinou-se a relevância do trabalho interdisciplinar e intersetorial, constitutivos de uma Rede de Serviços que contemple a interinstitucionalidade na prevenção e no enfrentamento da violência, assim como o trabalho multi e interdisciplinar por parte das respectivas equipes, no sentido do acolhimento das diferentes demandas, em todas as suas especificidades e complexidades.

Descritores: Violência contra a mulher, gênero, relações conjugais, direitos da mulher, Lei Maria da Penha, rede de serviços, equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

PINTO, Christiane Soares. About the violence experienced by women, their marks and meanings. [Master's dissertation]. São Paulo: Public Health School of USP, 2016.

ABSTRACT

Introduction: The violence against women is shown as a complex issue nowadays, and notably a social, juridical, public security and health question that defy most countries, either being of a knowledge production point of view, or from its facing with public policy that involve different types of practice. **Objectives:** to characterize women's life stories and vulnerability conditions that suffered violence from an intimate partner; to identify conceptions about women and men roleplay into current society; to identify women's searches and paths before the experienced violence; to exhibit the meaning attached to the women's violence experience and present marks of violence; to identify, into women's perspective, violence signals and equal relationships among men and women into society and the meaning attached to Maria da Penha Law and the Prevention and Confrontation Against Women Violence Network. **Methodology:** This research has a qualitative nature, in which interviews were done with ten women that experienced domestic violence, that were selected from the Women Defense and Coexistence Center - CDCM, where they attended. Beginning from the narratives, empirical categories that composed general categories were identified for analytical purposes. Women's narratives were included into these categories and these narratives were understood under the Social Sciences and Gender Studies perspective. **Results and Discussion:** The narratives of the women indicate present marks, related to the multiple violence experience, with implications to new affective and sexual relationships, showing the fear as one of the most significant marks. Into the presented reports, it is understood that the conjugal and gender relationships judicialization shows limitations to respond needs living in violence situation, knowing the complex situation of them, and this issue is not only related to the insufficient Maria da Penha Law implementation, but, equally related to problems with hospitality to the multiple needs that violence evolves, into legal, social and health terms. Therefrom, the relevance of thinking the confrontation of violence and its implications gains expression but not in a sectorial way, but into a intersectorial and interdisciplinary way, as an Attention Network. For that matter, we could notice that the experience at the referred CDCM, part of East Attention Network, brought changes into women's lives, considered by them meaningful, with emphasis to self-esteem and relative empowerment increase, as well as the acquisition of a new way of view based on gender equality, notably by the psychological support and reflexive group therapy participation. Into this perspective, markers of equal marital relationships were identified, as well as Violence by intimate partner markers. **Final Considerations:** The presentation of women's reports about their experiences related to violence, in life path terms, appeared itself as a relevant strategy from the theoretical-methodological point of view allowing to point the relation between personal and collective biographies, strictly related to different life circumstances and interviewed women gender marital relationships that show specific vulnerabilities, as well as different possibilities of these women to break up with the experienced violence situation and to overcome many marks that have got impressed by these experiences. Thereby, facing the meaning experienced violence by part of the women and the challenges faced by them to break

through these situations, the relevance of interdisciplinary and intersectorial work, constitutive of an Attending Network that includes relations with institutions at violence prevention and confrontation, as well as multi and interdisciplinary work by the respective teams, receiving the different needs, into its whole specialities and complexity.

Descriptors: Violence Against Women; Inequality of Gender; Conjugal Relationships; Women Rights; Maria da Pena Law; Public Policy; Treatment Network to Confrontation of Violence Against Women; Multi and Interdisciplinary Teams.

Índice

SOBRE A ESCOLHA DO TEMA	15
1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL.....	19
E DE SAÚDE PÚBLICA	19
1.2. MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	24
1.2.1. Direitos Humanos e Políticas Públicas Voltadas para as Mulheres.....	25
1.2.2. Movimento Feminista e a Contribuição da Reunião de Cairo	27
1.2.3. Violência e as Questões de Gênero.....	32
1.2.4. A PNAISM Como Conquista do Movimento de Mulheres e Suas Características	37
1.3. A LEI MARIA DA PENHA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	39
1.3.1. Contextos de Implementação da Lei Maria da Penha.....	40
1.3.2. A Aplicação da Lei Maria da Penha e Seus Desdobramentos.....	45
2. OBJETIVOS.....	52
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
3.1. NATUREZA DA PESQUISA	57
3.2. SUJEITOS DA PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS	58
3.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RELATOS	59
3.4. ASPECTOS ÉTICOS	61
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	62
4.1. SITUAÇÃO ATUAL E CONTEXTO DE VIDA.....	65
4.1.1. Novo sentido para a vida.....	67
4.1.2. Busca por autonomia e por direitos, mas vivendo ainda numa situação de vulnerabilidade	81
4.1.3. Dificuldades para a superação de conflitos materiais	89
4.1.4. Adoção da submissão como estratégia para resolução de conflitos conjugais	101
4.2. VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA DE ORIGEM	104
4.2.1. Ausência de violência na família de origem da mulher	105
4.2.2. Violência doméstica na família de origem da mulher	108
4.3. VIOLÊNCIA VIVENCIADA COM O PARCEIRO ÍNTIMO	128
4.3.1. Vivenciando a violência psicológica	129
4.3.2. Vivenciando alguns tipos de violências	131

4.3.3. Vivenciando múltiplas violências.....	144
4.4. SOBRE A VULNERABILIDADE DE MULHERES À VIOLÊNCIA	170
4.4.1. A mulher na condição de vítima.....	173
4.4.2. A mulher na condição de subalternidade na relação conjugal e de gênero	176
4.4.3. A mulher enredada nas tramas da cultura e da sociedade	180
4.4.4. A mulher na busca por igualdade e equidade de gênero.....	186
4.5. ROTA CRÍTICA NA BUSCA POR APOIO, ORIENTAÇÃO E JUSTIÇA.....	188
4.5.1. Sobre a concepção de “Rota Crítica”	188
4.5.2. Sobre a rota crítica percorrida pelas mulheres entrevistadas	189
4.6. SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E DENÚNCIAS POR VIOLÊNCIA	210
4.6.1. Sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha.....	211
4.6.2. Sobre a proteção e os benefícios relacionados à Lei.....	212
4.6.3. Sobre denúncias	229
4.7. SOBRE VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS NA ATUALIDADE, MARCAS, POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	235
4.7.1. Sobre a violência vivenciada na atualidade e estratégias presentes.....	235
4.7.2. Sobre marcas presentes	241
4.8. GÊNERO E VIOLÊNCIA.....	251
4.8.1. Sobre a busca por autonomia e empoderamento da mulher frente à situação de violência.....	253
4.8.2. Sobre a divisão sexual do trabalho doméstico	284
4.8.3. Sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade contemporânea	295
4.8.4. Concepções acerca de sinalizadores da violência contra a mulher nas falas das entrevistadas	321
4.8.5. Concepções acerca de sinalizadores de relações igualitárias entre homens e mulheres na atualidade	329
4.9. SOBRE O LUGAR DA REDE DE SERVIÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E SEUS DESAFIOS.....	339
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	357
6. REFERÊNCIAS	374
7. ANEXOS.....	391

Lista de Quadros

Quadro 1 – As mulheres, sujeitos da pesquisa, em síntese.....	64
Quadro 2 – Síntese das características sócio-demográficas, trajetórias de vida e violências relatadas.....	209
Quadro 3 – Marcas da violência, concepções sobre a Lei Maria da Penha, gênero e violência, em síntese.....	338

Lista de Figuras

Figura 1 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Naná.....	70
Figura 2 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Clarice.....	74
Figura 3 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Fiamiris.....	77

Figura 4 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Vivian.....81

Figura 5 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Débora.....84

Figura 6 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Hilda.....89

Figura 7 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Neide.....92

Figura 8 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Ângela.....96

Figura 9 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Ana Cristina.....100

Figura 10 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Clara dos Anjos.....104

SOBRE A ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema Violência contra a Mulher surgiu durante a participação que tive na Casa Viviane dos Santos, que é parte da Rede Leste de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no grupo de estudos “Ativas no mundo: mulheres reconstruindo saberes” – grupo interdisciplinar, composto por assistente social, advogada, psicóloga e teóloga. O foco de atuação era a discussão de assuntos pertinentes ao campo da violência contra a mulher, como gênero, sexualidade, patriarcado e religião.

As reuniões eram mensais e foi um período muito rico, principalmente por conta da troca de experiências com as profissionais que atuavam no atendimento a esta demanda, que é bem específica, e acabou por tornar-se objeto do meu particular interesse a partir dali.

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra a mulher surgiu da necessidade de atuação articulada entre as diversas instituições e serviços governamentais e não governamentais que, aliados à comunidade, tem o objetivo de traçar estratégias de prevenção a esta violência, formular e implantar políticas que garantam os direitos humanos das mulheres e a responsabilização dos agressores, além de trabalhar com a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. A rede de enfrentamento compreende, também, a rede de atendimento que faz referência mais direta aos serviços e visa um atendimento especializado, integral e humanizado às mulheres nesta situação, compreendendo a identificação do problema e o encaminhamento adequado do mesmo.

Dentre os setores envolvidos estão a Assistência Social, a Justiça, a Segurança Pública e a Saúde. Há ainda outros agentes não governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas como: organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social e núcleo de enfrentamento ao tráfico de mulheres. E há, ainda, envolvimento de serviços e programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela

garantia dos direitos como habitação, educação, trabalho, seguridade social e cultura.

Enfim, é uma ampla gama de agentes voltados ao enfrentamento de tão lamentável situação. Esse envolvimento de diversos setores e atores é também reflexo da magnitude do problema quando se fala em violência, pois, trata-se de um tema intrigante, abrangente e extremamente democrático.

Isto porque a violência contra a mulher não tem um *locus* de atuação específico, acontece nas diversas camadas sociais, níveis de instrução, regiões geográficas, religiões e culturas. Não tem escolha por raça nem etnia e, muitas vezes, não é sequer percebida.

O silêncio é uma das armas mais poderosas da violência contra a mulher, pois, silenciada, essa violência se perpetua. A própria estrutura familiar tradicional acaba por legitimá-la, isto porque, nesse tipo de organização, não cabe à mulher questionar o chefe da família, tendo início, assim, um ciclo de proibições que, muitas vezes, tem o seu rompimento apenas quando atinge o clímax, que seria a proibição da mulher permanecer viva.

O ser mulher e o viver em situações tão aniquiladoras do feminino também me levaram a escolher o referido tema. Não posso deixar de acrescentar que, além da experiência profissional vinculada ao assunto, pela participação na Rede Leste de Enfrentamento a Violência contra a Mulher, algumas experiências pessoais também me despertaram o interesse. Saliento ainda que todas as mulheres estão susceptíveis a vivenciar situações desta natureza, enquanto a sociedade continuar a considerar as mulheres como seres inferiores aos homens e a acreditar que as desigualdades e conflitos de gênero são naturais, ou fazem parte da “ordem das coisas”.

1. INTRODUÇÃO

1.1. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO PROBLEMA SOCIAL E DE SAÚDE PÚBLICA

A violência é um dos problemas sociais mais antigos da humanidade. De acordo com MINAYO (1994), “é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional dos seres humanos”. Desconhece-se uma sociedade onde a violência não esteve presente e, desde tempos remotos, existe também a preocupação em entender a essência e a origem deste fenômeno, com o intuito de atenuá-lo, preveni-lo e até mesmo eliminá-lo do convívio social (MINAYO, 1994, p. 7).

É praticamente unânime, ainda segundo Minayo, a ideia de que a violência não é parte da natureza humana, ou seja, não possui raízes biológicas. Para a autora, “trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade”. Dessa forma, a autora afirma que para entender a violência “há que se apelar para a especificidade histórica” e conclui que “na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (MINAYO, 1994, p. 7), o que aponta para a necessidade de estudos interdisciplinares para a compreensão de tal fenômeno.

DOMENACH (1981) chamou a atenção para o fato de que, mesmo com a sua presença em toda a história, só recentemente a violência tornou-se um problema central para a humanidade. Para o autor, “a modernidade com sua concepção de direitos humanos, cidadania, liberdade e felicidade é que considerou violentas e indesejáveis práticas anteriormente aceitáveis e até mesmo inevitáveis”. Contudo, o autor salienta que a violência é criação humana, como as demais práticas sociais, e “pode e deve ser controlada, senão erradicada”.

LIMA (2013) discorda da afirmação de que a violência não possui raízes biológicas, ainda que não considere que estas sejam as únicas. Segundo o

autor, a violência é um “fenômeno extremamente complexo que afunda suas raízes na interação de muitos fatores biológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos cuja definição não pode ter exatidão científica”, já que é, nos termos deste autor, uma “questão de apreciação”. Ele coloca, ainda, que a noção do que constituem “comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, ou do que constitui um dano”, estaria sob influência da cultura e, assim, tal noção estaria submetida a contínua revisão, à medida em que os valores e as normas sociais seguem evoluindo (p.54).

MELO e TELES (2002) definem a violência como o “uso da força física, psicológica ou intelectual, para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade”. Segundo as autoras, praticar violência “é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta”. Assim, a violência seria uma forma “de coagir, de submeter outrem ao seu domínio”, sendo considerada como “violação dos direitos essenciais do ser humano” e podendo ser compreendida como uma forma de tolher a liberdade quer de um indivíduo, quer de um grupo, “reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (p.15).

A violência contra a mulher, especificamente, é associada às desigualdades e aos conflitos de gênero e tem suas bases na ideologia falocêntrica ou machista, que considera o gênero masculino superior ao feminino. O combate a tal tipo de violência se dá, portanto, no campo ideológico, visando à conscientização, o respeito e a igualdade. Suas implicações, porém, são muitas vezes observadas nos corpos das pessoas envolvidas, já que a violência, ainda que não seja sempre física, acaba por transformar e deixar marcas profundas nos sujeitos que a vivenciam.

Além dos clássicos hematomas, das fraturas e outros sinais visíveis e palpáveis da violência, SCHRAIBER et al. (2005) apontam que as repercussões da violência na saúde das mulheres apresentam-se, também, “sob a forma de múltiplas queixas, dores de imprecisa localização no corpo ou que não possuem correspondência com patologias conhecidas”. É o que a autora e seus colaboradores chamaram de “dores sem nome” (p. 94).

Uma característica bastante frequente quando se aborda o tema violência contra a mulher é o silêncio. A dor da mulher é sem nome e, mesmo que tivesse um nome, ao que tudo indica, este seria pouco mencionado. É uma dor sentida silenciosamente, seja por medo, vergonha, inabilidade em reconhecer certas práticas como violentas ou pela introjeção da concepção social, recentemente contestada, de que violência doméstica é passional, “legítima defesa da honra”, ou pedagógica e socializadora.

Cabe, aqui, fazer breve distinção terminológica entre violência contra a mulher, que remete imediatamente à categoria gênero, sendo expressão cunhada pelo movimento feminista, e a violência doméstica, que é mais abrangente e acomete demais membros do círculo privado, implicando relações de gênero características.

De acordo com SCHRAIBER et al. (2003), a violência doméstica emergiu como questão social importante, através de estudos dos conflitos familiares e faz referência a abusos e maus-tratos sofridos por mulheres, crianças e idosos. As agressões físicas e maus-tratos de ordem psicológica fizeram parte de uma cultura que compreendia castigos, punições corporais e humilhação da pessoa como forma de socialização e prática educativa e a violência doméstica aparece como resquício dessa cultura (SCHRAIBER et al., 2003, p. 42).

Ainda segundo SCHRAIBER et al. (2003), o fato da violência doméstica contra a mulher ser praticada por pessoas íntimas a aproxima daquela violência sofrida por crianças e idosos e traz visibilidade para esta questão; porém, as questões de gênero, vinculadas às desigualdades nela inscritas, tornam essa uma violência peculiar e específica.

As autoras acrescentam que estudos sobre violência contra a mulher vêm sendo produzidos desde a década de 1990, por pesquisadores dos campos das Ciências Sociais, do Direito e da Saúde, ao contrário da violência familiar, que já vem sendo estudada desde a década de 1970.

Afirmam, ainda, que no campo da saúde, os estudos são, em sua maioria, pesquisas de caráter populacional ou são dirigidos a serviços de saúde, com a intenção de contribuir para a formação de protocolos ou

programas de assistência e prevenção. Assim, “as questões que motivam tais pesquisas são o reconhecimento da grande magnitude da violência, o reconhecimento da violência como violação de direitos e como problema de saúde pública”, além da necessidade de criação de políticas e programas de intervenção (HEISE et al., 1999 apud SCHRAIBER et al., 2003, p. 42-43).

De acordo com DINIZ (2006b), muitos serviços também foram criados no Brasil sob a influência do movimento feminista, que muito contribuiu para a compreensão de que a violência contra a mulher está diretamente relacionada ao estado de saúde da mesma. O movimento de mulheres contra a violência, criado na década de 1980, o SOS Mulher, inspirou políticas públicas como a Delegacia de Defesa da Mulher, que marcou um momento de grande visibilidade do problema. Ao mesmo tempo foram criados movimentos de saúde das mulheres, que vieram a se tornar um movimento nacional e tiveram, como resultado, a proposição do PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em 1983.

O movimento de mulheres, contudo, é um movimento internacional e, entre 1960-1970, teve como seus principais temas a violência contra a mulher e a saúde das mulheres, o que fez com que esta relação fosse estabelecida em nível mundial.

A Assembleia Mundial da Saúde, órgão da Organização Mundial de Saúde, reconheceu, em 1996, a violência – incluindo a violência contra mulheres – como um problema de saúde pública. Este reconhecimento internacional foi um avanço, uma vez que implicou obrigações dos governos em formularem políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência.

A Assembleia Geral da ONU, de 1993, e a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher de Belém do Pará”, de 1994, definiram violência contra a mulher como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

SCHRAIBER et al. (2003, p. 43) defendem que a violência contra a mulher, em geral, “diz respeito a assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, assédio sexual, espancamentos, compelir a

pânico, aterrorizar, prostituição forçada, coerção à pornografia, mutilação genital, violência por causa de dote, violência conjugal, violência tolerada ou perpetrada pelo Estado (crimes de guerra, por exemplo)”, além de “impedimentos ao trabalho e ao estudo, recusa de apoio financeiro para a lida doméstica, controle dos bens do casal e/ou bens da mulher exclusivamente pelos homens da casa, ameaças de expulsão da casa ou perda de bens, como forma de “educar” ou punir por comportamentos que a mulher tenha adotado”.

ELLSBERG e HEISE apud PRATES (2007) afirmam que a violência de gênero encontra-se associada a diversos problemas de saúde que atingem tanto mulheres quanto crianças, trazendo agravos para a saúde física, mental e reprodutiva das mesmas. As autoras mencionam estudos dos EUA apontando que 40 a 75% das mulheres que são fisicamente abusadas por seus parceiros referem danos à saúde em algum momento de suas vidas, sendo que os danos mais comuns decorrentes de violência de gênero são desordens fisiológicas sem causas identificadas, como disfunções gastrintestinais e doenças crônicas. Estudos apresentados pelas referidas autoras demonstram relação entre estas desordens e histórico de abuso físico e sexual.

Assim, estas autoras observam que mulheres que sofreram violência tendem a ter o funcionamento físico agravado, mais sintomas e mais dias acamadas do que mulheres que não tiveram esta experiência.

Existem, ainda, as consequências psicológicas da violência, que segundo PRATES (2007), são muitas vezes mais sérias do que os efeitos físicos. A violência afeta com frequência a auto-estima e predispõe a mulher a maior risco para vários problemas de saúde mental como, por exemplo, depressão, ansiedade, fobias, abuso de álcool e drogas, e estresse pós-traumático.

SCHRAIBER et al. (2005) sintetizam a questão da violência contra a mulher como problema de saúde pública nos seguintes termos:

A violência não é doença, mas propicia e perpetua doenças e sofrimentos vários, como vimos, e coloca a vida efetivamente em risco. Por isso é um problema de saúde coletiva e também da assistência à saúde das mulheres (SCHRAIBER et al., 2005. p.150).

Destaca-se como altamente relevante a análise do tema violência contra a mulher pela saúde, tendo em vista as implicações causadas por tal vivência na saúde das mulheres. No entanto, como salientou DINIZ (2006b), um problema ser aceito como objeto de pesquisa em determinado setor abarca algumas questões que vão além da pertinência e da relevância, definida por campos disciplinares, como afirma esta autora:

A definição de um tema como objeto de trabalho em saúde, a aceitação de sua respeitabilidade e magnitude, assim como a disponibilidade de recursos humanos e materiais para a produção de evidências empíricas e desenvolvimentos conceituais são questões fundamentalmente políticas. No caso da violência de gênero, dependeram (e ainda dependem, embora o campo já tenha conquistado considerável “sustentabilidade”) de um movimento social que pressione por mudanças, e que desenvolva alianças com serviços e com as instituições produtoras de conhecimento. Dependem também da correlação de forças local, nacional e mesmo internacional, do desenvolvimento de redes de pesquisa e de intercâmbio acadêmico (DINIZ, 2006b, p. 168).

Desta forma, fica evidente a relevância dos movimentos sociais de mulheres em torno do tema violência e sua contribuição para avanços tanto no âmbito dos estudos, quanto na criação de políticas públicas e consequentes transformações sociais daí advindas.

1.2. MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS.

As diversas reivindicações das mulheres, inclusive por igualdade em relação ao gênero masculino, só puderam ser amplamente expressas através da organização das mesmas em movimentos. Estes movimentos foram a maneira encontrada para fazer-se ouvir e buscar implantar políticas públicas que garantissem seus direitos como seres humanos.

1.2.1. Direitos Humanos e Políticas Públicas Voltadas para as Mulheres

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 10 de dezembro de 1948 e elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, é um documento marco na história dos direitos humanos.

VIEIRA (1999) considera os direitos humanos como uma grande “invenção da nossa história” e afirma que da mesma forma com a qual novos recursos tecnológicos foram desenvolvidos pela ciência, possibilitando que vidas fossem salvas, “a comunidade internacional viu-se obrigada, após o nazismo, a criar algum tipo de antídoto ético-jurídico contra os principais males que podem atingir uma sociedade”.

De extenso consenso, a Declaração Universal de Direitos Humanos já começa anunciando, em seu primeiro artigo, que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito.

Nota-se que a igualdade é um ponto relevante ao se tratar de direitos humanos, e o segundo artigo segue afirmando a impossibilidade de distinção seja por raça, cor, sexo, idioma, religião, entre outras, e ressalta a universalidade dos direitos elencados nesta declaração.

Em 1960, porém, um conjunto de Convenções Internacionais, no âmbito das Nações Unidas, substituiu a expressão “todos” do artigo primeiro, por “homens e mulheres” visando coibir a desigualdade de gênero, que prevalecia apesar da DUDH. (PRATES, 2007).

Dada a magnitude e expressão mundial do problema, foi considerada necessária, em 1967, a Declaração para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, um mecanismo internacional de proteção e melhoria das condições de vida das mulheres, e, em 1979, a Convenção das Nações Unidas sobre a “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”, que definiu os direitos humanos internacionais das mulheres, como sendo um

instrumento jurídico usado para erradicar políticas estatais ou qualquer forma de discriminação, subordinação, marginalização ou outros impedimentos ao exercício pleno da cidadania das mulheres.

No trabalho de YUASA (2012) registra-se que a ONU declarou, no ano de 1975, que este seria o Ano Internacional da Mulher, o que ampliou o espaço para discussões e a repercussão do tema, principalmente entre as autoridades e, em 1976, foi a primeira vez em que o Brasil comemorou o dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. A data foi marcada por intensos debates, encontros e proposições em diversas áreas.

Nos anos 1980 foi quando a violência contra a mulher obteve maior visibilidade, isso por conta do empenho do movimento feminista, da ONU e outros órgãos governamentais e não governamentais. O movimento feminista teve e tem papel imprescindível na elaboração de diversas políticas públicas que visam a garantia dos direitos humanos das mulheres e na luta pela erradicação da violência contra a mulher.

Segundo DESCARRIES (2002), os movimentos feministas são pluralistas e dão prioridade à luta das mulheres para denunciar as desigualdades de gênero, através de discursos e práticas que propõem transformações sociais em favor de princípios como igualdade, equidade e justiça social.

A apropriação de algumas ideias feministas, assim como a incorporação de temáticas dos movimentos feministas nas instâncias governamentais, notadamente pelos Estados latino-americanos, conforme destaca ALVAREZ (2000), ressaltam a necessidade de novas formas de fazer política e promover mudanças com vistas a garantir a igualdade de oportunidades para mulheres. Assim, tanto partidos políticos progressistas, centristas quanto conservadores buscaram dar atenção, ao menos formal, aos interesses e às reivindicações das mulheres (ALVAREZ, 2000).

Segundo DINIZ (2006a), no Brasil, o movimento feminista elegeu duas estratégias de ação, em um primeiro momento a ação direta, e a reivindicação de políticas públicas em seguida. Especialmente neste país, este movimento articula-se mais com os direitos sociais do que com a noção de liberdade e de

liberação das mulheres. O movimento feminista brasileiro desde seus primórdios, por volta dos anos 1970, enfatizou os direitos sociais e a luta pela democratização do Estado.

Através de reivindicações de representantes desse movimento, organizadas em partidos políticos ou não, foram criados o Conselho Estadual da Condição Feminina, o COJE (Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico) e as Delegacias Policiais de Defesa da Mulher (DINIZ, 2006).

DINIZ (2006) afirma, ainda, que sempre houve uma interlocução, mais ou menos tranquila, dos grupos feministas com os elaboradores de políticas, o que contribuiu para que “muitos dos modelos de trabalho desenvolvidos pelo movimento de mulheres fossem posteriormente incorporados como políticas públicas”.

SILVEIRA (2006) salienta que a distribuição dos serviços gerados por estas políticas não é equânime, o que apontaria para o fato de que ainda há motivos para que tais movimentos sigam disputando espaço e conquistando avanços, pois, segundo a autora, enquanto algumas cidades possuem Casa Abrigo há mais de 20 anos, outras ainda não contam sequer com Delegacias de Defesa da Mulher. Afirma, igualmente, que a própria distribuição destas delegacias seria desigual, pois apesar de serem, à época, mais de 300, em território nacional, estavam presentes em apenas 10% dos municípios brasileiros e cerca de 40% delas encontravam-se no Estado de São Paulo.

Observa-se, assim, que os direitos humanos das mulheres, cuja garantia é almejada pelas políticas públicas conquistadas através de grande empenho do movimento de mulheres, ainda não estão completamente assegurados na prática e que, apesar de tantos avanços, ainda há muito que se conquistar.

1.2.2. Movimento Feminista e a Contribuição da Reunião de Cairo

Segundo GALLI e ROCHA (2014), o governo brasileiro vem incorporando os direitos humanos sexuais e reprodutivos, desde a década de

1990, pela ratificação dos tratados internacionais de direitos humanos e pela adesão aos acordos internacionais. O governo vem assumindo, assim, a obrigação de tomar medidas para a implementação dos referidos direitos através de leis e de políticas públicas, em âmbito nacional.

Entre os principais temas abordados nas conferências internacionais estão a consagração dos direitos das mulheres como direitos humanos e sua inclusão na agenda de direitos humanos das nações, o que aconteceu na II Conferência Internacional de Direitos Humanos, em Viena – 1993; a consideração dos direitos reprodutivos também como direitos humanos e o reconhecimento do aborto inseguro como grave problema de saúde pública, em Cairo – 1994, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD); assim como, em Pequim, a Conferência Mundial sobre Mulheres, em 1995, revelou a distância das mulheres dos espaços de poder e a relação existente entre o empoderamento de gênero e a superação dos desequilíbrios mundiais. Esta última reunião orientou, ainda, os Estados no sentido de eliminar leis e medidas contra as mulheres que tenham se submetido a abortos ilegais e a garantir o acesso a serviços de qualidade para tratar complicações derivadas desses abortos.

Segundo ARILHA e BERQUÓ (2009), a Conferência de Cairo questionou a qualidade das políticas públicas existentes em relação à vida sexual e reprodutiva de mulheres e homens, ressaltando a importância de se considerar, para além da concepção, a necessidade de políticas sociais mais abrangentes e formuladas a partir da perspectiva de gênero, notadamente nos campos da saúde e da educação.

Ainda segundo estas mesmas autoras, antes da Conferência de Cairo, durante sua fase de preparação em 1988, a ONU cunhou a denominação de saúde reprodutiva que continha, entre os elementos tidos como básicos:

...que todos tenham autonomia tanto para a reprodução quanto para regular a fecundidade; que as mulheres tenham gestações e partos seguros e que o resultado da gestação seja bem sucedido em termos de bem-estar da mãe e sobrevivência do recém-nascido. Além disso, os casais devem poder ter

relacionamentos sexuais sem medo de gravidezes indesejadas e sem risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis (ARILHA e BERQUÓ, 2009, p. 69).

As autoras apontam ainda que, a partir desta concepção, a Conferência de Cairo consagrou que:

A saúde reprodutiva é um estado de bem-estar físico, mental e social em todos os assuntos concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não a simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória tendo autonomia para a reprodução e liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo (ARILHA e BERQUÓ, 2009, p. 69).

O término da Conferência de Cairo acabou por traçar um plano de ação, com metas, para 2014, que infelizmente não puderam ser alcançadas por todos os países signatários. Contudo, parte relevante deste plano de ação foi que ressaltou também o papel do homem, no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos, nos seguintes termos:

Esforços significativos devem ser feitos no sentido de enfatizar a co-responsabilidade masculina e promover o efetivo envolvimento dos homens com relação à paternidade responsável e ao comportamento sexual e reprodutivo, incluindo-se aí o uso de anticoncepção em especial quando se trata da prevenção de gestações não desejadas ou de alto risco. O envolvimento masculino também deve ser estimulado em situações associadas à saúde materno-infantil e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/AIDS; no que se refere a compartilhar o controle e a contribuição para a renda familiar, educação, saúde e nutrição das crianças de ambos os sexos. As responsabilidades masculinas na vida familiar devem ser incluídas nos contextos da educação infantil desde muito cedo. No contexto destes esforços a prevenção de violência contra mulheres e crianças requer uma atenção especial (PENA et al., 2005, p. 21-22).

Cabe ressaltar a abordagem realizada na Conferência de Cairo acerca da necessidade de se trabalhar com homens, notadamente em relação a inclusão dos mesmos em programas de educação e aconselhamento sobre seu comportamento sexual e reprodutivo, sobre sua responsabilidade em relação a tais aspectos e, ainda, levar a reflexão acerca da desigualdade de poder nas relações de gênero, buscando, assim, suscitar a consciência de gênero, além de discutir questões relacionadas à sexualidade. Isto porque tais aspectos encontram-se estreitamente relacionados aos esforços para a prevenção de violência contra mulheres e crianças, o que requer atenção especial no que tange à formulação de políticas públicas (PENA, 2005).

Como pode ser observado, a Conferência de Cairo foi extremamente produtiva, mas, como já era esperado, não houve unanimidade e os desacordos foram representados por meio de reservas emitidas por 20 Estados, em sua maioria islâmicos ou alinhados à Santa Sé, e as discordâncias foram principalmente em relação ao direito ao aborto (ARILHA e BERQUÓ, 2009).

Disputas entre fundamentalistas religiosos e militantes em prol dos direitos sexuais e reprodutivos são persistentes e ocorrem também no Brasil. É onde se destaca novamente o Movimento Feminista que, baseado nos princípios democráticos e na laicidade do Estado, tem contribuído de maneira imprescindível para a transformação social.

ALMEIDA (2014) aponta que o movimento de mulheres, notadamente no período da ditadura militar no Brasil, atuou de forma a dar visibilidade à violência praticada contra a mulher e que, no processo de redemocratização do país, tal movimento teria contribuído para que os direitos fundamentais das mulheres fossem positivados na Constituição de 1988.

Outro avanço proporcionado pela intensa participação de mulheres nos debates sobre políticas públicas de saúde é a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde, que estabelece normas gerais de acolhimento, orientação e atenção clínica a mulheres que passaram por abortos – espontâneos ou provocados – e procuram assistência em unidades de saúde públicas ou privadas (Ministério da Saúde, 2010).

ROCHA (2006) afirma que “com a redemocratização do Brasil houve um fortalecimento da sociedade civil”, mesmo que muitos direitos de cidadania ainda não tenham sido garantidos de fato. Assim, ainda segundo a autora, a democracia formal pode ser entendida como uma etapa necessária para que ocorressem algumas mudanças em relação ao tema do aborto no Brasil, mas não foi suficiente para operar “transformações mais profundas, que deverão estar associadas ao conteúdo dessa democracia, no que diz respeito aos avanços quanto à questão da igualdade nas relações sociais no Brasil”.

Em âmbito mundial, o movimento de mulheres foi um dos principais atores sociais na preparação para a Conferência de Cairo, vivenciando inclusive tensões que vinham ocorrendo e que prosseguiram durante a Conferência, como as já mencionadas existentes entre a defesa dos direitos individuais e perspectivas ideológicas alinhadas a crenças religiosas de católicos, islâmicos e sua influência sobre os Estados.

Tais tensões persistiram inclusive após a Conferência de Cairo e foram bastante intensas no período que precedeu o Cairo+10 – segundo processo de revisão e avaliação do Programa de Ação de Cairo – porque “além das forças conservadoras, representadas principalmente pelos países islâmicos e pelo Vaticano”, vivia-se, ainda, a época da administração Bush que, desde 2001, “travava verdadeira batalha no campo dos direitos sexuais e reprodutivos”, conforme colocaram ARILHA e BERQUÓ (2009).

Fica nítida, assim, a persistente e atual disputa entre o Movimento Feminista e movimentos de religiosos fundamentalistas, principalmente em questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, que são direitos humanos, mas acabam por ser negados por estes setores mais conservadores da sociedade.

Esta disputa tem suas repercussões em larga escala e aqui no Brasil acabou inclusive por modificar a postura da candidata Dilma Rousseff, quando candidata pela primeira vez à presidência da república em 2010. Dilma, que era a favor da legalização do aborto, precisou escrever carta às igrejas cristãs que foi publicada na Folha de São Paulo, de 16 de outubro de 2010, prometendo que não tomaria nenhuma iniciativa de modificar a legislação brasileira em relação ao aborto, e nem qualquer outra medida que ameaçasse a proteção à

família, conforme escreveram GALLI e ROCHA (2014) e, ao que parece, a presidenta cumpriu sua promessa, dando um exemplo nítido de que nosso Estado, infelizmente, ainda está longe de ser considerado um estado laico.

1.2.3. Violência e as Questões de Gênero

A partir de estudos apresentados por MORIN (2001), podemos considerar a importância de se estudar o tema da violência de forma interdisciplinar, independentemente de estar relacionado a gênero, pois, por conta de sua complexidade e abrangência, foi reconhecida a insuficiência de disciplinas isoladas em sua compreensão, já que esta envolve saberes múltiplos como psicologia, direito, segurança, saúde, entre outros.

PENA et al. (2005) apontam que tanto homens quanto mulheres enfrentam a violência no Brasil, e, dados obtidos pelas autoras, indicam que os homens estão envolvidos mais com a violência relacionada ao trabalho e ao crime, enquanto mulheres envolvem-se mais em conflitos relacionados à separação conjugal e outros tipos de problemas domésticos. A autora trabalha com a revisão das questões de gênero no Brasil realizada pelo Banco Mundial, em 1999, e atualizada em 2005. Esta revisão surgiu como resposta ao reconhecimento crescente, tanto pelo Banco Mundial como pelo Brasil, de que gênero é um elemento importante na redução da pobreza e no aumento do bem-estar econômico e social.

PIOVESAN e PIMENTEL (2011) acrescentam que a violência doméstica tem tomado dimensões epidêmicas no Brasil. Segundo pesquisa feita pela *Human Rights Watch*, relatada pelas autoras, de cada 100 mulheres assassinadas no Brasil, 70 o são no âmbito de suas relações domésticas.

De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo, denominada “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado”, de 2001, com 2.502 entrevistadas em todo o Brasil, apresentada por PISCITELLI (2009), 43% das entrevistadas declararam ter vivenciado algum tipo de violência praticada por um homem, sendo que uma parte dessas, 11%, declararam ter sido

espancadas. 31% dessas mulheres declararam que a violência vivenciada teria sido no ano anterior à entrevista, o que levou ao “cálculo de que a cada quinze segundos uma mulher é espancada no Brasil”.

Outra questão relevante diz respeito à feminilização da força de trabalho, que foi apontada por GIFFIN (2002) como acompanhando o crescimento e a feminilização da pobreza e da desigualdade, indicando que esta estratégia de sobrevivência familiar estaria esgotada e já não representaria mais uma saída para melhores condições de vida. A autora observou, ainda, que a reorganização da divisão do trabalho generificada, nessas condições, representa para as mulheres uma nova igualdade somente na exploração, uma vez que o modelo macroeconômico segue privilegiando o lucro das multinacionais, em detrimento dos direitos quer de homens, quer de mulheres (GIFFIN, 2002).

Estas mudanças sociais que incluem maior participação da mulher no mercado de trabalho, contudo, significam um desmonte do tradicional papel masculino de trabalhador e provedor, para o qual a maioria dos homens e mulheres foi preparada. NOLASCO (1995) aponta que a inabilidade de muitos homens para expressar suas dificuldades diante dessa transição que passa a configurar uma nova situação, diferente daquela para a qual a maioria dos mesmos foi socializada, pode levá-los a reagirem com violência, assim como o desemprego, o subemprego e os ganhos masculinos diminuídos também seriam possíveis desencadeadores de conflito entre homens e mulheres.

Discorrendo acerca da questão, COUTO e SCHRAIBER (2011) afirmam que estudos relativamente recentes sobre a violência conjugal e a violência de gênero, trazendo as representações e os discursos dos homens, apontam que, para estes, a violência é, em princípio, condenável, mas é também justificada e relacionada à identidade social masculina. Neste processo de justificação e naturalização da violência, “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade e destino são adotadas para dar sentido às agressões perpetradas contra as esposas-companheiras”, isso numa tentativa de encobrir estas ações como violentas.

As autoras citam trabalhos de ALVES e DINIZ (2005), assim como de GOMES e FREIRE (2005) que apontam, em suas análises, como as irrupções de situações de violência são creditadas às recentes mudanças socioculturais. Tais mudanças teriam efeitos considerados “perversos” nos valores morais dos homens, notadamente nos valores de homens apoiados em uma rígida divisão e hierarquização em relação aos diferentes papéis reservados, para homens e mulheres, na sociedade (COUTO e SCHRAIBER, 2011 apud ALVES e DINIZ, 2005; GOMES e FREIRE, 2005).

COUTO e SCHRAIBER (2011) consideram, também, que a ruptura das relações de reciprocidade entre os gêneros – nas quais tradicionalmente caberia ao homem prover a família, material e moralmente, enquanto às mulheres caberiam os cuidados com a casa e com os filhos, assim como a subordinação de sua própria sexualidade ao controle masculino – estaria ameaçando a autoridade masculina e a prática da violência seria uma forma de “(re)colocar no lugar da ordem o que os homens consideram como desordem em seus relacionamentos e em suas famílias”.

Esta é uma explicação que, contudo, segundo as mesmas autoras, não anula aquela que remete ao homem a postura de “educador”, mediante a qual ele faz uso da “violência para ensinar à mulher seu lugar social, mesmo sem ter havido ruptura da ordem hierárquica prevista” (COUTO e SCHRAIBER, 2011). Nesse sentido, a violência se apresentaria com o significado de “ação pedagógica”.

A naturalização da identidade masculina, assim como a da identidade feminina, são condições que vão de encontro ao conceito de gênero. GIFFIN (1994, p. 148) já afirmava que o desenvolvimento do conceito de gênero opera uma desconstrução das categorias sexo masculino e sexo feminino, “apontando a naturalização de aspectos sociais antes fundidos com os biológicos”.

No processo denominado de naturalização, segundo PITANGUY (2003), ocorre “a transposição das diferenças biológicas ou ‘espirituais’ para o plano social”, na qual a “cultura estabelece uma série de outras características diferenciais que se verificam no plano da personalidade, da alma, da ‘essência’,

e mesmo da saúde dos indivíduos”. Tais construções têm o objetivo de legitimar a assimetria, fazendo com que a efetivação da ideia da desigualdade social não aconteça (PITANGUY, 2003, p. 322). Assim, a naturalização da desigualdade funciona como a principal ferramenta para sua aceitação social, sua incorporação e sua manutenção em leis, práticas ou comportamentos que se estendem a diversos campos.

Discorrendo a respeito da naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, SAFFIOTI (1995, p.199) afirma que “a dominação masculina sobre a mulher expande-se no terreno da ideologia, sendo este conjunto de ideias apresentado como verdade”. Coloca ainda que “a melhor maneira de se apresentar qualquer ideologia, inclusive a de gênero, como sendo a verdade, consiste em situar suas raízes fora do único lugar em que elas nascem: o tecido social. Assim ocorre também com as explicações ideológicas de qualquer fenômeno social: suas origens são sempre postas fora da sociedade, ou seja, no reino da natureza ou no plano divino”.

Na perspectiva de gênero, há discordância da explicação biologicista e de outras teorias que naturalizam as diferenças sociais, na medida em que estas carregam a ideia, considerada hegemônica, de que o corpo é determinante da condição social da mulher. Com a predominância deste pensamento, o controle social acaba atuando diretamente nos corpos das mulheres, cuja sexualidade é somente aceita quando há reprodução de filhos, chamados por GIFFIN (1994) de legítimos.

Gayle RUBIN (1975), em seu texto *Tráfico de Mulheres*, com base na obra de Levi-Strauss “*Estruturas Elementares do Parentesco*”, demonstra claramente que a sexualidade é também uma construção social, apontando para suas diferentes expressões nas mais variadas culturas e dissertando, ainda, acerca de uma economia de sexo e gênero, onde a mulher aparece não como sujeito, mas como objeto de troca, ficando a sugestão de que a desigualdade de gênero teria seu início junto com o início desta cultura, que se encontra na gênese das relações humanas.

GIFFIN (1994, p. 150) aponta também o que foi observado por Marilena Chauí, em 1984, quando destaca que a ideia de repressão sexual nos colocaria diante de um fenômeno peculiar, pois, inclui a “existência de

proibições, punições, permissões e recompensas concernentes a algo que seria puramente natural”.

A autora acrescenta, também, que o sexo foi, por muito tempo, considerado como natural apenas para os homens e que existiria, ainda, uma relação entre sexualidade, poder e violência masculina bastante estreita. Tais considerações remetem à “ideia de que os homens têm um impulso sexual muito maior e, às vezes, insaciável”, ideia essa que, conforme observou BIRKE (1986), citado pela autora, “pode ser usada para legitimar o estupro, a prostituição, o exibicionismo, a promiscuidade masculina e a existência da pornografia”, na medida em que as explicações biologicistas respaldariam tais ações, sugerindo que “um homem não é totalmente responsável por suas ações” (BIRKE, 1986 apud GIFFIN, 1994, p. 150).

Esta concepção de homens e mulheres como pares de opostos, extremamente diferentes e excludentes é violenta e legitimadora de violência, uma vez que subtrai das pessoas partes inerentes suas e coloca-as como desiguais, considerando um inferior ao outro.

A situação em questão não é simples de se combater, pois, o dualismo criado entre homem/mulher é de longa data e está impregnado na cultura ocidental, sendo que, inclusive, algumas características humanas são consideradas masculinas e outras femininas, quando ambas pertencem a todos os seres humanos indistintamente, como é o caso da razão e da emoção, por exemplo. Acredita-se que o homem é mais racional e a mulher mais emocional, isso devido a ideia, ainda em vigor, da dualidade que preside nossa própria ciência moderna.

A conscientização de que esta dualidade é criação humana e que não é natural pode ser uma forma de aceitação da igualdade entre homens e mulheres. E, no caso da violência, há que se considerar ainda o fato de que representantes de diversos setores da sociedade que lidam diretamente com o problema da violência contra a mulher podem estar, muitas vezes, agindo de acordo com uma ideologia dualista, patriarcal e machista e apresentem grande resistência em acatar avanços relacionados às conquistas do movimento feminista.

1.2.4. A PNAISM Como Conquista do Movimento de Mulheres e Suas Características

O movimento negro, o movimento dos trabalhadores rurais, sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos, organizações não governamentais, gestores do SUS, agências de cooperação internacional e, principalmente, o movimento de mulheres tiveram grande participação na proposta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM, promulgada em 2004 (Brasil, 2004).

Antes da criação desta política, a porção das políticas nacionais de saúde que dava atenção à saúde da mulher, nas primeiras décadas do século XX, era limitada às demandas relativas à gravidez e ao parto.

Os programas elaborados nas décadas de 1930, 1950 e 1970 vinham acompanhados de uma visão incompleta da mulher, baseada no papel social de mãe e doméstica. A mulher, assim configurada, é responsável pelo cuidado de uma forma geral: cuida da casa, do marido, dos filhos.

Neste contexto é que foram criados, em 1975, os programas que foram chamados de materno-infantis e acabaram por apresentar baixo impacto nos indicadores de saúde da mulher (SEPÚLVEDA, 1997).

Estes programas sofreram diversas críticas vindas do movimento feminista brasileiro que lutava pela igualdade nas condições de vida de homens e mulheres e assistia às mulheres enfrentando jornada dupla ou tripla de trabalho diário, já que eram responsáveis pelos diversos cuidados do lar e ainda trabalhavam, muitas vezes exaustivamente, fora dele.

As mulheres eram vistas basicamente como um aparelho reprodutor a serviço dos homens, no que tange aos serviços de saúde, pois, o principal objetivo destes era acompanhar o ciclo gravídico-puerperal, dando pouca importância aos demais aspectos da saúde da mulher, ou seja, ao restante do seu ser.

Com forte atuação no campo da saúde, o movimento de mulheres contribuiu para introduzir na agenda da política nacional, questões, até então, relegadas ao segundo plano por serem restritas ao espaço e às relações privadas. Naquele momento tratava-se de revelar as desigualdades nas condições de vida e nas relações entre os homens e as mulheres, os problemas associados à sexualidade e à reprodução, as dificuldades relacionadas a anticoncepção e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a sobrecarga de trabalho das mulheres, responsáveis pelo trabalho doméstico e pela criação dos filhos (PNAISM, 2004).

As principais mudanças que estruturaram a PNAISM, através do movimento feminista, estão relacionadas a ampliação do conceito de saúde da mulher, a incorporação dos direitos sexuais e reprodutivos e a consideração da desigualdade de gênero como fato relevante e com repercussões nas condições de saúde da mulher.

A PNAISM consolidou os avanços do PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, de 1984, ampliando o leque de atuação deste. Adotando o princípio da universalidade, estendeu seus objetivos de atuação para a diversidade do universo feminino, incluindo mulheres negras, indígenas, lésbicas, residentes e trabalhadoras da zona rural, em situação de prisão, adolescentes e incluiu, igualmente, mulheres em situação de violência doméstica e sexual, atenção à saúde mental e gênero, além de doenças crônico-degenerativas (PNAISM, 2004).

Cabe salientar ainda que o PAISM, de 1984, antecessor da PNAISM foi, de acordo com OSIS (1998), um programa pioneiro em cenário mundial, pois, antes mesmo da Conferência de Cairo já propunha o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres, em âmbito de atenção integral à saúde.

A autora afirma ainda que seu conteúdo já incluía plenamente a definição de saúde reprodutiva adotada pela Organização Mundial de Saúde, de 1988, que foi ampliada e consolidada em Cairo, em 1994, e, posteriormente em Beijing, em 1995.

A PNAISM, contudo, tornou os objetivos do PAISM mais abrangentes e inclusivos, além de ter consolidado os mesmos agora como integrantes de uma

Política Nacional, o que sugere uma maior atenção por parte dos governantes dispensada a eles, e talvez maiores condições de perenidade do que outrora, enquanto lhes cabia a condição de um programa de ação. A PNAISM, portanto, veio fortalecer, ampliar e consolidar as conquistas do PAISM, dando continuidade a um trabalho já iniciado anteriormente na direção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres nas reuniões de Cairo e Beijing.

1.3. A LEI MARIA DA PENHA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No dia 07 de agosto de 2006 foi sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha. Conquista dos movimentos de mulheres, não são poucas as transformações que a Lei Maria da Penha estabelece: altera o Código Penal; prevê inéditas medidas de proteção para a mulher que corre risco de morte, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e aos filhos; estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; determina que a violência contra a mulher independe de sua orientação sexual e que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz.

Também inova ao retirar dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher, altera o Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais para permitir que o juiz possa determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, dentre outras modificações.

Em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006, foi criada para dar cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e à Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da ONU, e vem implantando significativas transformações sociais desde então (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006).

1.3.1. Contextos de Implementação da Lei Maria da Penha

Segundo CALAZANS e CORTES (2011), até a atualidade, advogados tentam livrar assassinos da punição com o argumento da “legítima defesa da honra.” O caso mais emblemático foi o de Doca Street, que assassinou a companheira e usou esta frase como sua defesa diante do júri.

A partir desse contexto cultural, o ordenamento jurídico brasileiro vem se adequando aos poucos às necessidades atuais e às demandas relacionadas a gênero. Cabe salientar que tal adequação não acontece ao acaso e que existe disputa política acirrada neste âmbito, onde os atores que representam o movimento de mulheres têm desempenhado papel imprescindível.

Os movimentos sociais fizeram uma aposta na revisão jurídica e nas instituições do sistema criminal onde obtiveram alguns resultados, ainda que não totalmente satisfatórios.

DEBERT e GREGORI (2008) lembram que o judiciário, ainda que tenha o objetivo de justiça para todos, cria, produz e reproduz desigualdades, como expressam no trecho a seguir:

A idéia de uma justiça igualitária baseada em princípios ou valores universais oculta, na verdade, as desigualdades que a Justiça produz, aquilo (e aqueles) que ela exclui ou ainda os que nem considera. Seria fantasioso imaginar a existência de uma esfera na sociedade, mesmo com as melhores intenções ou excelência de procedimentos, que possa atuar com pretensões de neutralidade (DEBERT e GREGORI, 2008. p. 176).

Por conta deste e de outros fatos, os resultados esperados pelos movimentos sociais quando conquistaram a criação das Delegacias de Defesa da Mulher, em 1985, e quando da promulgação da Lei Maria da Penha não foram completamente atingidos.

De qualquer maneira, a história do Movimento Feminista no Brasil não deixa de ser marcada por conquistas significativas no que diz respeito a seus objetivos legais. A Lei Maria da Penha, que foi promulgada em 2006, foi mais uma destas conquistas e, também, uma ação afirmativa na medida em que foi criada com o intuito de erradicar a desigualdade de gênero.

A Constituição Federal de 1988 elegeu como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos Direitos Humanos e concedeu, ainda, aos tratados internacionais de proteção de direitos humanos o mesmo valor que à norma constitucional.

Contudo, ainda existe resistência por parte de muitos operadores do Direito em aplicar a Lei Maria da Penha e entendê-la na sua perspectiva de Direitos Humanos. Esta resistência tem respaldo em diversas formas de pensar, inclusive na cultura patriarcal, que costuma usar o emblema da “defesa da família” e acaba por considerar a mulher, muitas vezes, como responsável pela violência sofrida e sugere que ela teria feito uso de sua liberdade para escolher a vivência de tal situação.

Ainda que seja considerada a dificuldade derivada da própria complexidade da violência de gênero, pois, uma vez que possa envolver afetividade pelo agressor, por parte da pessoa agredida, torna-se uma ocorrência de procedimento distinto da rotina de uma delegacia de polícia judiciária e dos demais setores relacionados ao judiciário, a argumentação de que a mulher escolha vivenciar ou continuar vivendo em tal situação gera desconforto e parece referir-se a uma ideia de liberdade que não considera os contextos de vida das mulheres em situação de violência, nem quais seriam possibilidades de escolhas, de fato, disponíveis para tais mulheres, a partir da peculiaridade de cada caso, pois, segundo ELIAS e MACHADO (2015), uma ideia de liberdade que vai ao encontro das necessidades das mulheres em situação de violência doméstica seria a da liberdade construtivista, ou liberdade como construção social, onde desejos e escolhas não são somente limitados pelo contexto social, mas formados por tal contexto e através do mesmo. A ideia é, dessa forma, que a Lei Maria da Penha participe da construção desse contexto, considerado não apenas “pano de fundo” para as escolhas da mulher, mas, um contexto “estrutural e estruturante”, de maneira que a leitura,

interpretação e as formas de aplicação da referida Lei possam apresentar-se de maneira a colaborar para a libertação de mulheres de uma situação de opressão, ou para a manutenção das mesmas enredadas em estruturas sociais carentes de transformação e que legitimam violências em nome de sua manutenção. Isso a depender da atuação dos operadores de direito e demais atores envolvidos com a implementação dessa Lei.

Cabe lembrar que a instituição família, compreendida como fonte de proteção e abrigo, muitas vezes representa exatamente o oposto disso, considerando nossa cultura que legitima uma assimetria de poder em relação a homens e mulheres e faz com que a família se torne um local de risco de violência para muitas crianças e mulheres, conforme já apontou SAFFIOTI (1995). Acerca de tal questão, e com base na mesma autora, PRATES (2007) afirma:

Assim, as quatro paredes de uma casa guardam os segredos das humilhações e atos libidinosos graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. (...) Constrói-se, em virtude da sacralidade da família, um verdadeiro muro de silêncio em torno dos eventos ocorridos no seio deste grupo. Em nome da privacidade, a sociedade em geral, com exceção a alguns grupos, não atua no sentido de alterar as violentas formas de sociabilidade desenvolvidas pela família (PRATES, 2007. p. 26).

Tais questões acabam por envolver assuntos polêmicos como a judicialização das relações pessoais, que se refere a crescente participação do direito na organização da vida social. Esta prática é, segundo DEBERT e GREGORI (2008), criticada por alguns analistas que consideram que essa capilarização do direito e de suas instituições seria uma ameaça à cidadania e à cultura cívica, pois entendem que ocorre a substituição da soberania popular por um ordenamento jurídico. No entanto, as mesmas autoras alegam que as delegacias de defesa das minorias são fruto de reivindicações de movimentos sociais, o que acaba por legitimá-las como instituições democráticas e, no caso das Delegacias de Defesa da Mulher, vêm acompanhadas de ação afirmativa,

a Lei Maria da Penha, que visa justamente reparar uma desigualdade histórica, como é a desigualdade de gênero aqui no Brasil.

Tendo em vista que o Brasil é um país com expressiva desigualdade social e de gênero e que, normalmente, a parte que está sendo favorecida com a desigualdade não tem interesse em transformar o quadro, a regulamentação da Lei Maria da Penha se deu por conta da existência das juristas feministas que dissertam acerca da teoria feminista do Direito – vertente do Direito ainda desconhecida e/ou negada por muitos operadores do Direito – e do Movimento Feminista.

DEBERT e GREGORI (2008) ressaltam que as questões relacionadas à violência entre casais foram expostas e reconhecidas como crime com o auxílio das Delegacias de Defesa da Mulher, porém, “com a criação dos Juizados Especiais Criminais, assistimos a um processo inverso, em que os delitos voltavam a ser privatizados”.

A Lei Maria da Penha vem justamente reexpor a situação da violência contra a mulher, uma vez que esta vinha sendo reprimida pelo sistema judiciário, que tinha a tendência a preferir que tais assuntos fossem resolvidos em casa, ou, no máximo, com o auxílio de um psicólogo ou assistente social, para “não atrapalhar o bom funcionamento dos tribunais” (DEBERT e GREGORI, 2008).

BARSTED (2011) afirma que a luta de mulheres pelo direito a uma vida sem violência, que acabou por alavancar a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006, “é um caso exemplar de exercício de uma cidadania ativa expressa no discurso e na atuação de feministas no espaço público”. Esta luta também sintetiza a longa interlocução das feministas com os poderes legislativo e executivo, apontando para a “necessidade de investimentos contínuos no diálogo com o poder judiciário e as demais instituições da justiça”. É ressaltada, também, a importância do que se denomina de *advocacy* feminista na propositura da lei, considerando que o processo de *advocacy* foi precedido por avanços nas leis brasileiras e nas leis internacionais. A *advocacy* e os movimentos feministas foram extremamente importantes para retirar o Estado

do “espaço de omissão legislativa em relação aos direitos humanos das mulheres” (BARSTED, 2011).

Como ficou exposto, vários movimentos e atores foram, assim, importantes para a criação da Lei Maria da Penha como medida afirmativa e política pública que coíbe a violência contra a mulher, mas nenhum destes atores teve papel tão significativo quanto a própria Maria da Penha, que em seu livro autobiográfico intitulado “Sobrevivi, posso contar” relata o que vinha vivendo até a criação da Lei que foi promulgada em sua homenagem.

Em 1983, Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de duas tentativas de homicídio cometidas por seu então companheiro, em sua própria casa que ficava em Fortaleza. Os tiros disparados contra ela, enquanto dormia, deixaram-na paraplégica, e houve também, depois disso, tentativa de eletrocutá-la no chuveiro, aos 38 anos de idade (OLIVEIRA e WERBA, 2011).

PIOVESAN e PIMENTEL (2011) afirmam que o sistema judiciário brasileiro mostrou-se inefetivo frente a violência contra a mulher na ocasião, o que motivou, em 1998, a “apresentação do caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), por meio de petição conjunta das entidades CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher)” e em 2011, após 18 anos da ocorrência do crime, “a Comissão Interamericana condenou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação a violência doméstica” (PIOVESAN e PIMENTEL, 2002 apud PIOVESAN e PIMENTEL, 2011).

Duas peculiaridades são ressaltadas em tão brutal e emblemático caso, a primeira é que o autor de tamanha violência não era um desconhecido, mas sim o companheiro da vítima; e a segunda diz respeito às marcas físicas e psicológicas, que ficaram mais agravadas ainda pela impunidade.

1.3.2. A Aplicação da Lei Maria da Penha e Seus Desdobramentos

PASINATO (2011) afirma que tem sido crescente o reconhecimento da Lei Maria da Penha como “uma política pública que necessita do empenho de todos, do governo e da sociedade para que possa ser aplicada de maneira integral” e para que alcance o êxito esperado na proteção dos direitos de mulheres que vivem em situação de violência.

Diversos setores, instâncias e atores estão envolvidos na aplicação desta lei que segue com grande popularidade. Um dos alcances desta popularidade foi a divulgação de informações pertinentes ao campo da violência doméstica contra a mulher e a busca por soluções a este problema.

A Lei Maria da Penha colaborou ao trazer para o âmbito público situações que eram consideradas reservadas ao âmbito privado, desvelando assim a naturalização que ocorria quando tais problemas eram vivenciados apenas pelas pessoas deste círculo interno de relações.

Contudo, como descrevem alguns autores, a violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo, que vem sendo caracterizado como cíclico e passando por fases distintas e recorrentes. Desta forma, existem condições de vida que facilitam o rompimento deste ciclo pela mulher e condições outras, de maior vulnerabilidade, que se apresentam como obstáculos para este rompimento.

Discorrendo sobre o tema, SCHRAIBER et al. (2005) identificam o que consideram fatores neste contexto de complexidade. Segundo os autores, entre os fatores facilitadores estão: sentimento de saturação com a situação, convencimento de que o agressor não vai mudar, raiva e desamor, apoio de pessoas próximas, condições econômicas e materiais favoráveis, informação precisa e serviços de qualidade, além da própria violência contra ela e contra filhos e filhas. Por outro lado, entre os fatores obstaculizadores, estão: medos, culpa, vergonha, amor pelo agressor, ideia de que o que ocorre no interior da família é privado, manipulação do agressor, desconhecimento de seus direitos, falta de informação, pressões familiares e sociais, insegurança econômica,

contextos sociais com histórias de violência, limitada cobertura de organizações governamentais e não governamentais de mulheres, atitudes negativas por parte dos profissionais e respostas institucionais inadequadas.

SCHRAIBER et al.(2005) apontam também que a “percepção da falta de apoio ou o sentimento de vergonha e o desprestígio em relação ao cumprimento do esperado papel de mulher, esposa e mãe, bloqueiam internamente a decisão” de rompimento com a situação de violência. Por este motivo, tais autores ressaltam a importância da ajuda de outras mulheres próximas, irmãs, cunhadas, familiares, amigas ou agentes comunitárias nesse momento decisivo.

SILVA (2008, p. 18) afirma, contudo, baseada em documento publicado pela “*Red de Mujeres contra la Violência*” da Nicarágua, dirigido aos profissionais de saúde, que a mulher mantém velada a sua condição de vulnerabilidade à violência, tendo em vista que não informa aos profissionais o que se passa com ela em suas relações de violência doméstica, pelos motivos já elencados por Schraiber como obstaculizadores, principalmente os diversos temores, entre eles o de ser responsabilizada pela violência pelo interlocutor, temer pela própria segurança pessoal, assim como pela segurança dos seus filhos, por ter tido experiência ruim no passado ao relatar a situação, por sentir que não tem controle sobre o que se passa em sua vida, entre diversos outros.

Desta forma, a violência doméstica contra a mulher entra pela porta da saúde especialmente quando as lesões são graves o suficiente para necessitar de cuidados médicos e, ainda assim, muitas vezes não encontra profissionais habilitados para tal demanda, uma vez que, pela própria formação, muitos profissionais de saúde são extremamente competentes para lidar com diagnósticos de patologias bem definidas em seu âmbito profissional, especializado, porém têm grande dificuldade com os aspectos do ser humano mais ligados aos fenômenos complexos, dentre os quais os que envolvem as questões sociais (SCHRAIBER, 2005).

SILVA (2008, p. 19) acrescenta ainda que em estudo da Organização Pan-Americana de Saúde, o percurso institucional que as mulheres percorrem em busca de solução para o problema foi denominado de Rota Crítica,

incluindo aí o “conjunto de decisões e ações realizadas para lidar com esta situação”.

OSIS et al. (2012), em estudo com gestores municipais, profissionais de saúde e mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Estado de São Paulo, com 2.379 usuárias de UBS entrevistadas, apontaram que pouco mais de três quartos das entrevistadas, 1.815 mulheres, vivenciaram algum tipo de violência na vida, sendo que 1.716 teriam vivenciado violência emocional e 1.110 (46,8%) violência física.

Ao serem indagadas acerca dos serviços que procurariam numa hipotética situação de violência vivenciada, mais de três quartos (81%) das entrevistadas dos mencionados autores responderam que em tal situação procurariam ajuda em delegacia de polícia, 11,6% fizeram menção à delegacia especializada de atendimento à mulher e 6,8% afirmaram que procurariam o posto de saúde. Em relação à baixa procura por serviços de saúde, 65,5% das mulheres entrevistadas relataram acreditar que os postos não realizavam esse tipo de atendimento e 18,5% afirmaram nunca terem ouvido falar que os postos de saúde poderiam resolver esses casos (OSIS et al., 2012).

SCHRAIBER et al. (2002) apontam, em relatório do Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica, que na cidade de São Paulo e na Zona da Mata Pernambucana, ficou evidenciado que mulheres buscam por ajuda na medida em que os casos aumentam em número e em gravidade. Os principais motivos mencionados para a busca de ajuda foram: “não aguentava mais” (37,5 % em Pernambuco e 61,7% em São Paulo) seguido de “muito machucada/medo de que me matasse” (34,1% em Pernambuco e 16,7% em São Paulo).

São apontados, também, pelas autoras, os serviços mais citados pelas mulheres investigadas, que foram: delegacias, serviços de saúde, advogados/tribunais e líderes religiosos. Em São Paulo, 44,5% das mulheres que referiram agressão física e 21,9% da Zona da Mata em Pernambuco procuraram ao menos uma instituição (SCHRAIBER et al., 2002).

Segundo estas autoras, a maior busca por ajuda em São Paulo deveu-se, provavelmente, à maior facilidade de acesso, por mulheres dessa região,

aos serviços, pois, na Zona da Mata Pernambucana, as mulheres deveriam se deslocar até Recife para ter acesso a alguma instituição. Além disto, parece haver uma maior compreensão acerca desta busca, assim como maior condenação da violência de gênero em grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo (SCHRAIBER et al., 2002).

Em outra pesquisa, realizada por SCHRAIBER (2007), apresentada por SILVA (2008), denominada de “Saúde da mulher, relações familiares e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde em duas capitais – São Paulo e Recife,” foi constatado que o apoio mais procurado por aquelas que buscaram ajuda foi a família, seguido do setor jurídico-policial, buscando por Delegacias de Polícia Judiciária, especializadas ou não e os fóruns.

As autoras afirmam, ainda, que a família, apesar de ser bastante procurada, quando preza pela tradição do casamento indissolúvel, pareceu banalizar a violência e pressionar para que as mulheres permanecessem na relação, vulnerabilizando ainda mais a mulher, ao invés de se colocar como fator de proteção. Isso apresentou-se comum em famílias onde a mãe e o pai também vivem ou viveram em situação de violência (SCHRAIBER et al., 2007 apud SILVA, 2008).

Em relação às Delegacias de Defesa da Mulher, a pesquisa apontou-as como uma instância bem conhecida das mulheres, mesmo por aquelas que não a acionam (SCHRAIBER et al., 2007 apud SILVA, 2008) e pode ser considerada como um local onde a Lei Maria da Penha já começa a ser colocada em prática, isto porque a mulher não poderá mais retirar a queixa nesta repartição, o que sugere que todas as ocorrências relacionadas a este tipo de violência serão apreciadas pelo juiz, que pode ainda conceder diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência.

Segundo PRATES e ALVARENGA (2014), o processo judicial também foi inovado pela Lei Maria da Penha com a instalação da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em 2009, na cidade de São Paulo, a partir da qual juízes poderiam encaminhar homens autores de violência para os chamados grupos reflexivos com a possibilidade de alteração ou não da pena.

No caso do grupo analisado por Prates, tal participação permitia, por assim dizer, a própria substituição da pena, o que não ocorre a partir de 2009.

A formação destes grupos reflexivos é parte de um plano-piloto, elaborado por profissionais vinculados a uma organização feminista também da cidade de São Paulo, de acordo com as recomendações estabelecidas pela Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM), do governo federal. A partir desta prática ficou estabelecida uma parceria entre a organização feminista e o juizado que permanece até os dias de hoje.

PRATES (2013) considera que, para determinados tipos de homens autores de violência contra a mulher, intervenções como os grupos reflexivos, mesmo que por determinação judicial, podem “valer a pena”, tendo em vista os benefícios que a passagem dos mesmos por um espaço de interlocução com outros homens autores de violência pode propiciar. Existe a possibilidade de que estes homens repensem e desconstruam o estereótipo da masculinidade hegemônica e reflitam acerca de demais questões de gênero envolvidas no processo.

Ao lado desta iniciativa citada, dirigida aos homens denunciados, há diversas outras organizações não governamentais, muitas delas feministas, ligadas a rede de enfrentamento e erradicação a violência, voltadas ao apoio principalmente jurídico e psicológico às mulheres. A maioria destas organizações trabalha em parceria com secretarias ou outras instituições governamentais.

Com a criação da SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003, pelo governo federal, as políticas para mulheres têm avançado na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres. Houve a implantação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e, mais recentemente, a criação da Casa da Mulher Brasileira, que visa integrar no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra a mulher. O objetivo do governo federal é implantar uma Casa da Mulher Brasileira em cada capital dos estados brasileiros e a primeira já foi

inaugurada em Mato Grosso, no ano de 2015 (Secretaria de Políticas para Mulheres, 2015).

Dentro do rol de organizações não governamentais que trabalham com o enfrentamento da violência contra mulheres é que se encontra o Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, instituição onde foram encontradas as mulheres que foram entrevistadas nesta pesquisa.

A Casa Viviane dos Santos, como ficou conhecida, é vinculada a AVIB – Associação dos Voluntários do Brasil, e está sob gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS, da cidade de São Paulo. Ao lado da Casa Viviane estão a Casa Ser Dorinha, Casa de Isabel, Casa Cidinha Kopcak, além do Centro de Referência da Mulher, Casa Brasilândia e Casa Eliane de Grammont, todas vinculadas à prefeitura de São Paulo e atendendo mulheres em situação de violência doméstica nesta cidade, com o objetivo de oferecer suporte para o enfrentamento da violência e disponibilizar orientações jurídicas para futuras ações legais. Prestam também o serviço-referência para o acompanhamento da violência de gênero e realização dos encaminhamentos necessários para cada problema em particular.

A Casa Viviane faz parte da Rede Leste de Prevenção e Enfrentamento da Violência da Cidade de São Paulo, e foi criada por Maria da Penha Nascimento Campos e parceiras, em 2005, mediante apelo popular, quando da morte de Viviane dos Santos, assassinada pelo companheiro na região do Lageado, zona leste de São Paulo. Algumas outras casas, dentre as já citadas, também fazem parte da referida Rede, assim como a Defensoria Pública, Ministério Público e as Varas da Violência Doméstica e Familiar dos fóruns da Penha e de São Miguel Paulista, na zona leste da cidade. As Casas oferecem apoio psicológico, social e jurídico às mulheres que as buscam, além de algumas oficinas. A Casa Viviane, especificamente, trabalha com dois tipos de oficinas: oficinas de geração de renda, que são abertas à comunidade, com aulas de artesanato e outras atividades que podem vir a gerar renda própria para as mulheres, e as chamadas oficinas de saúde corporal, onde são ministradas aulas de dança e de ginástica, visando a uma melhor qualidade de vida para estas mulheres. A Casa Viviane, assim como as demais casas que

trabalham com o intuito de enfrentar e combater a situação de violência doméstica contra a mulher, visa aumentar a auto-estima das mulheres, dando-lhes autonomia e empoderando-as para que as mesmas possam transformar suas próprias vidas.

2. OBJETIVOS

Partindo do pressuposto de que mulheres em situação de violência doméstica ganham autonomia, auto-estima e empoderamento para transformar suas próprias vidas a partir das possibilidades de vivências em espaços de inclusão, a exemplo da Casa Viviane, definimos os seguintes objetivos:

1 – Caracterizar trajetórias de vida e condições de vulnerabilidade de mulheres que vivenciaram violência por parceiro íntimo.

2 – Identificar concepções acerca dos lugares da mulher e do homem na sociedade contemporânea.

3 – Identificar buscas e caminhos das mulheres frente à violência vivenciada.

4 – Desvelar significados atribuídos pelas mulheres à violência vivenciada no contexto das relações conjugais de gênero e marcas presentes.

5 – Identificar sinalizadores de violência e de relações igualitárias entre homens e mulheres na percepção das mulheres.

6 – Identificar o significado atribuído à Lei Maria da Penha e à relevância da Rede de Atendimento à mulheres para prevenção e enfrentamento da violência por parceiro íntimo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como observado em nível da introdução deste trabalho, o problema da violência contra mulheres apresenta-se como problema complexo, requerendo investigações que possibilitem melhor descortinar tal complexidade, visando ampliar sua compreensão, tendo em vista tratar-se de um problema relevante não somente do ponto de vista da produção de conhecimento, mas, igualmente, como problema social a requerer políticas públicas e práticas que se norteiem e deem conta, igualmente, dessa complexidade.

De natureza interdisciplinar, a violência apresenta-se como relevante fenômeno biopsicossocial, cujo conceito abarca, segundo MINAYO e SOUZA (1998), vários sentidos numa só palavra. Para as autoras, uma das dificuldades em abordar o objeto “violência” decorreria de sua forte carga ideológica, ao preconceito e ao senso comum.

SANTOS (1989), no entanto, não observa a questão a partir deste prisma, ao menos no que diz respeito à problematização relacionada ao envolvimento do senso comum. Para o autor, a ciência contemporânea vive um momento de desdogmatização, onde se desvencilha da aura mítica que a coloca como um saber incontestável para compartilhar suas práticas e produções com outros saberes da cultura, como, por exemplo, o saber popular e o senso comum.

Diante de tais questões aqui colocadas, daquelas abordadas na introdução do presente trabalho e dos objetivos propostos pelo estudo em questão, a opção foi pela perspectiva da história oral (QUEIROZ, 1988), tendo em vista a análise das falas de algumas mulheres que vivenciaram situação de violência, visando compreender como se dá a atribuição de significados para determinadas vivências e situações de conflito, assim como identificar condições de vida, concepções acerca de valores, visões de mundo, buscando, desta forma vislumbrar o cotidiano destas pessoas e a maneira como as mesmas lidam com a violência e suas marcas.

O intuito de dar voz às mulheres que vivenciaram a violência por parceiro íntimo apresenta-se como relevante, na medida em que a escuta a seus depoimentos busca valorizá-los e situá-los como documentação da realidade vivenciada por mulheres, que permanece oculta aos olhos da sociedade. Trata-se de considerar, como salientou PAIS (2003), o cotidiano das mesmas como uma rota de conhecimento e não como uma parcela isolável do social.

Nessa perspectiva, a ideia presente é a de que, em suas vidas cotidianas, mulheres, como sujeitos sociais, estabelecem relações e atribuem sentido às suas diferentes vivências. Trata-se, conforme aponta SPINK (2004) de pensar a realidade social não como algo dado, naturalizado, mas construído por sujeitos sociais em suas práticas cotidianas, cujos sentidos e significados atribuídos são caracterizados como “práticas discursivas”, passíveis de serem apreendidas em nível investigativo.

Segundo GERGEN (1985), os estudos sócio-construcionistas têm seu foco nos processos cotidianos e observam como as pessoas falam, percebem e experienciam o mundo em que vivem. A postura clássica desta perspectiva é ser crítica à naturalização dos fenômenos sociais, o que se aproxima dos estudos de gênero, aos quais a presente pesquisa busca fazer, igualmente, uma aproximação, em termos interpretativos.

SPINK (2004) afirma que ao estudar um dado fenômeno social, a perspectiva do construcionismo vai questionar se tal fenômeno realmente precisaria, necessariamente, ter existido, na complexa dinâmica das relações sociais. Por essa perspectiva, o objeto de estudo em um processo investigativo não é, portanto, algo pronto, como acontece quando se trabalha com outras perspectivas teórico-metodológicas que não questionam seus objetos de estudos.

Com o estudo do cotidiano pretende-se, assim, obter uma dada aproximação necessária à realidade observada, de modo que a análise possa garantir que os objetivos propostos sejam alcançados.

3.1. NATUREZA DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma abordagem de natureza qualitativa, tendo em vista que a proposta geral foi a de apreender, através de relatos orais, os significados atribuídos a violências vivenciadas por mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa. Do ponto de vista metodológico, o objetivo foi de dar-lhes voz, considerando as mesmas como sujeitos sociais e de direitos, numa perspectiva de gênero.

De acordo com RIGOTTO (1998), a técnica de depoimentos pessoais possibilita o foco no relato da história do entrevistado, sob um aspecto de interesse definido pelo entrevistador, que exerce papel ativo por dirigir a narração em busca de aprofundar o conhecimento sobre o recorte desejado, e por preocupar-se em superar a dimensão individual do relato, procurando encontrar nele a dimensão do coletivo. Ainda segundo a autora, os depoimentos pessoais não se limitam à emissão de opiniões sobre questões levantadas pelo pesquisador, mas estimulam o entrevistado a falar de suas experiências. Ou seja, trata-se de obter falas significativas acerca de como pensou e como vivenciou determinados problemas, resgatando-os, no momento da entrevista, pelo recurso da memória e de suas narrativas.

Pelas entrevistas em profundidade, buscamos apreender como se dão as relações conjugais de gênero, na perspectiva das entrevistadas, tendo em vista compreender que circunstâncias de vida e visões de mundo mantêm mais estreitamente relações com a questão das diferentes vulnerabilidades de mulheres à violência, por parceiro íntimo.

Foi parte do escopo do trabalho, também, a observação da forma como as mulheres entrevistadas se apropriaram dos benefícios conquistados com a promulgação da Lei Maria da Penha, além da observação dos percursos percorridos em busca de soluções para este problema e de que forma entenderam que o mesmo pôde ser considerado “solucionado”.

Conforme afirma MINAYO (2007), as metodologias de pesquisas qualitativas possibilitam ao investigador incorporar a questão do significado e da intencionalidade dos sujeitos. Assim, a partir desse tipo de perspectiva

metodológica, a abordagem qualitativa do presente trabalho foi adotada, por meio do uso de entrevistas com questões abertas, direcionadas às mulheres em questão, contemplando temas considerados relevantes para a abordagem do problema em questão.

3.2. SUJEITOS DA PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Foi realizado um levantamento das mulheres vinculadas ao Centro de Defesa e Convivência da Mulher - CDCM Casa Viviane, que integra a Rede Leste de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, da cidade de São Paulo, considerando a data do primeiro contato com a referida Casa para apuração do tempo de existência desse vínculo. Dessa forma, as mulheres foram convidadas a participar da pesquisa, sendo que os convites foram feitos, primeiramente, às mulheres com maior tempo de participação nas atividades da Casa. Assim, conforme algumas das mais antigas frequentadoras não aceitaram participar, outras com menor tempo de participação foram sendo convidadas.

Ao final dessa estratégia de seleção, definimos entrevistar dez mulheres, considerando que tal número de entrevistas possibilitaria uma diversidade de experiências que pudessem atender aos nossos objetivos, com base na pesquisa empírica. Foram, de acordo com o acima mencionado, entrevistadas tanto mulheres com maior tempo de participação nas atividades desenvolvidas pela Casa Viviane, ou seja, com cerca de três a cinco anos de participação, quanto mulheres com participação mais recente.

As entrevistas tiveram como base um formulário semi-estruturado (Anexo I), para a caracterização sócio-econômica e demográfica das mulheres, sujeitos da pesquisa, e um roteiro do tipo temático (MEIHY, 2002), conforme Anexo II, onde buscamos cobrir os temas considerados mais relevantes para o estudo e, ao mesmo tempo, deixar espaço para a fala livre dos sujeitos possibilitando, assim, o surgimento de outras questões a serem desveladas pelos diferentes modos de mulheres vivenciarem sua vida cotidiana e problemas específicos, notadamente em relação à questão da violência.

A participação das mulheres ocorreu de forma voluntária e mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo III) por elas, conforme exigência para pesquisas com seres humanos, especificada no item 3.4, que versa sobre aspectos éticos da pesquisa.

A maioria das entrevistas foi realizada na própria Casa Viviane, sendo que, em algumas ocasiões, por conta da indisponibilidade de horários das mulheres, a entrevistadora deslocou-se até a residência ou local de trabalho das mesmas, como foram os casos das entrevistadas Neide, Vivian, Clarice e Ângela.

3.3. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS RELATOS

As entrevistas foram gravadas em arquivo digital MP3, através de gravador de pequeno porte, tendo sido transcritas e revisadas pela própria pesquisadora.

Na transcrição pretendeu-se registrar as diferentes entonações de voz, pausas, interrogações, exclamações, além de outras variações ocorridas na entrevista, que pudessem constituir elementos importantes para análise, pois, segundo QUEIROZ (1988), existe uma perda de parte do registro, na passagem do oral para o texto, e estes cuidados devem ser considerados para que tal perda seja minimizada.

Segundo HAGUETTE (1995), a análise de dados qualitativos não ocorre apenas em uma etapa distinta, após a coleta, mas permeia todo o processo de investigação, sendo considerada desde o momento em que o pesquisador seleciona seu objeto de investigação até aquele momento em que escreverá a sua última palavra, em nosso caso, o texto de nossa dissertação de mestrado.

Desta forma, observa-se o quão relevantes são os relatos obtidos, uma vez que se encontram no cerne do trabalho. Fica, porém a advertência de que os mesmos não podem ser colocados acima das demais etapas, e que sua apreciação deve ser pensada no decorrer do trabalho como um todo, na dialógica que a pesquisa requer, articulando os diferentes passos.

MINAYO (2014) estabelece uma sequência de passos que podem ser seguidos na direção do tratamento e análise dos dados coletados, de forma a auxiliar o processo de leitura, seleção e preservação de conteúdos significativos presentes nos relatos orais.

Numa aproximação à proposta da autora, nosso primeiro passo foi a leitura exaustiva de todo o material empírico, identificando palavras-chave ou expressões que continham aspectos considerados significativos para a análise do problema abordado pela pesquisa. Num segundo momento, estabelecemos relações entre as unidades de registro, em função de sua natureza, tendo em vista a definição de categorias específicas que foram consideradas relevantes para a agrupamento e análise das diferentes modalidades de narrativas apresentadas pelas mulheres.

Neste processo, vale observar que, no geral, tais categorias relacionam-se estreitamente com os temas presentes no roteiro temático, por representarem aspectos de interesse abordados pela pesquisa. O terceiro passo consistiu em definir categorias gerais, a partir da articulação das categorias específicas, tendo em vista empregar uma linguagem menos empírica, mais próxima, portanto, dos conceitos teóricos, tendo em vista a interpretação das referidas narrativas. Assim, as consideradas categorias gerais, quer temáticas quer analíticas, figuraram do índice de nosso trabalho, no item 4, que apresenta resultados e discussões de nosso trabalho empírico.

Na abordagem das narrativas, utilizamos, igualmente, uma aproximação a alguns dos pressupostos da análise do discurso, em termos de “práticas discursivas”, como aponta SPINK (2004), tendo em vista considerar a contextualização dos sujeitos investigados e a identificação do lugar a partir do qual os mesmos teciam e narravam suas vivências, em termos de trajetórias de vida, como maneira de captar o sentido contido nas falas das mulheres entrevistadas.

Em termos interpretativos, as falas, narrativas ou discursos das mulheres foram abordadas à luz de perspectivas das Ciências Sociais e dos Estudos de Gênero, em suas similitudes e diversidade.

3.4. ASPECTOS ÉTICOS

A resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, de 12/12/12, acerca da pesquisa com seres humanos, coloca ao investigador a necessidade de zelar por quatro requisitos básicos: sigilo, riscos e benefícios, voluntariedade e consentimento pós-informado. A proposta deste trabalho inclui o respeito a estes preceitos, garantindo o sigilo, voluntariedade e acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV), onde estão explícitos os objetivos da pesquisa, assim como as garantias e os direitos dos entrevistados.

A pesquisa apresentou riscos mínimos às entrevistadas, havendo apenas a possibilidade de algum constrangimento mediante questões relativas à sexualidade e à violência. Contudo, as entrevistadas foram informadas, na ocasião em que assinaram o TCLE, verbalmente e através deste documento, de que poderiam desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo para as mesmas.

Os dados obtidos pelo presente trabalho estão divulgados nesta dissertação de mestrado e também o serão em publicações e revistas especializadas. As falas gravadas foram identificadas por nomes fictícios, bem como a identidade dos sujeitos entrevistados foi mantida em sigilo.

É notório, contudo, que em pesquisas desta natureza, quando se utiliza da entrevista em profundidade com pessoas, a respeito de determinado assunto, que as mesmas tem a possibilidade de refletir e obter autoconhecimento e aprendizado como benefícios.

O projeto original da presente pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP) e a coleta de dados teve início somente após sua aprovação, conforme anexo V.

O referido projeto dessa pesquisa foi igualmente encaminhado à Casa Viviane, onde foi também autorizada a realização da coleta de dados, conforme anexo IV.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre as mulheres, sujeitos da pesquisa, em síntese

A vivência em situação de violência, experiência comum a todas as mulheres entrevistadas, apresenta, na riqueza de suas narrativas, implicações que marcaram suas vidas de maneira significativa, em diferentes aspectos. Desvelar algumas dessas vivências e buscar compreender o sentido que as mesmas passaram a ter na vida dessas mulheres representa, de acordo com CITRELLI (2007, p. 76), uma forma de trazer à luz a natureza das implicações da violência doméstica e de gênero na vida, assim como nos projetos de vida, de tais mulheres. De acordo com essa autora, “tudo o que há, enquanto não é desvelado, pertence ao reino do nada, do oculto” e tal ocultamento parece ser a maneira de manter a violência acontecendo de forma silenciada, naturalizada e continuada.

Essas mulheres, sujeitos da pesquisa, apresentam diferentes níveis de escolaridade, idades entre 30 e 64 anos, e vivenciaram ou ainda vivenciam, em função de situações peculiares de vida, situações de violência, tendo em comum a frequência ao Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, a Casa Viviane. Esta casa situa-se na zona leste da cidade de São Paulo, faz parte da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência e recebe mulheres em busca de orientação jurídica, psicológica e de assistência social para lidar com tais questões.

Nossas entrevistadas apresentam diferentes tipos de união conjugal, encontrando-se, a maioria das mesmas, separadas de seus companheiros agressores. Todas possuem filhos, sejam pequenos, adolescentes ou mesmo adultos, sendo que algumas, inclusive, são avós. Somente quatro delas relatam exercer atividade profissional remunerada.

Apresentamos, a seguir, o Quadro 1 com a síntese das características sócio-demográficas dessas mulheres, tendo em vista considerar, em termos de aproximação, as condições sociais de cada uma delas, passíveis de serem cotejadas com as trajetórias de vida das mesmas, situações de violência vivenciadas e visão de mundo acerca das questões de gênero, considerando o lugar a partir do qual desenvolvem concepções acerca da Lei Maria da Penha, das situações de desigualdade e iniquidade de gênero entre homens e mulheres em nossa sociedade, assim como acerca das marcas presentes, aprendizados e mudanças.

Quadro 1: As mulheres, sujeitos da pesquisa, em síntese

Entrevistada	Idade	Nível de Escolaridade	Trabalho profissional	Filhos	Tipo de união conjugal
Débora	40	Ensino médio	Não	01	Separada
Naná	64	4ª série	Não	02	Divorciada
Clarice	30	Superior - cursando	Sim	02	Solteira
Hilda	36	Ensino médio	Sim	02	Separada
Neide	57	5ª série	Sim	03	Divorciada
Fiamiris	50	Ensino fundamental	Não	01	Casada
Ana Cristina	40	Superior - tecnólogo	Não	02	Separada
Ângela	46	Superior	Sim	02	Separada
Vivian	49	5ª série	Não	06	Casada
Clara dos Anjos	37	7ª série	Não	05	Divorciada e convivente

Tendo em vista que nos relatos orais ganha relevância tais condições de vida, por considerar de que lugar o sujeito fala; no caso da violência, podemos observar o quanto o lugar do qual as mulheres proferem seus discursos e

tecem suas narrativas acerca das temáticas acima mencionadas ganha expressão notadamente no significado que passam a atribuir às situações de violência vivenciadas, às marcas presentes e expectativas em relação a novos projetos de vida e desafios a serem enfrentados. Tratam, portanto, daquilo que podemos entender como circunstâncias de vida, para empregarmos expressão consagrada por Ortega y Gasset quando afirma “eu sou eu e minhas circunstâncias” que se encontra, segundo CARVALHO (2009) nas *Meditações do Quixote*, querendo significar a circunstância “muitas coisas: sentimentos, ideias, valores, época, sociedade, com as quais permaneço em relação enquanto vivo” (p.333). Afirma ainda que, “segundo Ortega y Gasset, a situação concreta, nuclear e vital do sujeito é o ponto de onde parte para pensar toda a realidade” (p.333), numa concepção alargada de circunstância, que contempla a realidade pessoal, mas vai além, pois considera circunstância “tudo o que rodeia o eu: a realidade cósmica, a corporeidade, a vida psíquica, a cultura que se vive, nela incluída também as experiências acumuladas no tempo”(p.332).

É, portanto, nessa perspectiva de contemplar as várias mulheres entrevistadas, considerando suas circunstâncias de vida, que optamos por apresentar as várias categorias temáticas do presente trabalho em termos de narrativas capazes de identificar as trajetórias de vida dessas diferentes mulheres, a partir das quais podemos observar a complexidade de que se reveste a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, como objeto de conhecimento, e as implicações que tal complexidade traz para a implementação de políticas públicas tendo em vista implicar, de fato, a existência da Rede de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher que contemple, em termos de acolhimento, as necessidades e demandas das mulheres vivendo em situação de violência.

4.1. SITUAÇÃO ATUAL E CONTEXTO DE VIDA

Considerando a complexidade de que se reveste o fenômeno da violência contra a mulher em nossa sociedade, recorreremos aos relatos orais de

mulheres que a vivenciaram, de maneira a reconstruir tal vivido pela rememoração do mesmo, de forma que pudéssemos cotejar a situação atual de vida de nossas entrevistadas com a experiência vivenciada em relação à violência. De acordo com LANG et al. (1998, p.14-15), a memória está entrelaçada fenomenologicamente ao sentimento de identidade de tal maneira que, tomando o conceito de identidade em seu sentido mais superficial, ou seja, aquele que se refere à imagem de si para si e para os outros, a memória torna-se importante em relação à continuidade e à coerência de um sujeito na construção de si mesmo e de sua história.

Para BRAH (2006), o conceito de experiência ganha expressão para a própria formação do sujeito, notadamente no feminismo, que passa a valorizar o “pessoal” como expressão do “político”, relacionando socialidade e subjetividade e dando voz e visibilidade às mulheres.

Desse modo, embora a experiência não reflita “de maneira transparente uma realidade pré-determinada”, apresenta-se, no entanto, como uma “construção cultural”.

No excerto a seguir, a referida autora sintetiza sua reflexão acerca do conceito de experiência, cuja ideia vai ao encontro do presente trabalho:

De fato, “experiência é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a verdade, mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (BRAH, 2006. p. 360).

Dessa forma, introduziremos nossa reflexão apresentando os relatos das mulheres entrevistadas onde pudemos identificar como se encontravam no momento da entrevista, o sentido que atribuíam à sua vida naquele momento, assim como a relação existente com algumas vivências ou marcas do passado, às quais se apresentam como desafios ou superações que se revelam de

maneira significativa no modo como passam a enxergar e conduzir a sua vida, na atualidade.

4.1.1. Novo sentido para a vida

A atribuição de um sentido para a vida remete à consideração da existência de um futuro. De acordo com FRANKL(1991), a perspectiva de um futuro é peculiaridade do ser humano e é o que o sustenta diante de diferentes situações adversas, sendo entendido como um vir-a-ser, um nada que depende de escolhas presentes para se tornar algo.

Para o autor, atribuímos sentido à vida na medida em que respondemos às demandas que nos são apresentadas em determinadas situações. O autor considera, assim, a existência de uma liberdade interior (*geistig*) que estaria presente mesmo em situações extremas como a que fora vivenciada pelo mesmo em um campo de concentração. Continuará existindo, portanto, um “resquício de liberdade do espírito humano, de atitude livre do eu frente ao meio ambiente, mesmo nessa situação de coação aparentemente absoluta”, restando ao sujeito, assim, a possibilidade de agir de maneira a direcionar sua vida de acordo com sua autodeterminação.

Dessa forma, consideramos que as narrativas de algumas mulheres entrevistadas apontam para a existência de um novo sentido para suas vidas, independentemente de estarem separadas de seus companheiros agressores, ou mesmo vivendo com eles.

No caso de mulheres separadas, encontram-se Naná e Clarice. Abaixo apresentamos relatos de Naná:

Ah, de divórcio tá muito bem. Graças a Deus. Depois que eu divorciei, foi só beleza. Ah, que eu tenho, agora... Agora, eu não tô tendo nada de coisa ruim. Pra mim, tá tudo bem. [...] Meus filhos é maravilhoso. Meus filhos, nossa... Eles, comigo, é muito bom. Muito. Eles não é só meu filho, é meus amigos. [...] E com o meu ex-marido também, a gente não é de mal. A gente conversa. Tá numa boa. Graças a Deus, tô numa boa. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados.)

Pelo relato de Naná, podemos observar que a sua situação atual e seu contexto de vida parecem apontar para a existência de uma superação da situação de violência vivida com o ex-marido, numa relação considerada amigável com o mesmo e o destaque para o convívio solidário e prazeroso com os filhos.

Vale, no entanto, considerar, quando observamos seu relato, que dar um novo sentido para a vida implica superar ou mesmo conviver com possíveis marcas deixadas por uma dada situação de violência vivida pela mulher em relacionamento passado, conforme parece indicar a narrativa abaixo dessa nossa entrevistada, quando se refere a questões presentes que parecem dificultar a reconstrução de suas relações afetivas na atualidade:

Inclusive, agora mesmo, já fez cinco, já fez seis anos que eu tô divorciada, mês de agosto, apareceu um senhor querendo namorar comigo e tudo, né? [...] Agora, eu tô namorando, né? [...] Deu trabalho pra mim aceitar. Porque eu achava que todo homem... Eu não queria saber de homem na minha vida. Então, quer dizer, que ficou marcado isso aí. E alguma coisa que, às vezes, ele faz... [...] alguma coisinha de ciúme, assim, eu já fico, já fico com o pé atrás, né? Porque quem passou uma vez, pra passar duas, não dá. [...] Teve um dia que ele falou, sabe uma coisa, ameaça de ciúme? Aí eu já corto logo, né? Já explico: "-Eu passei isso aí, eu não quero passar de novo. A gente tá namorando. A gente não é casado. A gente não é nada. Qualquer coisa, vamos acabar. Porque se você continuar desse jeito, eu não quero isso pra mim mais." (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados.)

O ciúme, que fora outrora vivenciado por Naná, em relacionamento anterior, o qual ela teme que possa ressurgir em sua relação afetiva atual, encontra-se manifestado em seu relato abaixo:

Porque, às vezes, chegava no meio de gente, o ciúme dele, era muito ciúme. Ciúme danado. Que ele enciumava até dos irmão. Até dos irmão dele, ele enciumava. Ele, o problema dele era mais, mais ciúme. Que ele enciumava muito. Não podia conversar com ninguém, que ele tinha ciúme. A gente vinha nas reunião, assim, de família mesmo. Por exemplo, um aniversário, um casamento. Inclusive uma vez, minha filha ainda era pequena, ele me deixou lá na festa de um casamento de uma sobrinha, né? Ele deixou eu lá e veio embora. Me deixou sem, sem condução, sem nada e veio embora. Me deixou eu sozinha lá." (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados.)

Pelo primeiro relato apresentado, podemos observar que, na fala de Naná, a resistência a um novo relacionamento, a despeito de se encontrar há cinco anos divorciada e ter bom relacionamento com o ex-companheiro,

encontra-se manifesta, em expressões como: “Deu trabalho pra mim aceitar”, “Eu não queria saber de homem na minha vida” e “quer dizer que ficou marcado isso aí”. As “marcas” a que se refere essa nossa entrevistada evidenciam-se na menção que faz a um possível risco em viver novamente uma relação afetiva e/ou conjugal de desconfiança, relacionada a questões como “ciúmes”, ao que parece, vivenciadas por ela, com o antigo companheiro, de forma significativa, portanto, “marcante”.

Cabe mencionar que, considerando que a violência contra a mulher tenha suas raízes em questões culturais e estruturais presentes em nossa sociedade, o ciúme – que também pode ter sua origem relacionada à cultura e à estrutura de nossa sociedade, foi apontado por ADEODATO et al. (2005), em trabalho realizado junto a Delegacia da Mulher do Ceará, como um dos mais referidos desencadeadores de agressões contra mulheres, ao lado do álcool, sendo que a associação de álcool com ciúmes esteve presente em 30% da amostra estudada pelos autores.

Nos relatos de Naná parece evidenciar-se uma convicção da mesma no sentido da importância de manter sua autonomia, como sujeito de direitos, numa relação não somente de igualdade, mas de equidade de gênero, operando uma ruptura com o padrão de vida conjugal do passado, conforme parecem indicar, em especial, suas falas que retomamos a seguir: “Porque quem passou uma vez, pra passar duas, não dá” e “Porque se você continuar desse jeito, eu não quero isso pra mim mais.”

Figura 1 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Naná

A seguir, apresentamos narrativa de outra entrevistada, Clarice, acerca de sua condição atual de vida, inscrita nessa mesma categoria de Naná, que intitulamos “Novo sentido para a vida”:

Minha vida, agora, eu acho que tá sendo a melhor parte dela, né? Eu tô...tenho paz, tenho tranquilidade, tenho pessoas com quem eu posso contar, né? Aprendi que eu tenho que contar com outras pessoas, tenho uma rede de apoio que me ajuda. E procuro enfrentar as dificuldades, quando elas surgem. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

A exemplo de Naná, Clarice parece igualmente estar atribuindo um novo sentido para sua vida ao afirmar que vive, no momento, a melhor parte da mesma, por desfrutar paz, tranquilidade e poder contar com uma rede de apoio na situação atual, o que não possuía quando de seu relacionamento com o ex-

companheiro. Isto porque, conforme podemos observar em relato abaixo, tal relacionamento é referido por ela como conflituoso, notadamente pelas condições de dependência química do referido companheiro, que exigia dessa nossa entrevistada cuidado constante e responsabilidade para com o mesmo, não somente pelas implicações decorrentes do uso frequente de álcool e drogas pelo então companheiro, mas, igualmente, por ser ela a única responsável pela própria manutenção da casa, assim como pelo cuidado com os filhos.

Foram tantas coisas ruins. Mas, assim, os momentos que eu tenho mais dor, assim, de lembrar era quando ele chegava, às vezes, de manhã, totalmente drogado ou bêbado e eu ficava tentando fazer com que meu filho não visse ele daquele jeito. Porque, às vezes, ele chegava no período em que eu tinha que ir, já tava quase saindo pra trabalhar e tinha que levar meu filho na escola antes disso, né? [...Isso] me marcou totalmente. Me marcou totalmente e, assim, hoje em dia infelizmente eu ainda vejo como um período que eu não quero lembrar. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pesquisa realizada por ROSA et al. (2008), com homens que se envolveram em violência conjugal e participavam voluntariamente do Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar de um município de porte médio de Santa Catarina, apontou três categorias relacionadas às justificativas apresentadas pelos homens para a agressão: “ela”, “eu” e “outros”. Dentro da categoria “eu”, onde foi observada uma “responsabilização” dos próprios homens pela violência praticada, havia a subcategoria “dependência química”, onde tal dependência era apontada pelos mesmos como relacionada à prática da violência, ao lado da subcategoria “situação financeira”.

Tal relação, contudo, parece “desresponsabilizar” o homem por sua ação, uma vez que, assim como o uso do álcool, a drogadição poderia ser considerada simplesmente um desencadeador (ADEODATO et al., 2005) de uma ação que decorre de relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres (MENEGHEL et al., 2011)

Outra questão, no entanto, relacionada à drogadição e, ao que parece, mais pertinente à situação vivenciada por nossa entrevistada Clarice, diz respeito a chamada co-dependência que seria desenvolvida por familiares dos

dependentes químicos onde os mesmos apresentariam, principalmente, medo, culpa, cuidado e/ou controle, mudanças no estilo de vida e desconfiança na relação com o familiar dependente químico (MORAES et al., 2009).

Como estratégia para um novo modo de andar na vida, nossa entrevistada aponta, na narrativa abaixo, o que parece indicar o desejo de maior autonomia, assim como de possível superação da situação antes vivida, da qual revela trazer marcas e não desejar lembrar. Anseia, assim, ser uma melhor artesã, melhor estudante, melhor dona de casa, tendo em vista viver em família com seus dois filhos. No entanto, ao lado desse desejo, podemos observar, igualmente, a expressão de certa fragilidade, do ponto de vista afetivo, manifestado por nossa entrevistada ao mencionar “uma lacuna” em sua vida, por não contar com a convivência de um novo companheiro, convivência essa que se expressa ao mesmo tempo como desejo, mas também como medo. A relevância assumida por um novo relacionamento afetivo e conjugal adquire, ao que parece, grande significado para essa nossa entrevistada, quando se refere a um de seus dilemas e desafios para elaborar um novo projeto de vida: “não posso voltar mais e, daqui em diante, eu não sei como caminhar só”.

Eu procuro, eu vivo minha vida. Sigo. Procuro ser uma boa mãe. Ainda me sinto meio perdida, porque tem um monte de coisas em mim que eu gostaria de desenvolver melhor e eu não consigo, né? Que eu sou artesã. Eu queria ser uma artesã melhor, me dedicar mais. Queria ser uma estudante melhor, uma mãe melhor, uma dona de casa melhor. Mas, mesmo assim, eu procuro dar o meu melhor sempre. Mas essa questão mesmo, a emocional, pra mim mesmo é uma lacuna, agora. Eu sinto, ainda, uma necessidade muito grande de ter um companheiro. Queria muito ter um companheiro, mas ao mesmo tempo tenho muito medo, né? Porque é como se eu tivesse vivido uma parte da minha vida que eu, realmente, não posso voltar mais e, daqui em diante, eu não sei como caminhar só. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Os desafios em relação à busca de um novo relacionamento íntimo podem ser observados, em nosso entendimento, nas tentativas abaixo relatadas, que apontam para o mesmo dilema acima descrito, de desejo e medo, em termos da concretização de tal tipo de relacionamento.

Atualmente não [tenho relacionamento]. Eu tive um namorado, depois que a gente terminou. Tem dois anos que a gente se separou. Esse ano, eu tive um [outro] namorado por dois meses. Depois eu fiquei com mais dois caras, mas é muito difícil conciliar e até mesmo pensar em outra relação. É bem complicado. Bem complicado. Tô muito desiludida. [risos] Acho que com o tempo, as coisas vão encaixando, né? Mas ainda é bem complicado. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Esse conjunto de relatos apresentado por Clarice, em sua entrevista, permitem apontar a complexidade da situação de vida em que se encontram diferentes mulheres, cujas matizes revestem-se de marcas, muitas vezes difíceis de apagar, por manterem-se vivas, dificultando novos projetos de vida, a despeito dos desejos, conforme relato abaixo:

Vendo ele usando droga ao invés de tá pensando no nosso filho. Tanto é que ele nunca deu um pacote de fralda pro nosso filho. Hoje em dia até ele não paga pensão. Ele, simplesmente, é totalmente omissa, né? E essas eram as... são as marcas que mais me deixam triste.

E continua:

Porque eu sempre me esforcei pra ser uma boa esposa, o que as pessoas cobram. Ser uma boa esposa, fazia as coisas o melhor possível, pagava as minhas contas, tava do lado dele sempre quando ele precisou. Na clínica de reabilitação a mãe dele não foi visitar, mas eu sempre fui. E eu não achava que eu merecia aquilo, né? Que meu filho, também, não merecia nada daquilo, ver o pai daquele jeito e eu grávida, ainda. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pelos relatos de Clarice, observamos que a mesma ainda vivencia sentimentos relacionados à sua vivência no passado, junto ao ex-companheiro, a despeito de sua aparente perspectiva de viver no futuro um relacionamento de maneira diferente.

Dessa forma, podemos considerar que mesmo diante da ideia de um almejado futuro, o passado continua presente, o que remete a FRANKL (1991) quando afirma que o passado é, não será apagado. Assim, mulheres que uma vez vivenciaram violência no relacionamento conjugal convivem com essa memória, daí a importância da atribuição de sentido para a mesma, pois, seria essa a maneira de atribuir sentido para a própria vida.

Figura 2 - Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas e a superar da entrevistada Clarice

Nos relatos abaixo, de Fiamiris e Vivian, podemos observar um novo tipo de narrativa, tendo em vista que essas entrevistadas encontraram, na própria convivência com os companheiros antes agressores, um novo estilo de vida e de convivência conjugal.

Ta bem, ta super bem. Assim, agora eu to bem. Eu venho aqui na Casa Viviane. Também to fazendo um curso lá no CEU. Logo que eu cheguei aqui eu fiz um outro curso lá no Itaim que chama Promotoras Populares Legais e a gente fala da questão da Lei Maria da Penha, né. Por enquanto a gente não ta trabalhando, mas de repente no futuro vai ter né. Então a gente aqui na Casa Viviane ta sempre em muitas atividades, aqui é muito intenso né. Depois de amanhã tem o Chá Lilás, não sei se elas já falaram pra você, que tem esse Chá Lilás [...]Então é muito intenso, porque depois de amanhã tem o Chá Lilás, aí você vem, tem palestra. Tem uma palestrante, a gente sempre ta aprendendo alguma coisa. Então isso já da uma mexida na vida da gente também, aí que nem semana passada eu cheguei aqui, que eu faço parte de um

grupo social aqui também, então tem bastante atividade aí, às vezes também eu vou pra rua, entregar panfleto da casa, foi pra um ato, sempre tem alguma coisa, é bem interessante. [...] Também agora to participando do grupo das mães de maio, não sei se você conhece esse grupo? [...] E essa mães de maio, elas criaram em 2006, lembra ¹[...] É, morreu bastante pessoas, só que eles não relatam quantas[...] A gente tá bem nessa luta aí. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro)

Pelo relato acima de Fiamiris, podemos observar que a mesma apresenta um discurso que consideramos exemplar em termos da busca de um novo sentido para a vida diante da necessidade de superação de uma complexa situação de violência vivida, evidenciada pelo autoritarismo do companheiro e, notadamente, pela morte violenta do filho, assassinado pela polícia em 2013. Em vários de seus discursos podemos observar que a questão da perda de seu filho, em situação de violência extrema, se, por um lado, parece representar uma marca profunda, por outro parece indicar o quanto a sua busca por envolvimento e mesmo engajamento social, a exemplo da participação no grupo mães de maio, é reveladora dos próprios benefícios recebidos por ela mesma em termos da aquisição de maior autonomia frente ao autoritarismo do companheiro, assim como o que podemos designar como o empoderamento feminino frente a situações adversas, que ainda continuam a desafiá-la, a partir de um novo olhar, notadamente diante da convivência com o mesmo companheiro de outrora.

Fiamiris relata, também, ter concluído o curso “Promotoras Legais Populares” idealizado pela equipe Themis e pela ONG União de Mulheres de São Paulo que, de acordo com OLIVEIRA (2006) e DOURADO e SOARES (1998), trata-se de um curso que tem o objetivo de capacitar lideranças comunitárias femininas acerca de leis e de mecanismos jurídicos possíveis de serem acessados pelas próprias mulheres em defesa das mesmas, o que vai ao encontro dessa sua trajetória rumo ao empoderamento e a autonomia e aponta para a sua nova situação de vida.

¹Fiamiris refere-se ao Movimento Mães de Maio criado por mães de rapazes mortos, assassinados pela polícia de São Paulo, principalmente em maio de 2006, ocasião em que houve “toque de recolher” nessa cidade e ocorreram diversas mortes de policiais e por policiais. <http://www.maesdemaio.com/>, <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,veja-a-cronologia-dos-ataques-do-pcc-em-2006,1732401>

Os relatos, a seguir, permitem indicar alguns desafios, assim como a nova postura que a entrevistada relata assumir no novo tipo de relacionamento que busca imprimir em sua vida conjugal, indicadora, igualmente, das conquistas de equidade de gênero pela superação da fragilidade e da dominação a que antes se expunha frente ao autoritarismo do marido:

[...] Assim, tenho uma questão que o Tomé ele é uma pessoa assim muito autoritária, assim. [...] no começo eu não tinha essa questão com ele. Aí depois de uns anos pra cá, por causa da questão do meu filho [assassinado], teve questão de abuso sexual na infância tal, e por causa disso eu acho que eu fui ficando fragilizada...aí ele [marido] começou a me dominar. Assim, eu não percebia um pouco, eu percebi agora depois que eu vim pra Casa Viviane, porque conforme eu tinha que lidar com a situação do meu filho, meu filho mudou muito o comportamento dele, aí eu tinha que lidar com a infelicidade do meu filho, que era muito forte, assim, eu não conseguia lidar, não conseguia entender, não conseguia perceber que ele [marido] tava tomando conta de mim... (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro)

Ao lado da percepção de uma submissão característica de muitas mulheres frente à cultura machista predominante em nossa sociedade, mencionada no relato acima, podemos observar igualmente o tipo de comportamento ou postura que Fiamiris relata assumir diante de situações vividas, buscando, ao que parece, uma relação mais igualitária e equitativa no andar da vida cotidiana, com o mesmo companheiro, conforme relatos abaixo:

E do meu filho [falecido], assim, quando ele tava nervoso bateu no meu filho, também já agrediu a minha filha, ele tem algumas coisas assim, mas ele, mas isso aí, assim, mas ele já mudou bastante, assim, isso aí de mim foi uma vez, eu enfrentei, não fez mais. [...] Mas a gente percebe que ele é uma pessoa que tem...que perde os controles né. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro.)

Eu acho que o que marca mais pra mim foi em relação aos meus filhos, comigo assim, eu acho que eu consegui me defender bem. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro.)

Eu contorno com humor, sempre to brincando, porque eu acho assim que é um caminho melhor, é um caminho que eu não fico tão mal, e assim, eu vejo que vai...começou a dar resultados. Mas eu aprendi também, depois que eu to na Casa aqui, antes eu ficava com a cara fechada, ficava chateada. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro.)

Figura 3 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas e a superar da entrevistada Fiamiris

Em relação à nossa entrevistada Vivian, que convive, a exemplo de Fiamiris, com o mesmo companheiro, podemos igualmente apontar o que entendemos como um novo sentido para a vida atual.

Ah... Ta bem. Não... Assim né, pequenas coisas né, que há mesmo entre casais, pequenas coisas que a gente consegue resolver logo né. [...] Não. Ta, ta bem. Nós tamos bem, né, porque quando eu cheguei na Casa Viviane o que acontecia, vou entrar um pouco na vida conjugal né, meu marido ele bebia na época, né, e eu também, eu de certa forma eu também bebia, né. Aí ele veio de um casamento desfeito, eu também vinha de relacionamentos desfeitos né, ficou aquela bagunça. Mas a gente ta perto um do... O ser humano ele tando perto um do outro, ele sente né, um ao outro, eu não sei, eu tenho muito isso, olhar no olho, sentir, ouvir, perceber na voz o que é o que não é, eu tenho muito isso, até a psicóloga falava

muito disso, mas é um, um jeito meu. E... o meu marido... Então a gente, na época, a gente brigava demais, constantemente a gente brigava, né, houve agressão, tanto da parte dele quanto da minha também, né, então havia esse tipo de situação aqui dentro de casa, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, vivendo com o companheiro)

No relato acima, podemos observar uma narrativa dessa nossa entrevistada que permite apontar para a existência de um processo de mudança vivido, notadamente em termos das relações conjugais e de gênero, quando afirma encontrar-se vivendo bem com o companheiro, diferente de período anterior à sua frequência na Casa Viviane, quando vivenciava situações de brigas constantes, levando inclusive, a agressões mútuas.

Nos excertos abaixo, podemos observar o desenrolar desse tipo de situação vivida no passado, assim como estratégias de busca de superação para a relação conflituosa que mantinha com o referido companheiro:

... [A situação] chegou até ir pra processo, né, só que depois foi dado baixa, porque... aí ele parou, quando ele viu que realmente eu estava decidida, que eu falei pra ele: não, porque senão vai ser em vão toda a minha vida. Falei: olha Pedro, vou te falar uma coisa, se eu aceita essa situação [alcoolismo e violência], vai ser tudo em vão a minha vida pessoal pra mim, então, que adiantou eu separa de um marido quando eu tinha 20 anos, que bebia, que era alcoólatra, se agora com 40 e pouco eu vou acabar a vida com um homem que é alcoólatra também, e outra, e você diz...aí me chamou a atenção uma coisa que ele falava: Eu não sou alcoólatra, eu não sou alcoólatra, eu não vou fazer...[tratamento] eu bebo, a hora que eu quiser para eu paro... Eu falei: Pera aí, se você... porque eu tenho depressão e eu to lutando pra me ajudar, não fico... só... não quero que ninguém fique coitadinha isso e aquilo, eu vou atrás pra me ajuda, pra mim sair dessa situação, e ta vendo o que você ta dizendo pra mim, que você bebe, porque você quer, você prejudica outras pessoas, deixa todo mundo, seus filhos, a sua mãe, que ficava atrás de você, preocupada com você, e ce ta dizendo que ce faz isso então de caso pensado, você não se preocupa com as pessoas, então você é sem-vergonha, você é... é, é egoísta, então você, porque eu não, eu tenho uma doença, ce ta dizendo que ce não tem uma doença, ce ta dizendo que ce não é alcoólatra, que ce não tem doença, que ce pára de bebe quando ce quiser, então quer dizer que ce ta fazendo tudo isso, que ce ta causionando esse problema todo aqui... porque me afetava muito aqui, não sei porque, mas a bebida dele me afetava muito, mesmo que ele não viesse com..., me ofende, essas coisa, mas é uma pessoa que ta fora de órbita, eu naquele estado [depressão], como é que tava então a situação família aqui, quem era o adulto sã consciência aqui, né, então, me mexia comigo aquilo, sabe, e aí eu comecei a fala isso pra ele. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, vivendo com o companheiro).

No diálogo que Vivian relata ter travado com o companheiro, podemos observar a sua capacidade reflexiva frente à situação de alcoolismo do companheiro, ao que parece reiteradamente negada na clássica linguagem

defensiva característica de muitos etilistas: “Eu não sou alcoólatra, eu não sou alcoólatra, eu não vou fazer... [tratamento], eu bebo, a hora que eu quiser para eu paro...”

Interessante observar que exemplifica a capacidade reflexiva de nossa entrevistada o fato de a mesma utilizar, como estratégia, a contra-argumentação à clássica expressão de negação do alcoolismo do companheiro, acima mencionada, à qual a entrevistada atribui a força necessária para provocar uma mudança no comportamento do mesmo, mudança essa que possibilita, ao que parece, estarem vivendo, no momento da entrevista, uma situação considerada por ela como significando uma nova direção para o relacionamento de ambos.

Nesse seu relato, a entrevistada parece demonstrar igualmente uma negação ao estereótipo de vítima de determinadas circunstâncias, em seu caso, da depressão, também como forma de contra-argumentação à passividade do companheiro frente à prática naturalizada do etilismo.

Assim, a ideia presente de que Vivian encontrou um novo sentido para a vida pode ser ilustrada no relato abaixo, onde a mesma reconhece modificações no comportamento de seu companheiro que possibilitaram sua decisão em manter o relacionamento, ao invés de rompê-lo.

Foi as palavras que eu falei, que eu acho que mexeu muito com ele mesmo, eu falei: então, você é uma pessoa egoísta demais, né, ce é uma pessoa sem caráter, e comecei a falar coisas assim, que, ele, que é machista, não gostaria de ouvir de uma mulher, né, e falei mesmo, firme. [...] O Pedro foi um homem que ele fez mudanças, eu dou risada assim, né, mas ele não dá a mão à palmatória. [...] Eu percebo pela situação, né, mas ele não dá [a mão à palmatória], eu também falo: pra mim também não me interessa [de] que forma seja resolvida a situação, só importa que seja resolvida, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, vivendo com o companheiro)

As modificações observadas por Vivian no comportamento do seu companheiro parecem indicar uma mudança na relação de ambos que, de acordo com a mesma, partiu de sua decisão em conversar com ele, contra-argumentando e confrontando até que houvesse uma resolução da situação.

A resolução da situação da violência é possível, de acordo com LIMA e WERLANG (2011), pelo que essas autoras denominaram de *Transforma-Ação* que, no caso de Vivian, incluiu a atribuição de sentido pela mesma para sua própria história de vida e a valorização dessa história, como ficou evidenciado em seu discurso onde ela está posicionada como alguém que toma decisões, que age e não fica inerte frente a outras pessoas. Assim, segundo as autoras, mulheres que transformam sua forma de ação, da passividade e repetição de comportamento aprendido para a atividade e independência, podem transformar suas próprias vidas.

Nos relatos de Naná, Fiamiris e de Clarice, parecem também evidenciar-se as ações dessas mulheres. No caso de Fiamiris, pelo engajamento político e intensa participação em diversas atividades, principalmente àquelas relacionadas à Casa Viviane, da mesma forma que Clarice busca o aprimoramento de seu trabalho e mantém-se, ativamente, distante do ex-companheiro e Naná posiciona-se no novo relacionamento afetivo de maneira a preservar sua autonomia e sua condição de sujeito de direitos. Tais práticas que mobilizaram as vidas de tais mulheres a caminho da transformação, vão ao encontro do que, conforme abordado anteriormente, apontaram LIMA e WERLANG (2011). O excerto abaixo, dessas autoras, sintetiza o que as mesmas consideram transformação e sua relação com a violência contra a mulher:

Sugere-se compreender a palavra *transformação* a partir de um novo significado, considerando que, para ser possível passar para um novo estado de ser (transformar), é necessário a criação de um sentido para o que se pratica (ação), pois é somente através de um novo modo de ação, uma ação diferenciada da mera repetição, que essas mulheres poderão cessar a violência sofrida (LIMA e WERLANG, 2011. p. 519).

Figura 4 – Diagrama da linha narrativa da situação atual de vida, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Vivian

4.1.2. Busca por autonomia e por direitos, mas vivendo ainda numa situação de vulnerabilidade

Dentre as mulheres entrevistadas, Débora e Hilda encontram-se em dada situação que podemos caracterizar como de busca por autonomia, assim como por direitos, tendo em vista encontrarem-se ainda com dificuldades que limitam novos projetos de vida, como por exemplo, o desemprego, a falta de creche, a resistência dos antigos companheiros à separação e a desobediência à medida protetiva de urgência por parte dos mesmos.

Além da vulnerabilidade social a que estão expostas as mulheres em situação de desemprego e falta de creche, a resistência do antigo companheiro em aceitar a separação, por diferentes motivos, faz com que tais mulheres estejam duplamente vulneráveis, pois, vivem em situação de medo de um possível encontro indesejado com o ex-companheiro, fato que as deixaria, segundo suas narrativas, diretamente expostas à novas situações de violência.

Em relação à Débora, a questão do desemprego e das dificuldades para conseguir creche para seu filho pequeno, ao lado da resistência do antigo companheiro à separação, apresentam-se, ao que parece, como desafios relevantes que limitam novos projetos para uma vida autônoma, embora desejada, o que pode ser observado nos relatos abaixo:

A vida agora está boa, falta só um emprego. E eu tenho só dificuldade com ele [filho pequeno] né, não posso deixar só, e eu não consigo ninguém pra cuidar dele, escola período integral é só paga né, e atualmente eu não tenho como. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

[...] Porque assim, eu pedi também a proteção. Pedi, né, a medida [Medida Protetiva]. Mas ele não respeita, não respeita. Ele vai lá a hora que ele quer. Já foi essa semana passada duas vezes, vai a hora que ele quer. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

As duas primeiras questões, falta de emprego e de creche, referem-se notadamente às características de vida das camadas populares, cujas condições levam muitas mulheres separadas, com filhos, a dependerem dos aparatos sociais do Estado, no caso de creches para seus filhos pequenos e, sobretudo, de sua inserção na força de trabalho. Isto porque tradicionalmente algumas dessas mulheres viveram dedicadas ao lar e ao cuidado com os filhos, tendo seus maridos como os “provedores” do lar, como é o caso de Débora.

Essa condição de “dependência” financeira de um provedor aparece ao lado do comportamento do ex-companheiro que persiste, segundo narrativa a seguri, em manter a relação com nossa entrevistada, ou mesmo, impedir um novo direcionamento e autonomia para a vida da mesma.

Continua [frequentando a casa da entrevistada], porque ele não aceita que eu arrume outra pessoa. Não aceita. Ele fala que é pra viver eu e o meu filho porque ele vai lá a hora que ele quiser. Eu falei: não é por aí. Eu não vou aceitar isso. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Ao assumir uma postura de afirmação pelo rompimento dessa antiga relação, conforme relato abaixo, Débora parece buscar afirmar sua autonomia de gênero frente à uma situação de violência que ainda persiste, sob outros moldes, a exemplo da violência psicológica que sofre, tendo em vista que o ex-companheiro busca constrangê-la e dominá-la mesmo após a separação.

Sim. Porque ele liga né. Ele vai lá, ele fica brigando na porta, porque eu não abro a porta pra ele. Ele fica do outro lado lá, brigando, gritando do outro lado, e os vizinhos ficam olhando, não fazem nada. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Vivendo uma situação atual que a oprime, pela estratégia usada pelo antigo companheiro de constante intimidação, passível de ser traduzida numa forma de violência, a psicológica, podemos observar, no relato abaixo, a vulnerabilidade a que estão expostas mulheres que vivenciam tal tipo de situação e que dispõem tão somente da própria Lei Maria da Penha para sua proteção, para garantia de seus direitos, assim como de sua própria integridade física. Isto tendo em vista que, no caso de nossa entrevistada, a Medida Protetiva obtida, conforme mencionado em relato anterior, não é respeitada pelo agressor, o que apontaria para uma limitação do alcance da Lei Maria da Penha nesses casos onde a judicialização da vida privada não representaria, de fato, a proteção necessária para mulheres que continuam vivendo em situação de violência, a despeito da referida Medida Protetiva obtida. (DEBERT e GREGORI, 2008 e RIFIOTIS, 2008)

As Medidas Protetivas de Urgência estão previstas no Título IV, Capítulo II da Lei Maria da Penha, artigos de 18 a 24. O artigo 22 estabelece Medidas Protetivas de Urgência que estabelecem obrigações ao agressor e podem suspender a posse ou restringir o porte de arma do mesmo; afastá-lo do local de convivência com a ofendida; proibí-lo de determinadas condutas, entre as quais, aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando limite mínimo de distância do agressor; proibir o contato com a ofendida,

familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação e proibir a frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida (BRASIL. Lei 11.340, 2006). Em relação à nossa entrevistada Débora, a desobediência à medida protetiva por parte do agressor, além de implicar na manutenção dessa nossa entrevistada numa situação de vulnerabilidade diante da possibilidade latente de vivenciar novos episódios de violência, aponta para uma limitação, ainda presente, do alcance da proteção e da garantia dos direitos das mulheres.

Figura 5 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas e a superar da entrevistada Débora

No caso da entrevistada Hilda, aspecto relevante a observar é como, diante da concretização do rompimento de uma relação de violência e opressão, os sentimentos de liberdade, autonomia e esperança, que tal rompimento passa a significar, permitem apontar para o reconhecimento das

próprias possibilidades de um “recomeçar de vida”, ainda que o mesmo sinalize o limiar de um longo processo, ou seja, significa tão somente um “primeiro degrau”, conforme fala de nossa entrevistada, a seguir:

A minha vida atualmente tá, eu posso dizer que eu comecei a pisar no primeiro degrau pra recomendar a minha vida. Deu uma parada, mas eu comecei a pisar no primeiro degrau. Porque através dessas coisas que aconteceu, teve um lado bom que eu pude ver, assim, pessoas que me fizeram ver um outro lado que eu não conseguia ver e a possibilidade de eu realizar e viver os meus sonhos que antes só ficava na vontade e no desejo. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

No relato acima, além do discurso de nossa entrevistada veicular sentimentos de liberdade, autonomia e esperança parece indicar, igualmente, seu caráter de resiliência frente às adversidades vividas, quando refere aspectos positivos relacionados a tais vivências por representarem oportunidade de reflexão e de aprendizado, no sentido de redirecionar sua própria vida rumo a novos projetos que contemplem a realização de antigos sonhos e desejos.

E aí eu ganho a liberdade. É como se eu tivesse presa e alguém fosse lá na gaiola e abrisse a porta e eu voasse. É assim que eu me sinto. Mesmo, é difícil pra gente aceitar? É. Mas a gente consegue, sim. É possível viver violência e sair da situação viva e conseguir construir uma vida, de novo. Eu acho que em cada cem, cinco ou dez. Eu sou uma dessas dez que consegui. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

A adoção desse novo olhar, presente na narrativa acima, além de outros, parece relacionar-se com o sentimento de libertação de uma situação de opressão, manifestado na linguagem simbólica de nossa entrevistada, pelo possível vôo resultante da abertura de uma gaiola, podendo tal simbologia ser traduzida no rompimento de uma situação de violência que passaria a representar, portanto, possibilidades da construção de uma nova vida, mesmo que adversidades de diferentes naturezas ainda persistam e precisem ser enfrentadas, conforme um outro relato seu a seguir:

A minha família mora distante. Meu pai e minha mãe moram na Bahia, eu tenho dois irmãos aqui. Só que, assim, meu irmão, ele me ajuda muito financeiramente, minha irmã... Só que eu não posso ter um contato sempre, eu não posso ir na casa deles, porque o responsável

pela minha..., [pelo] que eu sofri [violências várias], que me fez sofrer violência, ele [ex-marido] tem o endereço e tem contato. Então eu evito ir lá. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

No relato acima, podemos observar as implicações que a resistência dos ex-companheiros à separação acarretam, tendo em vista que uma das estratégias mais utilizadas pelos mesmos se refere ao que podemos considerar um cerceamento da liberdade, do ir e vir da própria mulher, como acima referido.

Esse tipo de cerceamento adquire maior significado quando da existência de medidas protetivas, notadamente quando a mulher e seu ex-companheiro residem na mesma região ou possuem amigos comuns, dentre outros aspectos, como bem exemplifica relato a seguir:

No meu caso, o meu ex não pode aproximar de mim cem metro, [está sob medida protetiva] não pode ter contato nenhum comigo por meio de nenhum meio de comunicação. Mas pra mim andar na rua, eu não posso ir. No metrô Itaquera, pra mim ir no metrô Itaquera, eu vou no metrô Itaquera tensa. Ele mora não sei quantos mil metros de lá. Mas, pra mim, ali já é. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

Por esse relato de Hilda, observamos que as Medidas Protetivas de Urgência que obrigam o agressor podem também configurar como mais um elemento de intimidação para a própria mulher, uma vez que a mesma pode apresentar receio de aproximação da residência do agressor que, nesse caso, usaria da medida para monitorar e restringir a liberdade da mulher. Esse outro relato de Hilda, a seguir, ilustra a questão:

Porque, assim ao mesmo tempo que ela protege, mas você tem que fazer a sua parte. Então eu ainda tenho uma casa lá, mas eu não posso ir lá. Porque lá é o lugar dele lá. Mesmo que ele não esteja lá. Mas se eu for lá, eu fui lá na escola perto, uns três, quatro de distância, metro de distância e aí ele soube e falou que não é pra mim tá andando lá. Fui na escola, tive que ir na escola dos meus filhos, onde eles estudava antes. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

Podemos considerar, assim, a existência de utilização da medida protetiva, que deveria obrigar e restringir a liberdade do agressor, por parte do

mesmo, quando este obriga a mulher a limitar o uso de sua própria liberdade quanto a utilização do espaço, que acaba por ficar demarcado, mantendo a situação de vulnerabilidade, temor e tensão da mulher diante de reviver situações de violência.

Assim, observamos que a questão da judicialização das relações sociais de gênero, como já foi apontado por DEBERT e GREGORI (2008), não parece representar a completa resolução para a situação da violência, pois, mesmo que a crença na legalidade seja considerada a forma mais importante de legitimidade na sociedade moderna (RIFIOTIS, 2008), tal legalidade ainda parece ser insuficiente diante de determinadas demandas relacionadas a algumas situações de violência contra mulheres.

Isto porque, a histórica desigualdade de gênero parece arraigada em nossa cultura e, considerando o direito como campo de disputas sociais e culturais constantes (DEBERT e GREGORI, 2008), os atores que representam o padrão tradicional e dominante acabam por, muitas vezes, inverter até mesmo o significado de conquistas e, dessa forma, utilizar do próprio benefício da mulher contra a mesma, o que implica considerar a necessidade de superação cultural das desigualdades e iniquidades de gênero, uma vez que somente a judicialização de tais relações tem se mostrado insuficiente para o estabelecimento da justiça.

Outro aspecto que nos parece significativo apresentado em diferentes falas dessa nossa entrevistada refere-se ao que podemos considerar como o sentimento de medo frente a toda essa situação vivida, expresso notadamente na dificuldade da mesma em confiar em novas pessoas, pelo receio de colocar sua vida em risco, como refere a seguir:

Eu até sabia, mas eu não queria passar meu endereço pra ninguém, até pras pessoas que tavam me ajudando, devido ao trauma que eu fiquei. [...] Ele falava na mensagem que ia pegar uma quadrada [pistola] e ia vim de moto me matar. Só que ele não sabia onde eu tava. Mas mesmo assim eu... (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

Progressivamente, nossa entrevistada parece revelar dada abertura para novas relações, quer de amizade, quer afetivas, conforme relatos a seguir:

Aí, eu fui aceitando e acreditando que as pessoas queria me ajudar. Que não ia passar endereço meu pra por a minha vida em risco, né? No caso eu tava correndo pra me proteger, pra mim não ser morta. Aí, eu acreditei. Aceitei passar o endereço. Aí, eles [políciais] me encaminharam pra aqui [Casa Viviane] porque meu endereço é o mais próximo daqui. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

E continua:

Eu conheci uma pessoa. Ele, inclusive ele me ajuda, né? Começou me ajudar. Só que eu tenho medo. Assim, essa pessoa que eu conheci, ele é separado, também. E é uma pessoa, assim, que tem demonstrado boa índole e tem me ajudado até financeira. Mas, assim, ele quer casar comigo. Eu falo "-Eu nem descasei ainda." [risos] Mas me ajuda. Ele me ajuda a pagar o meu curso, porque é um pouquinho pesado, né? Ele me ajuda a pagar o meu curso. Falei: "-Vou aceitar sua ajuda, que depois eu te devolvo." Mas, assim, eu não sei, eu não acredito mais, assim, sabe? Eu acho que a minha vida, só minha vida com meus filhos é melhor do que acompanhada. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes)

O que as narrativas de nossa entrevistada Hilda revelam, nos relatos acima, são os diferentes tipos de sentimentos que permeiam a existência de mulheres em função de seus contextos de vida quando, ao lado da esperança por autonomia e liberdade para conduzir o próprio destino, persiste o medo, notadamente devido à resistência do ex-companheiro em aceitar o rompimento da relação e à continuidade de práticas de violências, por parte do mesmo, nesse caso, a violência psicológica mediante ameaças, inclusive de morte.

Daí, podemos observar as próprias dificuldades que nossa entrevistada enfrenta, não somente em relação à necessidade de manter o afastamento de seu ex-companheiro, mas, igualmente, a dificuldade em estabelecer uma nova relação, mesmo a partir de outros moldes. Tais dificuldades reiteram a ideia da necessária interdisciplinaridade no tocante às situações de violência, tendo em vista que, conforme igualmente apontado por CESCA (2004), somente a psicologia ou as leis jurídicas não “podem dar conta” da imensidão presente na configuração das violências.

Figura 6 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Hilda

4.1.3. Dificuldades para a superação de conflitos materiais

Algumas de nossas entrevistadas apontaram, dentre as principais dificuldades enfrentadas no momento da entrevista, os conflitos relacionados a bens, posses materiais e provimento financeiro.

Duas de nossas entrevistadas, Neide e Ângela, relataram conflitos relacionados à partilha dos bens comuns ao ex-casal e outra entrevistada, Ana Cristina, relatou dificuldades para concretizar a separação, tendo em vista a

dependência financeira do ex-companheiro por não exercer atividade remunerada, cuidando exclusivamente da casa e dos filhos.

Neide apresenta, no momento da entrevista, situação bastante peculiar, pois, embora divorciada, continua morando na mesma casa que o ex-marido, pelo fato de ambos não possuírem outro imóvel e estarem aguardando a venda dessa casa, conforme relato abaixo:

A minha vida tá difícil. Morar com ex-marido não é fácil. É briga todo dia. É discussão. Não só comigo, com meu menino. Com a minha filha nem tanto, né? Mas com o meu filho, ele briga muito e discute muito. Parece que nunca gostou do filho, entende? Aí, é difícil viver com uma pessoa dessa. Muito difícil, fia. Eu tô me acabando. E agora eu estou sem trabalho, né? Lá embaixo, que eu ficava todo dia indo. De terça a sábado eu trabalhava na avenida ali embaixo e não tô mais trabalhando, que eles tão arrumando lá. Agora, tenho que ficar em casa, né? Muitas vezes eu saio, vou fazer qualquer coisa fora. Vou na casa de uma amiga, pra não ficar dentro de casa escutando coisa, entende? Aí, quero mesmo ver se ele, pra mim, eu preciso que ele saia dessa casa, pra mim poder ter paz. [...] Que eu nunca vou ter paz com esse homem dentro da minha casa. Não vou ter paz. Porque ele é um tormento. Ele briga por qualquer coisa. Um pano que você tira do lugar e põe em outro, ele tá brigando por aquele pano, sabe? [...] Eu acho que ele tem problema de, meio esclerosado. Não é possível, né? Então, aí fica assim. Briga por qualquer coisa. Entende? Se eu tô fazendo comida, tô fazendo almoço, ele: "-É, vai fazer comida. Eu quero comer logo." E vem gritando, sabe? Autoritário. Ainda é autoritário. Do jeito que ele era antigamente, ele continua sendo. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No relato acima de Neide, podemos observar dificuldades no relacionamento com o ex-companheiro por viverem, apesar de divorciados, ainda no mesmo lar, mantendo, portanto, os mesmos conflitos anteriores. Tais conflitos continuam não somente marcando sua vida, pela constatação de que o ex-marido não transformou seu comportamento agressivo e autoritário de outrora, mas causando novos sofrimentos de natureza social e psíquica que ganham expressão na seguinte fala: “é difícil viver com uma pessoa dessa. Muito difícil, fia. Eu tô me acabando”. Assim, diante da dificuldade de solução do problema de partilha de bens, podemos observar a situação de opressão em que vive essa entrevistada, notadamente quando afirma: “Eu nunca vou ter paz com esse homem dentro da minha casa. Não vou ter paz. Porque ele é um tormento.”

Diante desse tipo de conflito, a saída para a superação do mesmo é relatada por Neide no excerto a seguir:

Já saiu o divórcio. Já saiu. A gente já assinou os papel tudo, né? Do divórcio, né? [...] Agora, vai, a gente vai entrar com as partilhas, né? Pra... [...] Separar os bens. [...] Que por isso que eu vou entrar com uma lei pra tirar ele da casa, porque eu não aguento mais. Ele disse que só sai se eu der a metade do dinheiro pra ele. Se der o dinheiro da metade da casa. [...] Isso que não é fácil pra vender, fia. Tem quatro quartos aí atrás. Dois em cima e dois embaixo. Essa cozinha. A sala. A garagem. Fia, não é fácil vender de uma hora pra outra, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No relato acima, o recurso à Justiça apresenta-se como a única saída possível encontrada por Neide para uma separação, de fato, de seu ex-companheiro, tendo em vista encontrar-se já divorciada. Ao que parece, tal recurso refere-se às já mencionadas medidas protetivas de urgência, previstas na Lei Maria da Penha, que garantem o afastamento do agressor do lar, definindo distâncias estabelecidas pelo juiz. Esse recurso é utilizado por muitas mulheres que se encontram em situação de violência pelo risco representado pela convivência ou proximidade do agressor (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

Podemos observar, assim, algumas dificuldades enfrentadas por mulheres quando de sua decisão pelo rompimento da situação de violência, uma vez que nem sempre o rompimento ocorre de maneira linear e no tempo desejado, sendo necessário aguardar pelos trâmites judiciais e, nesse caso, pela venda de um bem que é de propriedade e posse comum do casal.

A despeito de tais tipos de relatos, Neide afirma, contudo, que está vivendo bem melhor após o divórcio, apontando como limitação à sua plena felicidade tão somente a necessária convivência conflituosa com seu ex-companheiro, dada a situação da separação de bens que ainda não foi concretizada, conforme fala abaixo:

Mas eu tô bem melhor, sabe? Embora eu sou muito chorona. [risos] [...] Tinha muito problema, assim, de saúde. Me dava pressão alta. Me dava tontura, fraqueza, sabe? [...] Fiquei com depressão, também. Aí eu melhorei de muitas coisas, sabe (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

As múltiplas implicações na situação de saúde de Neide que teriam sido superadas quando de sua decisão por romper com a situação de violência, vivenciada cotidianamente, apontam para a possível relação das mesmas com

as múltiplas queixas observadas por SCHRAIBER et al. (2005) e denominadas por tais autoras de “dores sem nome”, uma vez que generalizadas, de difícil localização e diagnóstico e relacionadas à situação de violência vivenciada.

Podemos observar, por essa narrativa de Neide, que a valorização da superação de problemas de saúde, ao lado de outras “muitas coisas”, segundo sua expressão, apontam não somente para a complexidade de que se reveste a situação de violência vivida por mulheres em nossa sociedade, mas também para o quanto as mesmas expressam resiliência ao conseguirem, diante de situações adversas, atribuírem um novo sentido para suas vidas, a despeito de todas as dificuldades encontradas, superadas ou a superar, como bem exemplifica o caso da nossa entrevistada.

Figura 7 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Neide

Ângela, outra de nossas entrevistadas, relata ter vivido situação que podemos considerar semelhante à de Neide, pois, quando da partilha de bens,

teve que compartilhar a mesma residência que o ex-companheiro por cerca de um ano e meio, de acordo com relato a seguir:

É. Porque, assim, na verdade eu e ele já estávamos separados dentro de casa há um ano e meio. Entendeu? Ou mais até. Nós já estávamos separados há um bom tempo. Então eu já tô com a minha via normal, entendeu? E ele também com a dele. Só que, assim, ele não saiu de dentro de casa e nem eu, por conta que nós somos donos do apartamento. Então, o que que acontece? Nós fomos, eu fui orientada pela advogada o seguinte, que eu deveria permanecer na casa, porque se eu saísse, eu ia perder meus direitos. Eu já sabia disso. Mas, assim, eu sabia, também, que eu tava correndo risco. Que a gente corre, entendeu? Mas até que se mude a lei, né? Que o certo seria ele já entrar no processo de venda. Aí como todas as vezes que eu falei com ele "-Ou você vende a sua parte pra mim ou você compra a minha." Ele olhou pra mim e falou assim: "-Eu não vou vender. Não vou comprar. Não vou facilitar sua vida. Você vai esperar os seis anos que falta pra terminar de pagar, pra você poder ter a sua... ter a sua parte como direito." Entendeu? Porque a gente tava quase dois anos separados e aí há três meses atrás eu tinha arrumado um namorado. Então a bronca dele foi essa, entendeu? Que ele achou que eu deveria ter esperado se separar dele pra arrumar um namorado. Eu falei pra ele, eu falei: "-Quem dá, quem dá seguimento na minha vida sou eu. Quem decide o que eu quero, o que eu deixo de querer, sou eu." Então, por conta disso, ele ficou brigueado, entendeu? (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Pelo diálogo, transcrito acima, o qual a entrevistada afirma ter travado com seu ex-companheiro, é possível observar que a convivência do casal separado, vivendo no mesmo ambiente, não parecia amigável, o que teria levado à prática da violência por parte do companheiro, episódio esse a ser relatado e aprofundado no item 4.3: Violência vivenciada com o parceiro íntimo.

Em termos da narrativa de nossa entrevistada acerca da sua vida atual, podemos observar que a mesma encontra-se com indefinições, mas manifesta intenção de buscar soluções diante dos desafios que a situação de uma recente separação encerra:

Assim, tá um pouco bagunçada, né? Porque depois de 17 anos de casamento, fica um pouco bagunçada. Você fica meio que perdido, não sabe o que fazer direito. Mas a gente vai tocando, vai tentando consertar aqui, ali. E ver onde que a gente pode fazer melhor. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Essa nossa entrevistada relata, ainda, outra ordem de desafios que enfrenta, ao lado daqueles acima mencionados, que se refere a problemas de relacionamento com sua irmã, pela mesma não entender a situação de

violência que vivencia e, ao que parece, cobrar de Ângela um comportamento norteado pelos princípios de sua religião, a evangélica.

O relato abaixo apresenta a situação conflituosa vivenciada por nossa entrevistada em relação à crença de sua irmã, apontando que a mesma, embora também evangélica, interprete sua situação a partir de um outro olhar:

Assim, a gente fica meio que desestruturado. No meu caso, por exemplo, eu sou evangélica, entendeu? Então, assim, meus filhos até que tá bem. Não tô me relacionando muito bem com a minha irmã. Por conta que ela não entende algumas coisas, por ser evangélica também, é difícil a compreensão. Então, a gente que, que teve um estudo e tem uma vivência diferente, tem um modo, um olhar diferente na questão de violência, a gente sabe como lidar com isso. Agora, tem pessoas que não sabem. Não tem aquele olhar diferenciado. Que enquanto você tá naquele grupo fechado, que é na sua casa, família e igreja, é uma coisa. Agora, quando você sai do grupo fechado e entra na questão de entender a questão social, aí as coisas muda de figura. Então, eu não tô tendo muito bom relacionamento com a minha irmã nessa parte. Por causa que ela não tá entendendo. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

A atitude da irmã de Ângela remete, portanto, à crença, presente em diversas vertentes do cristianismo, de que o casamento não deve ser desfeito e a esposa deve submeter-se ao companheiro, crença essa que acabaria, nesses casos de violência contra a mulher, por apresentar-se como mais uma barreira a ser rompida pela mulher em seu círculo familiar e implicaria, muitas vezes, na impossibilidade de diálogo.

SILVA e SANCHES (2014) afirmam que a influência da religião pode, mesmo diante dos avanços da sociedade, ser considerada uma das causas que mantém mulheres aprisionadas em situação de violência conjugal:

A indissolubilidade do casamento e a submissão da esposa ao marido, pregada pela maioria das Igrejas Cristãs, através de uma leitura fundamentalista da Bíblia, faz com que muitas mulheres acreditem que devem suportar com paciência o destino a elas reservado. Que ao pedirem o divórcio estarão desobedecendo à lei de Deus e deixando de cumprir a missão a que se dispuseram através do sacramento do matrimônio (SILVA e SANCHES, 2014).

Dessa forma, a religião pode apresentar-se ora como abrigo e conforto para as mulheres, pela prática da fé, ora como impedimento para a libertação

de mulheres de uma situação de servidão, pela aceitação e conformação acrítica de padrões tradicionais relacionados a outro tempo histórico, fundamentados, muitas vezes, em mitos que são, por vezes, considerados literalmente, sem que seja observada a demitologização (BULTMANN, 1999) e, assim, a religião configura-se em mais uma maneira de legitimação da dominação masculina.

No relato abaixo, Ângela narra dificuldades para novas relações afetivas relacionadas, ao que parece, a marcas deixadas pela situação vivida:

Então, olha, assim, ainda as mudanças estão ocorrendo, ainda. Assim, devagar. Não tem, assim, uma mudança drástica até o momento, né? Eu só me livreí desses 17 anos de tormenta. Eu vou passar pelo, pelo divórcio e daí pra lá eu acredito que vou poder tá sossegada, tranquila. Não vou dizer pra você que vai ser fácil refazer a minha vida, não. Porque não. Não vai ser fácil, porque você... Eu ainda sou jovem, mas assim essa questão assim de namorar, eu tô até namorando, mas o medo é muito grande de que, de que você possa passar de novo pela mesma coisa. É muito grande, mesmo. Você fica que, sei lá, traumatizado de alguma forma, né? Não, assim, sabe? Aquela pessoa problemática. Mas você fica com medo. Aí, meu Deus, pode acontecer de novo. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

O relato acima de Ângela parece-nos bastante significativo por permitir exemplificar como algumas situações de violência vivenciadas, notadamente aquelas que perduram por muito tempo, no seu caso 17 anos, passam a ser narradas como representando verdadeira “tormenta” e necessitando, quando da concretização do divórcio, não a retomar, mas a “refazer” a própria vida.

Na busca de um novo direcionamento para a vida, interessante observar que nesse contexto após violência, marcas parecem ser representadas de maneira característica, porque presentes em muitos outros discursos de mulheres entrevistadas, pela expressão do medo, notadamente em relação a assumir novas relações afetivas, explicitado na seguinte afirmação de Ângela: “mas o medo é muito grande de que, de que você possa passar de novo pela mesma coisa. É muito grande mesmo. Você fica que, sei lá, traumatizado de alguma forma, né?”

A questão do medo frente a um novo relacionamento apresenta-se, assim, como discurso recorrente, significativo nos relatos de muitas mulheres que buscaram recomeçar suas vidas. Tais mulheres manifestam dúvidas frente

a uma nova pessoa, que pode ou não ter as mesmas características daquela com quem se relacionaram anteriormente, passando a vivenciá-las cotidianamente, rumo a novas tentativas de novos relacionamentos amorosos, conjugais, a despeito das marcas que ainda trazem de dolorosas vivências passadas.

Figura 8 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Ângela

Nossa outra entrevistada, Ana Cristina, está separada recentemente do ex-companheiro e, à época da entrevista, a exemplo de Ângela, relata encontrar-se ainda em fase de adaptação a essa nova vida, conforme relato a seguir:

Então eu tô afastada dele [marido] faz seis meses. Mas a gente se fala por telefone. Porque a gente separou dia 27 de março. Em abril, a gente se encontrou, né? Num lugar público. Mas não foi bom. Porque ele vinha me cobrar. Eu falei: "-Eu não tô morando com você. Eu não tô dependendo de você." Aí, começava a discussão. [...] Cobrar porque que eu não ligava pra ele, porque que eu não falava dos filho pra ele... Porque que eu não tava comprando tal coisa pras

criança. Aí começava as briga. Porque que eu não tava trabalhando, porque eu tinha vida fácil em casa. Assim que ele me julgava. Essa é a palavra. E de maio pra julho, eu não vi mais ele. Ele se afastou. Aí, se afastou, começou a publicar no facebook me difamando, né? Falando que eu não prestava nem naquelas coisas. Me comparando, né? (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

No caso de Ana Cristina, o ex-companheiro parece querer controlar sua vida com cobranças de diferentes naturezas, inclusive em relação a gastos financeiros, mesmo após a separação, e, segundo a entrevistada, teria usado as redes sociais para difamá-la, praticando assim a violência moral.

Diante de tais circunstâncias, relata ter recorrido à justiça, denunciado tal fato, realizado boletim de ocorrências mencionando a injúria e solicitando a medida protetiva prevista na Lei Maria da Penha, conforme relato abaixo:

Minha vida, ela tá, assim, tem ambientes que eu não frequento mais, porque eu tive que fazer um boletim de injúria, porque tava postando nas redes sociais coisas que não são verdadeiras. Pedi aquela proteção preventiva de ficar cem metros. E parei de frequentar a igreja onde a gente iria juntos. Tem alguns amigos que se afastaram e tem alguns amigos que me apoiaram. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Conforme podemos observar no relato acima, nas situações de separação com a permanência de conflito entre casais, notadamente a mulher se vê cerceada em muitas das atividades anteriormente realizadas, a exemplo de Ana Cristina em relação à igreja, além do afastamento de amigos que passam a dividir o apoio em relação ao casal, quando não apoiam totalmente o homem.

No relato abaixo, Ana apresenta uma narrativa que permite contemplar o que significa a uma mulher viver em situação de violência:

Olha, eu fui casada, até amanhã ia completar vinte anos. Nesses vinte anos, o que que eu sofria? Era violência doméstica, era violência verbal, né? Que tem outros nome também, depois você dá uma olhada. Tudo que envolve violência. Não só física, como verbal e aquela que fica te ameaçando dentro de casa. [psicológica] Eu, como eu passei por isso, eu falo assim, eu tinha medo de sair de casa, na época, com a Catarina de 13 anos. Aí, eu ia aguentando, ia suportando, ia suportando até que eu engravidei de novo. Não esperava engravidar. Eu engravidei. Esperava que ele melhorasse, só que não melhorou. Na época, ele usava droga, eu não sabia. Misturava com bebida alcoólica e ficava violento. Aí, a gente se separou oito meses. Depois, a gente voltou. A Catarina já tinha 13 anos. O que eu indico é que essas mulheres têm que sair de casa. Vai passar o aperto que eu tô passando? Dependendo do

meu pai. Tenho que escutar e ficar quieta, porque eu dependo da casa do meu pai, de um teto. Mas tem que sair de casa. Por mais que você goste do seu companheiro, que você ame, porque eu passei vinte anos. Gosto dele? Gosto. Só que eu não aceito as atitudes dele. Isso que me abriu a cabeça. Porque a pessoa não muda. Não muda. Você faz de tudo por essa pessoa, pelo seu companheiro. Mas ele não muda. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

Ana relata que seu relacionamento com o ex-companheiro foi constantemente conflituoso, no qual teria vivenciado diversas formas de violência e suportado, durante 20 anos, tal tipo de situação que qualifica como de “sofrimento”, notadamente por depender financeiramente do então companheiro. Relata também ter sentido medo de abandoná-lo, além de manter a esperança de que o mesmo poderia “mudar” seu comportamento.

De acordo com SCHRAIBER (2003), a noção de sofrimento poderia exprimir o que acontece com mulheres em situação de violência, uma vez que parece existir dificuldade em nomear tal vivido não somente por parte das mesmas, mas igualmente pelos profissionais de saúde.

Nossa entrevistada Ana Cristina, a despeito de contar com formação em nível superior, apresenta em seu relato resistência à separação pela dependência financeira que foi estabelecida por conta da não inserção no mercado de trabalho e dedicação exclusiva ao cuidado da casa e dos filhos.

No caso de Ana, essa situação pôde ser contornada pela sua decisão em romper com o casamento, por constatar a impossibilidade de mudança de comportamento do ex-companheiro em relação à prática da violência, voltando a viver na casa paterna. Vale observar, no entanto, que a situação de dependência, agora transferida para o pai, não a livra de uma nova forma de violência, ao que parece psicológica, que narra nos seguintes termos: “tenho que escutar e ficar quieta, porque eu dependo da casa do meu pai, de um teto.”

Por esse tipo de relato podemos observar o quanto, a despeito do desejo de romper com dada situação de violência, a ausência de autonomia financeira da mulher parece apresentar-se como um dos maiores obstáculos, sobretudo quando a mesma possui filhos pequenos e dependentes.

NARVAZ e KOLLER (2006), ao buscar compreender o posicionamento de assujeitamento da subjetividade presente em muitas mulheres vivendo

situações de violência, observaram, igualmente, a questão da dependência financeira em relação ao companheiro, ao lado da “presença dos papéis estereotipados de gênero veiculados pela cultura através da família” que tornariam, dessa forma, invisíveis tanto a produção quanto a reprodução da subjugação feminina.

No caso de Ana Cristina, conforme relatos abaixo, quando de sua decisão pelo rompimento do relacionamento onde vivenciava violência, sua mãe já havia falecido e a mesma refere ter recebido apoio não somente de seu pai, mas igualmente de vizinhas nesse momento em que optou pela separação. Seus relatos evidenciam, ainda, o quanto a questão da dependência, subalternidade e ausência de auto-estima subjazem em muitas situações vivenciadas pelas mulheres, independentemente da classe social em que se inserem.

Aí, pra mim, assim, foi um basta. Por quê? Como eu tava morando em prédio... Eu não tenho mãe, minha mãe é falecida. Então, as senhoras que moravam lá falavam: "Não, Cris, você tem que sair dessa vida. Você tem 38, 40 anos, você tem que batalhar. Você vai passar dificuldade de tudo quanto é tipo. Pode ser fome, pode ser frio, sabe? Pode ser que você não tenha o que comprar. Mas você tem que passar por isso e tem que superar isso, não ficar debaixo da asa dele." Porque ele não me considerava como esposa, ele me considerava uma dependente dele. Eu tinha que depender dele. Assim que era o tratamento. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

Eu tô buscando muito a Deus, primeiro. [Começa a chorar] Agradeço meu pai por ter me dado um teto, alimento. Que sem ele, eu não sei como que eu ia fazer, né? [Fala chorando] Não consigo voltar ao mercado de trabalho que tá difícil pra todo mundo. E tento conversar com amigas. Mas não abrir totalmente a minha vida pessoal... (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

[...] A minha história é essa. E hoje eu tô bem melhor separada. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

A despeito das dificuldades para retornar ao mercado de trabalho e conseguir sua autonomia financeira, a decisão por romper com a situação de violência e de dependência do ex-marido parece apresentar-se como importante marco em sua vida.

Isto se evidencia ao considerarmos, por exemplo, o seu relato sobre as orientações recebidas de vizinhas, em termos de apoio moral e psicológico, no sentido da mesma colocar sua vida em movimento, fortalecer a sua auto-estima e superar a situação de subalternidade em que vivia. Nesse sentido cabe destacar as seguintes referências às falas das vizinhas, que parecem ter sido significativas para a mesma: “Você tem que batalhar. Você vai passar por dificuldade de tudo quanto é tipo. [...] tem que superar isso, não ficar debaixo da asa dele” e o reconhecimento da relação de desigualdade de gênero vivida com o companheiro ao expressar: “Porque ele não me considerava como esposa, ele me considerava uma dependente dele. [...] assim que era o tratamento.”

Figura 9 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas e a superar da entrevistada Ana Cristina

4.1.4. Adoção da submissão como estratégia para resolução de conflitos conjugais

Caso peculiar dentre nossas entrevistadas, ainda que pareça apontar para prática comum no cotidiano de mulheres que vivem em situação de violência doméstica e de gênero e não desejam romper a relação conjugal, é o caso de Clara dos Anjos, relatado abaixo:

Saí duma depressão tem pouco tempo, fiquei 04 anos numa depressão muito forte, por um acontecido que teve na minha casa, com meu esposo. E pra não dar discussão, pra não ter briga, atualmente eu aceito o que ele impõe. Mas assim, se você perguntar se eu to bem, eu não to. É uma tristeza muito grande, mas pra não voltar à mesma situação que tava antes eu prefiro deixar do jeito que tá. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Como podemos observar, Clara procurou adotar, como estratégia de convivência familiar e conjugal não conflituosa, a submissão ao companheiro, segundo sua expressão, “pra não ter briga”, ao invés de uma outra postura de enfrentamento da situação. Contudo, ao referir-se não estar satisfeita com sua vida sua opção revela tão somente uma estratégia que se deu frente às poucas possibilidades que parece ter encontrado para a solução do problema.

Isto porque, em sua fala, manifesta tal postura para evitar novos episódios de violência física, o que aponta para a sua situação de vulnerabilidade frente a situação atual que vivencia, não somente em relação ao parceiro, mas igualmente em relação às filhas, conforme relatos abaixo:

É difícil, porque a impressão que dá é que [trabalho doméstico] não tem valor. Porque eu limpo a casa, acabo fazendo as coisas e quando eu vou ver parece que é de propósito, vai lá, suja e deixa sujo. Ele me conhece, ele sabe que eu não gosto de viver no meio da sujeira, aí a impressão que dá é que ele faz tudo isso, que é pra eu ficar o tempo todo dentro de casa. Limpando, limpando, limpando, e não ter tempo pra sair. Porque muitas vezes, eu tenho muito artesanato pra fazer em casa. Aí às vezes eu faço, eu mostro e aí, até minhas filhas também, não dá valor. É como se fosse lixo, não tem valor. Eu fico com a auto-estima muito baixa. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Assim, tem... Vai fazer acho que 4 meses agora que eu consegui sair desse obstáculo. Eu to fazendo as coisas assim: já que eu to brigando, eu lutando eu não consigo, então eu deixo de lado. E as minhas filhas fez as besteiras todas delas, hoje estão casadas. Não aceitei o

casamento das duas meninas porque acho que a minha vida era elas. Então tudo o que eu faço hoje, elas falam que é besteira. Eu faço um artesanato: Ah, ela só faz estas porcarias. Se eu vou, reclamo de alguma coisa, elas falam que eu to doente, que eu sou louca. Aí então, eu... A convivência com elas é um pouco difícil ainda. Eu tenho que trabalhar esse meu lado, comigo, pra saber se eu ainda vou conseguir, se vai chegar... (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

De acordo com as narrativas acima, o cotidiano dessa nossa entrevistada parece ser permeado por dificuldades no que tange aos relacionamentos tanto em relação a seu companheiro, quanto em relação às suas filhas, o que sugere que Clara vive em situação de vulnerabilidade constante, sobretudo em função de sua submissão acima referida, uma vez que ao temer a violência física, submete-se, na realidade, a uma violência psicológica constante, por parte de toda a sua constelação familiar, fato que se evidencia notadamente quando manifesta que tais tipos de conflitos, quer com marido, quer com as filhas, colocam-na com sua “auto-estima muito baixa”, o mesmo observado quando afirma não sentir-se valorizada tanto no trabalho doméstico, quanto no trabalho com artesanatos que realiza.

A opção de Clara pela submissão, notadamente ao companheiro, apresenta-se reiterada em diferentes momentos de suas narrativas, toda vez em que foi arguida sobre tal questão, conforme podemos, mais uma vez, observar em relato a seguir:

Então, foi o que eu falei pra você no começo, como, assim, aconteceu tudo estas coisas, aí eu fiquei da maneira que eu fiquei. Hoje eu aceito tudo o que ele fala, então não dá, não tem mais discussão. Se ele fala não vai fazer, eu não faço e... pra que não tenha discussão. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Diante das narrativas acima, podemos observar que o conjunto das mesmas parece apresentar-se como exemplo característico do que consideramos como condições de vida de algumas mulheres nas quais, pelas dificuldades de alternativas para saídas de uma situação de violência, a “busca por resignação” poderia apresentar-se, na percepção das mesmas, como única alternativa. Isto porque, algumas mulheres podem se sentir dependentes da convivência com o próprio agressor pela já mencionada dificuldade de outras alternativas de mudanças de sua própria condição de vida, a exemplo de Clara

dos Anjos, que não encontrou apoio na própria família, inclusive pela existência de violência familiar entre os pais, aspecto esse que será discutido no item seguinte.

De acordo com NARVAZ e KOLLER (2006), o desenvolvimento de mecanismos de defesa, como estratégia de adaptação e sobrevivência, é recorrente em mulheres que vivenciam violência quer de forma crônica, quer de forma traumática. Para tais autoras, em sua busca por acionar os mecanismos de defesa, muitas mulheres utilizariam da “dissociação do pensamento” e da “anulação dos sentimentos”, que acabariam por mutilar as capacidades cognitivas e as capacidades de ação efetivas. Dessa forma, a aparente passividade demonstrada por mulheres ao serem violentadas seria decorrente do pânico frente ao agressor e do medo da morte.

A dificuldade presente, relacionada à questão do rompimento com a situação de violência doméstica contra a mulher por parte das mesmas, parece, assim, fragilizar algumas mulheres e mantê-las enredadas a uma situação que, muitas vezes, pode ser considerada como aprisionando-as a um duplo vínculo (MANDELBAUM, 2010) com o companheiro que se apresenta, por um lado, ainda como provedor não somente da família, mas da própria mulher, e por outro, como o agressor.

Acerca de tais dificuldades e da opção por sair ou permanecer em relacionamentos violentos, SILVA (2008) afirma que:

...sair ou permanecer na relação abusiva envolve muitos dilemas, movimentos de avanços e recuos, ilusões e decepções, até se concretizar uma nova conscientização da sua condição que permita ações mais efetivas na transformação da conjugalidade (SILVA, 2008, p. 149).

Figura 10 – Diagrama da linha narrativa da situação de vida atual, no momento da entrevista, e relações com vivências passadas superadas ou a superar da entrevistada Clara dos Anjos

4.2. VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA DE ORIGEM

No decorrer de nossa pesquisa observamos que algumas das mulheres entrevistadas vivenciaram situações de violência em sua família de origem quer em relação aos pais, quer em relação a irmãs e irmãos, assim como demais

membros da família. Outras mulheres, contudo, não relataram a questão da vivência de violência pregressa, mas tão somente com o próprio companheiro.

Pesquisas mencionadas por NARVAZ e KOLLER (2006) realizadas por Carrasco (2003), Cecconello (2003) e Narvaz (2005) apontaram para a existência de um padrão de transmissão das experiências de violência ao longo das gerações, no qual as mulheres que vivenciam situação de violência conjugal presenciaram a violência vivenciada por suas mães na infância. A violência, compreendida dessa forma, ficaria “banalizada, negada, minimizada e naturalizada pela cultura sexista” (NARVAZ e KOLLER, 2006. p.9), sendo, muitas vezes, considerada como uma fatalidade, algo que não poderia ser evitado.

4.2.1. Ausência de violência na família de origem da mulher

Dentre as entrevistadas, quatro delas, Naná, Hilda, Neide e Ana Cristina relataram que em suas respectivas famílias de origem não havia a prática da violência, durante a infância e adolescência, o que implicaria na consideração de outras questões, que não somente a transmissão geracional, como relacionadas à vivência em situação de violência pela mulher em nossa sociedade.

Naná, no entanto, reporta a existência desse tipo de prática na família de origem de seu ex-marido, buscando interpretar e atribuir sentido à própria violência exercida pelo mesmo em relação a ela.

No relato abaixo, podemos observar a descrição que Naná faz da violência na família de origem do ex-marido:

Não. Meu pai e minha mãe era... Eles viviam muito bem. Meu pai era um anjo de pai. [...] Meu pai era... Agora, do meu sogro, o meu sogro, ele era assim também violento. Não... Ele era violento, assim. Ele bebia e fazia as bagunças dele. A minha sogra, coitada, morria de medo dele. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Conforme podemos observar em seu relato, Naná busca tecer comparações, em termos de contraponto, entre a relação de seus pais, considerada de felicidade e de harmonia, e a dos pais de seu ex-marido, considerada de violência por parte de seu ex-sogro, que associa à bebida e às implicações da mesma, expressa nos termos “ele bebia e fazia as bagunças dele”, assim referindo às condições de vida de sua sogra como vivendo em situação de constante medo.

A crítica à busca de se relacionar o alcoolismo às práticas de violência dos homens apresenta-se como recorrente na literatura que aborda questões de gênero e violência. Como exemplo característico a esse tipo de associação presente na literatura, vale destacar a referência que IZUMINO e SANTOS (2005) fazem à abordagem de Maria Amélia Azevedo, em trabalho intitulado “Mulheres espancadas: a violência denunciada”, de 1985, que se aproxima do emprego de uma perspectiva epidemiológica quando considera a explicação da violência como decorrente de dois conjuntos de fatores, assim apresentados pelas referidas autoras:

O primeiro refere-se ao que Azevedo denomina de “fatores condicionantes”, os quais são associados às “contradições da sociedade patriarcal capitalista”. Tais fatores compreendem, por exemplo, a estrutura sócio-econômica, a discriminação contra a mulher, a ideologia machista e a educação diferenciada. O segundo diz respeito à “fatores precipitantes” da violência os quais, segundo a autora, são gerados por situações do cotidiano familiar, como, por exemplo, o uso de álcool e drogas (IZUMINO e SANTOS, 2005. p. 151).

Numa perspectiva de gênero, a abordagem fatorial da epidemiologia cede lugar à concepção de diferentes condições de vida, vivenciadas pela mulher, quer em termos de gênero, como de raça e de classe social e, nesse caso, podemos considerar a existência de condições relacionadas à violência de diferentes maneiras e a partir de diferentes dimensões.

Em relato a seguir, nossa entrevistada busca interpretar o comportamento agressivo do ex-marido considerando ter o mesmo se espelhado no próprio pai:

Eu acho que ele, meu ex-marido, eu acho que ele achou que podia fazer o que o pai fazia, né? [...] Veio de berço. (**Naná**, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Desta maneira nossa entrevistada parece apontar para a ideia da existência de uma cultura de violência, por parte do homem, no caso, presente na família de origem de seu ex-companheiro, o que viria a orientar o seu comportamento e a prática da violência como prática geracional, ao afirmar: “veio do berço”, passando, assim, ao que parece, a entender tal prática como naturalizada.

Em relação à presença de violência na família de origem, nossas entrevistadas Hilda e Ana Cristina apenas negaram a existência da prática, sem fazer maiores comentários acerca do tema, de acordo com relatos abaixo:

Não. [...] Nunca. (**Hilda**, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Não. [...] Não existe. (**Ana Cristina**, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Neide, outra dessas nossas quatro entrevistadas, afirma não ter igualmente vivido em lar violento no decorrer de sua infância, de acordo com fala a seguir:

Não tinha, fia. Fia, eu nasci num lugar tão bom. Eu morava na Vila Santa Isabel com meu pai, minha mãe, sabe? E eles eram muito unido. O que separou o meu pai da minha mãe foi o problema que a minha mãe teve, né? Uma doença no seio. Câncer no seio. Naquele tempo não tinha cura. (**Neide**, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Neide, em sua fala acima, parece recordar dos pais com afeto, mencionando a grande união entre ambos, lamentando o fato de sua mãe ter sido acometida por uma doença que era, na época, considerada, ao que parece, incurável.

Os relatos dessas nossas quatro entrevistadas, que mencionam a não-existência da violência em sua família de origem, nos permitem observar que a vivência em lares onde há prática da violência na infância, e também na

adolescência, não é condição *sine qua non* para a vivência em situação de violência conjugal e de gênero na vida adulta, sustentando a ideia de que esse tipo de violência é estrutural, portanto, democrática e abrangente.

A consideração da violência contra a mulher como democrática, no entanto, não exclui o que foi observado por PORTELLA (2005) em relação às diferenças de intensidade e de tipos de violências a que cada mulher possa estar exposta. A autora considera, assim, diferentes condições de risco e de vulnerabilidade à violência que diferentes mulheres podem vivenciar.

4.2.2. Violência doméstica na família de origem da mulher

Outras seis de nossas entrevistadas afirmam terem presenciado a prática da violência na família de origem, apresentando tais práticas especificidades em termos de algumas características apresentadas a seguir.

4.2.2.1. Violência por irmãos na família de origem

No relato de Fiamiris podemos observar a existência de violência na família, notadamente por parte dos irmãos, ao que parece, tendo em vista que a figura materna apresenta-se ao longo dos vários relatos de uma maneira ambígua aos próprios olhos de nossa entrevistada.

Então, assim, o meu pai e a minha mãe, em relação ao meu pai e a minha mãe não. [...] Meu pai era muito negócio assim, de homem não bater em mulher. A minha mãe ela sempre fala que ela foi muito de enfrentar, minha mãe era muito general, mais general que o meu pai, a minha mãe ela é general. [...] Mas assim, tinha muita violência, muita violência, em todos os sentidos, moral, todo tipo de violência tinha na casa dos meus pais. [...] Então, assim, meus irmão eles gostava de bater na gente. A gente tinha que, eles, tinha que fazer o que eles queriam, assim, a gente apanhava e minha mãe não conseguia defender porque é um monte de irmão que eu tinha. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

De acordo com a narrativa de Fiamiris, acima transcrita, no relacionamento entre seus pais não havia a prática da violência física, por parte

do pai em relação à mãe. Tal condição não garantiu, no entanto, que tal prática não fosse exercida por seus irmãos que eram numerosos e considerados violentos e hostis.

Em outro relato abaixo, Fiamiris narra alguns aspectos do tipo de violência vivenciada junto à sua família de origem:

A gente era assim: A fedida, cabelo, cabelo de bosta! Sabe assim, uns tipo de coisa assim sabe. [...] Então é um tipo de coisa assim. Eu falo assim: Eu não tenho saudade daquilo. Eu prefiro outro espaço pra mim, não que eu vou sofrer isso de novo, mas assim, eu acho que deixa marcas, e assim era mais comigo e com a minha irmã, abaixo de mim. A minha irmã mais velha não tem isso porque a minha irmã mais velha minha mãe defendia ela. Porque assim, a mãe quis ter ela e não quis ter nós e ela deixava bem claro isso, que ela não queria ter tido nós. [...] E ela só ficou tendo filho, que aquilo não era vida, sabe assim. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Em sua narrativa acima, Fiamiris relata ter sofrido violência psicológica na relação com seus irmãos que podemos aproximar do que se denomina como a prática do *bullying*, comum entre grupos de jovens e adolescentes. Tal tipo de violência refere-se notadamente a expressão de que as mesmas, ela e sua irmã mais nova, eram consideradas “a fedida, cabelo, cabelo de bosta”, fato que não ocorria em relação a sua irmã mais velha que contava com a defesa da mãe.

O *bullying* alcançou nos dias atuais bastante visibilidade e encontra-se associado, segundo FANTE (2005), a desequilíbrio de poder e pode ser relacionado a diversos crimes previstos no Código Penal brasileiro, a depender da modalidade em que se inscreve. Isto porque este pode se expressar a partir de diferentes verbos-núcleos, como intimidar, perseguir, amedrontar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, roubar, danificar, dominar, assediar, ofender, gozar, constranger, humilhar, aterrorizar, discriminar, isolar, ignorar, entre outros.

Ao observarmos tais exemplos de manifestação do *bullying*, podemos constatar sua grande proximidade com o tipo de violência psicológica, a exemplo da referida por nossa entrevistada Fiamiris em relação aos seus irmãos. Tal violência psicológica, por ser praticada no espaço privado da família e se diferenciar da violência física, é menos reconhecida e denunciada

como ação criminosa, apresentando-se, assim, como uma prática naturalizada que assume na família diferentes modos de manifestação.

Cabe ressaltar que nossa entrevistada refere desejo de contar com “outro espaço” de vida para ela, não sentir saudades “daquilo” que foi vivido e, ainda, que tal tipo de vivência teria deixado marcas na mesma. Observa-se assim o significado que tal experiência parece ter na história de vida da mesma, como mulher, o que parece apontar para o que pode ser considerado sua rejeição a esse modo de convívio familiar violento e para a mencionada expressão da necessidade de um novo espaço para si.

Consideramos, no entanto, a partir de sua narrativa acima, podermos desvelar que a questão da violência vivenciada por ela e sua irmã não se restringia, ao que parece, ao comportamento de seus irmãos, mas da própria mãe. Isto porque menciona, por um lado, o sentimento de rejeição por parte de sua mãe ao referir que ela e sua irmã mais nova teriam sido fruto de gravidezes não desejadas pela mesma e, por outro, por esta manifestar tratamento diferencial em relação à irmã mais velha que contaria com seu afeto e proteção em relação a seus irmãos.

Tal aspecto parece ganhar relevância por permitir evidenciar que a questão da violência doméstica, na perspectiva de gênero, perpassa diferentes níveis de relações, ou seja, entre homens e mulheres, entre mulheres, entre homens, além de outras. Trata-se de uma violência tanto privada, quanto pública, importante de ser reconhecida em nível das relações sociais e culturais presentes na sociedade.

A despeito desse tipo de postura materna, Fiamiris parece manifestar respeito e admiração pela sua figura, pela mesma não ser considerada, ao seu olhar, como mulher submissa em relação aos homens da família, quer ao pai ou irmãos, tendo em vista, conforme relato a seguir, que a mesma exercia violência em relação a todos os filhos:

...Era bem uma general. Quem trabalhou na roça, né, mulher que andava com arma na cintura, imagine, um general. Se precisasse torcer o pescoço, ela... Ela dava uma surra na gente de deixar de molho. (risos) Ela dava umas surras. É... um general. [...] Mas assim dela, eu não tenho assim, pra dizer que eu, mas assim eu acho que talvez, eu acho que me afeta mesmo é

homem, violência de homem, acho que dela assim... Não sei se, eu não consigo saber se me afeta tanto. (**Fiamiris**, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

A identificação de Fiamiris com a figura forte representada pela mãe, a quem se refere como “um general”, parece revelar porque as suas maiores marcas referem-se à violência dos homens, no caso, a de seus irmãos.

Em outro relato dessa entrevistada, apresentado a seguir, essa questão da violência masculina continua presente até como um enigma:

É, é. Não sei. Talvez por causa da força física deles, que eles tem, a postura, a gente não sabe dizer porque, por isso que eu acho que essas mulheres que não rompe elas tem, acho que intimidação, eu acho. Não sei porque homem põe esse negócio nas mulher de intimidação, não sei se é uma coisa do psicológico... É uma coisa que teria que ser mais bem estudada né, pra ver. (**Fiamiris**, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Na narrativa acima, Fiamiris busca indagar sobre os motivos que fazem com que a mesma sintam-se mais “afetada” pela violência quando essa é exercida por um homem do que quando se dá na relação com uma mulher, como algo ainda sem explicação, em termos de seu entendimento.

A ideia da histórica dominação masculina contribui para a compreensão do fenômeno, uma vez que tal dominação coloca, em nossa sociedade, a figura masculina como superior à feminina e, considerando que tal concepção possa estar representada em nível do imaginário de muitas mulheres, pode-se pensar em tal tipo de concepção como possível explicação para o tipo de narrativa apresentada por nossa entrevistada.

Em relação a esse aspecto, vale observar afirmação de Heleieth Saffioti citada por IZUMINO e SANTOS (2005, p. 156), quando afirma: “paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero”.

Tal tipo de afirmação aproxima-se, segundo lembra IZUMINO e SANTOS (2005), do paradigma do patriarcado e da dominação masculina, presentes de maneira característica na definição de gênero de SAFFIOTI (2004). Vale, no entanto, observar que essa autora adota uma visão de patriarcado que rompe

com a perspectiva tradicional, porque articulada a uma visão marxista de dominação, a exemplo de Pierre Bourdieu, em sua obra “Dominação Masculina”, de 2012.

4.2.2.2. Violência por parceiro íntimo na família de origem

Cinco de nossas entrevistadas, Débora, Clara dos Anjos, Clarice, Ângela e Vivian relatam a violência por parceiro íntimo, vivenciada pela mãe em relação ao pai ou ao padrasto das mesmas.

No caso de Débora, a mesma relata sua mãe sofrer violência por parte de seu pai, situação descrita no excerto, a seguir:

Meu pai agredia muito a minha mãe. Vai fazer um ano que meu pai faleceu, mas ele agredia minha mãe até antes dele morrer. [...] Minha mãe não falava nada. Depois da gente grande, que a gente já estava aqui em São Paulo foi que ela foi comentar que o meu pai não era bonzinho com ela. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Em sua narrativa acima, Débora relata, ao lado da menção às agressões sofridas pela mãe, o silenciamento dessa violência, fato comum a muitas mulheres em situação semelhante que acabam por não compartilhar a experiência por motivos diversos, como vergonha, sentimento de lealdade familiar e até mesmo por medo de ser responsabilizada pela situação vivida. Nesse sentido, tal silenciamento funcionaria como um obstáculo para a quebra do ciclo da violência², uma vez que, ao não ser mencionada, tal violência segue impunemente, ocorrendo de maneira naturalizada (SCHRAIBER, 2005).

De acordo com NARVAZ e KOLLER (2006), a vergonha que caberia ao agressor, muitas vezes volta-se contra a mulher e essa a silencia, fazendo,

² O ciclo da violência foi apresentado em 1979, pela psicóloga norte-americana Lenore Walker, e aborda três fases da violência doméstica: 1ª Fase: Evolução da tensão, 2ª Fase: Explosão com incidente de agressão e 3ª Fase: Lua de mel com comportamento gentil e amoroso do agressor.

assim, com que tal vergonha e o consequente silenciamento da mesma tomem parte da “rede que sustenta a dominação”.

Em relação a Clara dos Anjos, sua narrativa aponta para a forma como presenciou, em sua família de origem, a violência conjugal entre seus pais:

Olha, eu vi a minha mãe a vida inteira apanhando do meu pai. Meu pai dava até tiro nela, já enfiou faca. Meu pai tem várias passagens pela polícia, que a minha mãe ia fazer boletim de ocorrência. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Pelo relato de Clara parece evidenciar-se a gravidade, assim como a complexidade, das situações de violência vivenciadas por sua mãe, presenciadas pela família, o que aponta para a produção de traumas em crianças que partilham desse modo de vida.

Em outro relato, abaixo apresentado, nossa entrevistada descreve a situação atual de vida dos pais que, a despeito de contarem com mais idade e, como era de se esperar, mais experiência, continuam vivendo os mesmos tipos de conflitos conjugais:

Até o dia de hoje mesmo. Meu pai acho que ele tem 69 anos ou 68 e continua ainda, às vezes, batendo nela, quebra tudo dentro de casa, aí a gente vai lá. Hoje, antigamente a gente devolvia do mesmo jeito, quando ele batia na minha mãe, a gente acabava batendo nele também. Hoje, já pela idade dele, não... Não fazemos isso mais, a gente só separa e ouve as coisas, mas não... (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Nessa fala de Clara, a entrevistada aponta para a dimensão relacional da violência quando menciona que ela e as irmãs costumavam responder às agressões do pai, em relação à mãe, igualmente com violência, como forma possível de se insurgir contra uma situação de dominação familiar do mesmo: “a gente acabava batendo nele também”.

Um dos aspectos que nos parece importante observar, a partir de tal tipo de narrativa, é a ideia que podemos aventar de que, muito embora a violência muitas vezes se dê entre os parceiros, a mesma se reproduz em todos os membros da família ao observarmos que, nesse tipo de relato, apresenta-se de

maneira corrente a reação de filhos, mesmo em idade tenra, como estratégia para a proteção da mãe, o que nos leva a pensar que a violência conjugal não se restringe à figura da mãe, mas representa, na realidade, uma violência de forma indireta para todos os membros da família. Isso tendo em vista que em muitas das narrativas das mulheres entrevistadas, a experiência desse tipo de violência na infância entre os pais teria acarretado marcas nas representações que passaram a fazer das próprias relações entre homens e mulheres, como poderemos observar em outros relatos a seguir. Assim, consideramos que a criança mesmo sem sofrer violência paterna, de maneira direta, encontra a questão da vivência da violência presente em sua história de vida porque é levada a participar na defesa de um dado membro da família, no caso da Clara dos Anjos, da sua própria mãe.

A questão de presenciar a violência praticada pelos pais, durante a infância, parece participar da vida de algumas pessoas, não somente no sentido da apreensão inconsciente de modelos de relacionamentos que poderão ser reproduzidos quando da vida adulta das mesmas, apontando para a naturalização do vivido, mas também pela possibilidade de formação de traumas que conduzirão a uma repetição da vivência com vistas a sua elaboração (LIMA e WERLANG, 2010).

Nossa outra entrevistada, Ângela, também recorda ter interferido numa situação de violência, onde sua mãe estava em risco de ser assassinada por seu padrasto, conforme relato abaixo:

Olha, eu me lembro que a minha mãe, ela morava com meu padrasto. E eu era menina, na época, mas eu me lembro bem que a minha mãe, ela passou por uma situação muito delicada. Porque o meu padrasto uma vez quis matar ela com faca, também. E aí eu peguei, eu acho que eu devia ter bem... Eu não sei quantos anos eu tinha, eu era pequena, me lembro de mim pequena. Eu sei que eu arrastei um vizinho pela mão. Eu arrastei o vizinho e obriguei o vizinho entrar na minha casa e desarmar ele. Eu era muito pequena. Devia ter uns seis anos, mais ou menos. Eu sei que quando eu vi, eu tava indo. Aí, o vizinho entrou na minha casa e desarmou o agressor, entendeu? Que minha mãe passou por isso, também. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

A exemplo da narrativa de Clara, Ângela aponta em seu relato o quanto a participação, enquanto crianças, nos conflitos conjugais de seus pais ou padrastos, notadamente em casos de agressões físicas, parece recorrente e

presente na vida de mulheres que agora vivenciam situação de violência conjugal enquanto adultas.

A situação de violência física parece ser a modalidade que atemoriza ainda mais tais crianças, levando-as a agirem em defesa das mães, de maneira até incompreensível pelas mesmas, ao considerarem a pouca idade com a qual vivenciaram e atuaram, de maneira muitas vezes decisiva, frente inclusive a ameaças de morte, conforme exemplificado em relato acima.

Vale destacar, no caso de Ângela, as múltiplas repetições que a mesma faz em relação à sua memória de ser menina, de ser pequena, de ser muito pequena, mas ao presenciar “uma situação muito delicada” vivida pela sua mãe conseguiu, sem saber explicar como, arrastar um vizinho pela mão, obrigá-lo a entrar em sua casa e desarmar o padrasto. Ganha expressão, nessa narrativa, sua afirmação: “eu sei que quando eu vi, eu tava indo [com o vizinho para dentro da casa]”, o que permitiu que o mesmo desarmasse quem ela mesma denomina como “agressor”.

A exemplo do caso de Débora, antes narrado, Ângela menciona, igualmente, que a situação foi silenciada por sua mãe, característica, conforme já mencionado, comum a muitas mulheres que vivenciam situações de violência. Tal relato encontra-se abaixo:

Não. Minha mãe nunca comentou nada disso com a gente. Eu até hoje não consegui esquecer. Assim, sempre me lembra. Tanto é que toda vez que alguém briga perto de mim, que há, assim, briga, confusão perto de mim, eu começo a tremer ou, praticamente, travo. Porque eu fiquei, assim, com certo trauma de ver o cara querendo matar minha mãe ali e eu criança sem poder fazer nada e arrastei o vizinho pra resolver o problema. Então, assim, eu fiquei, assim, com... É automático. Só alguém começar a discutir, brigar perto de mim e haver a agressão no momento, eu passo mal. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Um dos aspectos que se nos apresenta como revelador refere-se a seguinte relação, ou seja, se no caso da mulher, apresentamos a hipótese explicativa de que o silêncio da mulher acerca da violência vivida apresentar-se-ia como um obstáculo ou limite para que a mesma possa romper sua situação de violência (SCHRAIBER, 2005), no caso da criança que presencia e participa de episódios de violência vividos pelos pais, a exemplo de Ângela,

assim como de Clara dos Anjos, a ideia presente é a de que tal silêncio notadamente da mãe em relação à criança, poderia, ao que parece, segundo relato acima de Ângela, levar a uma cristalização latente dos traumas, com implicações psicológicas e mesmo físicas, diante da possibilidade de reviver ou presenciar situações semelhantes. Nesse sentido, apresenta-se como bastante ilustrativo o relato de Ângela quando afirma: “Se alguém começar a discutir, perto de mim e haver a agressão no momento, eu passo mal”.

Clarice, outra de nossas entrevistadas, relata que na história das mulheres de sua família, até onde essa história é conhecida por ela, a violência contra a mulher esteve sempre presente:

Sim. Existiu. Sempre existiu. Acho que nem sei de quando, mas pelo menos da minha avó até minha mãe, sempre existiu. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pelo relato acima, a violência doméstica marcou presença na vida de sua família de origem, apresentando-se, assim, como marca geracional, ou seja, desde a sua avó passando por sua mãe, assim como por ela mesma.

Em outro relato abaixo, Clarice narra como histórias semelhantes ainda ocorrem em sua família, marcando as vidas familiares de sua avó e de sua mãe:

O assunto ele... Era interessante porque a gente pensa nisso como se... A gente costumava falar que era como se fosse um carma, né? Hoje em dia mesmo a gente fala: "-Nossa, mas é tudo igual." Parece que é um ciclo que se repete. A minha avó, ela teve sete filhos. Teve nove, mas dois morreram. E aí quando os filhos ainda eram pequenos, não sei qual idade certa, mas acho que o mais novo devia ter dois ou três anos, meu avô foi embora. Abandonou ela no sertão do Ceará. E aí ela teve que criar sete filhos sozinha, passando por muita coisa e ele bebia muito e perdeu várias coisas da roça, lá do roçado que eles tinham, na mesa de baralho, né? Então às vezes ela tava lá que só tinha água, farinha e sal pra dar pros filhos. Passou muito tempo assim. Então isso já foi o primeiro caso de violência, de abandono, fora o que ela aguentou enquanto ela ainda tava com ele, né? Aí, a minha mãe também. Ela morou com meu padrasto por 21 anos e meu padrasto sempre bebeu muito, sempre traiu muito ela e sempre teve toda essa questão da violência psicológica, né? Sempre xingou, humilhou ela. Sempre deixou ela totalmente submissa mesmo, ela também sempre foi uma mulher do lar, quando se casou, a partir do momento que ela se casou, antes disso ela trabalhava. Mas quando ela se casou com ele, ela começou se dedicar só à família. Aí, com isso, ela também foi adoecendo muito e, hoje em dia mesmo, ela faz fisioterapia direto, vive doente e só passou desgosto, nervoso e humilhação. Então ela tem muita mágoa. Hoje em dia, eles se separaram há uns três anos, também. Mas é toda uma história assim de tristeza. Tristeza, porque quando eles se

separaram também ela já tava a ponto de quase matar ele. De querer, assim, que ele morresse de tão horrível que era a relação deles, né? De tantas traições que ele fazia e de tão ruim que ela se sentia mesmo, com aquela relação totalmente destrutiva. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Em sua narrativa acima, Clarice descreve como marca geracional histórias familiares tecidas pela violência doméstica, abandono da mulher pelos parceiros, alcoolismo dos mesmos, dentre outros aspectos. Em relação à história de sua mãe com o seu padrasto, Clarice discorre sobre uma relação familiar e conjugal da mãe e padrasto marcada pela tristeza de sua progenitora, por conta das traições, humilhações, ofensas verbais e alcoolismo do parceiro, o que aponta para dois tipos característicos de violência referidos na classificação da Lei Maria da Penha, a violência psicológica, assim como a moral.

Quanto à história de sua avó, revela que a mesma teria sofrido o abandono do marido ficando, dessa forma, responsável pelo sustento dos sete filhos, assim como pela educação dos mesmos, chegando, no Ceará, a viver uma situação de fome extrema, ao mencionar que a mesma chegou a contar como alimentação, para os sete filhos, apenas com “água, farinha e sal”. Tal situação apresenta-se em sua narrativa relacionada ao fato de seu avô ter perdido “várias coisas da roça, lá do roçado que eles tinham, na mesa de baralho”, o que adicionaria às violências mencionadas também a patrimonial, igualmente mencionada pela Lei Maria da Penha, considerando notadamente esse tipo de comportamento do avô de Clarice.

Dessa forma, nossa entrevistada parece relacionar estreitamente a violência, notadamente a violência doméstica por parceiro íntimo, como marca característica de sua família de origem, considerada de maneira ampliada, conforme relato abaixo:

Na minha família mesmo, isso é muito comum. Infelizmente, muito comum. Minhas tias, também, têm casos assim de uma relação muito conturbada e que ainda se sentem culpadas. Sentem que foram elas que falharam, né? (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Identificando a extensão da violência em mulheres, parentes próximas, Clarice coloca, também, em cena suas tias que vivem igualmente relações conflituosas e de violência, destacando, como fato, a questão da culpabilização das mesmas frente à própria situação de violência a que foram e são expostas à época da entrevista.

Esse sentimento de culpa presente em mulheres em situação de violência parece ser bastante comum e relaciona-se com a tendência à manutenção dessa situação, uma vez que ao se sentirem culpadas, as mulheres tendem a não verbalizar o problema mantendo-o, ao contrário, silenciado para que, ao que parece, sua “culpa” ou “incapacidade em manter tal relacionamento” não se tornem assunto público. Podemos supor, assim, que tal forma de pensamento acabaria por manter a mulher cativa à uma situação de violência, pois, a mesma não buscaria romper ou transformar a situação vivida, mas apenas ocultá-la ou mascará-la, simulando estar tudo bem.

Outra questão relacionada ao silenciamento da violência que parece ir ao encontro da situação narrada por Clarice, acerca da violência presente em sua família por várias gerações, é a transmissão psíquica geracional que se apresenta de duas formas distintas, de acordo com GOMES (2005), sendo as transmissões intergeracionais e as transmissões transgeracionais. Assim, a transmissão psíquica intergeracional compreenderia um “espaço de metabolização do material psíquico” que foi transmitido pela geração mais próxima e será reelaborado para a transmissão à geração seguinte e a transmissão psíquica transgeracional, por outro lado, compreenderia um material psíquico que não teria sido transformado ou simbolizado, apresentando assim, lacunas e vazios na transmissão (GOMES, 2005).

Vale ressaltar que o não-dito também seria transmitido pois a transmissão não se fundamenta em palavras, mas no desejo do outro (ROSA, 2001). Dessa forma, não se transmite somente o que se diz, mas igualmente os conteúdos inconscientes. De acordo com MANDELBAUM (2010):

Somos depositários de mensagens alheias, que recebemos, reproduzimos e reelaboramos a partir de

nossas formas singulares de compreensão. O que essas mensagens transmitem? Transmitem a própria linguagem, informações de como devemos ver o mundo, teorias sobre os problemas e sobre as soluções, os fatos e as interpretações sobre eles, e também fantasias, ansiedades e modos psíquicos de defesa. Transmitem-se também, através das gerações, culpas – na forma de dívidas impagáveis e identificações melancólicas –, ideais – convertidos em mandatos – e formas de subjetivação. Somos feitos dessas transmissões (MANDELBAUM, 2010. p.111).

Incluídos, assim, nessa trama de conteúdos psíquicos que se dá notadamente no interior da família é que podemos pensar, como parece ter ocorrido com nossa entrevistada Clarice, acerca de experiências vivenciadas por gerações que nos antecederam, podendo também, utilizar de nossa própria experiência para pensar tal trama, compreendê-la e tomar dela determinada distância (MANDELBAUM, 2010). Dessa forma, observamos que a consideração da transmissão geracional de conteúdos psíquicos não determinará a propagação de tais conteúdos de maneira a manter situações, como as de violência, inalteradas e perpetuadas através das gerações, mas, ao contrário, pode-se pensar que a partir da consideração da transmissão geracional, principalmente na transmissão transgeracional, que segundo MANDELBAUM (2010) ocorre quando são transmitidos “significantes brutos, sem elaboração”, haveria a possibilidade de transformação de uma situação familiar que vem sendo, ao que parece, incompreendida completamente pelos membros da família, uma vez que, novamente de acordo com MANDELBAUM (2010):

[...] as gerações têm urgência de transmitir, principalmente tudo aquilo que não puderam elaborar, representar, ou pensar. Neste caso, o que urge transmitir é da ordem do traumático, do que foi excessivo para o aparelho psíquico conter e elaborar, com a esperança de que as gerações seguintes possam transformar em linguagem simbólica, em representações passíveis de serem pensadas (MANDELBAUM, 2010. p. 112).

Assim, consideramos que nossa entrevistada Clarice, ao narrar a história das mulheres de sua família como uma história de violência contra a mulher, estaria buscando ressignificar não somente sua própria vivência em situação de violência doméstica, mas igualmente, resgatar os significados de vivências de todas essas mulheres que a precederam, dando um novo sentido para a existência das mesmas a partir de sua compreensão de tal violência como um fenômeno social e não restrito às suas relações familiares.

Em relação à Vivian, última de nossas entrevistadas a ter descrito a sua narrativa em relação à violência por parceiro íntimo na família de origem, a questão da violência presente em sua família apresenta diferentes nuances capazes não somente de revelar a complexidade de que se reveste esse tipo de problema em nossa sociedade, mas colocar-se, igualmente, como um caso exemplar.

Como eu falei pra você, eu fui criada nesse meio né, de violência assim, de acordar, minha mãe toda ensanguentada, pegando a gente de madrugada, saía, de repente, sem você nem entender, tava dormindo, uma criança dormindo e sua mãe: levanta, levanta, vamo pra casa da minha mãe, e nós saía naquela época cheio de mato, então assim, gente é muito terrível isso tanto pra mãe quanto pros filhos, e eu ainda fico sempre... eu criei uma barreira muito grande devido isso, em relação a homem né... por ser criada assim, eu falei pra minha mãe que eu jamais ia aceitar um homem fazer aquilo que o meu pai fazia com ela, eu coloquei isso na cabeça de pequena, eu jamais vou aceitar um homem fazer isso comigo que eu vejo o pai fazendo com a senhora. E eu detestava o meu pai nesse sentido, o homem-mulher, o homem pra minha mãe, não o meu pai em si. Meu pai em si depois, agora nesse tratamento, eu percebi que ele... aquela época, vamo colocar aquela época, né, ele foi um bom pai. Então, ele foi um mau marido, não um mau pai, né? (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

A partir do relato de Vivian, acima descrito, podemos observar como significativa a primeira de suas afirmações: “eu fui criada nesse meio, né, de violência”, uma vez que apresenta, com a mesma, o que podemos considerar seu modo de vida e contexto familiar de outrora.

Isto tendo em vista que a violência conjugal vivenciada por seus pais é narrada como bastante grave, interferindo no modo de vida das crianças pelos sobressaltos causados à mesma nos constantes episódios de violência, por terem que abandonar a casa durante a noite, juntamente com a mãe, para se prevenir dos diferentes momentos de agressões do pai.

As marcas desse modo de vida parecem ainda acompanhar Vivian, de maneira significativa, quando, por exemplo, menciona ter criado “uma barreira muito grande devido isso, em relação a homem”, o que pode ser observado ao referir que, ainda criança, teria dito à mãe que jamais aceitaria um homem agindo daquela forma com ela.

Consideramos que esse tipo de relato de Vivian permite desvelar, também, o que poderíamos considerar a presença de uma dualidade no imaginário infantil ou adolescente frente à figuras paternas, pelo comportamento diferencial, em termos de relacionamento social e afetivo, por um lado como pai, considerado por ela nesse primeiro momento como “bom pai” e, por outro, como marido violento de sua mãe. Esse tipo de percepção, marcado pela dualidade, apresenta-se de maneira complexa em função, ao que parece, não somente dos sentimentos contraditórios trazidos das vivências da infância, mas igualmente, pela oportunidade de ressignificá-los pelo tratamento psicológico que a mesma teria realizado na Casa Viviane, tendo em vista a oportunidade de reflexão acerca dos mesmos, o que pode ser exemplificado nas seguintes afirmações que faz: “agora, nesse tratamento, eu percebi que ele... aquela época [...] foi um bom pai. Então, ele foi um mau marido, não um mau pai, né?”

A mencionada “confusão” acerca da identificação da personalidade do pai de Vivian é referida novamente em relato abaixo, onde nossa entrevistada aponta para o fato da violência do mesmo exercer-se não somente em relação à sua mãe, mas igualmente à sua avó materna:

Ah... era violência forte né, ali era violência mesmo, violência brutal mesmo, porque... não era só com a minha mãe, era com a minha vó né, tinha minha vó, né, eu não lembro muito assim... de algumas situações, mas eu recordo do falar né, minha mãe falava muito, ficava acho que repetindo aquilo que ela tinha passado, que ele tinha feito, e ela falava, não sei se, aí eu ficava também meio confusa, que eu também era muito pequena, então tem certas coisas que você não sabe se ouviu ou se aconteceu e você presenciou, é... do meu pai ter quebrado uma cadeira, mais a minha vó, encheu toda ela de sangue [...] minha vó, mãe da minha mãe. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Nesse relato, nossa entrevistada adiciona não somente qualidade, mas graus, em relação ao tipo de violência exercida por seu pai em relação à sua

mãe e também avó, mas não somente. Isto porque ela mesma narra ter sofrido as implicações dessa violência pelos conflitos que passou a ter em relação à personalidade “real” de seu pai, cujo comportamento se afastava, ao que parece, do ideal social de paternidade que cultivava, ancorada na ideia da figura do pai como protetor da família.

A figura do pai como protetor da família, por sua vez, parece estar relacionada ao mito familiar que, de acordo com MANDELBAUM (2010), estaria entre os mecanismos utilizados pela família para manter o equilíbrio psíquico, sugerindo e enfatizando as “consequências catastróficas” de divergências aos papéis por ele fixados. De acordo com a autora, Antonio Ferreira, em 1974, teria escrito um artigo bastante relevante em relação a compreensão de tais mitos. Segundo tal artigo, o conceito de mito familiar referiria-se a “uma série de crenças sistematizadas e compartilhadas por todos os membros da família a respeito de seus papéis mútuos e da natureza de suas relações.” Tais mitos, assim, seriam considerados “verdades para além de qualquer desafio ou investigação”.

Dessa forma, observamos como os mitos familiares contribuem para a cristalização de papéis familiares onde a mulher, na maioria dos mesmos, situa-se numa posição de subserviência em relação ao homem. No caso de nossa entrevistada Vivian, a mesma parece considerar que seu pai “deveria” ser o protetor da família, a despeito das atitudes violentas do mesmo.

Ainda que Vivian apresente numa primeira narrativa, ter um bom pai, mas sua mãe ter tido um mau marido, um novo relato, apresentado a seguir, permite descortinar a relação conflituosa mantida pelo mesmo, em relação a ela própria e à sua irmã, da qual ele era padrasto, além de outros membros da família, como a sua avó materna, observado em relato anterior:

[...] meu pai era perverso, isso aí eu lembro bem dele, meu pai era uma pessoa sádica, perversa, e... então assim, eu tinha minha irmã, minha irmã mais velha que é por parte só de mãe, então ele ia assim, judiava muito dessa minha irmã, colocava eu no caso pra judiar, por exemplo, comer um doce, ele comprava pra mim um doce, fazia eu comer na frente dela, eu não queria fazer isso, mas eu tinha que fazer, né, então batia, não, ele não batia, minto, ele não batia, ele fazia toda a cena pra que ficasse em cima da minha mãe, pra minha mãe bater nela, e ele não batia, né, é... minha vó, né, ele não tinha respeito nenhum com a minha vó [materna]. Quando minha vó ficou assim mais de idade, começou a ficar esclerosada assim né, ele não queria deixar a gente dar comida, eu enfrentava ele pra dar comida pra minha vó, aí

assim: não, vou dar. Não vai dar nada não. Vou. Minha mãe falou que é pra dar, eu vou dar, eu vou dar, né, medo dele me bater, mas ele não, meu pai não coisava [batia] muito não. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Pelo relato acima, podemos observar, nesse momento da entrevista, o tipo de traço de personalidade que Vivian atribui ao pai, traço esse que parece trazer-lhe maiores marcas ou lembranças doloridas como, por exemplo, sua narrativa de ser, por assim dizer, manipulada para o exercício do que ela considera como ato de perversidade e sadismo por parte do mesmo em relação a sua irmã por parte materna, onde o doce, de grande significado para uma criança, teria sido usado para esse tipo de prática. Esse mesmo tipo de prática de seu pai, narrada por Vivian como sádica e perversa, seria, ao que parece, também atribuída à proibição que o mesmo fazia em relação a alimentar sua avó materna, em idade já bastante avançada. Nesse tipo de episódio, consideramos relevante destacar que tal proibição frente a um comportamento do pai que ela considerava desrespeitoso para com sua avó materna, antes de levá-la a uma atitude de submissão e a aceitação de permitir ser manipulada, a exemplo do que ocorria em relação à sua irmã na infância, nesse caso seu comportamento foi de enfrentamento do mesmo, sustentado, ao que parece, na autoridade materna quando afirma: “Minha mãe falou que é pra dar [comida], eu vou dar”, a despeito de ainda verbalizar o medo de agressões por parte dele. Isso, talvez, pelo fato de já encontrar-se, ao que parece, na adolescência e poder identificar o que parece apresentar-se em sua narrativa como uma violência psicológica, quando afirma: “eu vou dar né, medo dele me bater, mas ele não coisava [batia]”.

No relato a seguir, podemos observar como a questão do enfrentamento de Vivian em relação ao pai ganha expressão em outras situações nas quais a questão da violência psicológica praticada pelo mesmo são indicadoras do que consideramos suas marcas mais significativas.

[...] quando a minha mãe tava, minha mãe não permitia ele ficar batendo em nós, mas a minha mãe ela trabalhava fixo no serviço e ele trabalhava de turno né, então ele... ele pegou, e quando a minha mãe saiu ele começou a me xingar, me xingava assim égua, sabe, esses nome eu detes... nossa menina como eu detesto, até hoje eu detesto quando eu vejo uma mãe

chamando os filho de égua, é estranho né, égua, cachorra, essas coisa assim, e ele começou a me xingar, aquilo foi me irando, irritando, irritando, aí eu respondi né: ah, eu fiz porque o senhor não fez, não faz, essa casa nojenta com as parede tudo nojenta, pinteí mesmo, sei lá, não sei o que, e falei, aí ele desceu pra me bater, aí no que eu peguei a panela de pressão eu falei: Vem, põe a mão em mim. O senhor pode por a mão em mim, mas vou meter essa panela de pressão na sua cabeça, e eu ia mesmo, sabe, não era da boca pra fora, e depois teve vezes de eu vir assim, teve época, não naquela época, mas depois, dele vim me bater e eu... sair com ele na mão assim, sabe, que eu não ia apanha dele eu sendo já adulta, não ia, porque assim, não era uma questão de eu ta fazendo nada de errado, não era uma coisa de necessidade, ele persequia mesmo, eu fui muito persequida por ele, sabe, no sentido assim que eu precisei de abandonar a minha casa, eu abandonei lá a casa que eu morava, que eu tinha casa no terreno dele, mas eu tive que abandonar, amigas me ajudaram pra sair dali, né, fui mora na casa dos outros (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

No relato acima, podemos observar diferentes nuances das situações de violência psicológica presentes nas várias narrativas apresentadas por Vivian, vivenciadas em relação ao seu pai. Uma hipótese explicativa que parece se descortinar, na busca de entendimento de seu lugar no tipo de trama tecida nas relações de violência, por parte de seu pai, em relação a ela, assim como a todos os membros da família, é a não aceitação do poder paterno no exercício da violência doméstica, quer física, quer psicológica, quer em relação a ela, quer em relação à própria família.

Entendemos, assim, que, diferentemente de outros relatos onde observamos a submissão da mulher, Vivian encontra nessa não aceitação a força para o enfrentamento da violência paterna desde a infância, passando pela adolescência e chegando até a idade adulta, quando relata ter sido persequida e necessitando abandonar a própria casa em que morava, que possuía em terreno de seu pai. Na fase adulta, observamos que tal enfrentamento resultou numa mútua agressão física: “não naquela época, mas depois, dele vim me bater e eu... sair com ele na mão assim, sabe, que eu não ia apanha dele eu sendo já adulta”, apontando para alguns desdobramentos da vivência em situação de violência.

Questão reveladora do significado profundo que a violência psicológica, exercida por seu pai, desde a tenra idade, passou a ter em sua vida parece evidenciar-se e é bastante ilustrativa na afirmação relacionada ao tratamento dado por seu pai a ela: “nossa, menina, como eu detesto, até hoje eu detesto quando eu vejo uma mãe chamando os filho de égua, é estranho né, égua,

cachorra, essas coisa assim, e ele começou a me xingar, aquilo foi me irando, irritando, irritando...”

Consideramos que a partir das evidências apresentadas e discutidas, acima, o próprio fortalecimento de Vivian ao se contrapor e resistir à prática cotidiana de violência do pai em relação à ela própria e a toda a família, ao longo de sua vida, parece revelar o que podemos entender como o empoderamento da mesma frente à violência doméstica praticada por homens contra mulheres, na atualidade, exemplificada na narrativa a seguir:

[...] eu não sofri muito na questão marido, porque eu nem permiti né, eu tive esses desentendimentos agora, né, de 15 anos pra cá, mas era coisas assim, salteada, mas a minha questão mesmo de violência, que mexeu comigo mesmo, foi na questão da minha criação, do meu pai com a minha mãe e... de certa forma sim, por exemplo, eu não sei hoje, mas até uma certa época aí, se eu ver um homem indo pra cima de uma mulher, eu não consigo ficar quieta, eu tenho que fazer alguma coisa, eu não... não... não consigo falar: ah, ela que sabe, ela que é sem-vergonha, ela aceita, não sei, sabe, eu não consigo, eu tenho que, eu vou lá, eu sei lá, hoje, hoje, hoje eu não sei, mas uma época aí eu fazia isso, e falava: ah, vem bater em mim pra ce ve, ela é trouxa, apanha de você, vem por a mão em mim, então tinha essa coisa assim sabe, parece uma ira, uma raiva de homem que batia em mulher, que bate em mulher, sabe, uma coisa... assim, anormal pra mim, anormal. Não sei se era anormal ou se é normal. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

O entendimento, antes apresentado, de que a não aceitação do poder paterno como legitimação do direito à prática da violência familiar teria possibilitado à nossa entrevistada Vivian uma postura de autonomia da mulher frente a diferentes formas de violência nas relações de gênero fica exemplificado no relato acima.

Tal postura, que se coloca no que podemos considerar como uma busca de igualdade ou equidade de gênero parece evidenciar-se em sua narrativa acerca de como vê a mulher diante de uma situação de violência, quando verbaliza: “se eu ver um homem indo pra cima de uma mulher, eu não consigo ficar quieta, eu tenho que fazer alguma coisa” e acrescenta: “não consigo falar: ah, ela que sabe, ela que é sem-vergonha, ela aceita, não sei, sabe, eu não consigo”. Nesse tipo de fala, Vivian parece ver, portanto, a mulher em situação de violência, não como uma vítima, nem como submissa, como acomodada, mas, ao que parece, fragilizada, portanto, sem a força e a indignação necessárias para insurgir-se e romper ou enfrentar tal tipo de

situação, a exemplo do que teria feito ao longo de sua vida na convivência familiar.

Finalmente, trazemos abaixo o que podemos exemplificar como o rico exercício da memória de pessoas entrevistadas, notadamente pelo encadeamento que fazem de suas vivências significativas em termos de narrativas, nas quais as vivências do passado se cruzam com o presente numa teia reveladora dos diferentes aprendizados que nossa vida cotidiana nos oferece, permitindo o entendimento de que nossa postura do hoje encontra-se naquilo que, a despeito de ter sido traumático no passado, revela-se como libertação e fortalecimento no presente.

É nesse sentido que finalizamos a abordagem da experiência de vida no contexto de violência de Vivian, apresentando abaixo a associação que a mesma faz ao que consideramos sua postura de indignação frente à violência contra a mulher, em geral, com a prática de insurgir-se contra a violência paterna, em relação à mãe, desde a infância, prática essa que foi seguida por seus irmãos.

E eu entrava no meio. Eu sempre entrei. Apanhava na cara, mas eu ficava ali, e ajudava minha mãe, e os meus irmãos foram crescendo e eles também, tanto é que chegou uma certa idade, ele parou de bater na minha mãe, só que a minha mãe também reagia, né assim, a minha mãe, quando a gente era pequeno, ela falava assim que até uma certa época ela não reagia, ela apanhava, apanhava, ia trabalhar e tinha que dar o pagamento na mão dele, que não sei o que, essa parte então a gente nem lembra, ela que contava. Ela falou que ela chegou um dia no serviço o olho dela todo roxo né, e aí as amiga do serviço... pegaram no pé dela, falando: Por que você não reage? Você apanha quieta! Quando você reagi ele para de fazer isso com você. Diz que ela ficou com aquilo na mente, aí ela falou que quando chegou em casa, ele foi, foi coisar, pela primeira vez ela pegou e reagiu, e de lá pra cá ela reagia mesmo, mas era horrível, a gente via, a minha mãe pegava facão. Quando eles começava a brigá a gente começava a esconder tudo: tesoura, faca. Sabe, a gente já começava, eles começava a briga a gente já olhava eu e meus irmãos mais velhos né, porque é eu e depois 2 irmãos homem, aí nós já pegava, já pegava tudo, começava a guardar, e nós ficava de prontidão, né, porque a minha mãe enfrentava, mas mesmo ela enfrentando, meu pai tinha mais força que ela, meu pai machucava ela, então nós ia pra cima, pra defender ela. Então nós somos criado assim. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Na dinâmica da vida cotidiana de conflitos familiares delineia-se, igualmente, conforme relato acima de Vivian, a prática da violência de diferentes naturezas pelo seu pai em relação a todos os membros da família.

Diferentemente do descrito em outros relatos, onde se observa, por exemplo, a submissão da mulher e/ou de outros membros da família, no caso do relato de Vivian descortina-se a questão da resistência à violência de seu pai, como característica importante de sua narrativa, tendo em vista as buscas de diferentes estratégias de enfrentamento da mesma, primeiramente pela mãe, ancorada na orientação de amigos do grupo de trabalho, por Vivian, nossa entrevistada, assim como por seus irmãos menores, estes ancorados, por sua vez, no exemplo de enfrentamento da própria mãe.

Esse tipo de enfrentamento parece-nos relevante por considerarmos que o mesmo teria aberto possibilidades para o rompimento do processo de violência do pai em relação à mãe. Nesse processo, importante destacar como houve o envolvimento de Vivian e de seus irmãos, ou seja, para prevenir a violência contra sua mãe empregavam como estratégia o que podemos caracterizar como a prontidão infantil, quando Vivian relata: “Quando eles começava a briga, a gente começava a esconder tudo, tesoura. Sabe, a gente já começava, eles começava a briga já olhava eu e meus irmãos mais velhos né, porque é eu e depois 2 irmãos homem, aí nós já pegava, já pegava tudo, começava a guardar, e nós ficava de prontidão.”

Vale observar, no entanto, que nesse processo de enfrentamento, ao lado da busca de prevenção acima mencionada, a própria prática da violência passa, por vezes, a se apresentar paradoxalmente como meio de defesa disponível, conforme fala de Vivian: “porque a minha mãe enfrentava, mas mesmo ela enfrentando, meu pai tinha mais força que ela, meu pai machucava ela, então nós ia pra cima, pra defender ela”.

Tal tipo de narrativa permite desvelar o quanto a prática da violência doméstica, a exemplo da família de Vivian, envolve crianças precocemente numa realidade não somente de autodefesa frente à violência, mas, inclusive, na necessidade de encontrar meios ou estratégias para defender pessoas que são significativas a elas, no caso a mãe, que representaria, no imaginário infantil, ao lado da figura do pai, a necessária proteção com que eles próprios precisariam contar, notadamente na infância e pré-adolescência, para garantir o saudável processo de crescimento e de desenvolvimento intelectual, psíquico e emocional como preconizado em políticas públicas em nosso país,

notadamente a partir dos anos 1980, em termos da busca de um cuidado à saúde integral da criança e mesmo do adolescente.

Diante disso, descortina-se, por um lado, a natureza multidimensional do problema da violência doméstica, por envolver as especificidades de diferentes gerações, ou seja, além dos pais, crianças, adolescentes e também idosos que passam a partilhar o mesmo espaço de uma dada dinâmica de relações familiares, onde a prática da violência apresenta-se como marca característica. Por outro lado, apresenta-se a complexidade de tal problema num duplo desafio, qual seja, o de seu conhecimento pela ciência, que requer o emprego de estudos multi e interdisciplinares, assim como o da definição de políticas públicas para seu enfrentamento que exige o trabalho de naturezas interinstitucional e interdisciplinar, inscritos numa rede de atenção articuladora de todos os setores envolvidos, desde a esfera jurídica, passando pela esfera social propriamente dita, e de saúde.

4.3. VIOLÊNCIA VIVENCIADA COM O PARCEIRO ÍNTIMO

De acordo com SAFFIOTI (1999), as violências dos tipos física, sexual e moral não ocorrem isoladamente, pois, em se tratando de qualquer um desses tipos de violência, a agressão psicológica ocorreria concomitantemente e, igualmente, a violência moral, que parece estar presente diante de qualquer uma dessas modalidades da prática da violência a partir de sua publicização. Tal fato levaria muitas mulheres a adotarem o silenciamento como forma de se preservarem em relação a esta última modalidade de violência, no entanto, esse tipo de decisão traz implicações, uma vez que todas as demais modalidades de violências mencionadas ocorreriam sem punição e, assim, passariam a ser naturalizadas e mesmo aceitas tanto social, quanto culturalmente. Ainda que não tenha sido mencionada pela autora, a violência patrimonial também parece ocorrer, na maioria das vezes, ao lado de violência psicológica e moral, como pudemos observar em narrativas de nossas entrevistadas.

Nessa perspectiva, observaremos em nossa abordagem acerca das violências vivenciadas por nossas entrevistadas, praticadas pelo parceiro íntimo, as formas previstas pela Lei Maria da Penha, considerando que as cinco formas previstas nessa Lei foram relatadas pelas mesmas, quais sejam: violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Salientamos, porém, que muitas dessas modalidades de violência doméstica e familiar contra a mulher ocorrem simultaneamente e, conforme mencionou MARQUES (2013) acerca da divisão da violência de acordo com a sua natureza, os atos de violência são complexamente intrincados entre si, o que faz com que a divisão dos mesmos seja apenas didática e “impossível de ser realizada em essência”.

Assim, buscamos destacar tal complexidade identificando categorias a partir de vivências em violências consideradas “mais simples” até as “mais complexas”. Como a violência psicológica está presente, prioritariamente em relação às demais (FONSECA et al., 2012), iniciamos com a categoria “Vivenciando a violência psicológica”, seguida pela categoria “Vivenciando alguns tipos de violência” e finalizamos com “Vivenciando múltiplas violências”.

4.3.1. Vivenciando a violência psicológica

De acordo com a Lei Maria da Penha, em seu Título II, Capítulo II, artigo 7º e inciso II, a violência psicológica é definida da seguinte maneira:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

FONSECA et al. (2012) mencionam que a violência psicológica contra a mulher, ao lado da física, são as mais frequentes e que a primeira seria mais encontrada nas formas de humilhações, xingamentos e desprezo. Tal violência estaria presente primariamente em qualquer situação de violência e perduraria durante todo o ciclo da violência, sendo que as demais modalidades viriam a se incorporar ao longo do tempo, de acordo com a dinâmica das relações. Segundo essas mesmas autoras, o companheiro usaria esse tipo de agressão psicológica para denegrir a imagem da mulher, “fazendo-a sentir sem valor e desprezada”. Podemos entender, nessa linha de interpretação, que tal tipo de agressão se configuraria, de maneira consciente ou inconsciente, como estratégia para a manutenção do exercício do poder do homem sobre a mulher.

SILVA et al. (2007) apontam que a violência psicológica se desenvolve de maneira silenciosa, progredindo, muitas vezes, sem ser identificada como prática de violência e deixando marcas em todos os envolvidos.

Todas as nossas entrevistadas mencionaram, de diferentes maneiras, a vivência em situação de violência psicológica. Iniciaremos a abordagem com nossa entrevistada Clarice que teria vivido essa única modalidade de violência, uma vez que tão logo a identificou, tomou as devidas providências em direção ao rompimento de tal relação.

Clarice menciona, em falas a seguir, a ameaça como violência psicológica vivenciada e relata, ainda, que não podia contar com seu esposo, nem “financeiramente nem emocionalmente”:

Ele ameaçou de morte a mim e a pessoa que eu tava e eu fiquei muito assustada e procurei ajuda, né? (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

E continua:

Ele nunca me agrediu fisicamente, né? Mas tinha toda a questão da violência psicológica porque ele era usuário de drogas e eu sempre fui a responsável por levar o sustento pra casa, mesmo antes do nosso primeiro filho nascer. E tinha toda a questão de não, não poder contar com ele financeiramente, nem emocionalmente, porque várias vezes ele dizia que ia sair daquela situação, que queria mudar, ficou internado uma vez numa clínica de reabilitação, mas durava bem pouco isso. E aí já começava a se ausentar novamente, né? Já era só eu pra

poder cuidar do lar. Ainda a preocupação de saber se ele ia ter uma overdose ou não... Então era sempre, era muito tensa a nossa relação. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Embora a narrativa de Clarice acerca da violência psicológica vivida esteja atrelada, pela mesma, à condição de seu marido ser usuário de droga, vale observar que tal violência se encontra relacionada, ao que parece, ao que a lei menciona como “dano emocional” à mesma, o que poderia implicar prejuízo à sua saúde psicológica, quer pela vivência ao lado de um companheiro que não se responsabiliza sequer pela própria vida, quer pela imprevisibilidade do comportamento do mesmo, notadamente quando passou a ameaçar de morte nossa entrevistada.

FONSECA et al. (2012) apontam que o sofrimento psíquico é tão intenso para as mulheres que o vivenciam que as mesmas o consideram maior do que o sofrimento vivido quando acometidas por violência física. É uma violência relatada como de “caráter silencioso, crônico, comprometedor da saúde psicológica da mulher”. Ainda segundo as mesmas autoras, esse sofrimento psíquico pode resultar em doenças psicossomáticas diversas, sendo a depressão apresentada como a mais comum destas.

4.3.2. Vivenciando alguns tipos de violências

Outras de nossas entrevistadas passaram a vivenciar, ao lado da violência psicológica, outras formas de violências previstas pela Lei Maria da Penha, notadamente as violências física e moral.

Nossas entrevistadas Neide e Ângela foram gravemente ameaçadas e estiveram em iminência de vivenciar violência física, enquanto Débora, Vivian e Fiamiris vivenciaram a violência física, propriamente dita, junto com a violência psicológica.

Algumas de nossas entrevistadas referem-se, também, a violências que teriam sido praticadas por seus companheiros não somente em relação as mesmas, mas igualmente, em relação aos seus filhos e/ou outras pessoas da família.

Nossa entrevistada Neide teria vivenciado ameaça de violência física, ao lado das violências psicológica e moral, sendo que a violência psicológica teria sido vivenciada por ela e notadamente pelo filho, assim como pela família de forma geral.

Em relato a seguir, narra a violência verbal vivenciada por ela e por seu filho, por parte de seu marido:

Violência? Assim, por xingos, sabe? Ele briga muito com meu filho. [...] Ele xinga ele, às vezes. Aí, até esses dias, xingou ele até de viado. Isso marca, né fia? [...] Xingou assim. Falou essa palavra pra ele. Se a pessoa é ou não é, precisa ficar falando? Não é? Não é verdade? Isso magoa as pessoas. Não é pra falar isso, né? [...] E ele parece que não gosta do filho. Porque o filho [adolescente] não sabe ficar quieto, sabe? Ele [filho] vê as coisas e fala. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada morando com o ex-companheiro, com uma filha casada e dois filhos adultos solteiros).

Embora Neide refira, em relação a ela assim como à família em geral, como violência psicológica a prática cotidiana de frequentes xingamentos, por parte de seu marido, especifica no relato acima, o que podemos considerar prática de violência psicológica direcionada especialmente ao seu filho, uma vez que, pela narrativa da mesma, não se trata somente de xingamentos, mas de uma ação discriminatória em relação ao mesmo. Vale observar que ao mencionar que o marido “xingou ele até de viado”, Neide parece apontar para o que entendemos ser uma agressão à própria identidade de seu filho, com base num estereótipo de masculinidade hegemônica, que necessariamente configuraria o “ser homem”, segundo bem caracteriza DAMATTA (1985), numa expressão de superioridade masculina e de exercício de poder sobre a família, ainda legitimado, em termos tradicionais, pela sociedade brasileira.

Neide relata, também, a situação de violência física a que foi exposta e a intervenção de seu filho, em seu favor:

O que foi mais marcante que eu fiquei muito abalada mesmo foi o dia que ele levantou a mão pra bater em mim. Se meu filho não tivesse aqui [residência da entrevistada], eu podia até ter saído correndo, ele tinha me pegado aqui dentro. Tinha me machucado feio, sabe fia? Porque eu, um homem, por mais pequeno que ele é, porque ele é pequeno, mas tem força, né fia? E a gente não tem. [...] Então, já tentou bater em mim, né? Meu filho [jovem] segurou a mão pra não bater. Sorte que ele tava em casa. Se ele não tivesse, podia ter apanhado dele, né?

(**Neide**, 57 anos, 5ª série, divorciada morando com o ex-companheiro, com uma filha casada e dois filhos adultos solteiros).

A intervenção de uma terceira pessoa na situação de violência física foi apontada por diversas de nossas entrevistadas como algo que acabou por livrá-las desse tipo de vivência. No caso de nossa entrevistada Neide, observa-se, a partir de seu relato acima, que a presença e a atitude de seu filho em defendê-la foi o motivo pelo qual ela não foi agredida fisicamente.

Em fala abaixo, Neide narra que teria, ainda, vivenciado violência psicológica e moral, uma vez que foi humilhada diante de sua amiga:

*Então, tem uma amiga minha que foi até testemunha minha, sabe? E ela foi testemunha, já viu ele me xingando de vagabunda, sabe? [...] Xingamentos, estúpido com todo mundo, comigo e com o menino, sabe? Ele não faz essas coisas [bater], sabe? Mas quer mandar muito nas coisas. Tem que ser tudo do jeito dele. Se você tira alguma coisa do lugar, depois ele já tá reclamando por aquilo. (**Neide**, 57 anos, 5ª série, divorciada morando com o ex-companheiro, com uma filha casada e dois filhos adultos solteiros).*

Pelo relato de Neide, observamos que nossa entrevistada ainda vivencia cotidianamente violência psicológica e que teria, em determinada ocasião, vivenciado violência moral, uma vez que foi humilhada na presença de sua amiga.

No caso de outra de nossas entrevistadas, Ângela, podemos observar, a partir de seus relatos, que a mesma, além de ter vivenciado, assim como Neide, a iminência da situação de violência física, teria vivido em situação de constante violência psicológica, ao lado da filha e, posteriormente, da neta.

Ângela menciona, abaixo, ocasião em que seu ex-marido teria se desentendido diretamente com sua filha que, na ocasião, estava grávida de oito meses:

Minha filha tava grávida de oito meses. Quer dizer, até aí ele era bonzinho. Minha filha tava grávida de oito meses e ele se desentendeu com ela no computador. Que que ele fez? Ele pegou uma cadeira dessa aqui e correu pra partir pra cima da minha filha. Aí, eu fiquei, assim, passada. Eu fiquei em choque. Fiquei em choque. Eu não acreditei. Aí, eu passei na frente da minha filha aqui, ó. Minha filha ficou acuada aqui. Eu passei na frente dela e ele falava desse jeito pra mim, ele falava assim, ó: "-Sai da frente que eu vou matar ela a cadeirada." Ele falava

isso pra mim, eu fiquei passada. Passada. Aí, eu falei pra ela, falei assim: "-E aí? Você quer ir procurar? Porque a gente precisa ir lá e fazer o boletim de ocorrência, tudo." Aí, ela acabou não querendo ir, entendeu? A gente não foi. Aí, me arrependi, depois, de não ter ido. Porque é uma coisa muito grave, ela tava grávida de oito meses. E se ela perde o bebê, entendeu? Então, foi a primeira vez que ele... Aí, eu fiquei um mês, um mês sem entrar no quarto com medo dele. Um mês. Eu andava aqui dentro de casa com medo dele. Eu falei: "-Gente, se ele fez isso, ele pode fazer uma coisa pior." [...] Ele nunca gostou da minha filha. Muitas vezes ele, ele... Minha filha passou, sofreu violência por parte dele. Muitas vezes. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

A violência narrada por nossa entrevistada evidencia não somente a tentativa de agressão contra a filha de Ângela, mas à própria neta em fase de próximo nascimento, além de restringir a liberdade de nossa entrevistada dentro da sua própria casa, quando relata o medo de entrar no quarto do agressor. Dessa forma, podemos observar o quanto a convivência com um companheiro violento passa a tecer novos tipos de comportamentos e relações, envolvendo todos os membros da família na busca de auto-proteção, por viverem em clima de medo diante da imprevisibilidade de virem a vivenciar um próximo e esperado episódio de violência.

Ângela afirma, também, em relato a seguir, que em relação à violência física foi ameaçada, mas tal ameaça acabou por não se concretizar em violência física:

Quer dizer, a gente teve um casamento de 17 anos, assim, um pouco conturbado. Porque, assim, nunca, ele nunca me bateu, né? Porque ele não era nem doido de fazer isso. Porque violência verbal é uma coisa que mais existiu nesse nosso relacionamento. Então, nesse dia, ele muito que nervoso, assim, acho que pra intimidar eu e minha filha, ele pegou e pegou uma faca pra nós. E aí eu fiquei desesperada, minha filha, também. A gente ficou, assim, meio que coagida sem saber o que fazer. Quer dizer, ele só não nos matou porque ele não quis. Porque um homem e duas mulheres, né? E um bebê, porque minha, minha neta gritava desesperadamente. Bebezinho. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Vale salientar, a partir do relato de Ângela, que a violência física não concretizada não é menos importante do que a violência física propriamente dita, tendo em vista que a situação de ameaça, pela intimidação, pode constituir-se, igualmente, em uma forma de violência psicológica e, muitas vezes, tem ainda o poder de dominar pessoas, retirando das mesmas a autonomia, a capacidade de decisão e a liberdade, além do trauma que encerra. No caso de Ângela, a situação apresenta-se ainda mais séria por

incluir sua filha gestante, sendo que alguns autores apontam, a exemplo de SOUTO e KRUEL (2013), que qualquer das modalidades de violência, seja física, sexual ou psicológica, podem acarretar significativas consequências para a saúde tanto da mãe quanto da criança, tais como “baixo peso ao nascer, abortos, parto e nascimento prematuro e até mortes materna e fetal” (BONOMI, 2003 apud SOUTO e KRUEL, 2013. p. 60).

No caso de nossa entrevistada Débora, que também teria vivenciado, juntamente com seu filho, alguns tipos de violência, notadamente as violências física e psicológica, a mesma refere que seu companheiro não permitia que ela e o filho assistissem televisão aos finais de semana, conforme relato a seguir:

Violências foram estas. E aí final de semana que a gente queria assistir televisão e ele não deixava, aí tinha que chamar a polícia. Polícia também não podia fazer muita coisa né, porque não conseguia fazer o boletim de ocorrências. Aí a gente tinha que sair de casa, dormir fora, e deixar ele dentro de casa. Daí foi indo, foi indo até o ponto em que eu não aguentei mais porque quando ele começou a bater no meu filho eu falei: não. Agora já foi. Eu ainda aguento, né. Mas meu filho eu não vou aceitar isso não. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

A partir do relato de Débora observa-se como a questão da violência psicológica se reveste de uma multiplicidade de manifestações no âmbito das relações conjugais e domésticas e o quanto esse tipo de violência dificulta o registro de uma queixa na polícia.

No caso dessa nossa entrevistada, como em diversos outros, a violência psicológica não ocorria isoladamente, mas junto de outras modalidades de violências, como a mencionada violência física.

Importante observar que embora muitas mulheres permaneçam em situação de violência, por diferentes motivos, sem a decisão de romperem com tal tipo de opressão por parte do parceiro, em alguns casos será em função da violência praticada pelo mesmo contra um membro da família, que lhe seria muito significativo, que tal decisão parece ocorrer, de maneira peculiar. No caso de Débora, em função da violência física contra seu filho e, vale adiantar, que, de maneira similar, no caso de Naná que será posteriormente mencionado, o mesmo teria ocorrido em função de tentativa de violência física contra sua mãe.

A seguir, apresentamos o relato de Débora, onde a mesma narra episódio de violência física que vivenciou juntamente com seu filho:

Ele já tentou me matar eu dormindo. Já agrediu meu filho. Já levei meu filho pro Pronto Socorro porque fiquei com medo, porque assim como ele me agredia, ele agredia meu filho ao mesmo tempo. Batia com a mão assim, porque ele é grande né, batia com a mão assim na cabeça do meu filho e com a outra mão em mim, assim não tinha como um defender o outro né. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Débora menciona, nesse seu relato, ocasião em que seu então companheiro tentou matá-la enquanto a mesma encontrava-se dormindo. Dessa forma, parece evidenciar-se o que seria considerado um agravante da pena, caso houvesse condenação de seu companheiro pelo fato, pois, a mesma encontrava-se, nesse tipo de situação, impossibilitada de esboçar qualquer tipo de reação ou defesa.

Outra peculiaridade presente refere-se à questão do agressor ser capaz de agredir Débora e seu filho simultaneamente, evidenciando-se, assim, a questão da assimetria de força física presente na situação, o que fica ilustrado em sua fala “porque ele é grande”. Isto parece exemplificar o abuso de poder que se observa em tais situações, o que aponta para argumento adicional para a existência, ainda que indevidamente contestada no Brasil, de uma lei de proteção à mulheres, no caso a Lei Maria da Penha, que, como ação afirmativa, busca tão somente reconhecer e desconstruir a tradicional submissão a que muitas mulheres foram historicamente submetidas, coibindo e prevenindo as violências daí advindas, tendo em vista que muitas dessas práticas violentas ainda encontram-se presentes, a despeito dos avanços em relação aos direitos das mulheres, decorrentes de suas próprias conquistas.

Débora menciona, em relato abaixo, outra ocasião em que seu filho acabou intervindo em sua situação de conflito com o ex-marido:

Teve uma vez que ele começou a me dar soco e assim, eu vi a cena ele me matando no banheiro, meu filho saiu correndo e gritando assim: Você não vai matar minha mãe, se você matar minha mãe eu te mato. E, sabe, começou a ficar revoltado, começou a gritar dentro de casa e aí, aquela coisa, os vizinhos não se intrometem né, porque é apartamento, todo mundo vê, todo mundo ouve, mas ninguém se intromete. É tanto que até hoje eu não tenho ajuda de vizinho, de ninguém. Consegui ajuda aqui [Casa Viviane]. Porque as pessoas não querem nem

ouvir a gente, né. Ninguém quer saber. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato de Débora, acima, podemos observar que a violência vivida pela mesma, nesse episódio, não somente envolveu a participação de seu filho, mas, segundo ela, trouxe implicações para o garoto, quando afirma que o mesmo: “começou a ficar revoltado”. Importante observar que a violência vivenciada pelos pais, e presenciada pelos filhos, interfere, segundo literatura especializada, na formação da personalidade dos mesmos, o que foi observado por autores como LIMA e WERLANG (2011) e MANDELBAUM (2010).

Outra questão relevante diz respeito à menção que nossa entrevistada faz a respeito da falta de apoio dos vizinhos, tendo em vista que, de acordo com o relato de Débora, “todo mundo vê, todo mundo ouve, mas ninguém se intromete”. Esse tipo de observação de Débora parece ir ao encontro da tradicional visão da sociedade brasileira que considera a violência contra a mulher como assunto privado, a ser resolvido em âmbito doméstico pelo casal, concepção essa que, numa inversão de sentido de conhecido e tradicional jargão, vem sendo refutada por movimentos de mulheres quando mencionam, quer em *slogans* quer em títulos de obras como as de Heleieth Saffioti, que “em briga de marido e mulher, a gente põe a colher”, remetendo ao caráter público da situação, uma vez que envolve crimes previstos em nossas leis e uma cultura de violência que necessita ser enfrentada.

O envolvimento do filho na situação de violência é apontado por Débora como uma questão preocupante, conforme seu relato a seguir:

Daí foi indo, foi indo até o ponto em que eu não aguentei mais porque quando ele começou a bater no meu filho eu falei: não. Agora já foi. Eu ainda aguento, né. Mas meu filho eu não vou aceitar isso não. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato acima, podemos considerar que, para nossa entrevistada, conforme já assinalado anteriormente, seu filho vivenciar violência física por parte do ex-marido teria representado um marco para a mesma, pois, a partir dali, decidiu-se pelo rompimento de tal relacionamento violento. Consideramos,

assim, que o filho de Débora representaria o outro significativo, como foi mencionado por ALVAREZ e ROSEMBURG (1999), sendo bastante relevante sua participação no processo de enfrentamento da situação de violência por essa nossa entrevistada.

Em relação a outra de nossas entrevistadas, Vivian, podemos observar, por meio de suas narrativas, que a mesma, além da violência física, teria também vivenciado a violência psicológica.

Vivian menciona, em narrativa a seguir, as questões do abandono e da traição, consideradas como formas de violência psicológica:

...eu sofri essas assim que eu te falei, uma época da qual ele bebia ele me deixava em casa, da qual ele me deixou, fiquei muito tempo, eu fiquei muito magoada com ele, porque quando fui ganhar essa menina ele me deixou sozinha no hospital, não foi me buscar, fiquei sem ter a roupa dela, então isso marcou, foi como se fosse um carimbo né, é... traição, que houve, foi difícil pra mim supera, foi difícil pra mim supera, mas tudo isso, foi tudo resolvido, mesmo, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro).

A partir do relato de Vivian, podemos observar que diversas ações narradas de seu esposo podem ser consideradas como manifestações de violências psicológicas como a mencionada traição, o abandono por conta da bebida do esposo e a ausência do mesmo no hospital, quando do nascimento de sua filha, momento esse considerado bastante significativo para muitas mulheres. A propósito de tais considerações, vale observar que embora nossa entrevistada tenha afirmado ter resolvido tais questões, a ausência do marido na maternidade representou, segundo seu próprio relato, algo bastante relevante, quando afirma: “isso marcou, foi como se fosse um carimbo” e, ao final, acrescenta que “foi tudo resolvido, mesmo”.

Apresentamos, a seguir, fala de Vivian que relata acerca das situações onde teria vivenciado violência física por parceiro íntimo. Na fala abaixo, sua referência ao primeiro episódio:

...É teve né, que teve, é... teve duas vezes assim mesmo uma agressão física né, uma foi em São Bernardo, que ele me deu um soco no olho, né, e... e eu fiz o procedimento né, chegou até ele ser chamado, o juiz mesmo, a questão de processo, só que eu nunca levei adiante, né...

(Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Vivian relata ter sido agredida pelo companheiro, com um soco no olho, e não ter dado continuidade ao processo iniciado. Em outro relato, a seguir, nossa entrevistada refere ter preferido não dar continuidade ao referido processo para não prejudicar a empregabilidade do mesmo e afirma, em relato de item anterior, ter preferido que seu companheiro fizesse um tratamento para alcoolismo, apontando novamente para a anteriormente mencionada questão, em item 4.1, da desresponsabilização do companheiro frente a atitude violenta.

Eu ainda não levei um processo ao fim, porque realmente eu não quero te prejudicar porque isso prejudica o que, no trabalho né, então tem coisas, aí é um ponto que às vezes as outras mulher fala: Ah vai lá e depois tira, mas tem coisa que a gente tem que ser sensata. Hoje, hoje em dia, se eu tivesse feito isso, eu teria prejudicado ele e a mim, recentemente ele ficou desempregado, e ele foi fazer um emprego aí puxou, e ele tinha um processo devido ele ter batido num carro, e isso prejudicou ele de arrumar um emprego, e se ele tivesse de violência doméstica? (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Podemos observar, pelo relato acima e por relatos do item 4.1, que Vivian teria feito uso da judicialização das relações conjugais para, assim, conseguir um acordo com seu companheiro, tendo em vista que explicita que sua intenção não era, na ocasião, a punição do mesmo, mas, o tratamento de seu alcoolismo. Tal atitude de Vivian nos leva à reflexão acerca da importância da polêmica em torno da mediação em situações de violência doméstica, no Brasil, pois, parece existir uma tendência a se considerar a necessidade de punição para agressores quando, muitas vezes, algumas mulheres requerem prioritariamente a mediação do Estado para sua relação, seja para mantê-la ou para romper com a mesma de maneira não violenta.

A experiência do setor policial com mediação foi estudada por NOBRE e BARREIRA (2008, p. 160), apontando algumas dificuldades, porém muitos benefícios, notadamente para as mulheres, ao se utilizarem de tal mediação, uma vez que a polícia está investida de uma autoridade que, segundo os autores, “a afasta de um lugar imparcial ou neutro”, de maneira que quando da denúncia é feita pela mulher “a intervenção da autoridade policial a favor da

mulher indica para o agressor que as relações de poder entre ambos se inverteram, colocando limite no uso da violência”.

No relato abaixo, Vivian narra outra situação onde teria vivido novamente violência física por parte do companheiro, da qual procurou defender-se:

[Em] Itaquera, também houve né, ali foi eu e ele né, mas como ele é homem, tem mais força né, então ele conseguiu me... ele me deu uma gravata, eu consegui sair da gravata... e eu dominei ele e mandei chamar a polícia, e só soltei dele quando a polícia chegou, porque eu vi ali um risco de vida, eu vi assim que, do jeito que ele tava, naquele momento, se eu soltasse ele a coisa ia ser mais pro lado... talvez uma faca, porque ele olhava pro lado da faca, né... e quando a polícia chegou, aí eu... conversou com ele o policial, ele se queixou, o policial falou: o senhor queria bater na sua esposa e queria que ela ficasse parada?... (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Nesse tipo de narrativa acima, Vivian parece apontar para sua capacidade de defesa e de reação frente a situação de violência. Fica destacada, também, a prática da violência mútua, notadamente nas seguintes falas de nossa entrevistada: “ali foi eu e ele né” e “ele me deu uma gravata, eu consegui sair da gravata... e eu dominei ele e mandei chamar a polícia”. Vale mencionar também a queixa de seu companheiro ao policial, possivelmente em relação ao fato de ter havido uma luta, uma violência mútua e não uma violência sofrida passivamente por parte dessa nossa entrevistada. A reação de Vivian teria sido, ao que parece, fora da expectativa de seu marido, embora bem justificada pelo próprio policial que asseverou: “o senhor queria bater na sua esposa e queria que ela ficasse parada?”.

A questão da reciprocidade da violência, ou a prática da violência mútua, é, contudo, apontada por Vivian, a exemplo de outras de nossas entrevistadas, como uma relação onde a questão da assimetria de força física deve ser considerada. As mulheres, ainda que possam ter participação na situação de violência, não contam, na maioria das vezes, com a mesma força física dos homens, de acordo com narrativas dessas nossas entrevistadas. Tal fato acaba por deixar a mulher novamente em situação de desigualdade frente ao homem, diante de situações de violência, o que acaba por legitimar, ao lado de outras assimetrias, notadamente daquelas relacionadas a ideologias e

posicionamentos culturais e sociais que mantém a mulher em situação de inferioridade, a necessidade da existência em nosso país, de uma lei específica para a proteção das mulheres, no caso, a Lei Maria da Penha.

No caso de nossa entrevistada Fiamiris, observamos, pelos relatos a seguir, que a mesma teria vivenciado as violências física e psicológica. Os filhos dessa nossa entrevistada teriam vivenciado violência psicológica por parte do esposo da mesma, assim como seu cunhado, irmão do companheiro, teria sido agredido pelo mesmo.

Fiamiris narra, a seguir, situações em que teria vivido situação de violência com ameaça de morte, por parte do companheiro:

Mas aí assim, um dia ele ameaçou de pegar o travesseiro e de por assim na minha boca, tipo assim sufocar, aí eu falei pra ele: se você por a mão em mim nós vamos complicar, assim não deixei. Uma vez ele apertou o meu pescoço quando eu tava dormindo, ele teve sonambulismo, ele apertou o meu pescoço que ficou as marcas assim, no pescoço, que ele tem sonambulismo, essas coisa. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Fiamiris relata uma situação de aparente ameaça de morte e outra em que houve uma tentativa de homicídio justificada, por ela, pelo sonambulismo do marido. Tendo em vista a gravidade dos tipos de violência, consideramos que atribuir as mesmas tão somente ao sonambulismo seria, ao que parece, contribuir para a desresponsabilização do parceiro íntimo agressor pelos atos praticados. Vale lembrar que tal tipo de desresponsabilização frente à situações de violência é comumente utilizada tendo como argumento e justificativa a embriaguez ou a drogadição.

No caso dessa nossa entrevistada parece relevante considerar que, fora do estado de sonambulismo, seu companheiro apresenta, igualmente, comportamento agressivo e práticas de violência em relação a ela e, também, aos filhos, conforme relatos a seguir.

Inicialmente, sua narrativa em relação à filha:

...ele já teve essas questões aí [de violência], já quis bater na minha filha, já teve umas questões bem forte em casa de violência física mesmo. [...] Assim, da minha filha também quis bater, quis agredir, mas eu não deixei no dia tal. Mas a gente percebe que ele é uma pessoa que tem, que perde os controles né. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Em relação ao filho, discorre o seguinte:

E do meu filho, assim, quando ele tava nervoso bateu no meu filho, também já agrediu a minha filha, ele tem algumas coisas assim, mas ele, mas isso aí, assim, mas ele já mudou bastante, assim, isso aí de mim foi uma vez, eu enfrentei, não fez mais. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

De acordo com tais relatos acima, podemos observar que também no estado de vigília o companheiro de nossa entrevistada apresenta o mesmo comportamento violento quer em relação à ela, quer em relação aos filhos.

Vale observar como nossa entrevistada, embora relativize, nesses relatos, a prática da violência do marido no estado de vigília em relação a ela, como resultado de seu enfrentamento, reconhece a prática da mesma em relação aos filhos. No entanto, parece tender, mais uma vez, a justificar tal violência do parceiro, agora em estado de vigília, atribuindo-a ao “nervosismo” ou a “perda de controle”, chegando a mencionar que o mesmo “já teria mudado bastante” e a referir o comportamento do marido a partir de algumas expressões como “ele já teve essas questões aí, quis bater na minha filha”; “ele tem algumas coisas assim”, expressões essas que parecem naturalizar a violência ou, então, expressar as próprias dificuldades da mesma proferir a palavra violência em relação aos filhos, que se apresentariam como pessoas bastante significativas para a mesma.

Nessa busca de Fiamiris, que entendemos ser mais de justificativa do que da identificação dos motivos da prática da violência pelo companheiro, ganha expressão, no estado de vigília de seu companheiro, a questão do alcoolismo que, segundo nossa entrevistada, potencializaria seu nervosismo e sua perda de controle também com outras pessoas da família, conforme destaca em relato a seguir:

*Mas o irmão dele, ele agrediu o irmão já também, porque eles bebero muito e começaram uma discussão aí, ele contou pra mim, assim, aí agrediu, porque quando ele bebe ele abusa às vezes. (**Fiamiris**, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).*

Relacionando agora álcool e sonambulismo, Fiamiris afirma:

*Porque quando ele [marido] bebe muito, aí tem que tomar cuidado, porque ele já quase matou um irmão também, com sonambulismo, então é uma coisa que ele tem mesmo. (**Fiamiris**, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).*

Além do irmão, no relato a seguir Fiamiris refere, mais uma vez, a prática da violência do marido contra o próprio filho, atribuída, igualmente, ao próprio nervosismo do marido, sem referência específica ao possível estado de embriaguez do mesmo:

*Assim ele tem, com o meu filho também, ele já quase matou o meu filho, porque meu filho chegou e ele ficou bravo e tal, eu tava no trabalho né, aí no outro dia quando eu vi uma camisa de sangue, aí eu falei pro meu filho: o que foi isso que aconteceu? Você se machucou? Ele falou: Não. Eu falei: então, Fabrício, o que que foi? Aí ele ficou assim. Não falou, só ficou assim. (**Fiamiris**, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).*

Observamos, assim, a partir dos relatos de Fiamiris, o quanto a busca de explicação ou compreensão dos motivos que levam parceiros íntimos à prática da violência apresenta-se como tarefa difícil para mulheres que a vivenciam tal violência como prática corrente nossa cultura, restando-lhes, assim, ao se alienarem da situação de desigualdade e iniquidade de gênero em que vivem, a naturalização de tais práticas por parte de parceiros íntimos, distanciando-se da busca de seus próprios direitos legitimados também pela sociedade, em políticas públicas, a exemplo da Lei Maria da Penha.

Daí, podemos entender, nessa perspectiva, a questão da desresponsabilização do agressor, já mencionada, da qual as narrativas de Fiamiris se apresentam como exemplos típicos, com alegações várias, a exemplo do alcoolismo e sonambulismo, numa tentativa de justificar, assim, a (i)responsabilidade do homem, no caso, seu marido, por seus atos.

Consideramos que os relatos de Fiamiris permitem destacarmos, mais uma vez, a relevância de sinalizar a complexidade de que se revestem histórias de vida familiar de violências vividas por mulheres, no contexto da cultura e da sociedade brasileira, não somente do ponto de vista da compreensão da problemática, mas, sobretudo, dos processos de intervenção social a partir das políticas públicas, a exemplo da Lei Maria da Penha.

Isto porque, mais uma vez entendemos que tais processos implicam necessariamente na atuação de equipes multi e interdisciplinares inseridas em uma rede não só de assistência, mas, especialmente, de acolhimento para que mulheres vivendo em situação de violência possam, de fato, ter acesso a diferentes serviços que estejam atuando de maneira interdisciplinar e interinstitucional. No caso de Fiamiris, a importância da presença real dos serviços de saúde ganha expressão na medida em que a questão do sonambulismo, ao lado do alcoolismo, passam a apresentar-se, em seu imaginário, como causas das violências praticadas por seu marido, o que significa dizer, que tais práticas passam a ser justificadas tão somente do ponto de vista biológico, e não social, descaracterizando com isso as intrincadas relações de que se reveste a prática da violência por homens quando não se reconhece a importância de que as mesmas necessitam de uma visão que ultrapasse a tradicional visão biomédica e também estritamente disciplinar.

4.3.3. Vivenciando múltiplas violências

Consideramos que todas as situações de violência são complexas, devido a própria natureza multidimensional do problema. Alguns casos ampliam tal complexidade por apresentarem diferentes formas de expressão dessa violência vivenciadas pela mesma mulher, casos esses que consideramos como “múltiplas violências”.

Dentre nossas entrevistadas, quatro vivenciaram o que consideramos como violências múltiplas: Naná, Hilda, Ana Cristina e Clara dos Anjos.

No caso de nossa entrevistada Naná, podemos observar, a partir de seus relatos, que a mesma, além da violência física, vivenciou a violência

psicológica, patrimonial e a sexual por parte de seu ex-marido. Consideramos, também, que os filhos de Naná viviam em situação de violência psicológica constante por conviverem com tal companheiro de nossa entrevistada, pai dos mesmos, além de sua mãe ter sido ameaçada por seu ex-marido que teria, igualmente, agredido a sogra de Naná, mãe dele.

Em relato abaixo, Naná parece inicialmente negar, ou não se recordar, de ocorrência de episódios de violência física, alegando que costumava se defender em situações dessa natureza:

Porque a, porque a... De bater ele nunca... Ele ia bater, mas eu defendia, né? [...] Ele já foi, ele quis me bater umas três vezes. Mas eu me defendia. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Pelo relato acima, consideramos importante observar que a intenção do marido de Naná era a agressão física e se tal violência não ocorria, foi, pela sua narrativa, devido a atitude de nossa entrevistada que buscou e conseguiu se defender. Com isso, queremos afirmar que, na nossa perspectiva, independentemente da não concretização do ato físico, a prática da violência em si ocorreu, tendo em vista sua expressa intencionalidade pelo companheiro de Naná.

Explica tal postura frente ao problema, a fala de Naná, a seguir, na qual ela parece recordar-se de uma ocasião em que a intencionalidade do marido resultou na ocorrência da violência física, de fato:

Eu, antes, antes só fui uma vez [agredida] que teve uma briga em casa mesmo. Aí, ele quebrou meu dedo. Aí eu fiz um, um boletim de ocorrência. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Interessante observar, do ponto de vista teórico-metodológico, como a vivência da violência por parceiro íntimo pode se ocultar em pesquisas dessa natureza. E isso, sobretudo, quando a mesma foi motivo de denúncia, por parte da mulher, apontando, como exemplifica o caso de Naná, para o enfrentamento da agressão física vivenciada ao mencionar o boletim de ocorrências realizado, fato que teria representado, à época, importante estratégia de defesa e,

igualmente, ação bastante significativa em sua vida, uma vez que, segundo relato da mesma, que será mencionado posteriormente, após o referido boletim de ocorrências, o marido não a teria agredido mais.

Outra situação, que foi descrita por Naná como decisiva para o seu rompimento com o companheiro agressor, foi a tentativa do mesmo em agredir sua mãe, conforme relato abaixo:

... Eu, eu procurei porque quando tava agressão só comigo, mas aí a minha mãe ficou doente, eu trouxe ela pra casa. Aí ela ficou em casa. Ela ficou um ano e pouco em casa. Ela quebrou o fêmur, tava em cima de uma cama. Aí o basta que eu dei sobre isso aí, que eu já tava... Eu já tava de cálculo pra separar, né? Mas aí depois ele, ele chegou em casa e quis virar a cama da minha mãe. [...] A minha mãe com a perna quebrada. Aí, eu falei assim: "-Enquanto tá comigo, tudo bem. Mas não mexe com a mãe da gente não que a gente..." Aí, pronto. Dei um basta. Falei pra ele que eu não precisava, que eu não ia... Ia acabar ali. Acabou, falei que eu não queria mais saber dele. Não queria mesmo ficar com ele. Aí, depois, ele... Aí eu pedi, eu fui... Aí, eu procurei aqui [Casa Viviane]. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

O relato acima aponta para a questão de que a violência praticada contra outras pessoas da família parece evidenciar, de maneira mais clara para algumas mulheres, o perfil do companheiro como agressor, como foi o caso de Naná que teria não somente se indignado com tal situação, mas buscado romper com a mesma quando seu marido ameaçou agredir sua mãe.

Naná relata, ainda, em outra fala, a seguir, que seu ex-marido teria agredido até mesmo a própria mãe dele:

Então... É. Inclusive, assim, quando... Faz tempo, né? Que a minha sogra ficou em casa um tempo, ele chegou, jogou um prato. A minha sogra tava até comendo, assim... Não. Ele jogou um prato que quase cai na minha sogra. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Embora as narrativas de Naná refiram práticas de violência em relação a ela própria, à sua mãe e mesmo sogra, em relação aos filhos, tal prática não teria ocorrido de maneira explícita, conforme relato a seguir:

Com os filhos, não. Que quando ele chegava, eles corria, ficava dentro dos quarto. Essas coisas não. Mas, com eles, ele não fazia nada, não. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

O relato acima parece indicar que, ainda que o companheiro de Naná não exercesse a violência física para com os filhos do casal, os mesmos estariam vivendo sob tensão pela sensação de medo do pai, conforme Naná sugestivamente parece apontar em sua narrativa, quando menciona: “Que quando ele chegava, eles corria, ficava dentro dos quarto.” Podemos considerar, assim, que os filhos de Naná viviam, igualmente, em situação de violência psicológica, pois, ao que parece, estariam fugindo do contato com o pai, por se tratar de uma presença ameaçadora e de uma relação que sugere risco.

Em dois relatos, a seguir, Naná menciona os ciúmes de seu ex-esposo, assim como as ameaças relativas a provocar incêndio na própria residência, como as principais formas de violência psicológica a que era submetida:

Porque, às vezes, chegava no meio de gente, o ciúme dele, era muito ciúme. Ciúme danado. Que ele enciumava até dos irmão. Até dos irmão dele, ele enciumava. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Inclusive da época que aconteceu esse, a minha filha tava grávida dos três meses, aí acho que... Ele falou que ia por fogo na casa comigo lá dentro, um bocado de coisa assim. Mas depois resolveu. E depois que eu levei a sério mesmo o divórcio, aí ele viu que eu ia fazer mesmo, aí ele foi acalmado, né? Mas ele, ele falava que ia por fogo até na casa. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Naná, ao que parece, foi constrangida pelo excessivo ciúme de seu ex-marido, além de ter tido sua segurança patrimonial e física ameaçadas pelo mesmo, notadamente quando este teria mencionado sua intenção de atear fogo à casa com nossa entrevistada em seu interior. Naná refere, no entanto, que sua decisão em dar prosseguimento ao processo de divórcio fez com que seu ex-marido se “acalmasse”, remetendo à importância do posicionamento defensivo da mulher e, ao que parece, ao “papel pedagógico” que a judicialização das relações conjugais parece conferir a casos relatados por algumas mulheres.

Assim, consideramos, igualmente, que nossa entrevistada Naná vivenciou, ao lado de outras, também a violência patrimonial por conta notadamente de seu relato abaixo apresentado, onde afirma que seu ex-marido tinha o hábito de quebrar os objetos de sua residência.

Em casa, também, ele quebrava janela, quebrava porta. Batia, batia, até quebrasse. [...] Mas comigo mesmo... Ele era violento assim. Aí, chegava, às vezes, ele quebrava até uma vez ele quebrou porta, janela. Quebrou um bocado de coisa assim. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Naná refere-se, ainda, à vivência de violência sexual que teria ocorrido dentro do casamento, onde seu esposo não respeitava sua vontade, conforme relatos a seguir:

Não. Porque de... Da pessoa querer, exigir, só pensar nele, não pensar na gente, principalmente. Satisfez ele e tudo bem. Então a parceira não quer nem saber de nada? Só quer saber... Então é isso que eu falo. [...] É. Ele pensava nele e não pensava na gente, né? Por exemplo, em mim. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Considerando relato acima, observamos que nossa entrevistada seria coagida a manter relações sexuais não desejadas com o marido, independentemente de sua vontade naquele momento, o que se evidencia, por exemplo, nas seguintes expressões: “da pessoa querer, exigir, só pensar nele”.

Assim, ao afirmar, igualmente, que “Ele pensava nele e não pensava na gente, né? Por exemplo, em mim”, Naná aponta para o reconhecimento de sua auto-estima e sua própria identidade como mulher, ou seja, como sujeito de direitos e de desejos, e não como simples objeto sexual à disposição do parceiro íntimo.

GIFFIN (1994) já apontava que de 10% a 14% de todas as mulheres norte-americanas declaram que seus maridos as forçam a fazer sexo, contra a vontade das mesmas, sendo que dentre as mulheres que vivem em situação de violência física essa cifra aumenta para 40% neste país, para 46% na Colômbia e 58% na Bolívia e em Porto Rico. A autora ressalta também que na

maioria dos países, incluindo o Brasil, o estupro efetuado pelo marido é algo não previsto nas leis.

Ao tecer suas narrativas no processo de entrevista, Naná relata tal tipo de experiência de violência sexual como marca significativa em sua vida, uma vez que a considera como experiência traumática em suas relações conjugais, conforme relato a seguir:

E aí é um trauma que eu tenho é esse aí. E acho que por isso que eu tô vivendo mais com esse [namorado atual], porque a gente não tem ainda essas coisas. Mas eu acho que não vai ser, não vai ser... Quando a gente casar e tiver relação, acho que não vai ser problema, não. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

De acordo com o relato acima, podemos observar as implicações desse tipo de “trauma” em futuros relacionamentos, a exemplo do presente, que mantém com o atual namorado, isso considerando as restrições e limites que nossa entrevistada impõe às próprias relações afetivo-sexuais com o mesmo.

Hilda, outra de nossas entrevistadas a vivenciar violências múltiplas, relata vivências em situação de violência física, psicológica, moral e patrimonial. No caso dessa nossa entrevistada, além da mesma, seu filho também teria sido objeto da violência do ex-companheiro.

Em relato a seguir, Hilda relata, a exemplo de Naná, sua atitude de defesa e de não aceitação passiva da violência física:

Eu tomei um tapa na minha cara, só. O primeiro tapa. E aí eu dei um basta. Não aceitei mais. Só que aí foi evoluindo. Foi, saía de casa, eu fui... Eu achava que ele ia mudar, mas só que aí ele voltou, só que com atitudes diferentes, com violência diferente. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Ainda que Hilda tenha mantido sua posição de não aceitação da violência física, nossa entrevistada afirma ter vivenciado outros tipos de violências, o que remete à importância da conscientização, por parte das mulheres, acerca das diversas modalidades de violência, uma vez que não conseguindo exercer a dominação desejada com o uso da força física, existe a possibilidade de o homem agressor fazer uso de outras formas de violência

para conseguir impor sua vontade e/ou submeter, por via de outras estratégias, sua parceira.

No relato a seguir, Hilda menciona como seu filho teria ficado revoltado com a situação de violência ocorrida com ela, da qual teria participado em defesa da integridade física da mãe:

...o meu filho Vitor, depois que aconteceu isso, ele ficou... Assim, teve uma mudança total na vida dele. Ele não aceita a situação, o que aconteceu. Ele ficou um menino revoltado. Teve uma mudança, assim, praticamente radical. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

E continua:

Ele [ex-marido] ficava nervoso, estressado e chegava ao ponto de pegar uma faca pra me matar. Meu filho interferia. Meu filho tinha na faixa de doze, doze pra catorze, doze pra treze anos de idade. E ele, muitas vezes, em vez de fazer, de ser filho, ele fazia o papel de pai, pra me proteger. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Vale observar que tais tipos de vivências de conflito entre Hilda e o parceiro implicaram violência psicológica para o filho, mas não somente. Isso porque, o mesmo teria sido objeto, assim como a mãe, da violência física por parte do pai.

Abaixo, podemos observar narrativas de Hilda sobre episódios onde a violência do ex-marido tinha como alvo direto o referido filho do casal, de acordo com relatos a seguir:

O meu filho, sempre que ele [marido] agia assim de forma agressiva. Às vezes, ele [marido] empurrava ele [filho]. O último dia que meu filho viu ele, eu tava saindo, a gente tava saindo e ele tava chegando, né? Eu com a, o meu filho com a bolsa e ele [marido] pegou, tomou a bolsa do meu filho e começou a empurrar ele muito forte e eu tirei o menino e saí imediato. Eu já percebi que ele já tava transtornado. Porque, assim, ele me traía, ele me humilhava, mas ele não queria me perder. Ele achava que eu não ia ter atitude nunca. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

E continua:

O meu filho mais velho, junto comigo, foi o que mais sofreu. Porque, assim, ele batia nele, quando ele chegava bêbado. Às vezes, quando ele ia cortar o cabelo, o menino, se o menino mexesse a cabeça, ele começava a socar a cabeça dele. Ele batia. Eu tive que parar, tirar ele de fazer isso, porque eu tinha medo do menino ficar com problema na cabeça. Antes de tudo isso eu tentei separar dele, mas eu não consegui. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Pelos relatos de Hilda, pode-se observar que seu filho, ao lado da mesma, teria sofrido por conta das atitudes agressivas e violentas do pai, o que remete à questão da necessidade de uma abordagem da violência familiar, como um sistema complexo, considerando as relações familiares como um todo, assim como a cultura nacional em que se encontra inserida.

Em sua fala a seguir, Hilda relata como, a despeito da separação, a prática da violência do ex-companheiro se manteve em relação a ela e ao filho:

Ele saiu de casa, ele alugou uma casa e foi morar do outro lado da rua. E todas as vezes que ele vinha ver as crianças, ele agia, assim, com agressividade. Teve uma vez que ele foi ver as crianças, ele pegou uma panela e tacou na minha cabeça. Se o meu filho não me tira, tinha sido fatal, né? E sempre agia de forma agressiva, ele. Por três vezes, ele pegou uma faca pra me matar. Porque ele me procurava, mas eu não cedia. E ele, por eu não ceder, ele achava que ele era meu dono, né? Eu não aceitava. Ele ficava nervoso, estressado e chegava ao ponto de pegar uma faca pra me matar. Meu filho interferia. Meu filho tinha na faixa de doze, doze pra catorze, doze pra treze anos de idade. E ele, muitas vezes, em vez de fazer, de ser filho, ele fazia o papel de pai, pra me proteger. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Nesse tipo de narrativa podemos observar, de maneira exemplar, a complexa teia das imbricadas relações familiares que desafiam a implementação da Lei Maria da Penha, uma vez que a defesa dos direitos da mulher envolve, muitas vezes, a proteção dos próprios filhos, todos eles, em seus direitos à preservação da própria vida.

A violência transvestida, muitas vezes, aos olhos de muitas mulheres, como a manifestação do caráter “nervoso” do companheiro ou mesmo de forma de manifestação de amor, frente à recusa da mulher em voltar a viver novamente uma situação de cotidiana violência, parece apresentar-se de maneira característica e exemplificada no relato acima de nossa entrevistada.

Tal tipo de percepção, por vezes equivocada, dificulta avaliar o real risco de morte a que estão expostas não somente mulheres, mas famílias, a exemplo do que nos relata Hilda, abaixo:

Nesses três dias, ele ficou procurando uma estratégia de como me matar. Ele foi, ele foi, duas pessoas me procurou, pessoas que você sabe de que pessoa que eu falo [pessoas envolvidas com o crime organizado], ele pegou e foi pedir arma emprestada dessas pessoas pra me matar, pra tirar minha vida. As pessoas falaram que não, que conheciam minha história, minha vida, que não ia fazer isso. E essas mesmas pessoas me procurou e falou pra mim voltar pra ele, que ele me amava, que a gente tinha um vínculo que era os filhos. Eu falei pra eles: "Você não sabe o que eu vivo, o que que eu passo lá em casa. Você tá lá fora e você chegar pra mim e falar 'volta pra ele' é muito fácil. Quero ver você vivenciar, ser eu pelo menos cinco minutos com ele." E aí foi isso. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

No relato de Hilda destaca-se o importante fato de que ameaças de morte recebidas por parte de parceiros não deveriam ser ignoradas como prováveis intencionalidades, conforme narrativa acima de Hilda pode evidenciar de modo característico. Em seu caso, ganha expressão a questão do poder paralelo, ou seja, de organizações criminosas que, em determinadas comunidades de São Paulo, desafiam o poder público. Isto porque, em seu relato cifrado revela que seu marido teria procurado até pessoas às quais a entrevistada se refere como: “você sabe de que pessoa que eu falo”, com o objetivo de obter arma emprestada com a intenção de matá-la. Vale ressaltar também em sua narrativa como a tais organizações é delegada, ao que parece, pela própria comunidade, uma autoridade moral. Isto quando a entrevistada afirma que “as pessoas falaram que não”, pois, por conhecerem a história de vida de Hilda não “permitiram” que seu marido a assassinasse.

Tais organizações parecem dispor, assim, do poder de aconselhar pessoas acerca de decisões pessoais que as mesmas devem tomar, aconselhamento esse que parece ter sido confrontado por Hilda, quando a mesma refere: “E essas mesmas pessoas me procurou e falou pra mim voltar pra ele, que ele me amava, que a gente tinha um vínculo que era os filhos. Eu falei pra eles: ‘Você não sabe o que eu vivo, o que que eu passo lá em casa. Você tá lá fora e você chegar pra mim e falar 'volta pra ele' é muito fácil. Quero ver você vivenciar, ser eu pelo menos cinco minutos com ele.”

Esse tipo de relato de Hilda, acerca de como se revestem as intrincadas relações de violência que vivencia em seu espaço de vida familiar, cuja privacidade ganha expressão pública ao se considerar onde se inscreve seu espaço de vida, parece poder exemplificar a importância de se considerar, ao lado das relações de gênero, as relações sociais na qual suas condições de vida apontam para as suas possibilidades objetivas de existência, segundo proposições teóricas de autores como Pierre Bourdieu. Isto porque, leva-nos a refletir acerca de como nossa entrevistada poderia beneficiar-se da garantia de direitos pela Lei Maria da Penha, considerando seu contexto de vida em um cenário onde o poder público e poder paralelo encontram-se presentes e se definem por leis próprias e contrastantes, disputando o exercício do poder sobre a população.

Tendo em vista as condições de vida de Hilda, ganha destaque a célebre frase de Ortega y Gasset “eu sou eu e minha circunstância”, por considerar, para a compreensão da história de vida dos sujeitos, a relevância do contexto em que os mesmos estão inseridos como intrincado à própria subjetividade dos sujeitos (CARVALHO, 2009).

Acreditamos que, nessa linha de reflexão, ganha importância igualmente a concepção de vulnerabilidade a que mulheres como Hilda se encontram quando consideramos, por exemplo, a partir da abordagem que AYRES (2009b) nos apresenta relacionada às questões de saúde, que a vulnerabilidade de pessoas não deve ser avaliada por simples indicadores de vida, mas pela consideração de três contextos: individual, social e programático (AYRES, 2009b).

Uma primeira leitura da situação de violência vivida por nossa entrevistada, com base nessa perspectiva de Ayres, poderia, por exemplo, ser enunciada na seguinte proposição: Hilda encontra-se em situação de violência por ter um marido agressor, vive num contexto social de precárias condições de vida, notadamente pelo seu cenário de vida poder ser caracterizado pela disputa de poderes paralelos, onde, em termos de hipótese explicativa, podemos considerar que o próprio alcance da Lei Maria da Penha seria relativizado pelas implicações decorrentes dessa própria disputa de poderes, conforme ilustra bem o caso dessa nossa entrevistada, em termos das

dificuldades de efetivação da própria justiça, na medida em que recebeu, por um lado, a proteção do próprio poder paralelo – ao ter sua vida preservada por orientação de representantes desse tipo de poder – e, por outro lado, da própria justiça, pela medida protetiva que obteve, conforme descrito em item 4.1.

Observamos, também, que Hilda faz menção às traições de seu companheiro, às quais relaciona a “uma vida de extrema humilhação” que a mesma teria vivido, ao lado do referido esposo, conforme sua fala a seguir:

Ele, ele me traía. Ele, durante cinco anos eu vivi, assim, uma vida de extrema humilhação. [a violência foi] Mais psicológica. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

A humilhação, relatada por nossa entrevistada, é mencionada na Lei Maria da Penha como exemplo característico de violência psicológica. Hilda menciona, ainda, em relato a seguir, a ausência do esposo diante das responsabilidades financeiras relacionadas à casa onde viviam:

Eu trabalhava numa empresa, de segunda a sexta, de final de semana ainda fazia extra pra dar conta de manter a casa. Ele trabalhava, ele pegava o dinheiro, ele ia pros bar beber, ia pras baladas com as mulherada. E, aí, ia mulher na minha casa, me xingar, me desacatar. Eu recebia mensagem no celular de pessoas usando palavras de baixo nível. E, assim, aquilo foi me... Eu tive uma, devido a essas coisas que eu vivi, assim, eu tive umas três crises de depressão que eu quase morri. E eu não tinha força de ter atitude. Eu não tinha força. Eu não tinha, eu não sabia por onde começar. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Uma primeira questão que se apresenta é se esse tipo de visita, acompanhada de “xingamentos e desacatos”, de mulheres que supostamente manteriam relacionamento com o ex-marido de Hilda não se aproximaria de uma vivência de violência moral.

De qualquer maneira, a partir desse relato acima de Hilda, podemos observar que a violência psicológica, assim como a violência física, acarreta diversos danos à saúde da mulher, a exemplo da grave depressão que a mesma relata ter vivenciado, com fortes crises relacionadas à situações de humilhação a que foi submetida quer por parte do marido, quer por parte de

outras mulheres relacionadas ao mesmo, que a teriam insultado pessoalmente ou por meio de mensagens recebidas pelo telefone celular.

O ex-marido de Hilda fazia, ainda, de acordo com relato dessa nossa entrevistada, ataques diretos à auto-estima da mesma, além da já mencionada ausência na participação das despesas do lar:

Ele também, ele não tinha responsabilidade, assim, em casa. De manter a casa, por comida, comprar roupa, sapato, o básico pros filhos. E eu cheguei à conclusão, assim, conversei com ele, pra gente separar, pra ele sair de casa, porque eu não tava aguentando mais, assim. Eu ia trabalhar, eu chegava, ele tava bêbedo. Ele tentou, ele por duas ou três vezes, ele tentou, ele me procurou e eu não aceitei. Ele chegou, ele cuspiu na minha cara, me chamou de lixo e eu passei mal, fiquei muito mal, né? Porque as palavras, tem palavras que doem mais do que um tapa. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

De acordo com esse relato de Hilda, sua tentativa de separar-se desse companheiro culminou na intensificação de atitudes violentas do mesmo, a exemplo de insultos e cuspidas em seu rosto, assim como do sofrimento psíquico por que teria passado, que parece ganhar significado especial a partir de sua expressão: “tem palavras que doem mais do que um tapa”, remetendo à relevância dos danos causados pela violência psicológica, considerados, nessa situação, mais perturbadores que a própria violência física.

Em outro relato, abaixo, Hilda revela outro tipo de violência praticada pelo ex-companheiro, que passou a ameaçá-la por telefone:

Aí, ele ficava ligando, ligando. Xingando, falando um monte de coisa. Chegou um momento que eu não atendi mais o telefone. O... o marido da minha colega ficou assim inconformado com a situação, de ver ele ligando, mandando mensagem, falando que ia me matar. Falando, sabe? Ameaçando por telefone, por mensagem. Ele pegou o telefone e me defendeu, o marido da minha colega. Falou: "-Você não vai... Quem mata, morre..." Falou um monte de coisa com ele. Daí, ele ficou assustado. Aí, nisso, ele pegou o telefone e ligou pra mãe dele e falou que eu tava ameaçando ele de morte. Então o negócio já mudou. A mãe foi parar no hospital e aí eu, eu me explicando pra família como que era, o que tinha acontecido (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Pelo relato acima, podemos considerar que o ex-marido de Hilda teria insistido na prática da violência psicológica em relação à ela, via ligações telefônicas. Ao ter sido aparentemente intimidado pelo esposo de uma amiga de Hilda, teria parado de telefonar e de ameaçar diretamente a mesma. No

entanto, teria passado, a partir daí, a denegrir sua imagem diante da mãe do mesmo, o que significa ter operado uma inversão de papéis ao mencionar Hilda como pessoa violenta e ameaçadora, em narrado telefonema para sua família. Consideramos que tal tipo de comportamento pode ser interpretado como prática de violência moral e teria tido como desfecho implicações na saúde da própria mãe do agressor.

Tais relatos de Hilda levam à reflexões acerca da trajetória do marido agressor, uma vez que, aparentemente, este foi modificando suas estratégias de violência em relação à nossa entrevistada, as quais passam a expressar, de maneira exemplar, diferentes maneiras de expressão da violência por parceiro íntimo, revelando sua complexidade.

Dentre todas as formas de violência praticadas pelo marido de Hilda, no entanto, a mais emblemática foi a violência patrimonial perpetrada pelo mesmo quando incendiou a casa de nossa entrevistada, conforme relato a seguir:

[...] Aí a minha colega ligou e falou: "-Ó, o seu marido botou fogo na tua casa." Só que eu achei que era uma brincadeira, né? Falei: "-Não. Não é verdade. Não, cê tá brincando. Como que colocou fogo? Para com isso." Aí, daqui a pouco o telefone toca de novo. "-Ó, o teu marido botou fogo na tua casa. Tá cheio de polícia aqui, de bombeiro." Eu falei: "-Não." O terceiro telefonema foi que caiu a ficha. Só que, aí, eu tive que ir lá. Tive que ir lá. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Abaixo, sua narrativa acerca das perdas consideradas significativas por ela, decorrentes do incêndio:

Tudo lá. Eu tinha ganhado um guarda-roupa. [...] O guarda-roupa a coisa mais linda. Acho que eu nunca mais ganho um daquele. Tenho que trabalhar muito pra comprar. [Fala rindo] Aí, tava com as roupas dentro. Tudo. Comida, tudo que você imaginar que precisa dentro de uma casa, eu tinha. Coisa que eu comprava e que eu ganhava também. Que eu sempre trabalhei, desde bem novinha eu trabalhei pra ter minhas coisas. [...] A geladeira, tinha feito compra, tinha ido no mercado. Tinha comprado mistura. Os lanches deles, tudo. Roupas. Uniforme da escola novo. Assim, o meu filho tem uma coleção de dinossauro, ele tinha mais de cem dinossauros. Ele colecionava desde pequeno. Queimou tudo. Um livro que ele tinha, que ele comprou na feira que ele foi. Coisa, assim, que dinheiro não traz de volta. Nada, nada traz de volta. Aquelas coisas que tinha lá. E aí ele queimou tudo. Destruiu tudo. Eu cheguei lá, o pessoal, a polícia já me ligando. O pessoal me chamando que eu tinha que acompanhar. E quando eu cheguei lá, eu vi um monte de viatura da polícia de frente da minha casa, o carro de bombeiro. Aí a minha casa, eu vi os pedaços das portas caindo assim, ó. As portas de madeira, que tinha de madeira. A geladeira ficou toda encolhida. Ele abriu a geladeira, colocou álcool dentro da geladeira e pôs fogo. O fogão, sabe? Minha mesa, uma mesa que eu tinha dessas madeira

bem antiga. (**Hilda**, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Conforme podemos observar, as perdas relativas ao incêndio, mencionadas por Hilda, não se reduzem tão somente a objetos, que eram e continuam sendo significativos para a mesma, mas, representam sobretudo a violência patrimonial, mas também psicológica, a toda uma história de vida de buscas, de conquistas, representada não somente por uma casa material, mas por um lar nela instalado que se perdeu (BACHELARD, 2005).

Vale observar que o valor assumido por tais objetos traduz-se, portanto, não somente para ela, como também para seu filho que teria perdido uma coleção de cem dinossauros, que colecionava desde tenra idade. Assim, a perda de algo simbólico, que nenhuma outra conquista trará, apresenta-se de maneira figurada no seguinte conjunto de expressões dessa nossa entrevistada: “Coisa, assim, que dinheiro não traz de volta. Nada, nada traz de volta. Aquelas coisas que tinha lá. E aí ele queimou tudo. Destruiu tudo”.

Outra de nossas entrevistadas, Ana Cristina, teria vivenciado múltiplas violências, o que podemos observar a partir de seus relatos, onde a mesma narra a vivência em situação de violências psicológica, moral, patrimonial e física. Em relação à violência psicológica por parte do ex-companheiro, ao que parece, constante, seus dois filhos também partilhavam da vivência em tal situação.

Ana Cristina aponta para o contexto característico da relação conflituosa, onde a falta de argumentos dificulta e impede o diálogo e um, ou mesmo os dois cônjuges, dão início à violência física, conforme relato a seguir:

Teve a violência física também, porque tem uma hora que você não tem mais paciência, cê tá... Você tem razão. Você tá certa. E ele não concorda. O companheiro não concorda. Aí começa a discussão e nessa discussão te dá o cinco minuto e você vai pra cima. Só que ele é mais forte. Então eu tinha hematomas. Eu ficava com hematomas no braço, na perna, no pescoço. (**Ana Cristina**, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Essa nossa entrevistada aponta, como algumas outras entrevistadas fizeram anteriormente, para a questão da diferença da força física entre

homens e mulheres como fato relevante numa situação de violência e razão para que ela ficasse com marcas, com “hematomas” em seu corpo. Ganha evidência, em seu relato, a prática da violência mútua e sua participação na dinâmica da mesma não é negada. A referência à perda da paciência num diálogo, quando considera estar certa e o companheiro não concorda, remete, ao que parece, à dificuldade de comunicação e de entendimento que parecia existir no relacionamento do casal.

Em fala apresentada, a seguir, Ana Cristina narra ocasião em que a violência física que vivenciava, ao que parece de maneira corrente em seu cotidiano, teve suas proporções ampliadas:

Ele me jogou na parede e eu perdi o sentido. Eu perdi totalmente o sentido. Eu caí, bati a cabeça. Eu não sei te falar quanto tempo depois eu voltei a si e ele não fez nada. Não me socorreu. Não levou pro hospital. Quando eu levantei, eu tava sentada no sofá. E ele continuava gritando comigo. [...] Eu lembro que eu bati a cabeça na parede. Eu lembro disso. Mas eu não lembro como que eu fui parar no sofá, na hora que eu voltei, assim. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

De acordo com tal relato, nossa entrevistada teria perdido os sentidos e ficado à mercê de seu ex-esposo, que seria o responsável pelo fato de Ana encontrar-se em tal condição. Vale observar que em casos semelhantes, onde há envolvimento de possível lesão no crânio com perda de sentidos, a omissão de socorro, conforme teria ocorrido com nossa entrevistada, pode ser fatal.

A ausência de socorro do ex-marido de Ana Cristina frente a gravidade da violência ocorrida remete à situação, que parece comum em tais casos, qual seja, a de o sistema judiciário reservar apenas dois distintos lugares para as partes envolvidas em situações dessa natureza, assim, um dos dois deverá ser o agressor e o outro figurar como vítima, ainda que ambos tenham participação na situação de violência em questão (RIFIOTIS, 2008). Nessas situações, em que uma das partes está desacordada e, aparentemente, mais gravemente ofendida, esta seria imediatamente considerada vítima e a outra parte, necessariamente, considerada o agressor. Dessa forma, poder-se-ia supor ser comum que homens agressores não socorram suas companheiras, ainda que em condições graves, como parece ter sido a situação de Ana Cristina, cujo

marido, por medo do julgamento, não a teria socorrido, embora muitas outras questões possam estar implicadas em situações dessa natureza.

Ana Cristina acrescenta, ainda, que seu então marido usou também do recurso da responsabilização da vítima, outra característica considerada comum em casos de violência contra a mulher e igualmente relacionada a ideia da polarização do judiciário, pois, para esquivar-se da posição de acusado ou réu, o agressor responsabilizaria a própria vítima pela agressão sofrida, como exemplifica o relato abaixo de Ana:

Aí, ele fala que não me, não me agrediu, ele se defendeu. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Nossa entrevistada Ana Cristina menciona também, em seu relato a seguir, dentre as violências psicológicas vividas, as cobranças, a pressão e o consequente medo de sair de casa:

Que eu te falei, a violência que você... Assim, cobrança, né? Cobrança. A violência de você ficar... [...] E tem, também, aquela violência que eu não sei te falar o nome, quando fica te pressionando. Sabe? Pra você fazer. Você tem que fazer. É aquela que fala que é mental, né? Que fica te pressionando. Você tem que fazer do jeito que ele quer. [...] É. Psicológica. Isso. Era muito, a violência psicológica que eu sofria. E eu tinha medo de sair de casa. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Pelo relato de Ana Cristina parece que nossa entrevistada tinha suas ações controladas pelo ex-marido, o que por si só caracteriza a violência psicológica, a qual parece evidenciar-se na seguinte fala: “Que fica te pressionando. Você tem que fazer do jeito que ele quer”. Dessa forma, podemos observar que a autodeterminação dessa nossa entrevistada poderia estar comprometida pelo sofrimento psíquico que tal pressão geraria, principalmente quando menciona que tinha “medo de sair de casa”.

A seguinte sequência de narrativas de Ana Cristina permite observar como a violência praticada por seu ex-marido era exercida, como poder masculino, não somente em relação à mesma, mas igualmente em relação à sua filha adolescente, assim como ao seu filho de dois anos, desenhando-se,

ao longo de tais relatos, não somente a violência psicológica que a mesma sofria em relação a si própria, mas em relação aos seus filhos, notadamente o menor.

Abaixo, Ana Cristina relata sua filha ter sofrido violência psicológica por parte do pai, além de mencionar o hábito do mesmo de gritar com o filho mais novo:

A menina sofreu violência psicológica. Mas física, não. O pequeno, ele gritava com ele, né? Ele alterava a voz com ele. É esse tipo de violência com o menino. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Em outro relato, a seguir, Ana Cristina sugere o que pode ser entendido como negligência e ciúmes do marido para com seu filho de dois anos:

[O relacionamento com] o menor, o Kaio de dois anos e meio, era mínimo. Mínimo com o menino. Mínimo. Tinha muito ciúmes do menino. Essa é a verdade. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

A seguir, apresentamos narrativa tecida por nossa entrevistada, de modo bastante emocionado no momento da entrevista, acerca de uma discussão travada com o ex-marido, ocasião em que seu filho, com apenas um ano e meio, teria interferido na briga do casal, supondo, segundo sua narrativa, que a mãe seria agredida pelo pai, o que parece sugerir tal tipo de discussão ser prática da vida cotidiana da família:

[Choro] E eu via minha filha... [Fala chorando] E nesse dia, no dia 27 o que mais me doeu foi o meu filho de um ano e meio entrar no meio da briga, que o pai tava discutindo comigo. Não era violência, ele tava discutindo comigo e o meu filho entrou no meio da briga e empurrou o pai. Porque ele já percebeu que o pai ia agredir a mãe. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Finalmente, Ana Cristina menciona as implicações que esse tipo de vivência familiar vivida pelo filho teriam acarretado em seu relacionamento com outras crianças na creche, por ter passado a ter comportamento agressivo em relação às mesmas:

Ele tava batendo nas crianças, ele tava empurrando. Aí até fui chamada na escola, o que tava acontecendo. Que ele não era assim, né? Já tava na creche. Não era assim. Aí, eu expliquei minha situação. Aí já ia encaminhar ele pra um psicólogo. Só que não tem idade pra ir, né? Não entende. Mas não entende, assim, entre aspas. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

A partir desses tipos de relatos de Ana Cristina, podemos observar que o exercício da violência masculina na família apresenta implicações para todos os membros da família, podendo interferir de maneira significativa no desenvolvimento da criança e do adolescente e no modo de ser dos mesmos, sendo bastante expressiva sua referência, no caso de seu filho pequeno, que a criança “Não entende. Mas não entende, assim, entre aspas”.

Vale observar que na literatura especializada as implicações da violência familiar para o desenvolvimento infantil ganha grande relevância, muito embora a maior expressão esteja em estudos de perspectiva mais positivista, nos quais não são contempladas as dimensões social e cultural, como cenário constitutivo e constituinte da vida da criança, tecidas de maneira complexa, pautadas por relações dialéticas ou dialógicas, que devem ser necessariamente consideradas nas diferentes trajetórias de vida. Isto porque, intrincadas relações entre homens e mulheres passam a configurar, a partir de relações específicas no âmbito familiar, universos familiares nos quais são reproduzidos, no caso da prática da violência, os valores tradicionais de padrões que continuam a sustentar a masculinidade hegemônica como valor preponderante, dotado, notadamente no imaginário de alguns homens, de legitimidade para o exercício do poder, a despeito das conquistas das mulheres em nossa sociedade.

Outra de nossas entrevistadas a vivenciar múltiplas violências, de maneira bastante peculiar, é Clara dos Anjos, que teria vivenciado as violências de tipo física, moral, patrimonial, além da institucional, todas acompanhadas da violência psicológica, que continuava vivenciando, até o momento da entrevista. Ganha peculiaridade o caso de Clara dos Anjos pela mesma negar, quando arguida, a prática da violência por parte de seu parceiro íntimo, direcionada aos demais membros da família. Nossa entrevistada acredita, conforme relato a seguir, que o “problema dele” é ela.

Ele é até boa pessoa. O problema dele é eu. Até o momento que eu achava que tudo era amor por nós dois, que eu ficava só em casa lavando, passando, cozinhando e cuidando da filha dele, das minhas filhas e da filha que eu tive com ele, porque até aí eu era a melhor mulher do mundo. Quando eu conheci, porque até aí eu nunca tinha amizade, eu nunca consegui fazer amizade com ninguém. Eu sempre fui muito apagada e sempre só dentro de casa, quando eu acordei pra vida que eu fui numa reunião de escola e conheci uma pessoa, uma moça, daí ela pegou e falou: Não, você é nova, você é bonita, por que você não trabalha, não estuda? [...] E então ela chegava e via a casa dela, ela elogiava e aquilo me deixava tão, tão bem e ele me viu nessa felicidade. Então, eu acho que ele pensou: Ela vai me largar. Foi quando ele me tirou do meu serviço, ele me humilhou diante a minha patroa, ele ameaçou a minha patroa, o filho dela, o marido dela que fosse matar. Tanto que quando eu saí do serviço, eu deixei um mês de serviço sem receber. Eu não, não recebi. Isso que é o que me dói mais, às vezes quando... Nós dois estamos bem hoje, eu faço os gostos dele, mas às vezes me vem a lembrança e eu, é uma tristeza muito grande dentro de mim, mas eu não tenho com quem dividir, não tenho com quem conversar, falar, porque se eu for falar, vai começar com a mesma ladainha. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Pelo relato de Clara dos Anjos, acima, observamos que a mesma considera ser ela o único motivo da violência de seu companheiro, relacionando, assim, até um certo momento, a violência vivida com manifestação de amor.

Em relato abaixo, Clara dos Anjos narra momento de sua trajetória de vida em que, apesar da discordância de seu marido, a mesma decide trabalhar, decisão essa que teria culminado em violência por parte do mesmo:

Com esse meu marido agora, o atual, ele... não tem o problema do gastar, ele compra o que for pra dentro de casa, mas ele é muito agressivo de eu sair. Ele não deixa eu sair pra lugar nenhum. Até, eu quero fazer um curso, ele não deixa. Ele acha que eu tenho que ficar enfiada dentro de casa limpando, passando, que ele diz pra poder... até a gente [grupo de mulheres que frequenta a Casa Viviane] fez uma peça de teatro mais ou menos na base do que eu passo na minha casa, que não precisa. Aí foi quando eu resolvi trabalhar, meti as caras, fui trabalhar, queria estudar e ele me agrediu, me bateu bastante, me acusando que eu tava traindo ele com outros caras. Até hoje é assim, às vezes eu venho pra Casa Viviane ele está na porta aqui [da referida Casa] achando que vai sair algum cara, que eu to saindo com alguém. É difícil. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Pelo relato acima, de Clara dos Anjos, fica ilustrada a questão da violência psicológica preceder a violência física, uma vez que nossa entrevistada, ao que parece, não se deu conta de que estaria vivendo em situação passível de ser caracterizada como de cárcere privado, ganhando evidência por suas expressões: “ele não deixa eu sair pra lugar nenhum” e “ele

é muito agressivo de eu sair”. Observa-se, assim, que a proibição e a agressividade de seu companheiro, já evidenciadas antes da mencionada agressão física, teria ocorrido por conta de sua firme decisão em trabalhar, o que apontaria para uma busca de autonomia frente à situação de opressão em que se encontrava, conforme ilustra sua fala: “quando eu resolvi trabalhar, meti as caras, fui trabalhar, queria estudar e ele me agrediu, me bateu bastante...”

A violência física sofrida por Clara dos Anjos, precedida de violência psicológica, parece relacionar-se à insegurança de seu companheiro, disfarçada ou manifestada sob forma de ciúmes em relação a mesma, frente às possibilidades desta vivenciar novas relações sociais, de amizade ou mesmo afetivas, implicando, no seu imaginário, em possível “traição”. Em relato a seguir, Clara fala sobre seus desejos, que foram impedidos de serem concretizados por conta da proibição de seu esposo:

Só que, assim, eu acho que eu amava muito ele, e o amor era muito grande, que quando ele falava que não queria que eu trabalhasse, não queria que eu estudasse eu achava que era porque ele gostava de mim, me amava, mas aí depois quando eu passei a ter outras vontades de trabalhar, estudar, eu queria muito me formar, fazer uma faculdade, terminar a escola, aí ele colocou aquele lado dele que eu não podia, não conhecia. Aí foi quando teve a agressão. Ele acabou me machucando, eu tentei o suicídio e cheguei aqui na Casa Viviane. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

A partir desse relato de Clara dos Anjos, podemos observar como a violência psicológica e física andam juntas, especialmente em situações em que o poder masculino passa a ser contestado pelo simples desejo de autonomia financeira da mulher. No caso de Clara dos Anjos, entendemos que tal exercício do poder vem mascarado pelo referido ciúme, entendido por ela como manifestação de possíveis sentimentos de afeto por parte de seu marido agressor. A agressão sofrida, no entanto, teve grande implicação quando consideramos seu relato acerca da tentativa de suicídio, o que passará a representar, em sua biografia, marcas físicas e psicológicas, conforme podemos observar em outros seus relatos, presentes em outros itens. Dados os vários desdobramentos que a prática da violência do marido gera na história de vida dessa nossa entrevistada, consideramos sua vivência como um caso emblemático e exemplar de múltiplas violências, quais sejam: psicológica,

física, patrimonial e moral. Diante de tais evidências, entendemos que somente uma abordagem de natureza multi ou, mais precisamente, inter e transdisciplinar oferece condições para que as complexas e imbricadas relações entre violência contra a mulher, conjugalidade e gênero sejam melhor descortinadas.

A situação narrada por nossa entrevistada Clara dos Anjos parece ser comum na vida de mulheres que sofrem violência por parceiro íntimo, onde a violência vem mascarada pelo ciúme, querendo representar amor. A mulher, nesses casos, parece acreditar que o comportamento do companheiro baseia-se na proteção e não reconhece estar sendo submetida à situação considerada juridicamente criminosa, prevista no Código Penal e na Lei Maria da Penha, por se caracterizar por um controle total das atividades da mesma, impedindo-a de ir e vir livremente, onde quer que queira, culminando em agressões físicas, que podem ser, muitas vezes, fatais.

Nos demais relatos, a seguir, descortinam-se as demais formas de violências vividas por Clara dos Anjos e o amplo quadro de que se reveste tal experiência de vida de nossa entrevistada. Exemplifica esse quadro, outro relato de nossa entrevistada no qual podemos observar que Clara teria sido agredida enquanto dormia:

Meu marido ele me pegou dormindo, me deu muita porrada na minha cabeça. Ele... Eu tentei suicídio, 3 horas da manhã. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Nesse relato de Clara dos Anjos, assim como em relato de outra nossa entrevistada Débora, anteriormente apresentado, ressalta-se que a agressão se deu em situação na qual a mulher, no caso, nossa entrevistada, encontrava-se indefesa, vulnerável porque sem condições de esboçar reação ou defesa, na medida em que se encontrava dormindo, o que parece configurar-se como uma circunstância agravante da pena, prevista no Código Penal, em seu artigo 61, alínea c, que diz respeito a agir dificultando ou tornando impossível a defesa do ofendido (BRASIL. Código Penal, 1940).

A oportunidade de praticar a violência enquanto a pessoa dorme parece relacionar-se às situações também previstas pela Lei Maria da Penha, uma vez que a referida Lei visa “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” configurada, de acordo com seu artigo 5º, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação de afeto, “na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independente de coabitação” (BRASIL. Lei 11.340, 2006). Assim, a ideia presente é a de que o agressor tem acesso privilegiado à vítima e a oportunidade de agredi-la, como no referido caso, enquanto a mesma encontra-se sem condições de defender-se.

Clara dos Anjos aponta também, em relatos transcritos a seguir, a questão do quanto podemos considerar a violência psicológica como apresentando marcas significativas para as mulheres que passam por vivências que desconstroem a auto-estima das mesmas:

Porque o meu marido até o dia de hoje mesmo, ele tem muito assim, do psicológico, então ele fala que eu não vou conseguir, que eu sou burra. Ele falou duas coisas mais que eu não... essas coisas eu não gosto de lembrar. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

E continua:

Acho que a pior [violência] delas é a psicológica porque você perde até a identidade de quem você é né. Eu perdi a minha identidade, eu assim, de uns tempos pra cá eu até me encontrei. Mas às vezes eu fico me perguntando será que eu sou o que eu acho que eu sou. Porque eu só escuto que eu sou um bagulho, que eu sou um lixo, que eu não vou conseguir, que burro não sai do lugar e a pior delas é a psicológica. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Clara dos Anjos, ainda que tenha vivenciado violência física, além de outras, como poderemos observar adiante, considera, nas narrativas acima, que a pior das violências vivenciadas por ela, até o momento da entrevista, tenha sido a psicológica. Discorre sobre as dificuldades que enfrenta em relação à vivência cotidiana de tal tipo de violência, por parte do parceiro, referindo-se de maneira peculiar à perda da própria identidade. Exemplifica tal violência com qualificadores que receberia cotidianamente de seu marido via expressões proferidas pelo mesmo como o de a mesma “ser burra”, “ser um

lixo”, “ser um bagulho”, expressões essas que reconhecidamente submetem e induzem a mulher não somente à uma baixa auto-estima, mas ao chamado sofrimento psíquico. Tal sofrimento psíquico parece evidenciar-se notadamente quando a mesma refere ter ouvido de seu companheiro palavras que nem desejava lembrar, sentimento esse que expressa nos seguintes termos: “Ele falou duas coisas mais que eu não... essas coisas eu não gosto de lembrar”.

Importante considerar que tais tipos de agressões verbais do esposo de Clara dos Anjos vão ao encontro do que a Lei Maria da Penha classifica como violência psicológica, notadamente pela diminuição da auto-estima de Clara, pela prática constante de humilhação, insultos e ridicularização da mesma, além da já mencionada, em item anterior, limitação de seu direito de ir e vir e vigilância constante, o que poderia acarretar, à nossa entrevistada, caso ainda não tenham ocorrido, prejuízos à sua saúde psicológica e à sua autodeterminação, estes últimos constantes, igualmente, do texto da Lei.

Em outro relato de Clara dos Anjos, podemos observar que a conduta violenta de seu marido acarretou outro tipo de violência, pela perda de recursos financeiros da mesma, decorrente da perda de seu emprego, sem mencionar os diversos matizes de outras formas de manifestações de violências psicológicas, implicadas em sua ação.

Então, eu acho que ele pensou: Ela vai me largar. Foi quando ele me tirou do meu serviço, ele me humilhou diante a minha patroa, ele ameaçou a minha patroa, o filho dela, o marido dela que fosse matar. Tanto que quando eu saí do serviço, eu deixei um mês de serviço sem receber. Eu não, não recebi. Isso que é o que me dói mais, às vezes quando... (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Ao relatar a perda do emprego, Clara dos Anjos relaciona tal perda a uma situação de violência psicológica e também patrimonial vivida, na qual a humilhação ilustra, de maneira característica, a agressão e perda sofridas, envolvendo-a, mas estendendo, na forma de ameaça, aos seus próprios padrões. No entanto, vale observar que ao ser humilhada diante da patroa, tal tipo de violência configura-se, igualmente, ao lado das violências de naturezas psicológica e patrimonial, também como violência moral.

Dessa forma, observamos que a situação vivida pela nossa entrevistada trouxe perdas financeiras para a mesma que, além de ter perdido o emprego, acabou não recebendo os direitos trabalhistas, provavelmente, por conta da necessidade dela própria abandonar tal atividade, independente do desejo dos patrões.

A violência moral, prevista na Lei Maria da Penha, é “entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

Nossa entrevistada Clara dos Anjos relata, ainda, como sua “maior dor”, outro tipo de manifestação da violência moral que vivenciou, pelo seu marido, conforme relato a seguir, já apresentado em outro item e aqui retomado como ilustração. Significativa de como a questão da violência psicológica permeia outras modalidades de violências às quais nossa entrevistada não somente vivenciou, mas, ao que seu relato sugere, ainda vivencia, uma vez que continua vivendo com o mesmo companheiro.

A maior dor foi quando ele me humilhou diante a família dele porque até hoje, tem uma festa, alguma coisa assim, a família dele, ela me exclui, então... eu não tenho... [...] E eles falam o tempo todo, eles falam ela é vagabunda, é isso, é aquilo outro. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Ao anunciar a humilhação que sofre diante da família do marido como sua maior dor, Clara dos Anjos aponta para uma das marcas que será significativa para ela, pela situação de violência que viveu e ainda continua vivendo, conforme já observado, nas relações com o marido e seus familiares, ao sentir-se discriminada e estigmatizada pelos familiares do mesmo. Quando qualificada como “vagabunda” ou “é isso, é aquilo outro”, nossa entrevistada aponta para o sentimento de exclusão a que foi colocada, por conduta do próprio marido, que a deprecia publicamente, perante a família do mesmo, o que configura uma violência moral, prevista na Lei Maria da Penha.

Em outro relato dessa nossa entrevistada, abaixo descrito, podemos observar novamente expressão de seu sentimento de exclusão frente a

atitudes discriminatórias, preconceituosas e até mesmo racistas de seu marido, nas quais violência psicológica e violência moral se entrecruzam.

... se a gente vai num almoço, numa mesa tem várias colheres, vários copos, pra mim um prato de comida, um garfo e uma faca pra mim é o suficiente, então ele fala: ó ta vendo, a Anastácia tem que ficar na senzala, não é aqui no nosso lado. É isso que... machuca mais. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Parece evidenciar-se, em tais relatos, o quanto tal tipo de violência atinge os sentimentos de nossa entrevistada, notadamente quando a mesma afirma “é isso que... machuca mais”. Esse tipo de relato de nossa entrevistada, ao lado de outros similares, remete à relevância da violência moral ser contemplada pela Lei Maria da Penha, no que tange ao que podemos considerar como violação dos próprios direitos da mulher à dignidade e a auto-estima, cuja preservação deve ser difundida como direito de todas e passível de punição.

Clara dos Anjos menciona, em outro relato abaixo, outra ocasião em que sua vivenciou novamente violência moral por parte de seu marido, assim como pela própria polícia, na delegacia.

Foi quando eu comprei um colchão na porta da minha casa e o rapaz [vendedor] que eu estava conversando, ele estudou comigo, era meu amigo de escola, e eu não vejo assim, nenhuma anormalidade de você ter um amigo homem. Você se coloca no seu lugar. E ele [marido] me humilhou, me chamou de vagabunda, de todos os nomes que você imaginar no meio da rua, com a rua cheia de gente. Ficou parecendo que... E queria me bater. Ele acabou chamando, eu chamei uma viatura, quando chegou dentro da delegacia, eu não sei o que foi que ele e o delegado conversou que o delegado falou que ia me colocar dentro de uma cela, ia colocar eu com 10 homens para mim servir igual eu servia aquela pessoa [amigo que estava vendendo colchão]. Aquilo ali foi que marcou e ficou. Tanto que hoje eu não acredito na Polícia. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Pelo relato de Clara dos Anjos, acima, podemos considerar que nossa entrevistada sofreu violência no espaço público por duas vezes, na mesma ocasião, ou seja, primeiramente pelo marido ao humilhá-la, com palavras ofensivas e ameaças de violência física, na porta de sua casa “com a rua cheia de gente” e, depois, pelo delegado de polícia que teria, ao que parece, ouvido

relatos do marido e aprovado as violências de tipo moral, portanto, também psicológica, praticadas pelo mesmo. Teria, tal delegado, o que seria mais grave ainda, reforçado e legitimado tais violências, psicológica e moral, na própria delegacia, local onde era esperado que fosse ocorrer sua proteção, a justiça e a defesa de seus direitos, o que a mesma demandara ao acionar a viatura. Ao considerarmos a seguinte fala de Clara: “o delegado falou que ia me colocar dentro de uma cela, ia colocar eu com 10 homens pra mim servir igual eu servia aquela pessoa”, podemos considerar que o referido delegado não somente proferiu uma apologia ao próprio estupro, mas sentenciou como culpada nossa própria entrevistada, o que poderia se configurar, ao lado da violência moral, como caso exemplar de violência institucional, modalidade essa não prevista pela Lei Maria da Penha, mas presente, de maneira expressiva, em estudos sobre violência contra a mulher na área da saúde, a exemplo dos estudos de SCHRAIBER et al. (2013) e AGUIAR et al. (2013), pelo tipo de atendimento prestado em diferentes setores públicos.

Cabe salientar, também, que a fala que Clara atribui ao delegado de polícia que teria recebido a mesma vai ao encontro de um caso apontado por PISCITELLI (2009), em seu artigo intitulado ‘Gênero: a história de um conceito’, onde a autora remete à matéria do jornal Folha de São Paulo, de 27 de novembro de 2007, que aborda o caso da detenção de uma adolescente de 15 anos, que teria sido presa acusada de roubo, no Pará. A garota teria sido mantida por 26 dias numa cela, dentro de uma delegacia de polícia, junto de 20 homens, os quais abusaram sexualmente da mesma. Tal caso agrupa, além das violências psicológica, moral e sexual, lamentável situação de violência institucional, nesse caso, levada ao extremo do abuso do poder e do desrespeito às leis pelos próprios profissionais responsáveis pelo cumprimento das mesmas.

4.4. SOBRE A VULNERABILIDADE DE MULHERES À VIOLÊNCIA

O conceito de vulnerabilidade teve sua origem na advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem e designava, então, “grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania” (AYRES et al., 2009a apud ALVES, 1994). A migração desse conceito para o campo da saúde se deu a partir de intersecções entre o ativismo em torno da epidemia de AIDS e o movimento de Direitos Humanos, notadamente em 1992, com a publicação, nos Estados Unidos, do livro *Aids in the world*. Com tal intersecção, houve uma apropriação desse conceito para o campo da saúde pública, o que rendeu ao mesmo algumas peculiaridades, que serão expostas adiante. (AYRES et al., 2009a)

De acordo com outro trabalho de AYRES et al. (2009b), ao se incorporar o conceito de vulnerabilidade ao estudo de problemas do campo da saúde pública, tais estudos ganham expressão por irem além da abordagem de risco, porque tal conceito se baseia na consideração de três dimensões: individual, social e programática. Os autores, nesse caso mencionado, avaliavam a questão da infecção por HIV, considerando não somente as características individuais das pessoas, mas igualmente os aspectos relacionados às questões sociais e aos programas governamentais existentes.

As análises da dimensão individual da vulnerabilidade, mencionadas pelos autores, partem do princípio de que todos os indivíduos são suscetíveis, no caso analisado pelos mesmos, à infecção pelo HIV e ao adoecimento por aids. Dessa forma, podemos considerar que, em relação à violência contra as mulheres, todas as mulheres estão sujeitas a vivenciarem tal situação, o que vai ao encontro do que já foi abordado por SAFFIOTI (1999) quando considerou a violência contra mulheres como “fenômeno democrático”, ressaltando que a cada mulher estaria reservado o seu “quinhão” de tal violência.

AYRES et al. (2009b), no entanto, apontam que alguns aspectos pessoais, considerados próprios do modo de vida das pessoas, podem contribuir para sua proteção ou para sua exposição, no caso estudado por tais autores, ao vírus HIV. Alguns desses aspectos individuais mencionados pelos autores são “valores, interesses, crenças, credos desejos, conhecimentos, atitudes, comportamentos, relações familiares, relações de amizade, relações afetivo-sexuais, relações profissionais, situação material, psico-emocional e física, entre outros” (AYRES et al., 2009b. p. 398).

A segunda dimensão seria a social ou contextual, onde são considerados o acesso à informação, conteúdo e qualidade dessa informação acessada, os significados que tais informações adquirem relacionados aos valores e interesses das pessoas, existência de possibilidades de colocar as informações em prática, o que remete a aspectos tanto materiais, quanto culturais, políticos e morais relacionados à vida em sociedade. AYRES et al. (2009b) sintetizam alguns aspectos considerados pela dimensão social mencionando as normas sociais, referências culturais, relações de gênero, relações de raça e etnia, relações entre gerações, normas e crenças religiosas, participação política, exercício da cidadania, liberdade de pensamento e expressão, acesso à cultura, lazer, saúde, educação, mídia, suporte social e salários.

A terceira dimensão considerada essencial na abordagem da vulnerabilidade segundo AYRES et al. (2009b) refere-se à dimensão programática. A partir dela, os autores observam como as instituições existentes podem colaborar com a redução ou com a reprodução do adoecimento e, em nosso caso, observamos como as instituições podem contribuir com a diminuição, erradicação ou com a reprodução da violência contra a mulher. AYRES et al. (2009b), nesse caso, mencionam o compromisso político dos governos, a definição de políticas específicas, planejamento e avaliação das políticas, participação social no planejamento e avaliação, recursos humanos e materiais para as políticas, governabilidade, controle social, sustentabilidade política institucional e material, articulação multisetorial das ações, atividades intersetoriais, entre outros aspectos

relacionados mais especificamente ao setor saúde (AYRES et al., 2009b. p. 398).

Podemos considerar que a ideia de vulnerabilidade, conforme empregada por autores como AYRES et al. (2009a) acima mencionada, pressupõe uma multiplicidade de condições relacionadas às diferentes dimensões e, no caso da violência doméstica, não somente o contexto sócio-cultural apresenta relevância, notadamente pela manutenção de padrões tradicionais ancorados numa masculinidade hegemônica, mas, igualmente, formas familiares de conjugalidade, ancoradas em valores tradicionais nas quais a cultura patriarcal e androcêntrica busca manter a mulher em situação de subalternidade e de dependência. Tais aspectos parecem apontar para condições peculiares para a ampliação dos riscos a que mulheres, de diferentes grupos sociais, raças e etnias, estejam mais expostas a viverem em situação de violência, como algo que se apresenta como naturalizado na vida cotidiana. Nessa linha de reflexão ganha expressão, igualmente, a situação de vulnerabilidade que muitas mulheres vivenciam em função da própria questão da dependência financeira do possível agressor, na medida em que o mesmo representa, quer para a mulher, assim como para a própria família, a figura do provedor. Nesse sentido, a questão da vulnerabilidade assume diferentes nuances na medida que perpassa, para sua consideração, quer a dependência financeira, social, e mesmo, a dependência afetiva e emocional, presente nessas intersecções.

SANT'ANNA e HENNINGTON (2010) apontam para a compreensão da vulnerabilidade social “como um conceito/estratégia de redirecionamento de ações para dimensões mais contextuais e sociais”. Assim, podemos considerar que as três dimensões da vulnerabilidade, mencionadas por AYRES et al. (2009b), são relacionadas entre si e convergem para a mesma finalidade que, no caso da violência contra a mulher, consideramos que seria a melhor compreensão desse fenômeno, no que tange não somente às características individuais de mulheres em situação de violência ou de homens agressores, mas igualmente, aos contextos em que esses sujeitos estão inseridos, assim como dos diversos serviços presentes nas chamadas redes de prevenção e de enfrentamento à violência existentes no país, que podem atuar de maneira a

colaborar com a redução, prevenção ou com a reprodução dos padrões de opressão e violência.

Em relação à indagação feita às mulheres, sujeitos dessa pesquisa, acerca do que pensavam em relação a mulheres vivendo em situação de violência, várias respostas se descortinaram como relacionadas a determinados olhares ou pertinentes a diferentes categorias, passíveis de serem vivenciadas por mulheres nessa condição, ou seja: a mulher é vista na condição de vítima, na condição de subalternidade na relação conjugal e de gênero, enredada nas tramas da cultura e da sociedade e, ainda, na busca por igualdade e equidade de gênero.

4.4.1. A mulher na condição de vítima

No discurso de algumas mulheres entrevistadas, parece evidenciar-se um tipo de olhar para a mulher vivendo em situação de violência como sendo vítima desse tipo de situação.

O temor em relação à questão da violência parece expressar-se, no caso de Neide, a partir das próprias marcas que ainda traz das experiências vividas em relação ao companheiro agressor, temor esse notadamente expresso na ideia da violência caracterizar-se como temível.

Assim, no relato a seguir, a entrevistada Neide, quando indagada acerca do que pensa de mulheres em situação de violência, afirma sentir “dó” de tais mulheres, mencionando já ter vivido situação semelhante:

Ai, uma coitada. Dá até dó, né fia? Então, eu tenho dó porque tem pessoas que não sabe, né? Não tem, assim, fica com medo do parceiro, né fia? De ele fazer, matar elas. Que nem, eu mesmo tive já. Ele tem uma arma dentro de casa. [Fala baixo] Eu tenho medo, sabe? Uma hora ou outra, ele tá meio revoltado, vem aí pra cima de mim, né? Então, eu tenho dó dessas pessoas, viu. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

O sentimento de “dó”, expresso por Neide, ao significar, em nossa linguagem cotidiana, sentimento de pena, compaixão, tristeza ou dor, ao lado

da palavra “coitada”, usada por nossa entrevistada, parecem relacionar-se a uma concepção de vitimização que Neide atribui a mulheres vivenciando esse tipo de situação, relacionada ao viver em uma situação de medo constante, por estarem à mercê do que parece reconhecer como o natural temperamento agressivo, “revoltado” do companheiro, que coloca a mulher numa situação considerada sem saída, pelo exercício da dominação masculina a que está submetida e, muitas vezes, com a legitimação da própria sociedade. A ideia presente é, portanto, de que a mulher vivendo em situação de violência encontra-se enredada nas teias da hegemonia e da dominação masculina.

Na narrativa de uma outra entrevistada, Clara dos Anjos, podemos observar como a questão da perspectiva da vitimização da mulher em situação de violência encontra-se também presente e estreitamente relacionada, no caso, à ideia de fragilidade da mulher frente a esse tipo de problema.

Olha, eu vi a minha mãe a vida inteira apanhando do meu pai. Meu pai dava até tiro nela, já enfiou faca. Meu pai tem várias passagens pela polícia, que a minha mãe ia fazer boletim de ocorrência. Eu falava que se acontecesse comigo eu ia fazer e ia fazer e quando aconteceu comigo eu não soube o que fazer. Meu marido ele me pegou dormindo, me deu muita porrada na minha cabeça. Ele... Eu tentei suicídio, 3 horas da manhã. Assim, a respeito dessas mulheres, eu acho que a gente fica muito fraca. A gente fala porque quando a gente não convive ou quando a gente acha que é forte, mas no momento assim, quando acontece, fica muito fraca, a gente. Porque quando a gente vai procurar uma delegacia igual eu fui, elas falam, são muito estúpidos, tanto que quando eu cheguei na DDM uma delegada falou pra mim que eu ia fazer o BO durante o dia e à noite eu ia abrir as pernas. Então fica assim, muito difícil. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

No discurso de Clara dos Anjos, podemos observar como a questão da busca de reflexão acerca da violência contra a mulher, em nossa sociedade, é muitas vezes dificultada pela ausência ou dificuldade da mesma em apresentar um pensar mais amplo, que ultrapasse os limites de vivências na família de origem, capaz, portanto, de contemplar as relações sociais, conjugais e de gênero existentes no seio não somente própria família, mas de toda a sociedade. Isto porque esse tipo de narrativa que identifica a postura de mulheres frente à violência exemplificada na figura materna, parece, em nosso entendimento, contribuir para a cristalização da própria ideia de permanência e de naturalização dos padrões tradicionais de dominação masculina na família brasileira, o que colocaria a mulher numa condição de subalternidade perene,

frente ao reconhecido exercício do poder do homem nas relações conjugais, naturalizando, assim, a própria violência doméstica e de gênero que ela encerra.

Diante disso é que consideramos poder melhor entender como a questão da perspectiva de vitimização assume diferentes nuances e pode imobilizar a mulher. Isto porque, se na narrativa de Neide, antes apresentada, a compaixão e o medo apontavam para a ideia de vitimização das mulheres vivendo em situação de violência, no caso de Clara dos Anjos, seu olhar para mulheres em tal situação passa pela questão da identificação de sua própria vivência e do sentimento de fragilidade que carrega como provável marca, à qual passa a atribuir como característica definidora de mulheres vivendo situação semelhante. Acresce a esse fato, ao que parece, a ideia presente de uma dada naturalização da violência familiar ao relatar a própria violência vivida pela mãe como prática cotidiana nas relações com o pai.

Nesse sentido, nosso entendimento é o de que tal narrativa de Clara dos Anjos parece apresentar-se como um exemplo característico da perspectiva de vitimização adotada nos relatos de algumas mulheres, que permanecem em situação de vulnerabilidade frente à violência sem se abrir para qualquer tipo de saída, ou de busca de ruptura frente a tal situação.

De acordo com IZUMINO e SANTOS (2005), a vitimização da mulher em situação de violência doméstica pode estar relacionada à anulação da autonomia da mesma que, nessa condição, seria desconsiderada como sujeito de direitos e considerada como objeto. Para tal explicação, as referidas autoras mencionam o trabalho de Marilena Chauí “Participando do Debate sobre Mulher e Violência” onde a violência doméstica é considerada resultado de uma ideologia que define a condição “feminina” como inferior à “masculina”.

Outra possibilidade relacionada à vitimização da mulher, mencionada pelas mesmas autoras, é a consideração da mulher como sujeito de direitos, porém vivendo dentro de uma relação desigual de poder com os homens. Essa desigualdade de poder vincularia a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista, além de relacionar-se à exploração econômica. Dessa forma, a relação da mulher com o homem se daria de forma semelhante àquela

existente entre empregador e empregado, quando o segundo, mesmo não concordando totalmente com as condições impostas pelo primeiro, vê-se na obrigação de aceitar, tendo em vista a existência de vasta oferta de mão-de-obra na sociedade. Tal explicação foi defendida pela socióloga Heleieth Saffioti e é considerada parte da segunda corrente teórica que orienta trabalhos sobre violência doméstica no Brasil. IZUMINO e SANTOS (2005) afirmam que “para Saffioti, as mulheres se submetem à violência não porque ‘consintam’: elas são forçadas a ‘ceder’ porque não têm poder suficiente para consentir.”

A vitimização da mulher, ainda que possa parecer pertinente ao se considerar alguns contextos sociais existentes em nosso país, parece determinante da posição de subalternidade para mulheres frente aos homens, notadamente nas relações conjugais, e deixa pouco espaço para a negociação, enquanto que a consideração da participação da mulher na situação de violência parece conceder a essa maiores possibilidades de percorrer outros caminhos, que não o da violência.

Tal vitimização, contudo, parece ser reforçada pelas instituições jurídicas, quando as mesmas consideram as partes envolvidas na situação de violência como “réu” ou “vítima” e seria considerada, ainda, como característica que viria a dificultar o rompimento com a violência, uma vez que atrelada à “fragilidade” e demais características tidas como femininas, parece ser, dessa forma, condição “destinada” à mulher que, quando não consegue romper com o determinismo cultural, acaba por assumir o papel da vítima.

4.4.2. A mulher na condição de subalternidade na relação conjugal e de gênero

Algumas de nossas entrevistadas apontaram determinadas atitudes e ações ausentes em muitas mulheres em situação de violência que são consideradas fundamentais para a quebra do ciclo da violência e consequente libertação das mulheres que permanecem como presas nessa verdadeira cadeia.

Ao tecer sua narrativa acerca do que pensa a respeito de mulheres vivendo em situação de violência, Ângela toma como exemplo os casos de uma vizinha, assim como uma conhecida da igreja evangélica que frequenta.

Então, eu acho que elas têm que querer o benefício de abrir a boca e falar, entendeu? Porque, assim, a maioria não fala. A maioria não faz nada. A maioria tem vergonha. A maioria esconde, sabe? Eu enquanto que estudante, eu tive várias, eu tive contato com várias mulheres nessa situação. Inclusive, minha vizinha aqui da frente. Ela, o marido dela, todo dia brigava com ela, sabe? Quebrava o pau dentro de casa, maltratava as crianças. Ele nunca bateu nela, mas ele chegou a avançar nela, nos últimos dias. E ela vinha aqui em casa, eu conversava com ela. Dei o endereço da Casa Viviane. Falei pra ela: "Procura. Vai, não fica passando por isso, entendeu? Porque você é muito jovem. Como que você vai seguir, dar seguimento na tua vida? Como que vai tá seu psicológico, depois, né?" E os filhos da gente, queira ou não, eles percebem o que a gente passa com a família, eles ficam muito fragilizados. Então acho que o que falta nas mulheres hoje é elas ter coragem de tomar uma decisão, ser independente. Que a maioria não é independente. Eu tive contato com uma que o marido dela, ele é ladrão. Sabe esse ladrão de colarinho branco? [...] Ele é ladrão. A moça muito bonita, muitos anos que ela tava com ele. Ladrão a vida inteira. Que que ele fez? Ele deu uma surra muito grande nela. Então, e ela era do meu convívio da igreja, convívio social. Aí eu mandei um recado pra ela. Mandeí perguntar pra ela se ela queria ajuda, que eu poderia tá ajudando ela, entendeu? Mandeí falar pra ela. Mandeí falar da Casa Viviane, tudo. E, simplesmente, ela falou que ela não queria ajuda. Eu fiquei, assim, passada. Porque eu falei "Gente, será que a pessoa gosta?" Às vezes, nem sempre gosta. É comodismo mesmo, medo, sabe? Muita coisa que envolve. Mas isso não justifica a mulher ficar apanhando do homem a vida inteira e não fazer nada. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e e sobrinha).

Partindo da ideia de que o ato do falar acerca da violência sofrida significa mobilizar a vontade no sentido de alcançar o benefício da superação do problema, o relato de Ângela permite considerar que as questões presentes na situação de violência contra a mulher são, notadamente, a ausência da fala, a ausência do ato, o sentimento de vergonha e a prática de sua ocultação.

Ângela toma, num primeiro momento, como exemplo o caso do que considera falta de atitude ou iniciativa de uma jovem vizinha, cujo marido discutia cotidianamente com ela, além de maltratar as crianças, sem que houvesse, ao que parece, reação por parte da mesma, à qual nossa entrevistada tomou a iniciativa de dar o endereço da Casa Viviane por considerar que a mesma necessitava dar um novo sentido à sua vida.

Em relação ao segundo exemplo, essa entrevistada expressa sua indignação diante de um caso que podemos considerar como contraditório e incompreensível aos olhos de muitos, mas presente na realidade da vida cotidiana de casais, tendo em vista que uma conhecida sua, da igreja

evangélica, cujo marido é descrito como “ladrão de colarinho branco” e agressor da mesma, recusa a ajuda oferecida por Ângela para a busca de solução para o problema.

O sentimento de vergonha e ocultação da violência, assim como a recusa e dificuldade em verbalizar situações de violência vividas, mencionados por Ângela, vão ao encontro do estudo realizado por Boris CYRULNIK (2012), ao acompanhar pacientes que teriam passado por alguns tipos de traumas. Acerca dessa condição, o autor afirma, de forma poética:

Se querem saber por que eu não disse nada, basta tentarem descobrir o que me forçou a calar. As circunstâncias do acontecimento e as reações do meio são coautoras do meu silêncio. Se eu lhes contar o que aconteceu comigo, vocês não vão acreditar, vão dar risada, tomar o partido do agressor, vão me fazer perguntas obscenas ou, pior ainda, ter dó de mim. Seja qual for sua reação, bastará eu contar para me sentir mal sob seu olhar (CYRULNIK, 2012. p. 24).

Dessa forma, parece evidenciar-se a dificuldade presente, no caso de muitas mulheres, em falar de sua vivência em violência, principalmente para pessoas de seu meio social, o que permite ressaltar a importância de profissionais sensíveis e preparados para o acolhimento necessário a esse tipo de problema. No caso específico da violência doméstica e de gênero deve se considerar, ainda, a natureza do vínculo previamente existente entre violentador e violentado por se tratar de um vínculo de afeto e proteção que, em muitos casos, foi abruptamente rompido, apresentando-se, assim, muitas vezes, como incompreensível àquelas pessoas que o vivenciam.

Contudo, o silêncio parece apresentar-se como uma arma poderosa que favorece agressores em relação à manutenção da mulher num ciclo de violências múltiplas e, apesar de serem compreensíveis as dificuldades que muitas mulheres encontram para expressar tal vivência, apresenta-se como crucial a abertura ao diálogo para que o problema possa ser abordado e passível de superação.

O silenciamento da situação, em si, já foi considerado por SCHRAIBER et al. (2005) como uma condição de vulnerabilidade ou “fator facilitador” para a ocorrência de violência contra mulheres, uma vez que ao não compartilharem tal vivência, a mesma segue naturalizada e pertinente ao âmbito privado.

Em relato abaixo de Ana Cristina, outra entrevistada, ao discorrer sobre a situação de outras mulheres em situação de violência, toma como exemplo seu próprio caso, onde ganha destaque a importância da mulher romper o vínculo com o agressor e se afastar do mesmo diante de tal situação:

O que eu indico é que essas mulheres têm que sair de casa [...] Eu, como eu passei por isso, eu falo assim, eu tinha medo de sair de casa, na época, com a Carina de 13 anos. Aí, eu ia aguentando, ia suportando, ia suportando até que eu engravidei de novo. Não esperava engravidar. Eu engravidei. Esperava que ele melhorasse, só que não melhorou. Na época, ele usava droga, eu não sabia. Misturava com bebida alcoólica e ficava violento. Aí, a gente se separou oito meses. Depois, a gente voltou. A Carina já tinha 13 anos. [Essa mulher] vai passar o aperto que eu tô passando? No trabalho, dependo do meu pai. Tenho que escutar e ficar quieta, porque eu dependo da casa do meu pai, de um teto. Mas tem que sair de casa. Por mais que você goste do seu companheiro, que você ame, porque eu passei vinte anos. Gosto dele? Gosto. Só que eu não aceito as atitudes dele. Isso que me abriu a cabeça. Porque a pessoa não muda. Não muda. Você faz de tudo por essa pessoa, pelo seu companheiro. Mas ele não muda. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Ao tomar como exemplo para reflexão, sobre a questão colocada, seu próprio caso, Ana Cristina aponta, num primeiro momento, para a ideia de esperança de mudanças de comportamento do companheiro agressor, comum em relatos de algumas mulheres em tal situação. A ideia presente é a de que, diante da dificuldade em romper vínculo com agressor, algumas mulheres possam cultivar a crença, ao que parece, de que a violência foi um acontecimento esporádico e transitório, relacionado a algum problema específico, como, no caso de nossa entrevistada, pelo uso de álcool e drogas, problema esse que acreditava poder ser superado, em algum momento.

O rompimento desse tipo de expectativa ancorada na simples esperança pode ser bem ilustrado pela expressão de Ana Cristina quando afirma: “esperava que ele melhorasse, só que não melhorou”. No caso dessa nossa entrevistada, essa constatação da não mudança do companheiro, ao lado da convicção que passou a ter da necessidade de rompimento com o tipo de relação conjugal de violência foi fundamental, ao que parece, para a sua

decisão em sair de casa. Vale observar que o “sair de casa” para ela, passou a representar, no nosso entendimento, o símbolo do rompimento com uma situação de opressão que a colocava numa condição de subalternidade e de iniquidade de gênero, daí sua expressão “essas mulheres tem que sair de casa” significando, com isso, a ênfase dada à necessidade de rompimento do vínculo com o agressor.

Vale mencionar, contudo, que a maioria das mulheres apresenta, segundo SAFFIOTI (1999), dificuldade em romper com a situação de violência e que tal rompimento demanda, via de regra, intervenção externa. Isso por conta da relação afetiva existente que faz com que exista, na maioria dos casos, uma trajetória oscilante, com movimentos de saída e retorno à relação.

4.4.3. A mulher enredada nas tramas da cultura e da sociedade

Nos discursos de algumas de nossas entrevistadas, a vulnerabilidade de mulheres à situação de violência apresentou-se como atrelada às histórias de violência vivenciadas na família de origem.

Nossa entrevistada Clarice salientou a violência sofrida na infância como algo relevante e que poderia condicionar a mulher para que viesse a sofrer com violência novamente na fase adulta, conforme seu relato abaixo:

Eu acho que são mulheres que vem com um histórico de vida de já terem sofrido violência desde a infância, né? No meu caso, eu sofri violência psicológica. Eu já trabalhei, também, atualmente eu tava trabalhando numa ONG que cuida de crianças vítimas de violência doméstica e sexual, né? Então eu conheço um pouco das violências também agora. E eu sei que na minha infância eu sofri violência psicológica. Não culpo a minha mãe, a minha família. Eu sei que é uma coisa que, às vezes, é até cultural, passa-se de uma família pra outra, de gerações em gerações e, às vezes, pessoas não vêem que isso é violência. Acham que é normal. Mas desde criança, eu sempre fui muito triste, acabrunhada, muito tímida e me sentia muito esquisita, né? E cresci desse jeito. Tanto é que na adolescência eu já, eu comecei a dar sinais de depressão. Passei muito tempo da minha vida depressiva e eu acho que tudo isso acaba somatizando numa pessoa mais fragilizada, numa pessoa que se deixa ser violentada. Uma pessoa que não consegue tomar as rédeas da própria vida, né? Então acho que a mulher quando sofre a violência, qualquer tipo de violência, uma vez a gente ainda pode até relevar, mas quando ela persiste naquilo, é algo dentro dela que precisa ser cuidado. E isso, geralmente, pelo menos o que eu penso, é que começa já na infância. Então, são mulheres mais fragilizadas que precisam de uma orientação, de muita paciência e de cuidados, né? Para que ela possa se sentir capaz de sair daquela situação. Não é que ela é pior do que ninguém, não é que ela é coitada, que ela gosta daquilo. Não. Ela só precisa do momento dela e do

apoio pra que ela possa sair daquilo. (**Clarice**, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

No relato acima de Clarice, podemos observar como nossa entrevistada, em função de seu trabalho com crianças vítimas de violência doméstica e sexual, em ONGs, apresenta uma narrativa que aponta para possibilidade de reflexividade e elaboração da questão da violência doméstica. De sua narrativa, vale reter ideia que consideramos importante, ou seja, a de como aspectos culturais relacionados a diferentes tipos de violência são cristalizados na sociedade através de gerações, o que leva a uma naturalização da violência contra a mulher, invisíveis muitas vezes, aos olhos do senso comum e no andar da vida cotidiana. A propósito dessa naturalização, ganha expressão e significado especial a seguinte afirmação de nossa entrevistada: “E eu sei que na minha infância eu sofri violência psicológica. Não culpo a minha mãe, a minha família. Eu sei que é uma coisa que, às vezes, é até cultural, passa-se de uma família pra outra, de gerações em gerações e, às vezes, pessoas não vêem que isso é violência. Acham que é normal.”

A naturalização da violência mencionada pela entrevistada Clarice foi também observada por MISTURA (2015), em seu estudo “Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes”, onde muitos homens apresentaram dificuldade em identificar algumas situações de violência dada a naturalização das mesmas, principalmente aquelas de natureza psicológica e as consideradas esporádicas ou eventuais.

Nossa entrevistada aponta, ainda, para a complexidade de que se reveste o entendimento da questão relativa a permanência de mulheres vivendo situações de violência. Isso porque, se por um lado, Clarice aponta para a questão da violência ancorada em padrões tradicionais da cultura e hegemonia masculina, por outro, parece individualizar a questão quando considera que mulheres que persistem em uma relação violenta carregam “algo” dentro de si mesmas que necessita de cuidados, relativos a possíveis traumas ou marcas relacionados à vivências anteriores, que, segundo essa nossa entrevistada, “começa já na infância”. Assim, embora individualizando,

Clarice, longe de vitimizar tais mulheres, a exemplo das entrevistadas Neide e Clara dos Anjos, antes apresentadas, aponta para a relevância de suportes institucionais, espaços de convivência, constitutivos de uma rede de atenção, a exemplos de grupos de reflexão ou mesmo grupos terapêuticos, dentre outros, onde a atividade da escuta de mulheres vivendo esse tipo de situação se dê por profissionais capacitados que possam representar a oportunidade de que a mulher passe a melhor elaborar e [re]significar o tipo de relação em que se encontra.

De acordo com as psicanalistas LIMA e WERLANG (2011), parte da vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica pode estar relacionada a sua história pessoal e, com isso, a consideração dessa história se faz necessária nesse percurso de rompimento com a situação de violência, o que vai ao encontro da ideia apresentada por nossa entrevistada Clarice.

Em sua fala, abaixo apresentada, a entrevistada Fiamiris aponta, igualmente, para a complexidade do fenômeno da violência doméstica e de gênero ao elencar diversos aspectos relacionados ao mesmo, em excertos a seguir:

Então, eu acho assim, eu acho que a questão é, porque tem muitas questões envolvendo, porque às vezes eu acredito que elas tinham a vida às vezes pior, tem esse lado, e tem a questão, que às vezes assim, tem a questão financeira, porque a gente pensa às vezes assim: não, porque não tem! Mas tem sim, tem casos que não, logicamente, tem mulheres que tem autonomia pra sair daquela situação, mas eu acho que de repente, essas pessoas [agressores] também, elas são muito persuasivas assim, elas tem um domínio, eu acho que elas conseguem ter um domínio sobre a pessoa, porque a gente vê as histórias assim, é, aparentemente, não tem razão de ser, de uma mulher que sofre violência e continua naquela vida de violência, não consegue romper com a violência. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Pelo relato acima, podemos observar como Fiamiris relativiza explicações possíveis para mulheres vivendo em situação de violência por considerar que muitas mulheres, mesmo possuindo autonomia financeira, podem enredar-se em dependência afetiva e emocional, uma vez que a questão da violência se dá numa relação afetivo-sexual de gênero, cujas amarras são muitas e os rompimentos exigem trabalho pessoal, assim como

suporte de aparatos sociais de diferentes ordens, conforme bem ilustra a narrativa de nossa entrevistada referida a seguir:

Uma que eu acho que um mecanismo só não consegue fazer a pessoa romper com a violência, eu acho que um mecanismo só não consegue, tipo assim, só uma delegacia da mulher; eu, pra mim não consegue romper com a violência, precisa de mais coisas, além dela ter uma força dentro dela também. Por exemplo, que nem, eu consegui sair da casa dos pais porque desde muito criança eu sempre tive alguma força que era, eu era, mesmo assim sofrendo as coisas, mas eu tinha uma força dentro de mim, eu via que eu tinha, sempre, pela minha história, eu vejo que sempre eu carrego uma força aqui dentro de mim, uma resiliência, de dar a volta por cima, de sacudir a poeira, eu acho que às vezes elas não têm isso, essa coisa, e também tem assim, o medo da solidão, às vezes a gente pode não ter essa questão da solidão tão forte com a gente, mas têm pessoas que tem, eu acho que cada caso é um caso, assim, é difícil você conseguir avaliar, mas eu acho que tem casos da questão financeira, eu acho que ta muito forte e presente ainda, né, porque não tem renda, a mulher é muito pobre ainda na sociedade, né, logicamente a gente sabe que a violência não ta só presente na periferia, ta presente até nas camadas mais altas, só que não é tão transparente, que às vezes há negociação né, dos carros de luxo, né, essas negociações a gente sabe que existe né, nas camadas mais... (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Podemos observar que Fiamiris, a exemplo de Clarice, a despeito da diferença de nível de escolaridade, apresenta uma narrativa que encerra uma elaboração acerca da questão da violência contra a mulher, sem operar reducionismos, mas, contemplando, em sua reflexividade, a complexidade não só para o entendimento do problema, mas igualmente, para atividades de assistência e de cuidado especial, nas quais as mulheres possam ser ouvidas, entendidas, acolhidas e recebam suporte necessário para a busca de superação da questão por elas mesmas. Nesse sentido, mais uma vez se delinea em mais uma das narrativas de mulheres entrevistadas, a relevância da existência e da implementação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, na qual a mulher receba uma atenção interinstitucional e interdisciplinar. Nessa direção, adquire significado peculiar a seguinte afirmação de Fiamiris: “eu acho que um mecanismo só não consegue, tipo assim, só uma delegacia da mulher; eu, pra mim não consegue romper com a violência, precisa de mais coisas, além dela ter uma força dentro dela também”.

Vale observar que em relação ao que Fiamiris refere como a necessidade da existência de uma “força dentro dela [mulher]” para que a mesma rompa com a situação de violência, o que, em sua narrativa, identifica com a palavra “resiliência” para significar e comparar com a força que

menção carregar dentro de si, tal questão encontra explicação na literatura especializada, a exemplo do trabalho de ALVAREZ e ROSEMBURG (1999, p. 53), com moradores de rua, onde os mesmos definem a resiliência, de acordo com GROTH (1996), como a capacidade de fazer frente às adversidades da vida, superá-las e sair das mesmas fortalecidos ou inclusive transformados.

Ao ser convidada a refletir acerca da situação de mulheres vivenciando violência, nossa entrevistada Vivian constrói uma narrativa que resgata sua própria vivência em relação a uma situação de violência doméstica experienciada por sua mãe, que parece ter acarretado marcas significativas para sua vida atual.

Ah, eu acho isso horrível! Horrível isso, né. Uma pessoa ser... (pausa) Como eu falei pra você, eu fui criada nesse meio né, de violência assim, de acordar, minha mãe toda ensanguentada, pegando a gente de madrugada, saía, de repente você nem entender, tava dormindo, uma criança dormindo e sua mãe: levanta, levanta, vamo pra casa da minha mãe, e nós saía naquela época cheio de mato, então assim, gente é muito terrível isso, tanto pra mãe quanto pros filhos, e eu ainda fico sempre... eu criei uma barreira muito grande devido isso, em relação a homem né... por ser criada assim, eu falei pra minha mãe que eu jamais ia aceitar um homem fazer aquilo que o meu pai fazia com ela, eu coloquei isso na cabeça de pequena, eu jamais vou aceitar um homem fazer isso comigo que eu vejo o pai fazendo com a senhora. E eu detestava o meu pai nesse sentido, o homem-mulher, o homem pra minha mãe, não o meu pai em si. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

De sua vivência, acima relatada, observamos algumas marcas como barreira na relação com homens, rejeição à qualquer situação de violência considerada reiteradamente como horrorosa, negação e rejeição da prática de violência pelo pai.

Tais marcas puderam, ao que parece, passar pelo crivo da reflexão levada a cabo na Casa Viviane, onde foi identificada por nós para ser entrevistada, conforme aponta relato abaixo:

Como falava na Casa Viviane, o conceito que a mulher já é criada, né, é uma realidade mesmo, a mulher é criada pra isso e isso e isso, né? [...] Então já é colocado mesmo na mente né, desde pequena, essa questão né, ela é, ela vai... ela vai fazer isso e isso e isso, depois ela vai casar, vai ter filho e não sei o que, não sei o que, sendo que a pessoa não vai, não tem vontade própria né, isso foi uma coisa que me chamou a atenção né, e eu, não sei te explicar como, eu sempre pensei dessa forma, com os meus pensamentos né, e aí eu percebi que

dentro disso eu sempre lutei pra minha própria vida, mesmo quando criança né, eu não aceitava a situação dos meus pais, então, inconscientemente eu fugia de casa, eu fugi muito de casa, e eu só ia pra casa de pessoas que os pais se davam bem sabe, eu fui entender tudo isso, esse processo, tudo com esse tratamento, porque eu ia pra casa de pessoas que o marido e a mulher se davam bem, eu gostava de ficar lá, sabe, eu agitava, todo mundo gostava de mim, eu sempre fui uma pessoa assim, de me encaixar logo nos lugar né, mas eu não entendia porque que eu fazia aquilo, né. [...] Nunca entendi. Mas já era uma fuga da situação, do meu convívio, já era eu dando um grito: Não quero isso pra mim, não é isso que eu quero. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Na narrativa acima, Vivian apresenta um discurso fruto, ao que parece, de sua participação em grupos de reflexão acerca do problema de violência contra mulher, o que lhe possibilitou refletir acerca do lugar da mulher na sociedade em função do tipo de educação a que é submetida notadamente em relação ao seu papel como esposa e mãe. Assim, essa nossa entrevistada aponta para sua não-aceitação de uma situação de violência que atribui à mulher encontrar-se enredada nas tramas da cultura e da sociedade que a descaracterizaria como sujeito de direitos, porque, nessa trama, a mulher “não tem vontade própria”, segundo expressão de Vivian.

Essa ideia da descaracterização da mulher como sujeito vai ao encontro da anteriormente mencionada ideia de Marilena Chauí, incluída nos primeiros trabalhos acerca da violência contra a mulher no Brasil (IZUMINO e SANTOS, 2005). Tal ideia colabora com a compreensão do fenômeno, mas acaba por encerrar a mulher em sua determinada condição social e proporciona à mesma poucas possibilidades de articulação, uma vez que não é um sujeito com direito de participação.

A despeito dessa concepção, ao afirmar que não aceitava a situação dos pais e buscava fugir da mesma, indo “para casa de pessoas que os pais se davam bem”, nossa entrevistada aponta para o inconformismo frente à situação de violência como estratégia de defesa e busca da própria autonomia, como caminho possível para o rompimento da ideia do determinismo ou de predestinação social da mulher à condição de não autonomia e resignação à subalternidade, em termos de relação de gênero.

A não conformidade aos padrões estabelecidos, nesse caso, configura-se como uma alternativa para que mulheres possam se ver livres do enredamento

em situações de violência causado por viverem em sociedades onde ainda predominam culturas opressoras e violentadoras de mulheres, que reservam às mesmas o papel de submissão frente ao homem.

4.4.4. A mulher na busca por igualdade e equidade de gênero

No relato de Débora, a seguir, temos explicitadas, de maneira sintética, concepções fundamentais que passaram a nortear políticas de enfrentamento para a situação de violência contra as mulheres, ganhando expressão internacional e nacional, em nível das políticas públicas:

Acho que ninguém tem direito de humilhar uma pessoa, de bater, tanto o homem como a mulher, nenhum dos dois tem direito de agredir um ao outro. Acho que tem que os dois se respeitar. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

As duas concepções que podem ser identificadas, no discurso acima de Débora, como de relevância no tratamento da questão da violência contra a mulher referem-se às questões da igualdade e da equidade de gênero, que passaram a nortear o movimento feminista na busca dos direitos humanos das mulheres, diante da histórica condição de subalternidade a que foram colocadas em diferentes países, de diferentes características sócio-culturais e religiosas, e mesmo de desenvolvimento.

Conforme observado em nível da introdução do presente trabalho, tais direitos foram objeto de discussão em várias reuniões internacionais, ganhando expressão principalmente a partir das reuniões de Cairo e de Beijing, onde tais direitos foram consagrados e reconhecidos como compromisso entre nações (ARILHA e BERQUÓ, 2009).

Em relação a Hilda, outra entrevistada, seu relato, a seguir, aponta para o que considera a necessária auto-valorização da mulher e para a aquisição ou conquista de autonomia frente ao homem, vivendo ou não uma relação conjugal:

Eu acho que as mulheres, elas têm que primeiro ter amor próprio e sem homem, sem parceiro, também, a gente vive. Porque a maioria dos relacionamento das mulheres que sofrem violência, elas têm essa companhia mais praticamente só pra viver uma vida íntima. Porque, assim, a maioria das mulheres que eu conheço, que eu tive a oportunidade de conversar, são pessoas que são independentes, trabalha, dá conta de arcar com a despesa de casa e os maridos, eles trabalham mais só pra beber, usar drogas e agredir, até chegar o ponto de matar as companheiras. Eu acho que tem que ter coragem e atitude. Não é pra qualquer uma não. Porque pra mim chegar a esse ponto de atitude, eu tive que quase morrer três vezes. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

O discurso de Hilda sugere a relevância não somente da busca da emancipação financeira da mulher, mas, igualmente, emocional, afetiva e social que considera necessárias para que mulheres possam, de fato, romper com a violência a que são submetidas, muitas vezes, para a manutenção de um relacionamento carente de sentido, que permanece de maneira inconsciente e não reflexiva.

Seu discurso encerra, portanto, a ideia de que a mulher deve buscar a sua autonomia, afirmação e identidade frente a uma situação de desigualdade e iniquidade de gênero como via necessária à superação de uma situação de violência conjugal ou mudança no tipo de relação vivida. Trata-se, portanto, do que, na perspectiva feminista passou a ser considerado empoderamento da mulher nas relações sociais de gênero.

Dessa forma, podemos considerar que a ausência do empoderamento de mulheres configura-se como uma característica de vulnerabilidade para as mesmas, uma vez que quando não empoderadas permanecem à mercê de relacionamentos viciosos e destrutivos por considerarem existir a “necessidade” de manutenção de tais relacionamentos e a não aceitação da possibilidade de viverem independentes da presença de um companheiro.

No caso das mulheres entrevistadas, pudemos identificar a vitimização da mulher em situação de violência, o silenciamento dessa situação de violência vivida relacionado à subalternidade na relação conjugal e de gênero, o enredamento da mulher nas tramas de determinadas culturas e sociedades e consequente naturalização da violência, a história de vida dessas mulheres, a crença no determinismo social e o conformismo com sua condição social presente, além da dependência emocional ou co-dependência como condições de vulnerabilidade, na medida em que consideramos que tais condições

apresentam participação significativa na configuração do fenômeno da violência contra a mulher.

4.5. ROTA CRÍTICA NA BUSCA POR APOIO, ORIENTAÇÃO E JUSTIÇA

4.5.1. Sobre a concepção de “Rota Crítica”

Em dissertação intitulada “Rota Crítica: os (des)caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda”, realizado com mulheres da cidade de São Paulo, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da SILVA (2008) afirma que o termo “Rota Crítica” foi empregado em estudo realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) sobre o percurso institucional realizado por mulheres que passaram por violência intra-familiar e possibilita apontar como, no caso da violência doméstica, delineia-se uma rede de serviços, com diferentes atividades e finalidades, o que remete a complexidade do que significa o acolhimento e a orientação para que mulheres, vivendo em situação de violência, possam romper e/ou solucionar sua condição de opressão.

Tal termo “rota crítica” refere-se, assim, segundo SILVA (2008 p.19), ao conjunto de decisões e ações tomadas por mulheres em situação de violência doméstica quando as mesmas buscam por ajuda para lidar com a situação vivenciada. Tal denominação parece ganhar pertinência tendo em vista que a mulher, nessas condições, encontra-se em situação realmente “crítica”, uma vez que existe, ainda, preconceito em relação à esse tipo de situação vivida, na qual sentimentos como culpa podem predominar, imobilizando-as para o enfrentamento da mesma, imobilidade essa que também poderá ser estimulada por outras pessoas pelo consagrado costume de culpabilizar a mulher pela violência vivida e apontar tal vivência da violência como uma opção dessa mulher. Por outro lado, há o próprio despreparo de profissionais envolvidos na

rede de serviços, tendo em vista a multiplicidade de demandas que tal situação encerra e a importância do adequado acolhimento a tais procuras.

Em trabalho similar, realizado por MENEQUEL et al. (2011, p. 746), na cidade de Porto Alegre, podemos observar que, ao se considerar a questão da rota crítica, o início da mesma parece significar um momento crucial na vida da mulher, pois, caracterizaria o momento em que a mesma “se dá conta de que está sofrendo violência”. Entendem essas autoras que a rota percorrida por tais mulheres em situação de violência inicia, portanto, “com a decisão de romper o silêncio e denunciar”. Podemos entender, assim, que se trata de um momento em que tais mulheres buscariam romper, de diferentes maneiras, numa busca de autonomia como sujeito de direitos, com o que consideramos a ideia corrente de naturalização da violência nas relações conjugais e intra-familiares.

4.5.2. Sobre a rota crítica percorrida pelas mulheres entrevistadas

A quase totalidade de nossas entrevistadas relata ter procurado por delegacias de polícia judiciária quando de sua decisão por buscar ajuda para enfrentar a situação de violência que vivenciavam. Os Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) também foram mencionados, como parte dessa rota, além de alguns setores relacionados aos cuidados em saúde e assistência social.

4.5.2.1. Delegacias de Polícia como ponto de partida para a rota crítica

O registro da violência contra a mulher numa delegacia de polícia representa, muitas vezes, a publicização de uma situação que vem ocorrendo em âmbito privado há longa data (MENEQUEL et al., 2011), o que ressalta a importância de um bom atendimento à mesma nessa situação. Isto porque, a demanda de algumas mulheres por delegacias da mulher pode representar decisão bastante crítica e difícil para as mesmas, tendo em vista a possibilidade do rompimento com uma relação conjugal e afetiva que, muitas

vezes, envolve questões relacionadas a problemas morais, sociais, religiosos, de gênero, assim como a determinados preconceitos.

Algumas de nossas entrevistadas apontaram, como primeiro local procurado em sua rota crítica na busca por ajuda, apoio e orientação, a delegacia de polícia para registro do ocorrido.

Ângela, uma de nossas entrevistadas, narra abaixo esse momento de sua trajetória:

Foi na mesma hora [da ocorrência da violência]. Eu saí daqui e, olha pra você ver as coisas, saí daqui [residência da entrevistada] na mesma hora com a minha filha e com minha netinha e fui pra delegacia. Quando eu cheguei lá, era umas nove horas, mais ou menos. A delegacia tava fechada e o rapaz virou pra mim e falou assim: "Olha, a senhora pode fazer... A senhora pode fazer a sua ocorrência, aqui, na delegacia eletrônica." E virei pra ele e falei assim: "Sério?" Ele: "É." Falei: "Nossa... Agora, olha pra mim, você acha que eu tenho estrutura depois de ter sido ameaçada com uma faca. Acha que eu tenho estrutura de sentar na minha casa, no meu computador, com o homem do meu lado, transitando pra lá e pra cá e fazer um boletim de ocorrência de violência?" Falei: "Eu não tenho nem psicológico, moço." Ele: "Ah, então, se a senhora não quiser fazer, a senhora vai lá no Jacuí, na Delegacia da Mulher. Essa hora é capaz da senhora ser atendida." Aí, eu fui porque uma pessoa apareceu na delegacia, também, querendo fazer um boletim e a mulher tava de carro na hora e a mulher me ofereceu carona e eu fui. Quando eu cheguei lá, tinha muita gente. Tinha mais de vinte pessoas esperando pra ser atendida. Não tava tendo atendimento e aí que aconteceu? A Delegacia da Mulher tava fechada. Eu voltei pra minha casa. Aí só depois que eu fui aqui no centro de Itaquera na Delegacia da Mulher. No outro dia. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Nossa entrevistada menciona, em sua narrativa acima, a dificuldade que teve em registrar a ameaça de morte que viveu, pois, a Delegacia da Mulher só funciona em horário comercial. Tal narrativa remete a obstáculo comum na vida de muitas mulheres em situação semelhante, na qual, além do constrangimento de terem vivido violência, têm seu atendimento negado, num primeiro momento, pela instituição responsável pela segurança das mesmas. Mas não só, pois, se observarmos as informações que teria recebido, ao que parece, de um funcionário, encontram-se confusas e mesmo incompletas e inadequadas, na medida em que a mesma teria que percorrer um itinerário crítico, que representaria uma verdadeira peregrinação por delegacias, ou realizar o registro em sua própria residência, local onde o próprio agressor se encontraria.

Depois de registrar a ocorrência, Ângela teria procurado a Casa Viviane, onde obteve novas orientações, inclusive acerca do trabalho realizado pela polícia, conforme relato a seguir:

Então, eu tenho conversado muito com a Milena que é assistente social. Ela fez uma carta pra mim, pra mim levar na Delegacia da Mulher. Me instruiu de como eu deveria fazer, sabe? Foi muito bom. Eu levei e eles refizeram meu boletim de ocorrência, porque até então eles tinham feito uma porcaria de boletim. Eles refizeram por conta da carta que ela mandou, do direcionamento. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Podemos observar, pelo relato acima, que nossa entrevistada, além de não ter sido atendida no momento da ocorrência da agressão, teve, no dia seguinte, tal ocorrência registrada de maneira inadequada, necessitando de uma revisão ou adendo à redação do registro original da ocorrência, elaborado por funcionário da delegacia.

Ângela enfrentou, ainda, dificuldades em acrescentar as informações necessárias a seu registro da ocorrência, conforme seu relato abaixo:

A Delegacia da Mulher tá muito omissa. Porque o boletim de ocorrência que eles fizeram pra mim foi ridículo, entendeu? Nada do que eu falei eles colocaram. [...] Eu falei uma coisa e elas colocaram outra. E quando a Milena [da Casa Viviane] pegou o meu boletim de ocorrência, que ela olhou, ela falou: "Vai ter que refazer isso." Ela colocou todos os pontos, pontuou tudo aquilo que eles não colocaram. Aí, quando eu retornei, que eu entreguei o papel na mão dela e falei: "Olha, vocês vão precisar fazer um novo boletim, porque esse aqui não tá correto, tá faltando muita coisa." Entendeu? Não falei não tá correto. Mas disse assim: "Tá faltando algumas coisas que eu mencionei que não foi colocado." Aí, elas: "Ai, mas violência engloba tudo. Ameaça engloba tudo isso." Falei: "Mas eu gostaria que especificasse." "Não precisa, o juiz entende." Falei: "O juiz entende, mas eu gostaria que vocês fizessem um adendo aí e colocasse o restante das coisas." Aí, foi que eles fizeram pra mim, entendeu? (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Pela narrativa de Ângela, podemos observar que o atendimento oferecido pelas delegacias de polícia parece nem sempre ir ao encontro das necessidades das mulheres em situação de violência por existir, com base em sua fala, resistência por parte de alguns profissionais policiais em atender satisfatoriamente mulheres em tal situação. Ângela obteve, posteriormente, durante seu percurso por essa rota crítica, a intervenção da medida protetiva para afastar seu ex-marido da residência onde os dois moravam juntos, apesar de já estarem separados, como mencionado em item anterior.

Outra de nossas entrevistadas, que procurou por delegacia, mas não foi atendida no primeiro momento foi Débora, conforme relato a seguir:

Foi assim: em 2012 ele foi embora de casa né. Aí eu fiquei sem saber pra onde ir, comecei a procurar Delegacia da Mulher e não achava. Fui lá em Itaquera, não consegui fazer o Boletim de Ocorrências. O rapaz falou: Não, você tem que ter marca, só que ele não deixava marca. Dava soco e tudo e não deixava marca. Então, o rapaz falou: A senhora não pode fazer o B. O. eu fiquei andando, andando. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato de Débora, podemos considerar que nossa entrevistada teria tido, ao que parece, seu atendimento negligenciado por funcionário da delegacia em questão, uma vez que o mesmo teria mencionado a Débora a necessidade da presença de “marcas” físicas para a elaboração do registro digital da ocorrência.

Em outra ocasião, no entanto, nossa entrevistada conseguiu registrar a ocorrência e, posteriormente, obter medida protetiva com intenção de manter o ex-companheiro distante da mesma.

Em janeiro eu retornei à delegacia, né, deste ano [2015], aí eu consegui fazer o boletim e a minha vizinha falou: Vai lá na Casa Viviane que lá você vai ter ajuda e tal, daí eu vim. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Observamos, assim, que o referido atendimento de Débora acabou por ser adequadamente realizado devido a persistência da mesma em retornar à delegacia, fato que pode não acontecer com todas as mulheres, pois, muitas acabam desistindo de serem ouvidas após um atendimento inicial negligente ou preconceituoso.

Nossa entrevistada Hilda também prestou queixa na delegacia como ponto inicial de sua rota crítica. Nesse caso, a queixa foi efetuada pela entrevistada dias antes da concretização da violência patrimonial vivenciada pela mesma. No relato a seguir, Hilda apresenta sua demanda à delegacia, nos seguintes termos:

Eu já tinha ido fazer um boletim de ocorrência antes, só que o... É difícil, também. Tem esse lado também, a mulher, quando ela sofre violência, que ela vai na delegacia pra fazer um boletim de ocorrência, se tiver com o olho inchado ou com a cara estourada, machucada, sangrando, alguém dá uma atenção. Mas se for uma simples ameaça, eles não dão muito ouvido, não. Eles pergunta se tem certeza do que você quer fazer e dá uma pressão psicológica em você ali que você acaba desistindo. Mas nesse dia eu tava determinada. Eu não desisti. Eu peguei as mensagens, o meu filho tinha apagado as mensagens, mas eu marquei as datas. Meu filho ficou muito nervoso, revoltado. E eu tinha marcado, mas eu marquei o horário. Se precisasse, eles puxar lá com a operadora pra conseguir. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Pelo relato de Hilda, podemos observar, mais uma vez, que o registro da ocorrência da violência se dá, muitas vezes, por insistência e perseverança das mulheres. No caso específico dessa nossa entrevistada, no entanto, três dias após o registro da ameaça por ela, seu ex-marido incendiou a casa da mesma, ocasião em que nossa entrevistada retornou à delegacia e afirma ter sido atendida de maneira não acolhedora por um delegado, conforme relato a seguir:

[...] eu fiz o boletim de ocorrência na segunda-feira e na quarta-feira ele fez. Ele botou fogo na casa. Só que chegando na delegacia, assim, sem condições nenhuma de falar praticamente, sozinha, eu e Deus, sem ninguém da minha família do meu lado, só a inquilina que ia alugar a casa, o delegado ainda põe você no canto da parede, ainda. Assim, é uma... É humilhante. É por isso que muitas pessoas desistem e não tem coragem de fazer. Eu não sei se é a maneira deles trabalhar é aquela. Mas, assim, a pessoa sofreu violência, foi lesada, você tá ali com seus nervo, você tá ali, mas você não tá. E o delegado me receber da maneira que... "Como é que você sabe que foi ele que pôs fogo na casa? Você não tava lá." Começou a falar alto comigo, gritar. E eu, simplesmente, peguei o boletim de ocorrência que eu tinha feito na segunda-feira e coloquei na mão dele. Aí eu falei: "Vê se o senhor consegue entender alguma coisa." Aí, a policial que me acompanhava falava "Ela não tá em condições de falar. Ela não tá em condições de falar. Tem que levar ela pro hospital. Ela não tá em condições de falar." (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Hilda é mais uma de nossas entrevistadas a referir queixa em relação ao tratamento recebido por funcionários de delegacias, o que nos leva a considerar que essa é uma questão relevante a ser trabalhada por alguns profissionais policiais que, ao que parece, tendem a considerar as queixas de mulheres em situação de violência menos dignas de atenção, ou seja, como questões a serem resolvidas em âmbito privado.

Por outro lado, duas outras de nossas entrevistadas, Neide e Ana Cristina, não relatam tais queixas em relação ao atendimento recebido nas delegacias, conforme relatos a seguir.

No relato a seguir, a narrativa de Neide:

Aí eu fui direto [para delegacia]. Falaram "-Vai na delegacia denunciar." Eu fui. Fui denunciar ele [marido] na delegacia. Fui falar que eu tinha..., que eu tava sofrendo muito. Eu não conseguia nem falar quando eu cheguei lá. Ele tentou me agredir várias vezes. Aí, eu peguei e fui lá na delegacia. Ela [funcionária da delegacia] fez um BO, tudo. Falou "Se ele bater na senhora, cê volta aqui que a gente chama ele aqui. A gente vai buscar ele. Porque não pode agredir pessoas assim. É perigoso até matar, a gente em casa." Aí, eles já me deram o endereço de vários lugares, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No relato acima, podemos observar, que diferentemente de outras entrevistadas, Neide revela não somente um bom atendimento, mas um acolhimento recebido por parte da delegacia, recebendo orientações de relevância em relação a sua situação de vulnerabilidade à ocorrência de novas agressões por parte do companheiro.

Vale observar, em relato abaixo, que o referido acolhimento pode ser exemplificado pelo tipo de encaminhamento recebido pela mesma:

Então, eles deram esse lugar e a primeira vez eu tive foi lá no XV³, sabe? No XV, que tem advogado, tinha um monte de coisa, né? Aí, depois, dali, eles iam ficar um tempo acho que sem tratamento, aí eles mandaram pra lá [Casa Viviane]. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Importante destacar o fato de a delegacia ter encaminhado para centros de convivência, que apresentam um tipo de trabalho específico de apoio à mulher, de acordo com os diferentes tipos de problemas ou necessidades que a mesma apresente, apontando, assim, para o reconhecimento da importância de se considerar o atendimento à mulher em situação de violência a partir de um trabalho interinstitucional e interdisciplinar.

³ A entrevistada parece referir-se ao bairro vizinho, XV de Novembro, onde também existe Centro de Convivência para Mulheres, a exemplo da Casa Viviane.

Consideramos importante destacar tal tipo de procedimento da esfera policial, uma vez que, nessa perspectiva, a delegacia poderia ser considerada como uma porta de entrada importante para a rede de atenção que contempla a complexidade do atendimento à mulher em situação de violência.

Em relação à Ana Cristina, podemos observar que em seu relato abaixo refere dois tipos de demandas à delegacias, o segundo deles sob a orientação da Casa Viviane.

*Em 2009, eu tinha feito um boletim de ocorrência, mas eu não representei contra ele na época. Foi o primeiro. Aí, eu fiz boletim, tudo. [...] Aí eu vim aqui [Casa Viviane], pedi orientação e falou: "Não, você vai na Delegacia da Mulher e faz um boletim de injúria e difamação." Aí, foi o que eu fiz. [...] E funcionou, porque foi na casa dele, levou a intimação pra ele. Ele mentiu. Ele tava em casa, fez a mãe dele falar que não estava. (**Ana Cristina**, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).*

Pelo relato acima podemos observar a referência a um boletim de ocorrência onde nossa entrevistada não procedeu a devida representação, necessária para a continuidade do processo nos casos de ação penal condicionada a representação.

Em relação a segunda denúncia, afirma ter procurado a Casa Viviane em busca de orientação, o que parece apontar para a necessidade que muitas mulheres possuem de um melhor acolhimento que muitas vezes podem não receber quando recorrem diretamente à delegacia, a exemplo do observado nos relatos de algumas de nossas entrevistadas antes mencionados.

Podemos observar como a vulnerabilidade de nossa entrevistada revela-se nos desdobramentos que sua demanda à justiça precisou ter, quando menciona o boletim de injúria realizado quer no relato acima, assim como em relato abaixo:

*[...] porque eu tive que fazer um boletim de injúria, porque tava postando nas redes sociais coisas que não são verdadeiras. Pedi aquela proteção preventiva de ficar cem metros. (**Ana Cristina**, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).*

Vale mencionar que a questão dos desdobramentos da situação de violência vivenciada por nossa entrevistada refere-se a diferentes modalidades de violências contempladas pela Lei Maria da Penha, ou seja, violências de natureza física, psicológica e moral, além da peculiaridade da prática da violência por meio da internet, pelas chamadas redes sociais, o que vem sendo objeto de projetos de lei que buscam relacionar tal especificidade de prática de violência contra mulheres com as previstas pela Lei Maria da Penha, conforme apontam ELIAS e MACHADO (2015).

Duas últimas entrevistadas, que também iniciaram em delegacias sua rota crítica, a partir da denúncia de agressão por parceiro íntimo, apresentam como peculiaridade o fato de, nesse último tipo de ocorrência, terem optado pela retratação, quando da primeira instância do judiciário, onde normalmente é proposta a mediação.

Em relato abaixo, nossa entrevistada Naná tece sua narrativa quando da procura por uma delegacia de polícia:

Eu, antes, antes só fui uma vez que teve uma briga em casa mesmo. Aí, ele quebrou meu dedo. Aí eu fiz um, um boletim de ocorrência. Eles me atendeu muito bem, né? Que eu fiz o boletim de ocorrência, tudo. Aí, depois eu dei, eles chamaram pra mim fazer, dar continuidade no processo. [...] Aí, eu dei baixa no processo. Eu não dei continuidade. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

No relato de Naná, a mesma diz ter sido bem atendida na delegacia, ter feito o boletim de ocorrências, mas ter preferido não dar continuidade ao processo, apesar de, na agressão física sofrida, ter seu dedo quebrado.

Naná, contudo, ainda que não tenha dado prosseguimento ao processo criminal contra seu esposo, buscou divorciar-se, como consta de seu relato abaixo, mencionando inclusive os motivos pelo qual não teria dado continuidade ao mencionado processo:

Daí pra cá, foi tudo bom. Ele não ficou mais agressivo, nem nada. Aí eu tirei, eu dei baixa no processo e continuei aqui [Casa Viviane]. E aqui, aí mexi com a papelada. Divorciei. Depois do divórcio, aí ele saiu de casa, também. Aí foi pra outra casa. E aí pra mim, foi tudo em paz. Graças a Deus, não teve problema mais. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Pelo relato acima, Naná justifica sua não continuidade ao processo tendo em vista que a partir da denúncia houve uma mudança no comportamento do marido, que não apresentou nenhum novo episódio de agressão contra ela. Contudo, a despeito dessa mudança de comportamento, a mesma decidiu divorciar-se e, para tanto, buscou orientação na Casa Viviane.

Ainda que Naná tenha se divorciado e não esteja incluída nessa categoria, sua atitude permite ilustrar o comportamento de muitas mulheres que, principalmente antes da promulgação da Lei Maria da Penha, buscavam por delegacias de polícia como estratégia para, pela judicialização das relações conjugais (DEBERT e GREGORI, 2008), intimidarem os respectivos parceiros. Assim, ao observarem a diminuição da agressividade dos companheiros, acabavam por retirar a queixa, não possibilitando, dessa forma, que a justiça fosse feita. Diante disso, voltavam, muitas vezes, a se envolverem em novos episódios de violência com o companheiro, no recorrente ciclo de violência com o mesmo companheiro agressor (GREGORI, 1989).

Outra de nossas entrevistadas que, após ter dado entrada no processo pela delegacia preferiu não dar continuidade ao mesmo contra o companheiro, foi Vivian, conforme seu relato a seguir:

[...] teve duas vezes assim mesmo uma agressão física né, uma foi em São Bernardo, que ele me deu um soco no olho, né, e... e eu fiz o procedimento né, chegou até ele ser chamado, o juiz mesmo, a questão de processo, só que eu nunca levei adiante, né, lá em São Bernardo, eu conversei com eles, expliquei a situação, né, e... eles entenderam bem a situação dele mesmo né, que eu queria não, não via a necessidade dele pa, dele responder um processo. Eu falei pra eles se não tinha como eles ajudarem ele, em vez dum processo, ele fazer um tratamento [...] e depois um... promotor, não sei quem é que tava na sala, chamou ele, foi lá dentro, conversou com ele em particular, daí ele aceitou, em vez de eu abrir processo, dar continuação no processo, ele fazer um tratamento, do qual ele escolher, podia escolher o local, pra ele fazer esse tratamento, aí ele escolheu tudo, mas ele não foi, né, e... (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

No relato acima, nossa entrevistada Vivian parece ter considerado a violência como questão relacionada exclusivamente ao alcoolismo do marido. Decorre, daí, ao que parece, sua decisão em solicitar ao juiz uma pena alternativa, evitando a continuidade do processo, pedido que foi atendido.

No entanto, no relato abaixo dessa nossa entrevistada, podemos observar que a mesma, ao buscar melhor recobrar suas lembranças, menciona que teria utilizado novamente a mesma estratégia de busca de mediação de seu relacionamento, pela via da judicialização das relações conjugais.

Deixa eu tentar lembra isso aí bem direito, porque houve, houve aqui até um... (pausa) houve, aqui também houve uma agressão, da qual eu... já tava na Casa Viviane, aí aqui houve uns procedimentos, encaminhamento pra ir pra Delegacia da Mulher, houve a abertura do processo e tudo né, dele até se afasta, daqui de dentro, porque nós já távamos separado, ficamos 6 meses separado aqui, ele não saía, e eu realmente naquela fase eu tava querendo mesmo acaba com aquela situação, sabe, eu falei não, não. Sabe, eu queria manter meu casamento com ele, porque eu, eu sempre gostei muito dele, mas eu falava assim, mas não é isso que eu quero, não, não tá dentro do que eu to querendo, essas briga, essa discussão, esses conflito, né, e aí assim, eu me lembrava muito dessa questão, que eu coloquei pra minha mãe (ri), de sempre colocar em primeiro lugar a minha razão, né, e aí eu decidi, nós ficamos 6 meses aqui dentro, já separados mesmo, e ele tentando, tentando e eu não, não, não, não, não e tava firme, levei isso a firme mesmo, aí a Casa [Viviane] fez todos procedimento tal né, aí... chegou até ir pra processo, né, só que depois foi dado baixa, porque... aí ele parou, quando ele viu que realmente eu estava decidida. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Vale observar que nesse novo episódio de agressão pelo marido, Vivian demonstra uma postura afirmativa frente ao mesmo, no sentido de romper com qualquer tipo de situação que a tornasse vulnerável a novas práticas de violência.

Assim, diante da prática desse segundo episódio de violência, por parte do marido, Vivian explicita melhor essa sua estratégia de valer-se, mais uma vez, da judicialização das relações conjugais para impedir a agressão praticada pelo mesmo.

Se você por a mão em mim, mesmo eu reagindo, eu ainda chamo a polícia pra você mesmo, tá. Eu ainda não levei um processo ao fim, porque realmente eu não quero te prejudicar porque isso prejudica o que, no trabalho né, então tem coisas, aí é um ponto que às vezes as outras mulher fala: Ah vai lá e depois tira, mas tem coisa que a gente tem que ser sensata. Hoje, hoje em dia, se eu tivesse feito isso, eu teria prejudicado ele e a mim, recentemente ele ficou desempregado, e ele foi fazer um emprego aí puxou, e ele tinha um processo devido ele ter batido num carro, e isso prejudicou ele de arrumar um emprego, e se ele tivesse de violência doméstica, e hoje em dia a situação nossa resolvida, né, então é por isso que eu falo, é de cada caso pra cada caso, isso é muito pessoal mesmo, a pessoa toma uma decisão de fica, de sai, né, porque não é todo mundo igual pra... a situação em si, é a mesma, os danos, também, agora, o resolve ela, é pessoal de cada um, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Consideramos, pelo relato acima, que Vivian utilizou, de maneira estratégica, do que consideramos a judicialização da esfera privada da família como forma de enfrentamento e prevenção à violência do marido, ao mesmo tempo em que procurou, e teria conseguido, segundo esse mesmo relato, romper com a situação de violência a que estava exposta e, vale dizer, pôde manter seu casamento, como desejava. Interessante verificar que, nesse processo, podemos observar o que consideramos uma estratégia de negociação com o parceiro, embora pela intimidação do mesmo, ao lembrá-lo, nas ocasiões de conflito, do risco de responder a um processo que corria.

Vale destacar a importância de se considerar as necessidades específicas de cada mulher, pois, estas, muitas vezes, não requerem tão somente a punição ou afastamento do companheiro, mas uma mediação de sua relação onde esteja ocorrendo, talvez temporariamente, o desrespeito a alguns de seus direitos.

NOBRE e BARREIRA (2008) apresentaram um estudo acerca de prática desenvolvida por uma DEAM de Aracaju – Sergipe, onde foi implantada, por dois anos, uma experiência de mediação de conflitos, o que levou à reflexão acerca das funções da polícia, destacando sua função social em detrimento das funções repressiva e punitiva, especialmente em relação à violência de gênero. A mediação, contudo, não deve ser confundida com a conciliação, uma vez que na mediação não há interferência na decisão nem induzimento ao acordo, o mediador, assim, “apenas facilita a comunicação entre as partes, permitindo que decidam livremente”. A intenção é que o mediador possa analisar a situação de conflito com certa profundidade que permita sua ressignificação, assim como a identificação de diferentes maneiras de convivência e de prevenção de novos conflitos (NOBRE e BARREIRA, 2008).

A necessidade de se considerar uma perspectiva que contemple não somente a lógica da punição, mas que possibilite outras atividades interinstitucionais, inscritas numa rede de atendimento e capazes de representar diferentes formas de atuações, complementares e inovadoras em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher foi também apontada por MISTURA (2015) que, em seu estudo com homens denunciados por

violência contra mulheres participantes de grupos reflexivos, pôde constatar a possibilidade de mudança desses homens a partir da oportunidade apresentada aos mesmos de refletir acerca de sua própria masculinidade, passando alguns destes a considerá-la, com tal experiência, a partir de um novo prisma, como parece apontar o discurso de um entrevistado de MISTURA (2015) que apresentamos abaixo:

Ah, a mensagem que acho que posso deixar, acho que o homem antes de agredir, ele pense um pouco. Porque imagine o que é uma mulher ser agredida, a humilhação que ela passa, né? Porque será que ele agrediu, para se impor machismo, é importante pra ele? Será que não é um motivo, também, de fraqueza dele? Porque o homem pra ser forte não precisa agredir. Então ele tá usando a força física pra se impor perante a mulher. Eu acho que eu posso passar por isso outra vez, mas vai ser difícil. Eu não quero mais passar por isso, não. (João, 32 anos, zelador, ensino médio completo, divorciado, em união estável, três filhos)

No caso de outra entrevistada, Clara dos Anjos, relata ter sido mal atendida ao procurar a delegacia e, por conta disso, teria decidido não realizar o boletim de ocorrências:

...Porque quando a gente vai procurar uma delegacia igual eu fui, elas falam, são muito estúpidos. Tanto que quando eu cheguei na DDM uma delegada falou pra mim que eu ia fazer o BO durante o dia e à noite eu ia abrir as pernas. Então fica assim, muito difícil. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

No relato acima de Clara, podemos observar que, por vezes, o atendimento à mulheres, em delegacias da própria mulher, pode configurar-se, pelo modo agressivo de atendimento, em uma nova forma de agressão que mulheres em situação de violência poderiam, ao que parece, ser expostas, com implicações para suas tentativas de romper com a violência por parte de parceiros agressores.

Fica, assim, evidenciado como o despreparo de alguns profissionais policiais pode dificultar e limitar a própria implementação da Lei Maria da

Penha, tendo em vista todas as nuances e complexidade que fazem parte da situação específica de uma mulher ao vivenciar um contexto familiar de violência por parceiro íntimo, por outro lado, como a questão da defesa dos direitos da mulher vivendo situações de violência não pode prescindir de uma rede de assistência na qual, ao lado das delegacias da mulher, outras instituições operem num trabalho conjunto de natureza interinstitucional e interdisciplinar.

Exemplifica as implicações de um atendimento inadequado o caso de Clara dos Anjos, que teria ficado em casa após esse episódio mais intenso de violência, seguido por crise de depressão que viveu até ser visitada por assistente social da ONG Rede Criança, que teria encaminhado a mesma para a Casa Viviane, de acordo com sua fala a seguir:

Primeiro eu ia no Rede Criança né, que a assistente social de cada 15 dias ela vai na casa da gente, até mesmo pra ver se está precisando de alguma coisa financeira, ou alguma coisa de médico, né. Aí ela me viu da maneira que eu tava e me trouxe pra Casa [Viviane]. Foi através da Rede Criança que eles me trouxeram pra aqui. (pág. 18) (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Na interpretação do tipo de encaminhamento de que Clara dos Anjos foi objeto, vale retomar, em termos comparativos, o que pudemos observar em relação ao tipo de experiência de encaminhamento dado a nossa entrevistada Neide. Isto porque, se no caso de Neide, a própria delegacia, com um tipo de atendimento acolhedor, encaminhou essa nossa entrevistada para centros de defesa e de convivência da mulher ao identificar suas múltiplas necessidades diante do caso de violência vivido, no caso de Clara dos Anjos, podemos observar o oposto, uma vez que ao não ser devidamente atendida na delegacia, foi uma ONG dedicada a assistência às crianças, com visitas familiares, que pode suprir a falta de orientação necessária por parte de tal delegacia, quando se considera que a própria Lei Maria da Penha prevê a importância de ser contemplada uma rede de assistência, dada a complexidade, já mencionada, do atendimento à mulher em situação de violência.

A primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi criada 1985, em São Paulo. Em 1992, o país possuía 125 Delegacias da Mulher e em 2012 foram contadas 443 (CAMPOS, 2015). Esse aumento significativo no número de delegacias deu-se, segundo CAMPOS (2015), por reivindicações do Movimento de Mulheres, assim como por esforços da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). Esse crescimento do número de delegacias, comparativamente a outros serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, evidencia também, ainda de acordo com a mesma autora, que as políticas para mulheres ficaram concentradas na esfera policial, caracterizando a aposta do movimento feminista nas instituições jurídicas como maneira de controlar a violência contra a mulher, como foi apontado por DEBERT e GREGORI (2008). Tal aposta se deu, de acordo com CAMPOS (2015, p. 524-525), por conta da “constatação de que as mortes de mulheres ficavam impunes”, mesmo já na década de 1980, pela considerada “visão privatista/familista” do direito que acatava o argumento da “legítima defesa da honra”, absolvendo, assim, muitos assassinos de mulheres.

A despeito do crescimento das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), com exceção da Delegacia da Mulher do Distrito Federal, as demais delegacias do país encontram-se sucateadas, conforme observou CAMPOS (2015) ao analisar a CPMI da Violência Contra a Mulher, mencionando que tal situação não é privilégio das DEAMs, estendendo-se a todo o sistema de segurança pública.

Em relação às DEAMs, foi constatado pela autora que a falta de estrutura reflete-se “na ausência de servidores, na estrutura física inadequada, na ausência de plantão 24 horas, nas licenças médicas em excesso, na existência de profissionais desmotivados/as, dentre outros problemas”, além da ausência de campo específico no boletim de ocorrência para crimes relacionados à Lei Maria da Penha, a prática do agendamento da oitiva da mulher e a ausência de um sistema informatizado, principalmente em delegacias do interior de alguns estados (CAMPOS, 2015. p. 525).

OSIS et al. (2013), em estudo denominado “Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual”, onde entrevistaram, por telefone, 419 delegados(as) de todo o país,

observaram que a perspectiva do atendimento em rede parece ainda não ter sido incorporada ao modo de trabalho das DEAMs. Dentre as limitações mencionadas pelos autores encontram-se, também, a falta de estrutura adequada com sala privativa para o atendimento das mulheres que vivenciaram violência sexual e a ausência da prestação de serviços à noite e aos finais de semana, dentre outras.

Em relação ao direito de solicitar a interrupção da gravidez em caso de estupro, todos os delegados(as) entrevistados por OSIS et al. (2013) concordaram e reconheceram tal direito das mulheres, porém, a maioria dos mesmos tendia a não considerar suficiente a declaração das mulheres de que haviam sido estupradas. Considerando que “o estupro ocorrido há mais tempo é um crime quase que impossível de comprovar e que depende fundamentalmente da declaração da vítima”, a necessidade de verificação da veracidade das informações fornecidas pela mulher, ainda que revele coerência com a conduta policial de realizar investigações, pode apontar para marcas, presentes em nossa sociedade, de determinada abordagem de gênero que, frequentemente, questiona ou põe em dúvida a palavra da mulher. Dessa forma, os autores confirmam a necessidade de que as DEAMs recebam treinamento adequado para que estejam alinhadas às políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra mulheres em vigor (OSIS et al. 2013, p.326).

4.5.2.2. Casa Viviane como ponto de partida para a rota crítica

Algumas mulheres entrevistadas buscaram primeiramente a Casa Viviane e, a partir das orientações recebidas, procuraram por outras instituições, quando necessário.

Vale, no entanto, observar, igualmente, como outras de nossas entrevistadas com relatos antes apresentados chegaram à referida Casa, por diferentes meios, quer por iniciativa própria quer encaminhadas por outras instituições, como o setor judiciário, por exemplo, uma vez que apenas uma das mulheres que teria buscado primeiramente pela delegacia de polícia teria

recebido, neste local, orientação e encaminhamento para Centros de Defesa e Convivência da Mulher, o que aponta para a importância de uma maior articulação da rede de atendimento com vistas a uma melhor implementação da Lei Maria da Penha.

Em relação às entrevistadas que buscaram a Casa Viviane como ponto de partida para a rota crítica, temos o caso de nossa entrevistada Clarice que, de acordo com seu relato a seguir, teria procurado primeiramente a Casa Viviane, assim que se deu conta da situação de violência que estava vivenciando:

Não. Foi direto lá. [Casa Viviane] Foi... Eu acho que eu peguei o telefone na internet, se eu não me engano. Eu fui direto lá e aí eles e orientaram o que eu poderia fazer no caso de mais ameaças mesmo. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos)

Conforme podemos observar no relato de Clarice, jovem universitária, diante de uma situação de violência vivida, ao invés de procurar uma delegacia para fazer a denúncia, buscou por uma outra instituição que pudesse oferecer-lhe orientação adequada acerca da situação de conflito conjugal e violência que vinha vivenciando.

Vale observar que não somente no caso de Clarice, mas de outras entrevistadas que chegaram à Casa Viviane, tal tipo de orientação e mesmo apoio psicológico parece apresentar-se de grande importância para mulheres notadamente expostas a agressões de parceiros íntimos, cujos conflitos apresentam-se muitas vezes de maneira naturalizada.

A propósito da questão da naturalização da violência em nossa sociedade, podemos tomar como exemplo característico o caso de nossa entrevistada Fiamiris, uma vez que essa nossa entrevistada possui a peculiaridade de ter sido encaminhada pelo CAPS, onde participava de grupo de apoio à família, em virtude do tratamento de seu filho que era usuário de drogas.

E aí elas me deram o telefone lá na mesa, lá quando a gente tava na reunião, no último dia que eu frequentei um grupo de família, aí a moça pegou e deu o telefone, eu anotei num papel, ela falou: ah tem um outro lugar que vocês podem frequentar, ela não falou diretamente pra mim, ela falou daqui da Casa Viviane. [...] Aí no último dia que eu fui lá no CAPS, pra avisar pra eles [sobre a morte do filho], que se eu ia continuar no grupo de família, porque daí meu filho tinha falecido, aí... [chora] é difícil pra falar do meu filho... é difícil [voz chorosa]. Aí eu fui lá e falei pra elas e aí elas me falaram da Casa. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Com a morte do filho, Fiamiris teria sido direcionada pelo referido CAPS à Casa Viviane, onde identificamos todas as nossas entrevistadas, tendo em vista que a mesma não poderia continuar frequentando o mesmo grupo de apoio.

A peculiaridade que observamos em relação à essa nossa entrevistada foi a oportunidade de apresentarmos seus relatos como exemplo característico de mulheres que vivenciam situação de violência, mas não se dão conta, uma vez que a mesma permanece transvestida de conflitos familiares naturalizados. Isto porque foi no processo de participação de atividades na Casa Viviane que Fiamiris teria se dado conta de que muito do que considerava como normal ou natural, poderia, igualmente, ser interpretado como violências.

Não. Assim, não... Assim tenho uma questão que o Tomé ele é uma pessoa assim muito autoritária, assim. Mas já no tempo... no começo eu não tinha essa questão com ele. Aí depois de uns anos pra cá, por causa da questão do meu filho, teve questão de abuso sexual na infância tal, e por causa disso eu acho que eu fui ficando fragilizada, aí eu comecei a... aí ele [marido] começou a me dominar. Assim, eu não percebia um pouco, eu percebi agora depois que eu vim pra Casa Viviane, porque conforme eu tinha que lidar com a situação do meu filho, (tosse de garganta) meu filho mudou muito o comportamento dele, aí eu tinha que lidar com a infelicidade do meu filho, que era muito forte, assim, eu não conseguia lidar, não conseguia entender, não conseguia perceber que ele [marido] tava tomando conta de mim... (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Diante do conjunto de relatos apresentados nestas considerações acerca da rota crítica percorrida por mulheres vivendo situação de violência, podemos observar que a delegacia de polícia aparece como uma instituição bastante significativa no percurso dessas mulheres por nós entrevistadas, representando, conforme consideramos anteriormente, porta de entrada de uma rede de assistência.

Contudo, importante considerar que embora as delegacias sejam a instituição mais procurada por mulheres em situação de violência, é também a mais criticada, não somente por nossas entrevistadas, mas igualmente por entrevistadas de MENEGUEL et al. (2011), no Rio Grande do Sul. Acerca da questão, as autoras afirmam que:

Historicamente, o setor policial tem sido considerado negligente quanto à proteção de mulheres agredidas. No Brasil, as Delegacias da Mulher são bastante conhecidas e procuradas, mas também são os serviços que sofrem maior quantidade de críticas (MENEGUEL, et al., 2011, p. 746).

Na situação estudada por MENEGUEL et al. (2011), em Porto Alegre, a cidade em questão contava, à época, com apenas uma delegacia da mulher para mais de um milhão de habitantes. Diante disso, de acordo com as autoras mencionadas, a delegacia realizava também o trabalho social, uma vez que era o órgão de referência para a situação de violência contra a mulher naquela cidade.

Na cidade de São Paulo existem, atualmente, nove delegacias de defesa da mulher que funcionam, normalmente, de segunda a sexta, das 8h às 18h e três dessas nove delegacias encontram-se na zona leste da cidade, onde se encontra a mencionada Casa Viviane, na qual selecionamos nossas entrevistadas. Aos finais de semana e fora do horário comercial funcionam, na cidade de São Paulo, trinta e três distritos policiais que podem fazer o registro das ocorrências em geral, assim como solicitar as medidas protetivas de urgência previstas pela Lei Maria da Penha, além de encaminharem os inquéritos para exames no IML (Instituto Médico Legal), investigarem e apurarem os fatos.⁴

Existe, ainda, a possibilidade da mulher buscar diretamente as unidades do Ministério Público ou da Defensoria Pública quando houver necessidade de

⁴ Informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São Paulo: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/ddm/index.php?p=144284 acessada 26/05/2016

proteção dessa mulher com obtenção da medida protetiva e esta mulher, por motivos pessoais de diversas naturezas, preferir não abrir o processo criminal, pois, ambos possuem competência legal para tanto, de acordo com tese da Defensora Pública Nálida Coelho⁵, apresentada em evento comemorativo dos 10 anos da Lei Maria da Penha, na Universidade de São Paulo, por Anna Carolina Cabral Lopes de Freitas, psicóloga do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Tal possibilidade busca respeitar a autonomia da mulher para que essa possa decidir sua estratégia de saída da violência. A provocação partiu, segundo Anna Carolina Cabral Lopes de Freitas, da Rede Leste de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, pois, a partir dos atendimentos de mulheres em situação de violência, foi observado que algumas dessas mulheres se recusavam a seguir as orientações de buscar por delegacias, permanecendo, assim, desprotegidas.

Em outro estudo realizado com mulheres em situação de violência de camada social baixa da cidade de São Paulo, SILVA (2008) observou que tais mulheres buscaram por ajuda, quando vivenciaram situações de violência na própria família, em delegacias de polícia e Delegacias Especializadas em Defesa da Mulher, em serviços de saúde e até mesmo junto ao crime organizado. Assim, dentre as instituições formais, as mais procuradas pelas entrevistadas dessa mesma autora foram as delegacias de polícia, ao lado das instituições de saúde.

A aparente baixa procura diretamente aos Centros de Defesa e Convivência da Mulher provavelmente decorra da falta de divulgação do trabalho realizado por tais centros, muitos deles caracterizados como organizações não governamentais mas que são credenciados pelo município para a prestação de assistência multidisciplinar para mulheres vivendo em situação de violência, a exemplo da Casa Viviane, vinculada à Secretaria

⁵ A tese da Defensora Pública Nálida Coelho está disponível em:
<http://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=65891&idModulo=9706>

Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo, que presta atendimentos em psicologia, assistência social e orientação jurídica, além de configurar-se como um local de interação, onde mulheres participam de atividades diversificadas.

A seguir, apresentamos o Quadro 2, com uma síntese da trajetória de vida, incluindo a busca por ajuda diante da situação de violência, das mulheres entrevistadas.

Quadro 2 – Síntese das características sócio-demográficas, trajetórias das mulheres e violências relatadas pelas mesmas

Nome	Idade	Escolaridade	Situação Conjugal	Situação Atual de Vida	Violência na família de Origem	Tipo de violência por parceiro íntimo	Rota Crítica
Naná	64	4ª série	divorciada/ namorando	Novo Sentido para a Vida	Ausência	Física, psicológica, patrimonial e sexual	DP/CV
Clarice	30	Superior - cursando	solteira	Novo Sentido para a Vida	VPI na família de origem	Psicológica	Casa Viviane/ Int. mãe
Fiamiris	50	Ensino Fundamental	casada	Novo Sentido para a Vida	VD irmãos na família de origem	Física e psicológica	CAPS/Casa Viviane
Vivian	49	5ª série	casada	Novo Sentido para a Vida	VPI na família de origem	Física e psicológica	DP/Judiciário/ CV
Débora	40	Ensino Médio	separada	Busca por Direitos/Vulnerab.	VPI na família de origem	Física e psicológica	DP/ CV
Hilda	36	Ensino Médio	Separada /namorando	Busca por Direitos/Vulnerab	Ausência	Física, psicológica e patrimonial	DP/Judiciário/ CV
Neide	57	5ª série	divorciada/ convivendo	Vivência de Conflitos Materiais	Ausência	Psicológica e moral	DP/Casa IX/CV
Ângela	46	Superior	separada/ namorando	Vivência de Conflitos Materiais	VPI na família de origem	Física(ameaça) e psicológica	DP/CV
Ana Cristina	40	Superior-tecnólogo	separada	Vivência de Conflitos Materiais	Ausência	Física, psicológica, moral e patrimonial	DP/CV
Clara dos Anjos	37	7ª série	casada	Submissão como estratégia para evitar conflitos	VPI na família de origem	Física, psicológica, patrimonial e moral	DP/Rede Criança/CV

4.6. SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E DENÚNCIAS POR VIOLÊNCIA

A promulgação da Lei Maria da Penha pode ser considerada um símbolo de conquistas do movimento feminista em busca de igualdade e equidade de gênero no Brasil, tendo em vista, como apontou DEBERT e GREGORI (2008), a aposta na revisão jurídica e nas instituições relacionadas à justiça criminal como forma de combate à violência contra a mulher.

Por representar “um dos exemplos mais avançados de legislação sobre violência doméstica”, é vista como uma lei inovadora, que rompe com a visão “meramente punitivista”, incorporando as perspectivas da prevenção, da assistência e da contenção da violência (CAMPOS, 2015. p. 520).

No entanto, quando da aplicação da referida Lei, há que se considerar a característica dualista do direito (CAMPOS, 2011), representada por sua linguagem dicotômica de vítima-agressor, ao lado das dificuldades inerentes à sua prática, no que tange à infra-estrutura e à disponibilidade de recursos materiais, técnicos e humanos, além da necessária articulação com os serviços especializados de atendimento às mulheres (PASINATO, 2011).

No presente trabalho, buscamos observar a importância atribuída por mulheres atendidas no Centro de Defesa e Convivência da Mulher Casa Viviane, que é parte de uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência, à Lei Maria da Penha. Vale lembrar que centros de convivência, como parte da mencionada rede, trabalham de maneira articulada às demais instâncias relacionadas à aplicação da referida Lei, visando, dessa forma, tal aplicação, assim como a implementação da Lei.

A Lei Maria da Penha é compreendida, assim, não somente como instrumento que objetiva a igualdade e equidade de gênero, mas igualmente como uma ferramenta de proteção às mulheres, de busca por soluções dos conflitos que envolvem a violência contra a mulher, além da responsabilização dos agressores frente à prática de tal violência.

4.6.1. Sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha

No processo de análise, pudemos identificar que o conhecimento acerca da Lei Maria da Penha, previamente à vivência de uma agressão por parte de parceiro íntimo, embora presente, apresenta-se de maneira pouco aprofundada, referido tão somente a menções em relação a informações recebidas pelos meios de comunicação como, por exemplo, a televisão, além de duas entrevistadas que teriam estudado a referida Lei por meio de cursos como o Promotoras Legais Populares e curso universitário.

Ainda que todas as entrevistas afirmem conhecimento prévio da Lei Maria da Penha, segundo relatos, tal conhecimento se deu de maneira específica após vivenciarem a própria violência e buscarem seus direitos com base na referida Lei.

CAMPOS (2015, p.520) destaca a popularidade que adquiriu a Lei Maria da Penha, a partir das referências que faz a diversas pesquisas⁶ que atestam 98% da população brasileira relatar “já ter ouvido falar” dessa Lei. A exemplo do que observamos em nossa pesquisa, a autora considera que tal conhecimento não se refere ao conteúdo integral da Lei, mas representa a difusão da mesma, uma vez que “a população sabe que se trata de uma legislação de proteção às mulheres”.

O maior conhecimento acerca dessa Lei, contudo, parece relacionar-se à própria vivência em situação de violência doméstica contra a mulher, que acaba por despertar o interesse de algumas mulheres em relação ao conhecimento dessa Lei específica. Os relatos de Naná e Hilda, apresentados a seguir, ilustram a maneira como a Lei permanece no imaginário de mulheres que não passaram por situações de violência, como algo distante de suas próprias histórias de vida, até que passem a vivenciá-las.

⁶ IBOPE/THEMIS, 2008; IBOPE/INSTITUTO AVON, 2009; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC, 2010 e DATASENADO, 2013.

Faz tempo que eu já ouvi. Mas acho que desde quando começou, eu ouvi falar. Mas não tinha, não tinha um reconhecimento, assim, que eu podia procurar. [...] Na primeira vez, eu escutei pela televisão. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Eu sabia... Eu ouvia falar na televisão, no jornal. Mas, assim, chegar ao conhecimento mesmo foi após eu sofrer a violência. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

4.6.2. Sobre a proteção e os benefícios relacionados à Lei

Quando indagadas acerca do conhecimento sobre a proteção e os benefícios para as mulheres relacionados à Lei Maria da Penha, três principais categorias se descortinaram, sendo que, na primeira delas, algumas de nossas entrevistadas reconheceram alguns dos benefícios da Lei e consideraram tais benefícios eficazes. Na segunda categoria, observamos o reconhecimento dos benefícios da Lei, ao lado de suas limitações, relacionadas à falta de conhecimentos das próprias mulheres acerca de seus direitos, às limitações relacionadas à aplicação da medida protetiva prevista na Lei, além da consideração da Lei como ponto de partida para a necessária transformação cultural na sociedade, e, finalmente, uma última categoria refere-se ao não reconhecimento de qualquer benefício relacionado à referida Lei.

4.6.2.1. Reconhecimento dos benefícios da Lei considerados eficazes

Nossas entrevistadas, Neide e Naná, valorizam a Lei Maria da Penha apontando tão somente para seus benefícios, conforme relatos a seguir.

A seguir, relato de Neide, que valoriza a Lei e seus benefícios tendo em vista a amplitude que a mesma possui no que tange as relações familiares:

Olha, um benefício muito grande. Muitas eram pra morrer já, sabe? Era por causa de marido, por causa de filho. Muitos filhos também judia das mães, não é só o marido. E eu foi o meu ex-

marido que fez isso comigo, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Podemos observar que nossa entrevistada identifica como benefício, com grande expressão, o fato de a Lei Maria da Penha prever a judicialização das relações familiares não somente em termos da violência praticada por parceiro íntimo em relação à mulher, mas de todos e quaisquer dos membros que cometam ou pratiquem agressão em relação à mulher, que pertençam à família ou que sejam ou se considerem, segundo o artigo 5º, inciso II da própria Lei, “aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

Em relação ao discurso de Naná, tal benefício refere-se à proteção que a mulher teria não somente em relação à sua integridade física, mas também psicológica, moral e patrimonial, assim como sexual, constituindo tais modalidades de integridade, os próprios tipos de violência previstos pela Lei.

O benefício que ela pode trazer, que ela protege. Porque eles acolhe, elas pode tirar até a pessoa da casa, né? [...] E por num abrigo pra ele... Como é que fala? Sem ele saber onde a gente tá. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Ao lado das várias modalidades de proteção que a Lei prevê, em seu texto, vale observar que sua aplicação pode, muitas vezes, interferir nas próprias relações conjugais e familiares, afastando o agressor do convívio no espaço da casa, ou também, à própria mulher e seus filhos, os quais podem ser conduzidos a um abrigo, conforme relata acima nossa entrevistada Naná, isso na dependência da necessidade de proteção que cada um dos casos de violência revele, notadamente quando há o risco de morte para a mulher e mesmo filhos.

A propósito de tal questão, vale mencionar, como reza o texto da Lei em relação a tal aspecto protetivo, na Seção III, “Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida”, em seu artigo 23, abaixo mencionado:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos. (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

Acerca do tema, AMORIM e BARROS (2014) discorrem, de maneira específica, sobre as Casas Abrigo mencionando que as mesmas antecedem à criação da Lei Maria da Penha, em 2006, apontando para o fato de resultarem de uma “luta histórica do movimento de mulheres pelo fim da violência contra a mulher”, a partir da assinatura, pelo governo brasileiro, da “Convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher aprovada pela ONU em 1979”. Com essa assinatura, essas mesmas autoras afirmam que o “Estado Brasileiro se comprometeu internacionalmente a criar instrumentos para atender a mulher vítima e coibir violência” (AMORIM e BARROS, 2014. p. 10).

Segundo AMORIM e BARROS (2014), é nesse contexto que surge, em 1986, a primeira Casa Abrigo, logo após a criação da primeira Delegacia da Mulher, em 1985. Referem ainda que tais casas abrigo apresentaram expressivo processo de crescimento na década dos anos 1990, embora com frequentes espaços de aberturas, fechamentos e reaberturas o que, segundo elas, aponta para a instabilidade presente nas políticas públicas de governos que nem sempre valorizam a questão de tal compromisso internacional.

Vale mencionar o destaque que as mesmas autoras (AMORIM e BARROS, 2014. p. 11) atribuem a tais casas-abrigo, consideradas por elas como medidas protetivas presentes na Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, em seu artigo 35:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores. (BRASIL. Lei 11.340, 2006; AMORIM e BARROS, 2014. p. 11)

Cabe observar que as referidas Casas Abrigo, segundo AMORIM e BARROS (2014, p. 10), caracterizam-se como serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência, ao lado dos Centros de Referência, Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Defensorias da Mulher.

CAMPOS (2015, p. 527) aponta para o documento “Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência” da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República que entende o “conceito de abrigamento de forma ampla”, incluindo, assim, vários serviços, programas e benefícios de acolhimento provisório “destinados a mulheres em situação de risco e violência que se encontrem sob ameaça e necessitem de um lugar seguro e acolhedor”.

A autora afirma, também, que tais abrigos tem caráter sigiloso e, segundo a CPMI da Violência contra a mulher analisada pela mesma, é o serviço menos procurado pelas mulheres. As condições materiais de algumas casas visitadas pela CPMI são apontadas como péssimas, com falta de privacidade para as mulheres e rigoroso disciplinamento. Assim, CAMPOS (2015) verifica a necessidade de se pensar em novas formas de abrigamento emergencial para mulheres.

Para AMORIM e BARROS (2014), tais serviços vão ao encontro do que estabelece o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013/2015 como linha de ação, ou seja, a ampliação e fortalecimento da rede de serviços especializados às mulheres vivendo situações de violência.⁷

4.6.2.2. Reconhecimento dos benefícios da Lei e de suas limitações

Falta de conhecimento das mulheres acerca de seus direitos

Embora reconheça os benefícios da Lei Maria da Penha para a proteção das mulheres vivendo situação de violência, Fiamiris enfatiza, em seu relato abaixo, as limitações dessa Lei como resultado do próprio tipo de comportamento das mulheres frente à mesma:

Olha, eu acho que ela pode trazer vários benefícios, só que assim, eu acho que ela ainda tá tímida. Porque? Justamente porque o brasileiro, principalmente as mulheres brasileiras, eu acho que elas é muito... elas não são politizadas, e quando você fala de política pra alguém, a política é tão rejeitada que a pessoa não quer discutir, então ela acha que tudo não envolve a política e tudo envolve a política e aí, o que que é, fica distante a Lei pra elas, as leis, elas podiam até buscar benefícios na lei, mas como ela não acredita na política, acha que todos os políticos tão errado, toda política tá errada, então elas não vê benefícios. Eu acredito que por essa questão a lei, ela não, vai demorar muito pra ser implantada corretamente e pras mulheres usufruir de todos os benefícios que ela poderia ter, no caso, esse é o meu ponto de vista, assim, porque não tem assim, a pessoa ela não, vamos supor, em primeiro lugar não busca, não aproveita os espaços que tem. É, também eu acho que a mídia também, a gente tem uma educação que tá ruim, aí vem a mídia também que não ajuda as pessoas a, como que fala, divulgar os serviços também, aí às vezes o serviço fica lá, que nem, hoje eu vim pro grupo mas eu não participei do grupo porque não teve o grupo. Eu até falei pra você do grupo, né? E as mulheres não vieram pro grupo. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Nossa entrevistada Fiamiris, embora pertencendo à camada popular, busca politizar os limites da implementação da Lei ao considerar que as mulheres não se valem de tal Lei e seus benefícios por não reconhecerem na mesma uma forma de estratégia política para a defesa dos seus próprios

⁷ A propósito de estudo específico sobre o tema das Casas Abrigo, ver, por exemplo, dissertação de Prates (2007).

direitos, retardando, com isso, a necessária implementação da mesma em benefício das mulheres como um todo, considerando que a violência contra a mulher não discrimina classe social ou raça/etnia, encontrando-se presente em diferentes contextos familiares.

No relato a seguir, podemos observar a continuidade de sua narrativa, na qual refere tais limites da Lei encontrarem-se estreitamente relacionados ao tipo de atendimento dispensado às mulheres nas delegacias, em geral, e delegacias da mulher, em particular. Interessante observar como nossa entrevistada, com 50 anos, escolaridade de ensino médio incompleto, vivendo com o companheiro, passa a identificar possíveis motivos, relacionados à questão de gênero, para funcionários policiais não acolherem bem as demandas jurídicas das mulheres quando de agressões vivenciadas por parceiro íntimo.

Né, então eu acho que a Lei Maria da Penha ela poderia tá melhor mas aí, logicamente, as mulheres teriam que procurar porque não tem Delegacia das Mulher quase, aí quando a mulher chega na delegacia e é atendida por um homem, aí chega lá, ela já foi violentada em casa, vai ser violentada de novo, porque aquele homem ali, a polícia, muita das polícia bate nas mulheres, então ela [polícia] não vai querer que uma mulher vai lá lutar pelo direito dela, porque ele já tem uma em casa que ele bate, então ele não vai, a gente sabe que os policiais, muitos policiais batem nas mulheres, muita violência de policial com mulher, então quer dizer, tem que ter delegacia com, especializada pra cuidar da mulher e outra coisa, não é só delegacia, precisa ter todo um serviço lá dentro da delegacia, que tenha psicólogos, que tenha as pessoas pra dar um apoio pra ela, porque daí pra elas romper com a violência, pra não morrer com a violência, que tem umas que morrem mesmo, tem que ter todo um aparato, e não tem. Então, a lei existe? A lei existe. Ela é boa? É. Só que pra ela ser cumprida precisava mais apoio, acho. Né, mais verba, mais política pública. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Conforme podemos observar, nossa entrevistada Fiamiris aponta para a importância de que profissionais das delegacias de polícia tenham uma visão mais ampla acerca das relações conjugais e de gênero, tendo em vista que os mesmos podem praticar violência contra as próprias mulheres que demandam às delegacias por terem uma visão de mundo que discrimina as mulheres, dentro de uma concepção onde prevalece a masculinidade hegemônica, colocando as mulheres numa posição de subalternidade e ausência de direitos sociais, jurídico-políticos, enfim, de seus direitos humanos.

Consideramos esse tipo de relato como exemplar, tendo em vista que ao lado da identificação da violência com as questões de gênero, essa entrevistada aponta, igualmente, para a necessidade de uma maior especialização das delegacias para a complexidade do atendimento a que as mesmas se propõem, como porta de entrada de uma rede. Ou seja, identifica a necessidade de que se reconheça que ao demandar tais tipos de serviços nas delegacias, as mulheres buscam apoio para romperem com uma dada situação de violência, daí faz-se necessário preconizar, no âmbito da própria delegacia, a presença de uma equipe multidisciplinar, cabendo destaque à psicóloga, que seria considerada por ela a mais capacitada para esse tipo de acolhimento que tais mulheres necessitam. Nesse sentido, ganha expressão sua última afirmação do referido relato, em termos de uma melhor implementação da Lei: “Então, a lei existe? A lei existe. Ela é boa? É. Só que pra ela ser cumprida precisava mais apoio, acho. Né, mais verba, mais política pública”.

Limitações relacionadas à aplicação da Medida Protetiva prevista na Lei

Embora Ângela reconheça como grande benefício da Lei Maria da Penha a questão de dar voz às mulheres vivendo em situação de violência, a não capacitação de profissionais que atuam em delegacias dificulta o acolhimento de tais vozes no sentido de responderem afirmativamente aos direitos que a Lei, em tese, lhes garantiria. O relato a seguir apresenta de maneira expressiva esse tipo de questão:

Então, eu sei que a Lei Maria da Penha, ela dá o direito a você de abrir a sua boca e falar contra a violência e o que realmente a Lei Maria da Penha oferece não é o que a gente tá vendo na delegacia. Porque a mulher, ela tem direito a ser ouvida, tem direito a ser feita justiça a favor da mulher e não é o que a gente tá vendo. O que a gente tá vendo é um povo muito sossegado pra trabalhar. Pessoal muito que tranquilo, entendeu? Que, realmente, eles acham... Não sei se eles acham que tão fazendo um favor pra gente de tá lá representando a gente através da lei. Não sei o que, realmente, eles tão fazendo ali, entendeu? (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

A crítica tecida no relato acima, por Ângela, refere-se, ao que parece, não somente à morosidade com a qual a justiça opera nas delegacias que representariam, ao pensarmos na rede de atendimento, uma importante porta de entrada para a mesma e, portanto, a garantia de um real acesso de mulheres aos seus direitos positivados na Lei, mas igualmente ao modo de trabalho dos funcionários de tais instituições.

Discorrendo sobre os benefícios, mas, também sobre os limites relativos à implementação da Lei Maria da Penha, essa nossa entrevistada passa a referir-se, em relato abaixo, à sua vivência em violência por parte do ex-parceiro íntimo e problemas ainda vivenciados, no momento da entrevista, enfrentados por ela, a despeito de estar sob “proteção” da justiça por contar com medida protetiva.

Então, o benefício é assim, o benefício é que você pode fazer seu boletim de ocorrência, você pode receber essa medida protetiva. Que essa medida protetiva, ela somente te dá proteção do agressor sair do lar e você ficar residindo. Somente isso. Mas, assim, o que realmente era necessário dentro dessa lei é uma proteção integral. Porque a mulher, por mais que a mulher, ela tá com a medida protetiva dentro da casa dela, ela não tá, assim, ela não deixou de tá sujeita ao homem, entendeu? Ele pode a qualquer hora aparecer aqui, mesmo que eu troquei a fechadura da minha porta, ele pode aparecer aqui e fazer alguma coisa comigo. Então, assim, há necessidade de fazer o que dentro dessa lei? Dar uma proteção integral, entendeu? Arrumar uma maneira de que a mulher, ela não fique nem um momento sujeita ao agressor. Em momento algum. Coisa que essa lei não oferece, entendeu? (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Podemos observar no relato acima que Ângela, nossa entrevistada, aponta para a necessidade de uma proteção integral à mulher vivendo em situação de violência por reconhecer a proteção relativa da medida protetiva, uma vez que, a despeito de contar com a mesma, mulheres, a exemplo de seu caso, continuariam em situação de vulnerabilidade a novas violências por parte do homem agressor.

Vale observar que, embora a medida protetiva seja algo que vá ao encontro dos direitos das mulheres, a aplicação da mesma, por si só, não apresenta eficácia ou garantia de que mulheres estarão protegidas, de fato, contra novas situações de violência, por parte do mesmo agressor.

Assim, entendemos que ao preconizar o que nomeia como proteção integral, o discurso dessa nossa entrevistada aponta para o reconhecimento da complexidade de que se revestem as diferentes situações de violência vividas por mulheres, dadas as intrincadas relações que tal complexidade encerra, quer em termos sociais, culturais, quer de acesso a aparatos do Estado e da sociedade civil, a exemplo das políticas públicas e de uma rede de acolhimento aos diferentes níveis de necessidades dessas mulheres.

Conforme mencionado anteriormente, em relação a tais medidas protetivas, as mesmas se encontram previstas no capítulo II da Lei Maria da Penha e dividem-se em duas seções características, assim intituladas: “Das Medidas de Urgência que Obrigam o Agressor” e “Das Medidas de Urgência que Obrigam à Ofendida”. No artigo 22 da referida Lei, observamos a seguinte redação acerca das medidas relativas a conduta do agressor, diante da existência de denúncia por parte da mulher:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as

circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (BRASIL. Lei nº 11.340, 2006).

No relato abaixo, de Débora, podemos observar que a despeito do prescrito na Lei Maria da Penha, conforme descrito acima, a medida protetiva apresenta alcance relativo, em termos da proteção à mulheres vivendo em situação de violência:

Porque, assim, eu pedi também a proteção. Pedi, né, a medida [protetiva]. Mas ele não respeita, não respeita. Ele vai lá a hora que ele quer. Já foi essa semana passada duas vezes, vai a hora que ele quer. [...] Continua, porque ele não aceita que eu arrume outra pessoa. Não aceita. Ele fala que é pra viver eu e o meu filho porque ele vai lá a hora que ele quiser. Eu falei: não é por aí. Eu não vou aceitar isso. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

O alcance relativo de medidas protetivas parece relacionar-se notadamente aos casos em que ex-companheiros agressores não aceitam o rompimento da relação, insistindo na prática da violência a partir de outras estratégias, como, por exemplo, a da intimidação, que a medida protetiva não consegue barrar, impedir ou prevenir.

No caso de Débora, a estratégia de intimidação do marido refere-se, ao que parece, às suas reiteradas tentativas de mantê-la, por assim dizer, sob seu domínio, buscando impedir-lhe a busca de novos projetos de vida, especialmente em termos afetivo-sexuais.

Hilda, outra de nossas entrevistadas, reconhece, igualmente, os benefícios da Lei, em termos da proteção à mulher que sofreu ou sofre violência doméstica. No entanto, tece suas críticas por considerar que tal proteção encontra-se mais em nível da retórica, conforme relato abaixo:

A Lei Maria da Penha é uma lei que protege a mulher que sofreu ou sofre violência doméstica. Ela tem uma, assim, no papel é muito bonita. É bem, sabe? É o que a gente precisa mesmo. Mas nem todas têm o privilégio e a oportunidade de ficar realmente protegida pela Lei Maria da Penha. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Embora reconheça que o tipo de proteção, presente no texto da Lei Maria da Penha, caracterize o que as mulheres realmente necessitam, Hilda considera, no entanto, que nem todas as mulheres têm acesso de maneira igualitária à tal proteção, tendo em vista que a vulnerabilidade de algumas pode levá-las inclusive à morte, conforme relato abaixo:

Enquanto ela tá, enquanto viva, se ela conseguir sobreviver... É muito... Porque, assim, você vê que tem, tá registrado lá pra justiça, ter conhecimento de um juiz, de uma pessoa que vai fazer algo pra te proteger, pra te beneficiar tua vida. Mas nem todas, nem todas conseguem. Porque, assim ao mesmo tempo que ela protege, mas você tem que fazer a sua parte. Então eu ainda tenho uma casa lá, mas eu não posso ir lá. Porque lá é o lugar dele lá. Mesmo que ele não esteja lá. Mas se eu for lá, eu fui lá na escola perto, uns três, quatro de distância, metro de distância e aí ele soube e falou que não é pra mim tá andando lá. Fui na escola, tive que ir na escola dos meus filhos, onde eles estudava antes. [...] Tá. Ele tá usufruindo, também, desse benefício [sobre seu ex-marido beneficiar-se da medida protetiva] (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Interessante observar, na narrativa acima dessa nossa entrevistada, a ideia de que o simples registro da ocorrência ou a obtenção da medida protetiva não representam necessariamente proteção se a mulher não puder contar com o mínimo de autonomia para romper com a situação de violência a que está submetida, situação essa na qual o próprio agressor rearticula sua forma de agir e se reorganiza, em termos de novas estratégias, de maneira a beneficiar-se da própria medida protetiva, uma vez que passa, apoiando-se em

tal medida, a controlar os espaços em que a mulher pode ou não frequentar, impedindo-a, assim, de exercer seu direito de ir e vir.

Hilda menciona, também, outra limitação da medida protetiva ao considerar que sua proteção figuraria apenas dos autos jurídicos e não representaria uma proteção de fato, o que nossa entrevistada ilustra ao comparar, em relato abaixo, a medida com um colete balístico:

Porque a mulher sofre violência, vai na delegacia, faz todo o processo que tem que ser feito. Aí cê pega um papel, só que aquele papel ali, ele não... Você... no caso... seria transformado em um colete balístico. Um papel, o documento Maria da Penha. Mas não. Ele vem em forma de papel. Que, na prática, só pra justiça ou só pra os homens ele vai servir, e pra a pessoa [agressor] não se aproximar [da mulher]. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Por esse relato de Hilda, podemos considerar a discrepância existente em relação ao texto da Lei Maria da Penha e à sua aplicação à prática cotidiana, uma vez que as chamadas medidas protetivas parecem não garantir a necessária proteção às mulheres em situação de violência, tendo em vista a complexidade das situações que diferentes formas de violência encerram.

Isso porque, na prática, tal medida compreende paradoxos que a fala de nossa entrevistada permite ilustrar a partir de sua própria experiência, conforme excerto abaixo:

No meu caso, o meu ex não pode aproximar de mim cem metro, não pode ter contato nenhum comigo por meio de nenhum meio de comunicação. Mas pra mim andar na rua, eu não posso ir. No metrô Itaquera, pra mim ir no metrô Itaquera, eu vou no metrô Itaquera tensa. Ele mora não sei quantos mil metros de lá. Mas, pra mim, ali já é. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Dessa forma, compreendemos que as medidas protetivas, ainda que sejam necessárias e constituam parte dos direitos das mulheres, não são completamente eficazes em sua proposta de proteção, considerando as mencionadas limitações relacionadas à questão de que alguns agressores persistem na prática da violência, a despeito da referida medida.

PASINATO (2010) observou que em Belo Horizonte, da mesma forma que parece ocorrer com nossa entrevistada Hilda, muitas mulheres não se sentem protegidas nem seguras com tais medidas, notadamente em relação às possibilidades de novas agressões e ameaças, uma vez que as medidas são expedidas com certa celeridade que o andamento do processo em si não acompanha, de forma que a punição dos agressores tarda a acontecer.

Lei como ponto de partida para transformação cultural

Nossa entrevistada Clarice referiu-se aos benefícios advindos da Lei Maria da Penha relacionados a modificações nos padrões culturais de gênero, mudanças essas necessárias em nosso país, conforme narrativa a seguir:

Bom, eu acho que a principal proteção é da mulher pensar num primeiro momento que... Parar pra pensar que aquilo que ela tá vivendo não é certo, né? Que ainda é cultural, que quando uma mulher se casa com um homem, principalmente, ela é encarregada de mudar o homem. Ela é encarregada de levar esse casamento, ela tem que se sacrificar, o homem pode trair, pode fazer o que quiser e a mulher tem que aguentar até o fim porque a sociedade sempre exige que a mulher desenvolva bem sua família. Se a família não dá certo, a culpa é da mulher. Então acho que pensar nessa lei já é um ponto de partida pra ela se questionar se realmente tá certo ela aguentar tudo que ela aguenta naquela relação pra fazer aquela relação dar certo, sendo que o homem não pensa nisso quase sempre, né? Então sempre a mulher que tá se desdobrando em mil pra poder fazer dar certo aquela relação e o homem não. Então, acho que quando a mulher se depara com essa lei, quando ela conhece essa lei e as coisas que são caracterizadas por crime dentro dessa lei, faz com que ela pense se realmente é certo ou não aquilo que ela tá vivendo no casamento dela. Porque eu acho que uma relação que ela te desrespeita, ela não é certa em nenhuma hipótese. Mas algumas mulheres ainda pensam que é por conta da sociedade, todas exigências que caem em cima da mulher. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

O relato de Clarice ilustra o que podemos considerar como a capacidade mobilizadora que a Lei Maria da Penha poderia ter no sentido de possibilitar às mulheres, ao refletirem sua proposta, identificarem como a permanência de valores tradicionais em termos das desigualdades e iniquidades de gênero colocam a mulher numa situação de subalternidade, ignorando suas possibilidades de romper com tais padrões, tecendo sua própria história de vida

presente e futura, ao reconhecer-se como sujeito de direitos numa relação conjugal mais igualitária.

Esse tipo de perspectiva de mudanças culturais, a partir da implementação de leis voltadas à proteção de mulheres, foi observado por MEQUE (2016), em seu estudo com profissionais atuando em delegacias de defesa da mulher da cidade de Maputo – Moçambique, no qual a maioria dos profissionais entendiam a Lei 29/2009 – Sobre a violência doméstica contra a mulher, de Moçambique, como estratégia pedagógica importante em termos das possibilidades de transformações culturais que tal Lei poderia propiciar, notadamente nas relações de gênero, visando a diminuição e a prevenção dos casos de violência contra a mulher no referido país.

No discurso de Clarice, além de sua referência às injustiças relacionadas às desigualdades e iniquidades de gênero, ganha expressão a importância que atribui à reflexão da mulher sobre sua própria condição e o quanto o recurso à Lei pode representar-lhe romper com situações de violência, adquirir autonomia e ser dona de seu próprio destino, vivendo ou não com o mesmo parceiro, como ocorreu com algumas de nossas entrevistadas.

4.6.2.3. Não reconhecimento dos benefícios da Lei

Em relação aos benefícios relacionados à Lei Maria da Penha, somente duas de nossas entrevistadas relatam não reconhecerem possíveis benefícios, que parecem relacionar, embora de maneiras diferentes, às suas próprias experiências com a mesma.

A primeira delas refere-se a Clara dos Anjos, que ao recorrer à delegacia de polícia teria sofrido violência que podemos caracterizar como “violência institucional”, com implicações para sua trajetória de vida frente à situação de vulnerabilidade em que se encontrava, conforme relatos expostos a seguir.

Em relação ao primeiro relato dessa nossa entrevistada, a mencionada “violência institucional” decorreu de uma falta de acolhimento, por parte de uma delegada, cujas expressões dirigidas à mesma, no momento em que sentia-se

vulnerável e buscava ajuda, representaram uma dupla agressão que a mesma teria sofrido à época, deixando-lhe marcas, uma vez que dentre três de nossas entrevistadas, Clara dos Anjos é uma das que não se beneficiaram em nenhum momento do aspecto jurídico, propriamente dito, da Lei Maria da Penha, ou seja, da oportunidade de denúncia por violência doméstica, embora tenha demandado conforme relato constante do item anterior (4.5), que versa sobre Rota Crítica.

Meu pai muitas vezes ele briga com a minha mãe e até hoje, assistindo reportagem a gente vê né [informações sobre a Lei Maria da Penha]. Mas eu digo pra você que de uns tempos pra cá, de uns 6 meses pra cá, eu ouço melhor [informações sobre a Lei]. Mas eu não acredito. Porque quando eu fui atrás o que eu escutei foi isso aí: você vai fazer B.O. e amanhã vai abrir as pernas. E foi uma delegada, não foi delegado viu. Uma mulher. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Tal experiência junto à Delegacia da Mulher, acima mencionada, teria marcado negativamente a visão que nossa entrevistada passou a ter em relação à Lei Maria da Penha, até o momento da entrevista, muito embora tenha tido oportunidade de uma discussão aprofundada acerca da mesma em sua vivência na Casa Viviane, conforme relato abaixo:

Não. Aqui as meninas [da Casa Viviane] fala muito, mas pra mim, assim, é só falar, porque não acontece nada. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

A outra de nossas entrevistadas que, igualmente, não reconhece possíveis benefícios relacionados à Lei Maria da Penha é Vivian, cujo relato encontra-se a seguir:

Agora eu vou te falar uma coisa, isso pra mim é blá-blá-blá, essa lei maria da penha é blá-blá-blá. Não, pra mim não, aliás eu to falando uma coisa que é realidade, é blá-blá-blá né, porque é uma lei, mas é uma lei que não funciona. Uma pessoa dentro duma situação dessa, funciona o que? Ir lá pra fazer o processo, a tá; aí faz todos procedimentos, as [mulheres] que leva até o final, aí as que leva ao final... é dito pro homem ficar a 100 metros distante dela [pela medida protetiva obtida], né, mas... 100 metros distante dela, os homens rapidamente chega e fazem o que eles querem, normalmente eles fazem questão de mostrar que essa lei não vale nada porque eles matam as mulheres, a torto e a direito aí, só ligar a televisão, ver jornal, que se vê aí, a mulher tava na... na lei, abriu não sei quantos processos, fez não sei quantas vezes na

delegacia, ah, essas lei não funciona não, é só... é só o nome, uma tarja vai, uma tarja assim: Lei Maria da Penha, procure mulheres, procure a Lei Maria da Penha! (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro).

Ao apontar para o que considera a ineficácia da Lei Maria da Penha, Vivian procura colocar limitações e afirmar que tão somente a denúncia não representa a possibilidade de proteção para as mulheres, considerando o elevado grau de vulnerabilidade que algumas delas possuem em relação aos seus parceiros. Isto tendo em vista que mulheres em tais condições necessitam recorrer às medidas protetivas de urgência que, na visão dessa nossa entrevistada, não representariam garantia de proteção.

Em relação a esse tipo de questão, colocada por Vivian, vale observar, conforme constatado por nossa própria pesquisa, que algumas mulheres, como Ângela, Débora e Hilda, mesmo portando tais medidas, acabam sofrendo diferentes formas de violência, não se sentindo, portanto, protegidas, conforme seus próprios relatos em subitem anterior, valendo lembrar que Hilda chega a referir-se a tal medida protetiva como um simples papel obtido.

Discorrendo sobre o tema, PASINATO (2010) constata essa questão dos limites que de fato representam, em nossa realidade, as medidas protetivas, considerando as peculiaridades de diferentes situações vividas por mulheres e seus próprios contextos de vida. Observa que uma das limitações decorre do próprio inquérito policial que, muitas vezes, não contém todas as informações necessárias para a apreciação e decisão do juiz em relação a tais medidas protetivas, mencionando como caso característico, o de uma cabelereira assassinada em Belo Horizonte, cuja medida protetiva foi expedida, não considerando que o próprio agressor possuía um estabelecimento comercial ao lado do estabelecimento da própria mulher agredida.

Em relação ao risco de morte, esse tipo de limitação da Lei, também mencionado por nossa entrevistada Vivian, é igualmente considerado no referido artigo de PASINATO (2010), tendo em vista que a referida cabelereira de Belo Horizonte, identificada pela inicial M., foi assassinada a despeito de estar sob medida protetiva.

Vale observar que em suas considerações críticas acerca dos limites da Lei, Vivian não considera os benefícios que obteve pela utilização da judicialização das relações conjugais, em seu próprio lar, como decorrentes da existência da lei de proteção a mulheres, pois, considera prioritariamente a limitação da capacidade de punição dos agressores relacionada não somente à Lei Maria da Penha, mas, igualmente, a diversas leis presentes em nosso país. Em seu relato abaixo, Vivian explicita esse sentimento relacionado à impunidade e à ineficácia da Lei:

Gente, tem coisas que não tem lógica, isso aí mesmo não tem, pode ser que de início ela [a Lei] até fez alguma coisinha, mas agora ela já tá com uma situação, já tá defasada essa lei, por que? Porque os homens não respeitam essa lei. As mulheres são muito fragilizadas, elas tem medo, as que não tem, que vai enfrentar, na verdade elas veem que não deu em nada porque a Lei em si ela não funciona, porque os homens mostram que eles não tãem aí com ela, eles continuam violentando a mulher, eles perseguem a mulher, eles perturba, então a lei não funciona. [...] Eu acho que tinha que ser uma lei mesmo, ao meu ver, lei é uma coisa que, realmente, a mulher provou que tá sendo ameaçada, é cadeia e pronto e acabou, teria que ser que nem pensão alimentícia, não pagou, não cumpriu, então vai ser preso, e a Lei Maria da Penha ela tinha que ser pra esse método, aí sim eu acho que, eu acho que ia funcionar um pouco, porque, isso aí é o que eu tô falando, isso aí é de pessoa pra pessoa, tem pessoas que ainda assim ia passar por cima porque não tá nem aí, tem gente que não tá nem aí, mas a pessoa já ia pensar mais: não, eu agredi minha mulher, eu vou responder um processo, e posso ser preso, então ele ia pensar mais, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Esse tipo de relato de Vivian nos parece relevante, na medida em que a mesma aponta para o fato de que situações de violência fragilizam a mulher, sobretudo pela morosidade de tais processos que não punem, em tempo hábil, o agressor, que permanece usando de estratégias outras para esse tipo de fragilização, principalmente pela violência psicológica, onde o medo se destaca como estratégia de intimidação eficaz em favor dos mesmos, notadamente quando não desejam romper a relação, conforme pode ser igualmente ilustrado por relatos de outras de nossas entrevistadas, a exemplo de Débora e Hilda, apresentados no subitem anterior.

Ao retomarmos um pequeno excerto do relato acima, onde Vivian afirma: “Eu acho que tinha que ser uma lei mesmo, ao meu ver, lei é uma coisa que, realmente, a mulher provou que tá sendo ameaçada, é cadeia e pronto e acabou, teria que ser que nem pensão alimentícia, não pagou, não cumpriu,

então vai ser preso, e a Lei Maria da Penha ela tinha que ser pra esse método”, nossa entrevistada parece não considerar a eficácia da Lei por esta não operar de forma a sempre punir com prisão os infratores da mesma.

Vale lembrar, no entanto, que Vivian, diante das agressões físicas vivenciadas, conforme já mencionado, recorreu à judicialização das relações conjugais como estratégia de intimidação do atual companheiro, aceitando acordo em primeira instância e sugerindo ao juiz, à época, uma pena alternativa por entender que a violência teria ocorrido em função do alcoolismo de seu companheiro. Cabe lembrar que, ao ser indagada acerca da situação atual de vida e mudanças ocorridas, referente ao item 4.7 de nosso trabalho, podemos lá identificar que essa nossa entrevistada se considera, no momento da entrevista, feliz, por ter rompido com as situações de violência anteriormente vivenciadas e relatar mudanças significativas no comportamento do marido.

Observamos, dessa forma, que a experiência vivenciada por Vivian, assim como seus relatos apresentados acerca do que pensa a respeito da Lei Maria da Penha, apontam para a consideração da utilização da judicialização das relações de gênero como uma possibilidade de intervenção para além da condenação dos agressores, como seria, por exemplo, a já mencionada mediação.

4.6.3. Sobre denúncias

As denúncias realizadas junto ao Ministério Público ou a delegacia de polícia, também denominadas de queixas, compreendem em seu modo de funcionamento a vitimização da pessoa que tece a denúncia, pela própria estrutura dualista do sistema judiciário, como já foi abordado por RIFIOTIS (2008). GREGORI (1989) afirma que a queixa seria uma “narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima”. Dessa forma, a posição da mulher em situação de violência é situada, quando de sua opção por denunciar o agressor, como vítima.

Além da mencionada questão do dualismo existente no sistema judiciário onde a mulher acaba sendo vitimizada diante de sua busca por justiça, MASSULA (2006) observa que a relação que a mulher vive com o agressor também interfere no momento da denúncia, notadamente por conta da subsistência, relação com os filhos, o receio de que o companheiro seja prejudicado socialmente, como foi mencionado por uma de nossas entrevistadas, além da vergonha de ser atacada por alguém tão próximo, fazem com que as mulheres muitas vezes não denunciem a violência vivida, ou voltem atrás num segundo momento.

A autora ainda aborda a questão de que algumas mulheres, quando da denúncia, não desejam a punição ou o afastamento do agressor, mas sim uma negociação da relação, o que faz com que muitos procedimentos instaurados junto às delegacias sejam arquivados e que a violência contra a mulher seja considerada naturalizada pela sociedade e mantida como questão a ser tratada em âmbito privado, especialmente pela ausência da prática da mediação em alguns setores públicos.

Em relação a nossas entrevistadas, algumas mulheres referem a concretização das denúncias, enquanto outras acabaram por não realizarem as mesmas e, ainda, outras mulheres acabam por prestar queixa e depois retirar a mesma ou buscar um acordo na primeira instância do judiciário, apontando para o que foi mencionado por MASSULA (2006), assim como por NOBRE e BARREIRA (2008).

4.6.3.1. Ocorrências registradas

Dentre as mulheres que registraram a queixa e deram continuidade ao processo encontra-se Débora que, em relato abaixo, narra parte de sua trajetória:

Já fiz vários boletins de ocorrências que a moça falou: não tem mais como a senhora fazer boletim de ocorrência. A senhora tem que ser chamada no Fórum porque quando eu fui na Delegacia a moça perguntou se ele [filho] queria falar né, do processo que ele viu né, ele falou assim: Não, eu quero, eu vou falar. Aí ele falou coisas que eu não sabia, ele falou: Mãe,

quando a senhora ia no mercado ele ficava xingando a senhora de palavrões. [pausa] e eu não sabia disso, e ele conversou com a moça, a moça falou: este papel vai direto pro Fórum só que ele não foi chamado no Fórum, já chamaram na Delegacia, aí mandaram a cartinha pra ele, ele foi em casa, jogou por debaixo da porta. Aí eu falei: Não. Eu vou pegar essa carta e vou levar na Delegacia. Peguei e levei na Delegacia. A moça falou: Não se preocupa não que a gente resolve, né. Aí depois ele voltou lá atrás da carta. Falei: Não está comigo mais. Você jogou aqui debaixo da porta, eu não sei onde está. Mas aí ele não faltou não. Ele foi. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato de Débora observamos algumas implicações decorrentes de sua denúncia como a participação de seu filho em depoimentos, as afrontas do ex-companheiro e o longo tempo de espera relacionado aos trâmites legais, evidenciado quando nossa entrevistada parece retornar diversas vezes à delegacia, a ponto de ser informada da impossibilidade de seguir registrando ocorrências e da necessidade de aguardar para ser chamada no Fórum.

Nossa entrevistada Hilda, igualmente, deu sequência aos procedimentos legais, conforme seu relato abaixo:

Eu vivi, praticamente, cinco anos ao extremo da humilhação. Só que eu, faltando três dias, sem eu saber, o fato ser consumido, como diz, eu fiz o boletim na segunda-feira por ameaça, que ele me ameaçou. Ele falava na mensagem que ia pegar uma quadrada [pistola] e ia vim de moto me matar. Só que ele não sabia onde eu tava. Aí, eu fiz o boletim de ocorrência na segunda-feira e na quarta-feira ele fez. Ele botou fogo na casa. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

No caso de Hilda, já mencionado em item anterior, foi registrada a ameaça realizada por seu ex-companheiro dias antes do mesmo realizar o incêndio que teria destruído diversos pertences de nossa entrevistada.

Nossa entrevistada Neide, em relato a seguir, narra como se deu sua tomada de decisão por denunciar:

Por causa da violência. Foi muito triste. Foi mais essa atitude que eu tive que eu não conseguia fazer isso, sabe? Através da ajuda, assim, no posto de saúde que teve a psicóloga. As minhas amiga também "Vai. Denuncia, Neide. Denuncia que você ganha a causa." E, de fato, eu ganhei. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada morando com o ex-companheiro, com uma filha casada e dois filhos adultos solteiros)

Pelo relato de Neide, observamos algumas de suas considerações quando de sua opção por denunciar, como a aparente dificuldade, quando menciona: “eu não conseguia fazer isso”, e o apoio que teve no posto de saúde, assim como ao lado de amigas.

As diferentes considerações e dificuldades relatadas por Neide apontam para o que observou MASSULA (2006), em relação à decisão das mulheres por denunciarem os companheiros agressores, quando afirma que um atendente do SOS mulher de São José dos Campos teria flagrado uma mulher parando em frente a organização e fazendo o sinal da cruz antes de adentrar à mesma, indicando que denunciar o agressor, para muitas mulheres, é quase um ato de fé, pois, pode significar a “quebra de paradigmas, o rompimento com o modelo em que foram educadas, acostumadas”. Dessa forma, a autora considera que “compreender o significado do ato da denúncia na vida de uma mulher pode fazer toda a diferença no desempenho do profissional que irá atendê-la”.

Outra de nossas entrevistadas a seguir adiante com sua decisão pela denúncia foi Ângela, que, em sua fala a seguir, afirma ter recorrido à delegacia assim que vivenciou a situação:

Sim. No mesmo dia. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

4.6.3.2. Ocorrências não registradas

Muitas ocorrências acabam por não serem registradas, seja devido a resolução da situação independentemente da intervenção judicial, seja por falta de entendimento entre a mulher e os atendentes policiais.

Na fala a seguir, de Clara, a mesma relata o desfecho da ocasião em que teria ido até a delegacia de polícia com o intuito de registrar a queixa mas, devido ao atendimento recebido pela delegacia, não concretizou a denúncia:

Não. Eu fui pra denunciar mas aí chegou lá ela falou aquilo, eu saí de lá de cabeça baixa e não cheguei a fazer boletim nem nada. (Clara dos Anjos, 37 anos, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada)

Dessa forma, reiteramos a antes mencionada importância de um atendimento adequado às mulheres que buscam pelas delegacias, considerando que para as mesmas esse momento é, muitas vezes, crucial.

Clarice, outra de nossas entrevistadas, menciona que foi possível solucionar a questão da ameaça de morte que recebeu do ex-marido somente com a ajuda da mãe, conforme seu relato abaixo:

Não. Na época, não. Porque ele só me ligou uma vez. [...] Ligou uma vez, de madrugada. Outras vezes... Ele já tinha me ligado, falando que ia se matar e um monte de coisa, mas eu nunca liguei. Não dei importância mesmo. Mas quando ele ligou me ameaçando, dizendo que ia me matar, eu fiquei muito preocupada. Exatamente porque ele usava drogas. Então eu não sabia até que ponto, a gente tava separado, até que ponto ele podia cumprir ou não aquilo. E aí eu fiquei muito nervosa, pedi ajuda, conversei com a minha mãe. Minha mãe ligou pra ele, falou um monte e aí ele parou de me ligar nessa época. Ele já não me ligava mais. [...] Isso. Não precisei da denúncia. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos)

Observamos, assim, que algumas mulheres procuram outras maneiras de resolução dos conflitos conjugais, mesmo quando esses configuram uma ação criminosa por parte do companheiro, que não a intervenção do setor policial. No caso de Clarice, nossa entrevistada obteve o apoio necessário por parte de sua mãe, que, ao que parece, pôde solucionar a situação.

4.6.3.3. Ocorrências registradas com posterior retratação

A situação antes mencionada, de muitas mulheres que se utilizam da judicialização das relações de gênero para, assim, adquirirem poder de negociação junto a seus companheiros no que tange às relações estabelecidas com os mesmos, parece apontar para a questão do registro da ocorrência com posterior retratação.

Tal situação antes mencionada quando do caso de nossa entrevistada Vivian, também ocorreu em relação à Naná, conforme sua fala a seguir:

Fiz. [...] Acabei retirando a queixa. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

No caso de Naná, contudo, a mesma após retratação ou retirada da queixa, deu entrada no processo de divórcio, o que aponta para sua intenção de rompimento e não de negociação do relacionamento.

Abaixo, apresentamos relato de Ana Cristina, a respeito da primeira ocasião em que apresentou queixa contra seu ex-marido junto ao setor policial:

Em 2009, eu tinha feito um boletim de ocorrência, mas eu não representei contra ele na época. Foi o primeiro. Aí, eu fiz boletim, tudo. Saí da casa onde tava, fui morar com o meu irmão. Passei oito meses separada dele. Mas como ele falou que ele foi numa casa de dependente químico pra se tratar, tudo, e tava melhor. Confiei. E voltei a morar com ele. Aí, nesses quatro anos, aí começou toda a briga. Desses quatro anos, dois anos já tava voltando as brigas. Aí, eu engravidei, né? Tenho um filho de dois anos e meio. Só que não deu certo. Porque ele voltou pior. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos)

Pelo relato da Ana Cristina, observamos algumas implicações relacionadas a retirada da queixa por essa nossa entrevistada, à época em que realizou tal ação. Ana teria acreditado que o então companheiro estaria engajado em sua recuperação da dependência química e voltado a viver com o mesmo, porém constatou que as brigas continuavam e que “ele voltou pior”. Dessa forma, acabou apenas adiando uma separação que acabou por se concretizar anos mais tarde.

4.7. SOBRE VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS NA ATUALIDADE, MARCAS, POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

4.7.1. Sobre a violência vivenciada na atualidade e estratégias presentes

Sobre as narrativas das violências atuais

Em relação à indagação sobre estarem vivenciando violência, na atualidade, na relação com o parceiro ou ex-parceiro, tal tipo de situação foi mencionada dentre as dez mulheres entrevistadas, tão somente por duas, uma delas separada do ex-companheiro e a outra divorciada, mas morando na mesma casa, aguardando a divisão de bens.

O primeiro desses casos refere-se a Débora, conforme seu relato abaixo:

Sim. [ainda vivencio violência]. Porque ele liga né. Ele vai lá, ele fica brigando na porta, porque eu não abro a porta pra ele. Ele fica do outro lado lá, brigando, gritando do outro lado, e os vizinhos ficam olhando, não fazem nada. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Indagada sobre a natureza da violência que estaria vivenciando com esse tipo de comportamento do ex-marido, Débora afirma prontamente: “Violência psicológica”. E, assim, continua sua narrativa, entendida por ela como vivenciando ameaça:

[Ele] Fica só falando: vamos ver quem vai ganhar, vamos ver quem vai perder, quem vai ficar com o menino, que vai ficar com o apartamento, quem vai ficar com tudo, sabe. Fica ameaçando. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Conforme Débora afirma, trata-se de violência psicológica praticada pelo marido, que continua ocorrendo na atualidade não somente em relação a ela, mas igualmente em relação ao filho, conforme discutido em item 4.5.

Pelo relato, podemos observar as diferentes nuances de como se apresenta e se reveste a violência psicológica, em nível da realidade vivenciada por diferentes mulheres. Em seu caso, a de como seu ex-companheiro, diante de sua resistência frente a insistência de contato com ela, lembrando que a mesma possui medida protetiva, conforme mencionado em item 4.1, o mesmo passa, ao que parece, a fazer da violência psicológica que exerce sobre a entrevistada não somente uma estratégia de exercício de poder sobre a mesma, mas, igualmente, o que podemos considerar a promoção de um espetáculo público, no qual os vizinhos se colocam como meros espectadores, conforme a seguinte narrativa: “Ele fica do outro lado lá, brigando, gritando do outro lado, e os vizinhos ficam olhando, não fazem nada”.

Ao lado desse tipo de comportamento, vale destacar o quanto a violência psicológica pode revestir-se de estratégias que visam, no caso de nossa entrevistada, uma tentativa de enfraquecimento da mesma pela indução ao medo de um conjunto de perdas, como da guarda do filho, assim como do patrimônio, representado pelo apartamento, que poderiam configurar indicadores de outros possíveis tipos de violência futura, em termos de desdobramentos.

O segundo refere-se ao relato de Neide, cuja violência vivenciada é também de natureza psicológica, de acordo com a narrativa abaixo:

Ainda [vivencio violência] por causa do xingamento dele, né fia? Xingamentos, estúpido com todo mundo, comigo e com o menino, sabe? [...] [Ele] quer mandar muito nas coisas. Tem que ser tudo do jeito dele. Se você tira alguma coisa do lugar, depois ele já tá reclamando por aquilo. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Conforme podemos observar, o tipo de violência psicológica que Neide refere vivenciar com o ex-companheiro, diferentemente de Débora, se dá no próprio espaço privado da casa, não somente em relação a ela, mas, a um dos filhos que com eles convive. Vale lembrar que esse tipo de situação se dá, uma

vez que a mesma, embora divorciada, continua partilhando a mesma casa com o ex-companheiro.

Nesse seu relato, fato a destacar é o de que, ao lado da violência verbal manifestada na forma de agressividade em relação a ela e o filho, outro tipo de comportamento relacionado a tal violência refere-se ao autoritarismo que o mesmo buscava exercer em relação à organização da casa, ao apontar que agiria como se fosse o único proprietário da residência: “quer mandar muito nas coisas. Tem que ser tudo do jeito dele”.

Vale observar que embora algumas mulheres não façam referência à existência de violência na atualidade por parte de seus companheiros, chegam a relatar, como no caso de Clara dos Anjos, que continua vivendo com o companheiro, que foi agressor, que a não existência de violência se deve, ao que parece, à postura do que podemos designar de concessão que passou a adotar na sua relação com o companheiro, conforme relato a seguir:

Hoje eu aceito tudo o que ele fala, então não dá, não tem mais discussão. Se ele fala não vai fazer, eu não faço e... pra que não tenha discussão. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Destacamos esse tipo de discurso de Clara dos Anjos por entendermos que essa concessão poderia representar uma postura de submissão, em termos das relações conjugais e de gênero, a que muitas mulheres se submetem ao continuarem convivendo com seus companheiros que foram agressores.

Sobre as estratégias de enfrentamento e prevenção da violência atual

Diante da violência vivenciada na atualidade, Débora e Neide, nossas duas entrevistadas, relataram as seguintes estratégias diante de nossa seguinte indagação: Como a senhora procura enfrentar ou contornar a situação atualmente?

A propósito de tal questão, importante retomar relato já apresentado no item 4.1, pelo qual podemos observar como as circunstâncias de ser proprietário do apartamento facilita, ao ex-companheiro, seu acesso à moradia da nossa entrevistada, a despeito da mesma possuir medida protetiva.

No momento eu não to fazendo nada. Porque assim, como ele tem os dois controles do portão, porque tem o portão pequeno que é pra entrar pro apartamento e tem o portão grande que é onde passam os carros né, pra entrar pra dentro do condomínio, e ele tem os dois, aí eu conversei com a síndica, ela falou que não pode tomar porque ele é ex-morador e também o apartamento pertence a ele, né, então não tem como. Eu falei: Mas deve ter uma Lei, eu preciso saber o que eu posso fazer pra ele, pra impedir de ele entrar aqui, porque eu não quero ele aqui. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Diante do tipo de estratégia empregada pelo ex-companheiro, ao lado da manifestação pública que tal violência psicológica assume, podemos observar a própria dificuldade encontrada por Débora, que não consegue contar com a ajuda da polícia em situações em que seu ex-marido, em flagrante desobediência à referida medida protetiva, passa a ameaçá-la, conforme relato abaixo:

Aí pra eu abrir o portão pra polícia entrar, eu já tive muito essa dificuldade, de chamar a polícia, os policiais ficarem lá fora falando que não podia entrar porque ninguém abre o portão. Ninguém abre. [...] Aí eu tenho que... Como que eu vou passar por ele na porta. Ele está, por exemplo, eu estou aqui dentro, ele está do lado de fora, como que eu vou passar por ele. [...] Para abrir o portão. Não tem como porque fica longe o portão. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Vale sinalizar, em relação aos relatos de Débora, que diante da dificuldade em fazer valer a medida protetiva de que é portadora, ao relatar sua conversa com a síndica, evidencia o desejo de buscar novas estratégias, ao mencionar o seguinte: “Eu falei: Mas deve ter uma Lei, eu preciso saber o que eu posso fazer pra ele, pra impedir de ele entrar aqui, porque eu não quero ele aqui”.

Em relação à Neide, podemos observar a explicitação que faz no sentido do uso de novas estratégias, tendo em vista agilizar o processo de separação de bens, conforme relato abaixo:

Algumas coisas eu faço de conta que eu não vejo, entende? Eu dou desprezo. Não tô ouvindo. Deixo falar sozinho. Mas quando ele vem e quando ele parte pra uma discussão pesada, eu também não fico quieta. E agora eu vou começar gravar. Falei pro meu filho. É uma coisa que a gente vai fazer. Que a gente tendo a gravação, né? Ou fotos ou filmagem, a gente vai ter como resolver mais rápido. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No relato acima, Neide revela que na vida cotidiana busca, em geral, “não dar ouvidos” a comentários do ex-companheiro e, nas situações de conflito, afirma confrontar. Como estratégia para romper esse tipo de situação de violência, que ainda vive pela necessidade de repartir o mesmo espaço enquanto aguarda a divisão dos bens, Neide expressa o desejo de agilizar tal processo por meio de gravações, fotos ou filmagens que atestem a situação de violência em que ela e seu filho se encontram em relação ao ex-marido.

Embora somente duas entrevistadas, Débora e Neide, tenham narrado vivenciar violência na atualidade, conforme antes apresentado, vale considerar que algumas, em função da própria situação de vida atual, narrada em item 4.1, vivem em situação que consideramos de vulnerabilidade, notadamente diante do medo que ainda revelam em relação à situação vivida, sem a garantia de que a mesma não se repita na atualidade.

Isto se dá, ao que parece, especialmente em relação às mulheres que, embora separadas, precisaram recorrer às medidas protetivas, como ilustra o caso atual de Ângela, quando refere a seguinte estratégia que adota para sua própria proteção:

Então, assim eu tô enfrentando normalmente. Trabalhando, entendeu? Preocupada, com medo. Que a gente fica com medo, né? Pensando o que posso encontrar por aí, entendeu? E o que pode acontecer. É assim. Dessa maneira que eu tô enfrentando. Tô trabalhando porque eu preciso, né? Tenho que pagar minhas contas, né? Porque ele pagava tudo, entendeu? Então, aí... Mas, assim, com medo. Medo e preocupada. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha)

No caso dessa nossa entrevistada, embora revele estratégias no sentido de romper com a dependência financeira do ex-marido, buscando autonomia através do trabalho remunerado, relata, no entanto, viver num clima de medo e preocupação, o que apontaria para suas condições de vulnerabilidade, no

momento da entrevista, vulnerabilidade essa quer social, quer psicológica, uma vez que pela sua narrativa, a despeito da separação, não acredita que tenha rompido, de fato, com a situação de violência em relação a seu ex-companheiro.

Outra entrevistada com medida protetiva e, a exemplo de Ângela, em condições de vulnerabilidade social e psicológica, refere-se à Hilda, que se encontrava, no momento da entrevista, numa situação de medo em relação ao comportamento do ex-companheiro, uma vez que, segundo relatos apresentados anteriormente, a mesma encontra-se sob ameaça de morte.

Segura, eu não me sinto segura. Eu me sinto, eu tô bem mais informada. Eu aprendi a ter estratégia pra me proteger. Assim, horário, assim, de sair de casa. O dia que eu sei que ele tá aí, que ele fica, ele trabalha no interior. Os dias que ele tá aí eu fico mais atenta. Só que eu não espero atitude dele. Ele chegar e vir até a mim fazer mal. Eu espero, assim, eu acho que ele, a capacidade dele é de mandar alguém [matá-la]. Tipo, se eu não poder ir. Se ele descobrir que eu moro aqui, eu acho que ele põe alguém pra fazer algo contra a minha pessoa. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

No caso de Hilda, o aprendizado que revela relaciona-se à estratégia para se proteger, notadamente no espaço público, pelo risco que aponta de um possível encontro com ex-companheiro e a imprevisibilidade que possui em relação ao seu possível comportamento violento, a ponto de colocá-la em risco de morte. Daí seu cuidado em preservar em sigilo seu próprio endereço.

Podemos observar, pelos relatos acima de Débora, Ângela e Hilda, que, independentemente de terem realizado a denúncia da violência, de que foram objeto, essas denúncias não garantiram, em si, a proteção desejada pelas mesmas, daí, em tais casos, as mesmas necessitarem ser acompanhadas de medidas protetivas.

No entanto, consideramos importante destacar que, nem a denúncia, nem a própria medida protetiva passaram, nos casos dessas nossas entrevistadas, a representar proteção à mulheres, o que aponta para a complexidade de que se reveste a aplicação da Lei Maria da Penha, em termos da real proteção das mulheres que vivem em situação de violência em nosso meio, notadamente em termos da prevenção da violência, em seus diferentes

aspectos. Isto por considerarmos que tal prevenção implicaria um trabalho que entendemos ser de natureza institucional e interdisciplinar, o que nos leva a pensar a implementação da referida Lei contemplando, necessariamente, uma rede de serviços destinados à proteção da mulher em seus diferentes níveis de necessidades (PASINATO, 2011).

4.7.2. Sobre marcas presentes

Ao considerarmos as marcas originadas de situações de violência pelas quais passaram, podemos observar, a partir das falas de nossas entrevistadas, o que resgatam como marcas e os significados que as mesmas assumem em suas vidas, no momento atual.

Nos relatos de Débora e Naná, destacam-se como tais marcas passaram a interferir em novos relacionamentos afetivos e sexuais.

Débora: Revolta e desconfiança

Eu fiquei muito revoltada! Nossa! Muito revoltada. Aí eu tenho que lidar com isso também né. Se eu pudesse eu não sei nem o que eu faria com os homens, com todos, porque por causa de um, todos pagam né. Por causa de um a gente acaba julgando todos. Hoje eu já não confio mais, não confio nem pra ter amizade, não confio mais. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Como observamos acima, a questão da revolta e da desconfiança parecem apresentar-se como traços significativos das marcas que resultaram da situação de violência vivida por essa nossa entrevistada, que passou a generalizar seu julgamento a todos os homens atribuindo a eles desconfiança para qualquer tipo de relacionamento, seja afetivo-sexual ou mesmo amizade.

Vale observar que tal revolta de Débora relaciona-se ao fato de, conforme mencionado anteriormente no item 4.1, apesar de separada, ainda vivenciar violência, notadamente psicológica, por parte do companheiro que

não respeita, inclusive, a própria medida protetiva judicial, ameaçando a mesma com a perda do filho e mesmo do patrimônio.

Naná: Medo do ciúme e desconfiança

Ah, marca, marca. A gente, às vezes, a gente tinha, até pega quando a gente vê uma pessoa em violência. Inclusive, agora mesmo, já fez cinco, já fez seis anos que eu tô divorciada, mês de agosto, apareceu um senhor querendo namorar comigo e tudo, né? Aí, deu trabalho pra mim poder aceitar. Agora, eu tô namorando, né? [...] Deu trabalho pra mim aceitar. Porque eu achava que todo homem... Eu não queria saber de homem na minha vida. Então, quer dizer, que ficou marcado isso aí. E alguma coisa que, às vezes, ele faz... Faz um ano agora em agosto, vai fazer um ano que a gente se conheceu, né? Mas alguma coisinha que ele faz, assim, que eu vejo que dá ciúme, alguma coisinha de ciúme, assim, eu já fico, já fico com o pé atrás, né? Porque quem passou uma vez, pra passar duas, não dá. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados). (relato já usado na história inicial de Naná)

No relato de Naná, acima, observamos a desconfiança em relação aos homens, a exemplo de Débora. Nesse caso, porém, a desconfiança relaciona-se à questão do ciúme excessivo do ex-marido, mencionado em relato do item 4.1. Ao atribuir, após a separação, esse tipo de característica a todos os homens, tal fato dificultou novos relacionamentos. Embora, tenha, ao que parece, relativizado essa generalização, a marca em relação ao ciúme do ex-companheiro encontra-se presente quando revela, seu comportamento em relação ao atual namorado: “alguma coisinha que ele faz, assim, que eu vejo que dá ciúme, alguma coisinha de ciúme, assim, eu já fico, já fico com o pé atrás”.

Em relação à Neide e Clara dos Anjos, podemos observar que tais marcas relacionam-se, por um lado, no caso de Neide, a privações materiais no âmbito da vida doméstica, ao lado do controle do marido em relação à sua autonomia e, por outro, no caso de Clara dos Anjos, à humilhação, ao lado do desprezo e da exclusão familiar que relata estar vivenciando.

Neide: privações e controle

Marcou. Marcou muito. Marcou muito, porque eu não merecia isso, sabe fia? Porque eu sempre fui uma dona de casa, criei meus filhos dentro de casa, né? Ele não me deixava

trabalhar fora. Depois, ele começou a não me deixar nem dinheiro pra um remédio pro menino, que o menino vivia com febre. Quem me arrumava os remédio era uma moça que trabalhava no posto, que morava aqui na frente. Aí, pedi que se ela pudesse, né? Ela falou "-Não, dona Rose. Tenho até em casa os remédios de febre." Ele passava muita febre. Tinha muita garganta inflamada. Aí ela foi lá, pegou o remédio e me trouxe. Que não deixava nenhum cruzeiro. Antigamente era no cruzeiro, sabe fia? Aí, eu tomei um atitude de fazer alguma coisa. Que eu ajudava minha cunhada, quando era solteira fazer bolos pra fora, sabe? Doces, bolos, salgados. Eu falei. "-Eu sei fazer um monte de coisa." Comecei a assistir bastante a televisão também, sempre parece alguma coisa, né? Aí comecei, comecei fazer uns doce pra vender aqui, uns bolo. Aí a molecada gostava do cheiro do bolo de chocolate longe, né? Aí, vinha tudo comprar. Aí, foi assim que eu comecei. Fiz até, tive uma bomboniere na frente da minha casa. Já por causa deles, pra mim ter um dinheirinho pra mim, pra colocar as coisa em casa também, né? Que ele não queria, não. Ele: "-Essa molecada na porta, enchendo o saco aí. "Eu falei: "-Não. Mas tô vendendo. De noite vinha bater... (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Ao identificar, como marcas significativas, as privações vividas, do ponto de vista financeiro, pela recusa do companheiro em prover as necessidades básicas da família, ao mesmo tempo em que a impedia de trabalhar fora, nossa entrevistada, acima, apresenta uma narrativa na qual podemos observar que ao mesmo tempo que tais privações geravam trauma, também parecem ter atuado como motivadoras para a superação de tal situação, através da busca de autonomia financeira, tomando, como ponto de partida, a confecção artesanal de doces e bolos para venda, o que abriu as possibilidades para o rompimento do rígido controle a que era submetida, quando afirma: "Fiz até, tive uma *bomboniere* na frente da minha casa [...] pra mim ter um dinheirinho [...] pra colocar as coisas em casa também, né? Que ele não queria não [...] Eu falei: não. Mas eu to vendendo". No caso de Neide, esse começo parece bem ilustrar a relativa autonomia que conseguiu em sua vida em relação ao companheiro, que embora divorciada, encontra-se ainda vivendo com o mesmo, enquanto aguarda a venda da casa.

Clara dos Anjos: Humilhação, desprezo e exclusão familiar

A maior dor foi quando ele me humilhou diante a família dele porque até hoje, tem uma festa, alguma coisa assim, a família dele, ela me exclui, então... eu não tenho... E a minha família são muito reservada, cada um com a sua ---, e quando tem algum evento, final de ano, que vai pra casa da família dele, eu tenho que ir, por causa que o Gabriel e a Bruna vai, e acaba que é o desprezo, tem muito desprezo. [...] E eles falam o tempo todo, eles falam ela [nossa entrevistada] é vagabunda, é isso, é aquilo outro. Na nossa família... porque eles sempre, todos eles têm muito dinheiro, e o mais pobre é o meu marido que não soube gastar o dinheiro dele mas, mesmo assim, ele ainda tem um... um... [hábito] de se impor né, eu não. Como eu

posso explicar pra você, se a gente vai num almoço, numa mesa tem várias colheres, vários copos, pra mim um prato de comida, um garfo e uma faca pra mim é o suficiente, então ele fala: ó, tá vendo, a Anastácia [referência à um nome de escrava] tem que ficar na senzala, não é aqui no nosso lado. É isso que... machuca mais. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada). (relato já utilizado anteriormente)

Conforme fala acima, a questão da humilhação apresenta-se para Clara dos Anjos como traço distintivo da marca que relata possuir, o qual encontra-se estreitamente relacionado aos sentimentos de desprezo e de exclusão familiar que manifesta sentir em relação à família do marido, com o qual convive.

Ao observarmos esse tipo de relato e resgatarmos outros anteriormente apresentados, notadamente quando se refere à violência física que sofreu do companheiro, apresentado no item 4.3, violência por parceiro íntimo, podemos inferir a situação não somente de resignação a esse tipo de situação vivida, mas, igualmente, a submissão ao poder masculino, no caso do parceiro. Isto tendo em vista que ao refletir sobre traumas, a própria violência física a que foi submetida parece diluir-se de maneira naturalizada, restando como marca, bastante significativa, a violência psicológica e moral a que seu relato parece sugerir quando afirma em relação à fala de familiares: “acaba que é o desprezo, tem muito desprezo. [...] E eles falam o tempo todo, eles falam ela [nossa entrevistada] é vagabunda, é isso, é aquilo outro”. Ilustra, igualmente, tais tipos de violências a seguinte asserção atribuída como fala do próprio marido em relação à sua inabilidade no uso de talheres à mesa: “ó, tá vendo, a Anastácia [referência à um nome de escrava] tem que ficar na senzala, não é aqui no nosso lado”. Daí, podemos entender o porquê de tal tipo de vivência representar o tipo de violência maior a que é submetida, quando afirma: “É isso que... machuca mais”.

Nos relatos abaixo, o desencanto, no caso de Ana Cristina, em relação à vivência quer da violência física, como da psicológica, pode ser entrevisto como a marca que faz do companheiro um estranho. Por outro lado, no caso de Clarice, um sentimento de desencanto também pode ser observado pela manifestação da carência e vazio existencial presentes em sua fala.

Ana Cristina: desencanto e estranhamento do parceiro

Marcou. Marcou, porque você acha que conhece o seu companheiro, você acha que vai ter uma convivência boa. Assim, brigas no casamento? Tem. Discussão? Tem. Porque eu vivo com o meu pai, minha madrasta e tem brigas. Por coisa boba. Boba. Mas o meu pai tá acamado. Não tá tendo a vida social dele que ele gostaria, fica nervoso. Aí a companheira dele não entende e existe brigas. Mas o que não pode existir é a violência. Tanto como a psicológica, como a física. Hoje eu vejo. Então, daqui pra frente, a gente vai ter um outro companheiro? Vai ou não vai, mas você tem que pensar muito, muito pra quem você vai colocar dentro da sua própria casa. Eu tenho uma filha adolescente e tenho um filho, também. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

No relato acima, de Ana Cristina, o desencanto se manifesta na constatação de que a idealização do que seria o companheiro, desfaz-se no cotidiano da vida conjugal porque, ao lado de brigas que considera naturais, as violências física e psicológica, mas também a moral, conforme relato anterior (item 4.3), passam a caracterizar a realidade de sua vida após o casamento. Daí podermos observar seu temor em relação a um outro companheiro que passe a configurar uma vida familiar.

Clarice: carência e vazio existencial

Me marcou totalmente. Me marcou totalmente e, assim, hoje em dia infelizmente eu ainda vejo como um período que eu não quero lembrar. [...] Mas, ao mesmo tempo, eu sinto uma carência muito grande porque eu sei que não posso me dedicar a uma pessoa agora que vai entrar na minha vida e, ao mesmo tempo, eu não sei como que eu vou começar a construir isso de novo, né? Porque eu acho que uma boa relação, ela é construída através de degraus. Mas eu sinto como se eu não conseguisse mais começar dos degraus menores. Como se eu tivesse que começar uma relação já de um degrau mais alto, mas como que eu vou subir pra esse degrau mais alto com uma nova pessoa? É bem, bem complicado. É uma lacuna muito grande e que, assim, quando... Eu procuro viver minha vida conforme, resolver os problemas que eu tenho que resolver, dar uma melhor solução pras minhas necessidades imediatas. Mas sem pensar muito no meu passado. Porque eu vejo que nas poucas vezes que eu penso um pouco mais no meu passado, dói muito. [...] Porque eu sei que foram sonhos meus que foram desfeitos e expectativas minhas que eu não sei bem até onde são minhas e até onde foi da sociedade que encucou na minha mente, mas de qualquer forma agora são minhas que não foram alcançadas e que deixam como se fosse um vazio. Vazio que eu tento preencher com outras coisas, mas que eu sei que eu não consigo e não sei se algum dia eu vou conseguir totalmente. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

No relato acima, de Clarice, marcas da violência vivida rejeitam, podemos dizer, memórias de um passado que a mesma não deseja lembrar pela dor que o mesmo ainda gera no agora de sua existência. Essa dor, devido a sonhos desfeitos e expectativas frustradas de um futuro idealizado, mas não realizado na companhia do ex-companheiro faz com que a mesma, ainda jovem, em seus trinta anos, coloque sua vida atual como um vazio, que não sabe preencher e que sugere sua carência e desesperança em relação à construção de um novo sentido para sua vida, que revela não saber por onde começar, numa simbologia de degraus que deverá subir, no caso, em relação à construção de um novo relacionamento afetivo-sexual. Daí, decidir por viver em função da (re)solução de necessidades imediatas, porque, ao que parece, rever o passado seria refletir sobre os primeiros degraus pelos quais não saberia mais (re)começar a caminhar no sentido de um novo relacionamento. Assim, podemos aventar a ideia de que a marca que traz consigo poderia ser representada por todo um passado que permanece nebuloso, mas latente, teimando em ser desvelado, mas, constantemente bloqueado por reflexões metafóricas da mesma.

No caso de Hilda e Fiamiris, as marcas da violência se apresentam na forma de sentimentos de perda, embora de diferentes naturezas.

Hilda: perda material

Marcou. [Suspiro] As marcas... O momento mais difícil da minha vida, hoje, é quando abro o guarda-roupa pra pegar uma roupa pra usar. [...] Todos eles, assim, foi marcante. Mas quando eu tomo banho, que eu vou no guarda-roupa pegar uma roupa, dói. Às vezes, eu sento na cama e choro. Sim, porque além de eu trabalhar e comprar, eu ganhava muita. As pessoas... Eu ganhava no meu aniversário, no aniversário mesmo, eu ganhei, eu ganhei uns cinco terno. Assim, eu trabalho de social, aí "O que que eu vou dar de presente?" Eu tenho uma amizade muito grande, assim, amizade de pessoas... Assim, gostam de mim de verdade, que demonstra, né? Eu ganhei um sapato, acho que duzentos e dez reais, o sapato. Eu não tinha usado ainda, o scarpin, e tinha uma sandália vermelha. Eu usei uma vez só. Roupa, assim, roupa íntima. Meia. Sabe? Graças a Deus eu tinha, não tinha dificuldade. Eu podia ficar duas, três semanas só tirando [roupas]. Hoje... [Suspiro] É complicado, é difícil. Tô conseguindo falar sem chorar, graças a Deus. Mas o momento pior da minha vida hoje, é o guarda-roupa. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Se as marcas referidas, anteriormente, por nossas entrevistadas, revelam-se na trama das diferentes relações humanas por que passaram, e

que permanecem como marcas oriundas desses próprios relacionamentos, no caso de Hilda, interessante observar que a marca mais significativa de sua vida não se revela no tipo de experiência de violência vivida com o parceiro em si, mas no resultado material da mesma, qual seja, a perda de suas roupas desse passado de violência, consideradas especiais, quer compradas ou ganhas.

Assim, ganha significado em seus relatos sua seguinte narrativa: “As marcas... O momento mais difícil da minha vida, hoje, é quando abro o guarda-roupa pra pegar uma roupa pra usar.” Embora não desconsidere outros fatos marcantes de sua vida, diante da perda de seu guarda-roupa num episódio de incêndio colocado pelo próprio marido como última forma de violência praticada, mesmo estando separados, conforme mencionado em item 4.3, tal perda referida ganha expressão diante de sua seguinte afirmação: “Todos eles, assim, foi marcante. Mas quando eu tomo banho, que eu vou no guarda-roupa pegar uma roupa, dói. Às vezes, eu sento na cama e choro”.

Vale considerar que, talvez, a significação que tal guarda-roupa sinalize, em termos de suas memórias, passe pela representação que traz de um momento em que a mesma não passasse privações para a aquisição desse tipo de bens, que a mesma valoriza até hoje, o que parece ser indicado na seguinte fala que traz: “Graças a Deus, eu tinha..., não tinha dificuldade. Eu podia ficar duas, três semanas só tirando [roupas]. Hoje... [Suspiro] é complicado, é difícil. Tô conseguindo falar sem chorar, graças a Deus. Mas o momento pior da minha vida hoje, é o guarda-roupa”.

Fiamiris: perda do filho e ofensas de irmãos

Então, assim, meus irmão eles gostava de bater na gente. A gente tinha que, eles, tinha que fazer o que eles queriam, assim, a gente apanhava e minha mãe não conseguia defender porque é um monte de irmão que eu tinha. [...] A gente era assim: A fedida, cabelo, cabelo de bosta! Sabe assim, uns tipo de coisa assim sabe. [...] Então é um tipo de coisa assim. Eu falo assim: Eu não tenho saudade daquilo. Eu prefiro outro espaço pra mim, não que eu vou sofrer isso de novo, mas assim, eu acho que deixa marcas, e assim era mais comigo e com a minha irmã, abaixo de mim. A minha irmã mais velha não tem isso porque a minha irmã mais velha minha mãe defendia ela. Porque assim, a mãe quis ter ela e não quis ter nós e ela deixava bem claro isso, que ela não queria ter tido nós. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

[Sobre marcas] Do meu filho. [...] É, muito marcante. [...] O meu marido é alcoólatra né, então aí meu filho também começou a usar drogas e tal e também começou a vender drogas. [...] Aí no último dia que eu fui lá no Caps, pra avisar pra eles, que [meu filho foi morto pela polícia e perguntar] se eu ia continuar no grupo de família, porque daí meu filho tinha falecido, aí... [chora] é difícil pra falar do meu filho... é difícil [voz chorosa]. Aí eu fui lá e falei pra elas e aí elas me falaram da Casa [Viviane]. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

No caso de Fiamiris, podemos destacar dois tipos de marcas a que se refere, em seus relatos, como sendo significativas.

A primeira, retomando relato já apresentado em item 4.2: sobre violência na família de origem, no qual apresenta experiência traumática que traz da infância, quando ela e sua irmã mais nova eram ofendidas e ridicularizadas, numa situação de violência verbal, pelos irmãos mais velhos, como forma de discriminá-las em relação aos outros membros da família, inclusive sua irmã mais velha, considerada, por ela, como protegida pela mãe em relação a tal tipo de violência psicológica.

Vale observar, no entanto, que reitera como a marca mais significativa a perda de seu próprio filho, assassinado pela polícia, conforme mencionado em item 4.1, que ao lado do pai alcoólatra, usava também drogas, tornando-se, inclusive, comerciante de entorpecentes, ainda jovem.

Embora não revele nenhuma marca em relação ao parceiro íntimo, vale mencionar que episódios de violência de sua vida conjugal passaram a ser desvelados, como tais, quando a mesma passou a frequentar a Casa Viviane, conforme mencionado em relato acima, onde passou não somente a frequentar grupos terapêuticos e de reflexão, assim como a se engajar em movimentos sociais, a exemplo das Mães de Maio, mencionado no item 4.1.

Finalmente, nos relatos de Ângela e Vivian, podemos observar como marcas do passado se entrecruzam no presente de maneira significativa para mulheres que vivenciam violência doméstica.

Ângela: decepção e trauma da violência entre os pais

Assim, é muito cedo pra gente falar, né? Se deixou marca, sim ou não. É muito triste você, você ver a pessoa de uma forma, depois você começar enxergar de outra. O pessoal fala:

"Verdadeiramente a gente só conhece a pessoa na hora que tá separando." Não sei. Então, por enquanto não posso dizer assim que deixou marca, que eu fiquei traumatizada. Não sei. Assim, na hora, no momento [de ocorrência de violência do parceiro em relação a ela], eu tremia muito. Eu fiquei muito nervosa, muito mesmo. Porque eu vi ali que ele poderia ter feito alguma coisa contra a minha vida. Mas a minha preocupação, na verdade, no momento, não era nem eu e nem a minha filha, por incrível que pareça. A minha preocupação, no momento, era minha neta. Sabe por quê? Ó você como é as coisa, porque eu voltei na época que eu passei por isso. Eu era criança, entendeu? [...] Então, minha única preocupação era ela. Nossa, quando ela começou a gritar que ela ficou com o olhinho arregalado, eu, nossa, eu pirei na hora. Só que de pirar, fiquei desesperada. Catei a minha neta e sai daqui. Arrastei minha filha e falei: "Vamo embora." Não admito que meus netos e meus filhos passem por isso, porque eles vão ficar como eu fiquei, entendeu? [...] Mas, assim, depois eu fiquei tranquila. Ela nem lembra. Ela nunca acho que lembrou o que aconteceu, mas não... Só o tempo vai dizer se, realmente, ficou alguma sequela. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Embora tenha vivenciado episódios de violência em relação ao parceiro, conforme item 4.3, no relato acima Ângela refere ainda não saber identificar a existência, ou não, de marcas resultantes de tal vivência.

No entanto, vale observar que nesse seu relato parece evidenciar-se, de maneira significativa, marcas latentes do passado, relativas à violência praticada, no caso, pelo padrasto em relação à sua mãe. Isto quando a mesma parece reviver sua própria experiência na convivência com os pais, ao colocar-se no lugar da filha e da própria neta, em momentos de discussão entre ela e seu próprio parceiro.

Nesse sentido, vale destacar o momento de sua narrativa acima, quando revela seu tipo de preocupação com a própria neta, ao afirmar: "A minha preocupação, no momento, era minha neta. Sabe por quê? Ó [olha] você como é as coisa, porque eu voltei na época que eu passei por isso. Eu era criança."

Outra passagem de seu relato, que manifesta tais experiências do passado, como marcas traumáticas da violência vivenciada em relação a seus pais, que se encontram presentes de maneira significativa em sua atual vida cotidiana, é exemplificada na seguinte fala que profere: "Não admito que meus netos e meus filhos passem por isso, porque eles vão ficar como eu fiquei, entendeu?".

Vivian: traumas das violências praticadas pelo pai em relação à mãe

Então, até um ponto, foram... feridas, bastante feridas, essa situação dos meus pais, ela por um lado ela me abriu muitas feridas, por outro ela me fortaleceu muito, na questão da minha personalidade, ela me montou, ela me ajudou a me montar, sabe, que tudo tem os dois lados né, então realmente a situação dos meus pais pra mim teve os dois lado. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Em relação à Vivian, a explicitação de que as marcas que traz representam vivências do passado apresenta-se revelada, em sua narrativa acima, quando consideramos que a vivência da relação entre seu pai e sua mãe tanto na infância, como na adolescência, ocorreu sob o signo das diferentes modalidades de violência, onde o mesmo submeteu não somente sua mãe, mas igualmente toda a família a uma situação de violência, conforme amplo relato apresentado em item 4.2, sobre a violência na família de origem. Importante lembrar desse relato mencionado onde, desde tenra idade, Vivian viu-se compelida a desempenhar o papel de protetora da própria mãe, ao lado dos irmãos.

Daí, ser expressiva sua afirmação seguinte: “foram... feridas, bastante feridas, essa situação dos meus pais”, pois, a mesma permite revelar como a questão de se compreender ou de se buscar explicar marcas da violência, trazidas por mulheres, dificilmente podem ser apreendidas a partir de simples aspectos ou de indicadores, uma vez que as mesmas se revelam a partir de uma rede complexa, onde presente e passado se entrecruzam de maneira peculiar.

As marcas apontadas por nossas entrevistadas relacionam-se notadamente ao sofrimento psíquico vivido pelas mesmas, o que vai ao encontro da literatura, onde, mesmo na presença de marcas físicas e corporais, como é o caso das entrevistadas de ARRUDA et al. (2014) que tiveram seus corpos queimados, as marcas mais profundas não encontram-se nos mesmos, mas são deixadas pelo intenso sofrimento social e psíquico.

4.8. GÊNERO E VIOLÊNCIA

Ao buscarmos explicitar algumas relações entre gênero e violência, julgamos pertinente relembrar uma das primeiras considerações acerca do tema, a de que gênero não significa o mesmo que sexo (LOURO, 1996; PISCITELLI, 2011) tendo em vista que “enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino”(LOURO, 1996, p.9).

Cabe, igualmente, diferenciar estudos de gênero de estudos de mulheres, uma vez que um dos pressupostos básicos dos primeiros é o de não mais focalizar, como objeto de estudo, somente as mulheres, “mas, sim, os processos de construção da feminilidade e da masculinidade ou os sujeitos femininos e masculinos”. Nessa perspectiva, a ideia presente é a de que “os sujeitos se produzem em relação e na relação” (LOURO, 1996, p.9-10).

Muito embora complexas questões epistemológicas envolvam tal tipo de discussão, consideramos o presente estudo, a despeito de focar mulheres como sujeitos da pesquisa, como tangenciando algumas questões de interesse para a abordagem de gênero, tendo em vista as anteriormente apontadas questões da desigualdade e da iniquidade e termos tomado, como pressuposto básico, a ideia da relação, essencial em estudos de gênero, em detrimento de uma mera polaridade entre homens e mulheres, entre masculino e feminino que reduziria a complexidade de que se reveste tal problemática, por colocar a mulher, muitas vezes, como vitimizada, vivenciando tão somente uma histórica e tradicional subjugação pelo exercício da dominação masculina, reconhecida como poder patriarcal.

Na literatura especializada, podemos observar o quanto a concepção de gênero passa a se afirmar como relevante categoria para explicar historicamente as desigualdades e diferenças, categoria essa entendida como atravessando várias outras formas de desigualdades e diferenças, por encontrar-se em diferentes momentos históricos e sociedades, ao longo da história da humanidade.

Procurando demonstrar a relevância do termo gênero para os estudos históricos, Joan Scott apresenta estudo considerado clássico, no qual traz os fundamentos considerados essenciais para a construção de uma teoria ou perspectiva de gênero, assim como de uma nova concepção de história. Como desafio encontra-se a questão central, colocada pela autora, qual seja, a de como conceber a realidade social em termos de gênero.

Partindo dos pressupostos da importância de se rejeitar o caráter fixo da oposição binária entre homens e mulheres e a necessidade de desconstrução e historicização da diferença sexual, com base na perspectiva de Jacques Derrida, essa autora entende oferecer condições para teorizar práticas e desenvolver gênero como categoria de análise.

Para tal, SCOTT (1995) apresenta sua definição de gênero como constituindo-se basicamente de duas partes ligadas entre si, mas que considera como analiticamente distintas, conforme descrição, a seguir:

O núcleo essencial da definição [de gênero] baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.11).

No excerto abaixo, de LOURO (1995), podemos observar a relevância que a concepção de poder, de Michel Foucault, apresenta para o emprego da categoria de gênero, segundo a definição formulada por Joan Scott, antes mencionada, pela abertura que oferece às transformações sociais, ao rompimento com as desigualdades de gênero e ao respeito às diferenças.

O reconhecimento da articulação de diversas categorias (classe, etnia, gênero, orientação sexual, religião...) nos conduz, também, a perceber e a conceitualizar de outro modo as relações de poder. Assim, as análises que apontam para a mulher dominada *versus* o homem dominante parecem sofrer, agora, de uma grande simplificação. Para sermos capazes de incorporar as complexas articulações que constituem os sujeitos – como homens e mulheres, brancos (as), negros(as),

índios(as), orientais, adultos(as) ou crianças, cristãos/cristãs e muçulmanos(as), ricos(as) e pobres... – precisamos pensar o poder também como uma rede complexa, numa conceituação que se aproxime das proposições de Michel Foucault. Precisamos pensá-lo muito mais como uma ação que é exercida constantemente entre os sujeitos e que supõe, intrinsecamente, formas de resistência e contestação, do que como algo que é possuído apenas por um pólo e que está ausente no outro (LOURO, 1996, p.16).

Nosso propósito, com tais considerações iniciais nesse presente item, é propiciar ao leitor identificar, nas diferentes narrativas aqui apresentadas, como questões de gênero se descortinam na vida cotidiana de mulheres vivendo situações de violência e como as mesmas se colocam frente a elas, em função de suas circunstâncias de vida, como sujeitos de direitos, ou não.

4.8.1. Sobre a busca por autonomia e empoderamento da mulher frente à situação de violência

Os processos de violência vivenciados pelas mulheres entrevistadas, em suas trajetórias de vida, conduziram a maioria das mesmas à busca de autonomia e empoderamento, tendo em vista o almejado rompimento com tal tipo de situação ou a transformação da relação de opressão.

Em relação ao sentimento de segurança e à aquisição de informações acerca de seus direitos, na atualidade, a quase totalidade de nossas entrevistadas afirma sentir-se segura, com exceção de Hilda e Ângela, que relatam sentirem-se melhor informadas, mas não seguras.

Como exemplo do sentimento de segurança, expresso pela maioria das mulheres, apresentamos abaixo o relato de Clarice:

Sim. Muito. Muito mais segura. Mais informada, totalmente. Hoje em dia eu acho que tem uma frase que é bem, que eu gosto muito que é 'Quem quer, arruma um jeito. Quem não quer, uma desculpa.' Então, às vezes, a mulher tá muito fragilizada e ela arruma uma desculpa. "Eu não posso sair dessa relação porque eu dependo financeiramente do meu marido." Mas isso não é verdade. Porque quando ela se sente segura, quando ela se sente bem emocionalmente, ela vai arrumar um jeito de arrumar outras condições, de arrumar condições financeiras pra se

manter, ela e a família dela, pra sair daquela situação de violência também. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pelo relato acima, observamos que nossa entrevistada Clarice considera o sentimento de segurança como primordial para que a mulher possa transformar sua situação de vida. Isto tendo em vista que a partir da situação emocional resolvida, a mulher teria condições de transformar sua situação financeira e, assim, romper com a situação de violência, pela emancipação e conquista da autonomia. Consideramos, assim, que o sentimento de segurança seria o mobilizador da vontade na direção de novas e importantes conquistas.

Duas de nossas entrevistadas, já mencionadas, relatam que sentem-se mais informadas, atualmente, mas não seguras. Uma delas é Hilda e seu relato segue abaixo:

Mais segura... Segura, eu não me sinto segura. Eu me sinto, eu tô bem mais informada. Eu aprendi a ter estratégia pra me proteger. Assim, horário, assim, de sair de casa. O dia que eu sei que ele tá aí, que ele fica, ele trabalha no interior. Os dias que ele tá aí eu fico mais atenta. Só que eu não espero atitude dele. Ele chegar e vir até a mim fazer mal. Eu espero, assim, eu acho que ele, a capacidade dele é de mandar alguém [matá-la]. Tipo, se eu não poder ir. Se ele descobrir que eu moro aqui, eu acho que ele põe alguém pra fazer algo contra a minha pessoa. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Nossa entrevistada Hilda encontrava-se, no momento da entrevista, separada do companheiro, mas este teria feito ameaça de morte à mesma, pelo que nossa entrevistada parece ainda temer. Consideramos, assim, que pelo sentimento de insegurança, Hilda tenha buscado como estratégia para se defender, o sigilo de seu novo endereço.

Ângela, por outro lado, aponta para a situação da segurança do país em que vivemos, conforme relato a seguir:

Mais segura e mais informada? Acho que segura ninguém tá. Segurança, no nosso país, é uma coisa, assim... Absurdo a gente falar: "A gente tá segura." A gente não tá. Então, informação a gente tem que procurar e correr atrás, entendeu? Eu tive essa informação, sabia dos meus direitos, tudo porque eu estudei. Porque, senão, talvez eu não saberia da metade do que eu sei hoje. Então, segurança... Isso aí a gente tem que correr atrás mesmo. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Ainda que Hilda relacione seu sentimento de insegurança à ameaça de morte recebida do ex-companheiro, e Ângela remeta à situação da (in)segurança em nosso país, ambas referem que estão informadas acerca de seus direitos, e já fizeram uso dos mesmos, considerando que estão sob proteção da medida de urgência, como mencionado em item anterior. Isso nos leva a considerar que a simples aquisição de informações e o acesso aos recursos jurídicos disponíveis não são suficientes para que a mulher possa sentir-se segura, tendo em vista que diversas condições, tanto individuais quanto sociais e programáticas, para lembrarmos dos princípios básicos da concepção de vulnerabilidade apresentada por AYRES (2009b), estão relacionadas não somente à questão da segurança, mas também à situação de violência vivenciada por tais mulheres.

Dessa forma, ressaltamos, mais uma vez, a importância de existência do aparato institucional, governamental ou não governamental, organizados em rede, de naturezas intersetorial, multi e/ou interdisciplinar necessários, dada a complexidade das demandas quando se trabalha com mulheres em situação de violência (D'OLIVEIRA et al., 2009).

Eu Aprendi...

Quando convidadas a tecer considerações acerca do que aprenderam em suas trajetórias de vida, vivendo situações de violência, todas as mulheres entrevistadas relataram ter aprendido algo importante para a sua própria existência. Na maioria dos casos, o aprendizado encontra-se relacionado ao denominado processo de empoderamento, onde são mencionados o aumento da auto-estima, assim como o auto-reconhecimento do valor das mesmas, como cidadãs autônomas, independentes e, portanto, como sujeito de direitos.

Dentre nossas entrevistadas, três delas se destacaram por narrativas que apontam para um aprendizado de gênero, que contempla a mulher em termos de igualdade e equidade em relação aos direitos dos homens. Tratam-se de Naná, Fiamiris e Ângela.

Nossa entrevistada Naná celebra, em sua fala abaixo, a autonomia e a liberdade como valores fundamentais, notadamente para mulheres vivendo em situação de violência:

Eu aprendi ser livre. Aprendi ser livre. Fazer o que eu quero, o que eu gosto. [...] De cinco anos pra cá, eu fiz coisas que eu gostava. Não coisas errada. Porque a gente não precisa fazer coisa errada pra gente ser feliz. Eu aprendi, principalmente aqui com as psicólogas, com as assistente social, com... Com eles mesmo aqui [Casa Viviane], aprendendo cada vez mais. A gente vai pros passeios, a gente vai pros lugares. Então aprendi ser livre. Fazer as coisas que a gente tem que fazer. Se a gente é livre, a gente tem que fazer o que a gente tem vontade (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Pelo relato de Naná, observamos que a mesma parece realizada com o recente aprendizado relativo ao exercício de sua liberdade, evidenciado quando a mesma afirma, de maneira reiterada: “aprendi ser livre”. Tal celebração relaciona-se à valorização de poder, nessa liberdade, realizar o que deseja ou quer, o que gosta. Daí apresentar-se como bastante expressiva, sua afirmação final: “Se a gente é livre, a gente tem que fazer o que a gente tem vontade”.

Assim, podemos considerar a possibilidade do aprendizado de viver em liberdade, no caso de mulheres que vivenciaram violência, como um processo possível de ocorrer a partir da desconstrução da ideia, muitas vezes naturalizada, do dever de subserviência de mulheres frente aos homens na relação conjugal, conforme ilustra de maneira exemplar outra narrativa dessa mesma entrevistada, a seguir:

Porque eu sofri muito. Foi 35, 36 anos de casada e eu sofri muito. Por quê? Eu não conhecia, não sabia. Achava que casamento era pra vida inteira, era eterno, né? Que a gente tinha que aguentar tudo o que o marido queria fazer com a gente. Que eles era dono da gente, né? Que a gente tinha obrigação de fazer tudo que eles queria, né? (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

A fala acima, de Naná, ilustra, portanto, como alguma mulheres, em nossa sociedade, podem ser socializadas de forma a não somente serem submissas aos homens, mas também a incorporarem a ideia de que os mesmos são superiores às mulheres, numa hierarquia social naturalizada e

imutável, que desconsidera a própria identidade da mulher. Trata-se de uma socialização onde a mulher deve aprender a agir como objeto a ser adquirido por homens e não conhecer os seus direitos, o que se evidencia na narrativa de Naná quando considera a ideia, ainda corrente, de que cabe à mulher considerar “que eles era dono da gente”. Tal socialização, no entanto, não impediu nossa entrevistada de romper com a violência vivida e adotar uma nova maneira de enxergar a vida, atribuindo, assim, um novo sentido para a mesma, uma vez que pôde considerar que “sofreu” porque “não conhecia, não sabia”. Trata-se, assim, no caso de Naná, de viver e usufruir de novos tempos.

Dessa forma, observamos que o empoderamento de mulheres diante da situação de violência e o consequente rompimento com tal situação requer não somente a elevação da auto-estima de tais mulheres, mas igualmente, o conhecimento acerca de seus direitos humanos e de cidadãs, uma vez que esses vêm sendo negados culturalmente a muitas mulheres pela subjugação e, muitas vezes, exploração a que vivem submetidas em suas relações conjugais.

Nossa entrevistada Fiamiris, em seu discurso abaixo, menciona igualmente, a exemplo de Naná, a importância que atribui a seu aprendizado, como protagonista de sua própria história:

Então, eu aprendi que a gente não tem que deixar ninguém cuidar da vida da gente, a gente que tem que ser dona, protagonista mesmo da nossa história e tem que... não importa o que os outro pensa da gente, a gente que tem que saber o que a gente quer pra vida da gente. [...] E, assim, eu aprendi que a gente também pode ter mais do que a gente tem, que a gente pode mais, muito mais, é que a gente tá tão sentada no banco ali, acomodada naquela vidinha pobre medíocre, que a gente acha que... que não, que a gente não pode nada, sente pena da gente mesmo, eu aprendi um pouco isso. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Neste relato acima de Fiamiris, podemos observar a aquisição de novos valores para a mulher, como autonomia para protagonizar sua própria história de vida, pelo crescimento e empoderamento frente a desigualdade e iniquidade de gênero prevalentes em nossa sociedade. Nesse tipo de discurso, a mesma aponta para a necessidade de rompimento com o posicionamento vitimista, ou seja, de autocomiseração adotado por algumas mulheres quando estão vivenciando situações adversas, principalmente nos casos de violência. Tal

busca de rompimento com tal posicionamento é narrada de maneira exemplar quando afirma: “a gente acha que... que não, que a gente não pode nada, sente pena da gente mesmo, eu aprendi um pouco isso”.

Nossa entrevistada Ângela, em relato a seguir, narra o que considera seu aprendizado obtido em sua trajetória de enfrentamento à situação de violência vivida:

Coisas importantes? Eu aprendi o seguinte, que você não deve deixar as coisas passar, porque o dia de amanhã não nos pertence. Então, assim, a nossa vida, o nosso corpo, ele é dotado de várias... Como que fala? Sinais. O nosso corpo, ele tem sinais. Então, se você passar por uma coisa dessa e você deixar aquilo passar, lá na frente, o seu corpo, ele vai de uma forma ou de outra, demonstrar o que ele passou. Que eu tô te falando que é no caso a maneira que acontece comigo quando eu vejo uma violência. Então por que você não resolveu o problema? Que nem, na época, na época não tinha Lei Maria da Penha. Minha mãe passou por tudo isso, entendeu? Ela vivenciou isso uma vez, duas vezes, vai saber quantas, que eu não me lembro. Então, assim, eu acho que o benefício é de você poder, sabe? Tomar posse daquilo que foi deixado, mas não da maneira que deveria ainda. Eu creio que essa lei é um sucesso aqui, mas não tá correndo da maneira que deveria. [...] Ah, eu aprendi com a situação, também, né? Porque a situação leva a gente a tomar atitudes que a gente olha e fala: "Nossa, graças a Deus funcionou." Então, acho que com a situação mesmo. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Pelo relato acima de Ângela, podemos observar que a mesma atribui relevância ao enfrentamento da situação de violência vivida por mulheres, pelas conhecidas implicações relacionadas a tal fato como, por exemplo, a somatização desse vivido em forma de “sinais corporais” que se apresentam de diferentes formas nas trajetórias de vida de mulheres.

Vale observar que, em sua narrativa, ao trazer sua experiência de violência como exemplo, seu discurso resgata um passado de violência vivenciada por sua mãe, por parte do padrasto, na qual acabou protagonizando, embora em tenra idade, uma intervenção na situação, solicitando auxílio de um vizinho, diante do risco de morte de sua própria mãe. Tal experiência é narrada em relato já apresentado no item 4.2, referente à violência vivida na família de origem, mas que resgatamos a seguir, tendo em vista permitir melhor compreensão do valor que a mesma atribui, na atualidade, ao referir que aprendeu “que você não deve deixar as coisas passar”, mas resolver o problema quando o mesmo ocorre.

Olha, eu me lembro que a minha mãe, ela morava com meu padrasto. E eu era menina, na época, mas eu me lembro bem que a minha mãe, ela passou por uma situação muito delicada. Porque o meu padrasto uma vez quis matar ela com faca, também. E aí eu peguei, eu acho que eu devia ter bem... Eu não sei quantos anos eu tinha, eu era pequena, me lembro de mim pequena. Eu sei que eu arrastei um vizinho pela mão. Eu arrastei o vizinho e obriguei o vizinho entrar na minha casa e desarmar ele. Eu era muito pequena. Devia ter uns seis anos, mais ou menos. Eu sei que quando eu vi, eu tava indo. Aí, o vizinho entrou na minha casa e desarmou o agressor, entendeu? Que minha mãe passou por isso, também. [...] Não. Minha mãe nunca comentou nada disso com a gente. Eu até hoje não consegui esquecer. Assim, sempre me lembra. Tanto é que toda vez que alguém briga perto de mim, que há, assim, briga, confusão perto de mim, eu começo a tremer ou, praticamente, travo. Porque eu fiquei, assim, com certo trauma de ver o cara querendo matar minha mãe ali e eu criança sem poder fazer nada e arrastei o vizinho pra resolver o problema. Então, assim, eu fiquei, assim, com... E é automático. Só alguém começar a discutir, brigar perto de mim e haver a agressão no momento, eu passo mal. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Podemos observar, a partir do relato acima, o quanto a expressão “que você não deve deixar as coisas passar”, mas resolver o problema quando o mesmo ocorre se apresenta como significativa para nossa entrevistada, uma vez que enfrentar situações remete, em sua memória, a marcas do passado, que considera um “trauma”, capaz de fazê-la “tremar” e “travar” diante de brigas ou de qualquer tipo de situação que considere “confusão” ou conflito. Seu relato parece indicar, portanto, o motivo pelo qual enfrentar situações e resolver problemas tornou-se um aprendizado considerado importante para a mesma.

De acordo com LIMA e WERLANG (2011, p. 512), o trauma psíquico refere-se a uma determinada dor “impossível de ser representada psiquicamente cuja consequência seria um importante impacto no processo de subjetivação” do sujeito que a vivencia. As autoras mencionam, ainda, que essa impossibilidade de representação geraria uma tendência à repetição da situação, uma vez que o excesso que caracteriza o trauma, ao não ser contido simbolicamente, tem no ato sua única via de expressão. Tal excesso geraria ao aparelho psíquico demanda para a qual o mesmo não disporia de recursos e passaria a funcionar, assim, a partir da compulsão à repetição.

Além do referido trauma, a questão da somatização, para a qual podemos apontar a partir dos relatos de Ângela, encontra-se ao lado das diversas consequências negativas relacionadas à violência contra a mulher

apontadas por DAY et al. (2003) como, por exemplo, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais, fibromialgia, distúrbios ginecológicos, entre outros.

DAY et al. (2003, p. 16) mencionam também o estresse pós-traumático como decorrente, muitas vezes, da violência doméstica. Nessa condição, de acordo com esses autores, “a paciente experimenta sensação muito forte de estar revivendo o evento traumático, assume conduta evitativa, vive apatia emocional, tem dificuldades para adormecer, se concentrar e assusta-se com facilidade.”

Tendo em vista essa gama de agravos à saúde relacionados à violência doméstica contra a mulher, consideramos relevante a observação de nossa entrevistada Ângela acerca da importância do enfrentamento da situação de violência como maneira de prevenir agravos que seriam sinalizados pelo corpo, relacionados a essas memórias que ficariam, de certa forma, impressas no corpo da mulher, podendo se manifestar de diferentes modos. Ângela, portanto, ainda que não se sinta segura, como mencionou em item anterior, segue, nos meandros de seu medo, sua busca por enfrentamento da situação.

Podemos exemplificar como colocou em prática tal aprendizado, considerando suas circunstâncias de vida, com o enfrentamento que fez em relação à situação de violência praticada pelo ex-companheiro, diante da qual obteve medida protetiva, conseguindo, com isso, o afastamento do mesmo de sua residência, onde mora com a filha e neta.

Outras cinco de nossas entrevistadas – Clarice, Neide, Ana Cristina, Hilda e Débora – ganham igualmente destaque, a exemplo das três primeiras apresentadas, por mencionarem aprendizados que se relacionam como sinalizadores de uma busca de auto-estima por parte das mesmas, diante da situação de violência vivida, que as teria deixado estigmatizadas.

Nossa entrevistada Clarice menciona, em relato abaixo, o que podemos considerar como seu processo de fortalecimento diante das dificuldades que a mesma relata como de profundo sofrimento psíquico, levando-a a depressão:

O que eu aprendi? Acho que o que eu mais aprendi é que eu não morro. Eu não morro por que... Por toda essa questão psicológica de depressão. Acho que eu já passei por tanta dor, eu já senti tanta dor, que hoje em dia não é qualquer coisa que me abala. Hoje em dia eu me sinto

muito forte mesmo. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos)

Ao dizer que “eu não morro”, Clarice parece apontar, com tal expressão, para sua resiliência e para a ressignificação que faz, na atualidade, de um passado considerado de sofrimento, mas também de aprendizagem e de fortalecimento frente a situações adversas. Isto porque observamos, conforme sua identificação no final do referido relato, que a mesma encontra-se, atualmente, separada do companheiro e cursando pedagogia, ou seja, atribuindo um novo sentido para sua vida.

Em relação a outra de nossas entrevistadas, Neide, podemos observar a sinalização, igualmente, de novos aprendizados no sentido de aquisição de auto-estima:

Olha aprendi que a gente não deve abaixar a cabeça pra nada, sabe? Sempre tem uma pequeninha luz, né? Quando tiver uma pequeninha luz a gente corre atrás e consegue as coisa. Levanta a cabeça e fazer as coisas que a gente gosta, né? Enfrentar as coisas de frente. Que antigamente eu deixava muita coisa passar, cê entende? [...] Do medo, por causa do medo que eu tinha, né? Então o medo deixa a gente triste, né? [...] Então eu tento melhorar, cê entende? [...] Eu tô meia caidinha assim, eu procuro logo ajuda. [Ambas dão risada] [...] (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Pelo relato acima, Neide destaca como importante aprendizado o reconhecimento de si própria como sujeito de direitos e desejos, notadamente no sentido de realizar atividades prazerosas para a mesma, aspectos esses relacionados a uma auto-afirmação frente a vida e aos relacionamentos.

Para Ana Cristina, outra entrevistada, seu aprendizado relaciona-se tanto aos trabalhos em grupo desenvolvidos pela Casa Viviane, quanto, igualmente, a seu pai que é policial civil, conforme relatos abaixo:

Eu aprendi muito aqui nessa Casa [Viviane], né? Como eu tava falando, tem história de pessoas que quando eu vim no grupo, que é pior que a minha. Eu, pelo menos, tive ajuda do meu pai [policial civil], né? Apoio dele, com os conhecimentos que ele tem e procurar sempre um profissional que te dê orientações. Mas que você siga as orientações. Não vai pra delegacia, fazer o boletim e largar pra lá. Procura saber. Quando acontecer algo com você o

que que você pode fazer. [...] Então, aprendi muito que você tem que, você recebe as orientações aqui, você tem que conviver com isso. Tem que fazer o que você tá aprendendo. Não deixar de lado. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

No relato a seguir, podemos observar a especificação dos tipos de aprendizados recebidos por nossa entrevistada, no grupo de discussão, relacionados a relevantes mudanças na vida de mulheres vivendo situações de violência, que parecem ter sido significativas para a mesma:

Mudança, [aprendi] que a gente pode ser melhor. Mudança, que a gente tem que ter força de vontade. Que a gente não tá sozinha. Existe outras pessoas com a mesma situação e, que com o tempo, elas melhoraram. Consegue manter uma casa, consegue ter um trabalho e não depende só do companheiro com quem ela viveu, com quem conviveu. Isso que eu aprendi aqui no Grupo Social. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Vale considerar que a valorização que Ana Cristina atribui às atividades em grupo decorre do fato de nos mesmos os participantes terem a oportunidade de compartilhamento de suas histórias de vida, de orientação e de estratégias de enfrentamento da situação de violência. Nesse sentido, a história do outro se apresenta como oportunidade de espelhamento, estratégia essa que facilita o processo de reflexão a respeito da própria experiência de vida de cada mulher em relação ao tema discutido. No caso de Ana Cristina, o tema violência por parceiro íntimo ganhou significado peculiar por permitir-lhe, ao que parece, ressignificar sua própria experiência de subalternidade na relação conjugal com seu ex-companheiro. Daí parecer-nos igualmente significativo sua afirmação de que “Tem que fazer o que você tá aprendendo. Não deixar de lado”, uma vez que podemos visualizar, no conjunto da fala dessa nossa entrevistada, o quanto passou a valorizar o aprendizado como estratégia de ação.

O trabalho em grupo como ferramenta pedagógica para o enfrentamento da violência contra a mulher tem sido bastante utilizado, inclusive com grupos formados por homens denunciados por violência contra a mulher, como é o caso do trabalho estudado por PRATES (2013) e também por MISTURA

(2015), os quais permitem observar, igualmente, tal tipo de valorização por parte também dos homens. Isto porque tratam-se de encontros de homens encaminhados pela Justiça para frequentarem diferentes grupos, cuja finalidade dos propositores é que os mesmos promovam um processo de desconstrução da ideia da masculinidade hegemônica e suas estreitas relações com a prática masculina de violência contra a mulher (ANDRADE, 2014; PRATES e ALVARENGA, 2014).

Nossa entrevistada Hilda, em relato a seguir, narra que teria aprendido “muita coisa” em relação à situação de violência vivenciada:

Eu aprendi muita coisa, coisa que eu tinha, eu sabia, mas eu não acreditava muito, aqui com a doutora Márcia. A psicóloga, doutora Marcia, aqui na Casa Viviane. Eu aprendi, assim, a lidar com as perdas de bens materiais. Eu aprendi, também, que a gente tem que dar mais valor pra vida e aprendi que nunca é tarde pra gente sonhar. Aprendi que a mulher é capaz de viver só, sem homem. Nós somos capazes de, de, nós temos um poder dentro de nós, uma capacidade que, às vezes, a gente não vê. A gente deixa de viver a gente, de olhar pra dentro de nós, pra ficar iludida por um amor. Assim, aquele amor que tá te prejudicando. Só te faz bem ali em quatro paredes, eu diria, né? Aprendi a dar mais valor pra coisas mínima que eu não dava. Aprendi dar valor mais pra um sapato. Aprendi dar valor mais pra uma meia. Que eu abro o guarda-roupa hoje, eu não acho. Então é preciosa. Faz falta. Às vezes, você tem e você não dá valor, você não... Às vezes, fica lá guardado e você não usa, mas quando você perde, você sente falta daquilo que tava lá e você não usou. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Dentro do que Hilda afirma como ter aprendido “muita coisa”, ganha destaque em seu relato, o que aponta como a importância de darmos “mais valor pra vida” e de que “nunca é tarde pra gente sonhar”. Destaca-se, igualmente, a importância que atribui a auto-reflexão, notadamente diante de relações afetivo-sexuais.

Assim, ao referir-se à questão da dependência afetivo-sexual aponta para a existência de relacionamentos prejudiciais que, se mantidos, desconsideram a própria subjetividade da pessoa, mantendo a mulher numa estreita visão da subalternidade feminina, como algo natural nas relações humanas, carente, portanto, de viver sua própria autonomia como mulher, sujeito de direitos. Daí ganhar expressão sua seguinte afirmativa: “Aprendi que a mulher é capaz de viver só, sem homem.”

Em relação à sua valorização do aprendizado em relação a melhor lidar com as perdas de bens materiais, cabe lembrar que, conforme mencionado em item 4.3, Hilda teve sua casa incendiada pelo ex-companheiro, vindo a perder todos os seus objetos de uso pessoal, assim como móveis e utensílios domésticos. Dessa forma, podemos considerar que a mesma passou a (re)significar tais perdas na medida em que passou a reconhecer o valor da autonomia feminina, como também passou a valorizar a própria vida e os sonhos.

A fala abaixo, de Débora, ilustra a trajetória de aprendizado rumo a auto-afirmação, ao lado do reconhecimento de seu próprio valor, como mulher e ser humano:

Aprendi a me valorizar né. Aprendi bastante coisas agora, depois que eu comecei a passar aqui [Casa Viviane]. Muitas coisas que eu não sabia, eu aprendi. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato de Débora, observamos que a valorização que faz de sua vida atual refere-se ao aprendizado que permitiu aumentar sua auto-estima, rumo, ao que tudo indica, a uma auto-afirmação frente à vida. Compreendida como a avaliação que o indivíduo faz de si mesmo, de acordo com QUINTÃO et al. (2011), “uma auto-estima elevada faz com que o indivíduo sinta que tem valor” o que pode, muitas vezes, representar uma ancoragem para o rompimento com a situação de violência e para a busca por autonomia e empoderamento.

Em relação à nossa entrevistada Clara dos Anjos, assim como à Vivian, consideramos que suas narrativas ganham significado peculiar, tendo em vista as circunstâncias de vida de cada uma, o que nos permite identificar de que lugar as mesmas passam a proferir seus discursos acerca do próprio aprendizado, no caso, muito relacionado, na quase totalidade das entrevistadas, às suas vivências na Casa Viviane.

Abaixo, apresentamos relato de Clara dos Anjos, cujo aprendizado é apresentado pela mesma de maneira incisiva e significativa, como: Aprendi “primeiro a me defender”.

[Aprendi] primeiro a me defender. Não abaixar a cabeça. Isso é o essencial. Depois que eu escrevi o livro⁸, a gente tá tão assim, tá, eu e as meninas estamos tão assim no auge que, cada vez que a gente apresenta alguma coisa eu aprendo cada vez mais e sei me defender melhor. Até às vezes mesmo nas palavras, antigamente eu já ia pra cima, brigar, xingar, hoje eu já sei as palavras certas na hora certa pra falar. [...] Aprendi a me defender mais nas Rodas de Conversa, né. A Márcia [psicóloga da Casa Viviane] ela tem um jeito assim, prático e rápido de explicar as coisas pra nós. Igual, ela fala pra mim que a gente nunca deve deixar a primeira gota de água entrar no copo, porque você chega a falar assim: estou com o copo cheio, meu copo derramou e já não aguento mais, nunca deixar ser humilhada e sempre estar com a sua auto-estima para cima, coisa que... até hoje eu to um pouco mais pra baixo, mas nunca deixar as pessoas pisarem. [...] Elas [Meninas da Casa Viviane] me mostraram que... Todas elas aqui, que a gente nunca deve ficar quieta em frente a uma violência. Tem que gritar, tem que denunciar, falar com alguém, pedir ajuda. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

De acordo com relato de Clara dos Anjos, acima, consideramos que a mesma celebra, para fazermos um contraponto com a primeira de nossas entrevistadas apresentada nesse item, tendo em vista que, se para essa última a liberdade representou uma conquista relevante do ponto de vista da perspectiva de gênero, para Clara dos Anjos, aprender a se defender é igualmente uma conquista, uma celebração, notadamente quando afirma: “[Aprendi] primeiro é me defender. Não abaixar a cabeça. Isso é o essencial”. Isto considerando que suas circunstâncias de vida são de vulnerabilidade, ou mesmo de situação de violência psicológica, por conviver ainda com marido agressor e ter adotado a submissão como estratégia para evitar conflitos e violência física, conforme já mencionado no item 4.1.

A celebração de Clara dos Anjos tem estreita relação com sua vivência na Casa Viviane, onde passou a participar, ao que parece, de maneira ativa, sendo uma das entrevistadas mais antigas da Casa, com cerca de cinco anos de participação, quer em atividades individuais, quer em grupo. Daí mencionar como atividade significativa para a mesma a escrita do livro “Contos de

⁸ Refere-se ao livro ‘Contos de Viviane’, escrito por usuárias e colaboradoras da Casa Viviane, contendo contos e narrativas acerca da trajetória de vida das mulheres usuárias dos serviços da Casa Viviane.

Viviane”, a qual refere como representando “o auge” para ela, assim como para as demais participantes da Casa Viviane.

Vale observar que, ao referir primeiro se defender e não abaixar a cabeça, Clara dos Anjos relaciona tal aprendizado à capacidade que adquiriu de dialogar, participando das Rodas de Conversa, onde a mensagem central se refere ao aumento da auto-estima, em detrimento da humilhação a que mulheres são submetidas por parte dos homens. Nesse sentido, a arte de dialogar apresenta-se, igualmente, no discurso de Clara dos Anjos, como importante aprendizado na medida em que a mesma substitui o que podemos considerar como “violência verbal”, presente no discurso quer de homens, quer de mulheres, pelo diálogo, pela busca de entendimento.

Considerando as três principais características do conceito de gênero de Joan Scott, mencionadas por ARAÚJO et al. (2004), que seriam sua dimensão relacional, gênero como a construção social da diferença entre os sexos e como um campo primordial onde o poder se articula, podemos observar a existência de uma abertura para a desconstrução das categorias homem e mulher como binárias e baseadas em estereótipos do que seriam representações do masculino e do feminino. Assim, além de reconhecermos possibilidades múltiplas de expressão tanto da feminilidade, quanto da masculinidade, que não somente aquelas relacionadas à fragilidade e à força, podemos pensar numa movimentação do poder na relação do homem com a mulher, uma vez que este não seria atributo inerente à condição masculina, mas fluiria pela relação.

Ainda que as parcelas de poder apropriadas pelas mulheres não sejam sempre suficientes para abolir a dominação masculina ou a situação de violência em que vivem, é possível pensar numa negociação a partir do diálogo e da recusa em permanecer com a prática da violência, por parte da mulher, como parece apontar Clara, a partir do relato exposto.

No caso de Vivian, a peculiaridade que atribuímos às suas narrativas em relação ao que teria aprendido de importante para sua vida e com quem teria sido esse aprendizado se, para a quase totalidade das mulheres a referência

foi em relação a um aprendizado adquirido na Casa Viviane, para Vivian, ganha significado a sua própria experiência de vida, conforme relato abaixo:

Ah, isso que eu to falando pra você né, eu tenho, eu falo que eu tenho a minha formação própria. Eu, outro dia até falei pra uma atendente aí, uns negócio, eu falei: Não filha, eu sou, não sou formada, não fiz faculdade, não tenho muito estudo, mas assim, eu tenho minha inteligência e não tenho preguiça de usar ela não. Então, é da vida mesmo, porque você vai observando, você desde menina já observava isso, eu já tirava ali daqueles problemas dos meus pais[violência na família de origem], um não pra minha vida, aquilo que eu não ia aceitar aquilo, né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Embora, em relato acima, a vivência de Vivian na Casa Viviane não seja mencionada, em termos de novos aprendizados, o que podemos visualizar é que tal referência relaciona-se mais à questão da violência, propriamente dita, sendo que, em outros relatos, podemos observar que a mesma teria procurado a Casa Viviane por conta da necessidade de resolver o divórcio de seu marido com a antiga companheira, tendo em vista que valorizava a regularização de sua situação conjugal, dentro dos padrões previstos em sua própria religião.

No entanto, nesse contato pôde identificar a possibilidade de tratamento para algo bastante significativo para ela, ou seja, sua depressão, relatada pela mesma como sendo de longa data. Assim, embora tenha se recusado a participar de algumas atividades da Casa Viviane, mais relacionadas às discussões sobre violência em si, acedeu ao convite da psicóloga da Casa para participar de um grupo de mulheres, no qual compartilhar suas histórias de vida era o foco, reconhecendo nisso um possível benefício.

Bom, a Casa Viviane na verdade ela tem muitos benefícios né. É... bom, eu, particularmente, foi aquilo que eu falei, eu me limitei [em relação às atividades da Casa], foi uma questão minha pessoal, não quis muito me envolver, mas assim, pra mim ali é um conjunto né, eu vejo a Casa Viviane como um conjunto de [acolhimento à] necessidade e num todo, a gente numa situação dessa aí [depressão], que nem eu carregava não sei quantos anos nas costa uma doença dessa né, então a gente vai se perdendo, ao decorrer da vida eu fui me perdendo na minha vida pessoal, né, a carência né. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

A partir da participação nesse tipo de grupo, a despeito de sua resistência inicial, é que podemos identificar o que teria sido significativo, em termos de aprendizado, para a mesma, no espaço da Casa Viviane.

E eu tinha rejeição, nessa questão... eu já tinha ido, tinha participado de um [grupo], não gostei, eu sou bem falante, mas eu nem cheguei a falar, eu não gostei dos conteúdos que foi abordado lá. Mas eu falei pra ela [psicóloga da Casa Viviane] que eu ia enfrentar isso e ia, aí eu fui numa das reuniões [de grupo] e gostei, porque a questão era só mulheres, né, e aí cada uma falava uma situação, uma contava, que tinha sua história né, pessoal, e aquilo assim me fez bem assim, tava vendo que não é somente eu, que a questão da depressão não é uma loucura, que não é um fingimento, né, porque a gente próprio começa a acreditar em tudo isso, que a gente que ta se deixando levar, que a gente que ta querendo fica fragilizada, que a gente que ta tendo muita dó da gente mesmo... É uma situação muito incômoda e muito estranha mesmo de lidar, a depressão né, e... e assim, e a Casa Viviane pra mim foi um presente de Deus. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Em seu relato acima, vale destacar que a decisão por participar de tal tipo de grupo representou para essa nossa entrevistada um verdadeiro enfrentamento de uma situação que poderia ser, a princípio, adversa para ela. Rompida tal resistência, podemos observar que Vivian passa a valorizar o tipo de discussão travado pelo grupo, pela possibilidade de poder ressignificar sua longa vivência em situação de depressão, quando refere sua identificação com algumas histórias de vida contadas por mulheres, a partir das quais passou a visualizar a questão da depressão a partir de novo prisma.

Podemos observar que tal identificação passou a ser significativa para Vivian, como aprendizado relevante, considerando suas mencionadas dificuldades em lidar com a depressão e sua expressão em relação à Casa Viviane: “Casa Viviane pra mim foi um presente de Deus”.

Esse tipo de experiência de Vivian, na Casa Viviane, e o significado que essa nova perspectiva da depressão representou para a mesma, pode ser observado na representação mental que a mesma faz de suas vivências em relação a esse problema, conforme relato abaixo:

As minhas coisa na minha mente era cinza, não sei te explicar, não sei se vocês consegue entender isso, mas pra mim tudo era cinza, até o dia, eu andava assim na rua parecia que tudo era cinza. Aquele solzão. Parecia que as pessoas tavam falando e eu não tava ouvindo direito, sabe, tão distante, nossa, é uma coisa, um processo assim tão esquisito isso, só a gente mesmo na pele, pra entender mesmo, né, e é difícil, gente, é muito difícil. (Vivian, 49 anos, 5ª

série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Em relação a essa questão, vale observar, por um lado, a importância de uma rede de enfrentamento da violência, que ofereça assistência intersetorial e multi e/ou interdisciplinar, uma vez que problemas complexos como violência e depressão podem coexistir, sem que possa ser identificada, numa visão puramente positivista de relação de causa e efeito, o que seria decorrência de que, por se tratar de uma relação que requer um atendimento especializado do campo da saúde mental, relacionado a outros, onde se contemplem histórias de vida das mulheres, inscritas em contextos sociais gerais e específicos.

Por outro lado, vale igualmente considerar, que esse tipo de narrativa da depressão descrito no relato acima apresenta, também, proximidade com outras narrativas a respeito do problema da depressão, presentes no, já considerado clássico, livro de Andrew Solomon, intitulado 'O demônio do meio-dia – Uma anatomia da depressão'.⁹ Considerado, segundo divulgação do mesmo¹⁰, pelo periódico *The Times*, como “Um livro-chave para a geração que traz a depressão em seu cerne”, a importância desse livro permite-nos apontar para a sua relevância em termos de contribuição aos leitores pela identificação de suas histórias com as histórias de outros, presentes nas várias narrativas trazidas pelo referido livro, conforme seguinte comentário de Contardo Calligaris, constante no referido *site*: “Se tivesse que descer na fossa da depressão e levar comigo um livro só, seria o de Solomon. Não sei se me ajudaria a encontrar minha cura, mas certamente, graças a ele, eu me sentiria menos sozinho”. Assim, consideramos que podemos melhor entender porque a participação de Vivian no grupo, ouvindo e compartilhando histórias de vida de mulheres, adquiriu significado especial para a mesma, em termos de aprendizado para a própria vida.

Acerca da depressão YUASA (2012) afirma, com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que tal patologia atinge 340 milhões de pessoas, com consequências consideradas graves, como altas taxas de morbidade e

⁹ SOLOMON, A. O demônio do meio-dia: Uma anatomia da depressão. Companhia das Letras, 2000.

¹⁰ Ver site da Editora Companhia das Letras no link a seguir:
<http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=80224>

mortalidade pelo aumento do risco de desenvolvimento de tumores, doenças cardiovasculares, assim como pelo aumento no número de suicídios. A estimativa, segundo essa autora, é que o transtorno alcance, em 2020, “a marca de segunda maior causa de prejuízo global calculado para todas as faixas etárias e sexos” (RAZZOUK e col., 2009 apud YUASA, 2012).

A autora, que ouviu mulheres em tratamento para a depressão, faz uma reflexão acerca da tendência feminina à depressão, observando a diversidade de motivos atribuídos por tais mulheres à doença, dentre os quais encontram-se lutos familiares, sobrecarga de responsabilidades, histórias de conflitos familiares e a violência doméstica.

YUASA (2012) tece, também, crítica a abordagem reducionista que naturaliza o diagnóstico de depressão em mulheres, analisando as mesmas tão somente a partir de suas oscilações hormonais e medicalizando o sofrimento, desconsiderando, assim, outros aspectos relacionados ao adoecimento em questão, notadamente aspectos sociais e relacionados a vivência em situações de violência.

O que mudou...

Durante o processo de enfrentamento da situação de violência, transformações de diferentes ordens ocorreram nas vidas de muitas de nossas entrevistadas. Apresentamos, a seguir, relatos que ilustram algumas dessas transformações, consideradas significativas.

As entrevistadas Naná, Clarice e Fiamiris foram três de nossas entrevistadas que expressaram mudanças significativas em suas vidas que apontam para conquistas relativas à autonomia e ao empoderamento da mulher frente à busca de igualdade e equidade de gênero, condições essas consideradas fundamentais para o enfrentamento de situações de violência contra a mulher.

Em relato a seguir de Naná, podemos observar algumas dessas mudanças que ocorreram em sua vida:

Mudou pra mim ser livre. Pra pensar que eu não tenho que dar satisfação pra ninguém. Tenho que dar satisfação pra mim mesma. [...] Por exemplo, na, na... Na psicóloga, ela trabalha muito a gente. A gente vai falar o que a gente tá sentindo, né? Os assuntos foi esse, é o que a gente tá sentindo, aí ela vai tentar ajudar a gente melhorar, né? Ser mais livre, ser melhor. Procurar as coisas que é necessário de procurar. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

No caso de Naná, sua narrativa aponta, de maneira característica, para o que podemos considerar sua conquista de liberdade e autonomia, valendo ressaltar a relevância do apoio que recebeu na Casa Viviane, da qual participou por cerca de cinco anos, realizando terapia e participando de demais atividades, inclusive de natureza coletiva, para esse tipo de conquista.

Ganha expressão no relato de Naná sua valorização da terapia como espaço de escuta, autoconhecimento, assim como de reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos, quando afirma: “A gente vai falar o que a gente tá sentindo” e “ela vai tentar ajudar a gente melhorar, né? Ser mais livre, ser melhor”, o que reitera a já referida possibilidade de aprendizagem da vivência em liberdade.

Nessa fala, podemos observar a estreita relação entre o que foi aprendido por ela e mudanças ocorridas em sua vida, o que aponta para a estreita relação, no caso, entre aprendizado e prática, valendo observar que a liberdade passou a apresentar-se em sua vida, de maneira exemplar, como um valor altamente significativo.

Em relação à Clarice, a exemplo do observado para Naná, podemos observar, igualmente, mudanças significativas em sua vida, que teriam ocorrido quando de seu enfrentamento da situação de violência, narrado por ela em relato apresentado no subitem anterior, relativo ao aprendizado, como situação de profundo sofrimento psíquico. No caso de Clarice, adquire significado a aquisição de auto-confiança, conforme relato a seguir:

A principal mudança é da confiança. Principalmente da confiança. Eu lembrei agora de uma frase que um amigo meu colocou acho que no face esses dias que é, acho que é do Freud.

Fala que 'antes de se autodiagnosticar como uma pessoa depressiva ou com baixa autoestima, certifique se você não está cercado de idiotas.' Então, lá [Casa Viviane] elas nos dão apoio sempre, né? Incentivando, mostrando que a gente é capaz de coisas bonitas, de coisas boas. Que a gente é bonita, independente de como a gente se aparente, né? Porque, às vezes, também você tá totalmente fragilizada, achando que o mundo tá acabando, que ninguém tá vendo que você tá ali morrendo, ela olhar pra você, uma pessoa olhar pra você no fundo do seu olho, te dar um abraço, é de total importância. E isso elas proporcionam pra gente, né? Então eu acho que, principalmente, essa questão da confiança, de me sentir capaz. Principalmente quando todo mundo fala, todo mundo que te devia te dar confiança, todo mundo que deveria te estender a mão, falam que você não é capaz, que você merece aquela situação, é muito ruim. Então você contar com outras pessoas mesmo que não sejam da sua família pra dizer: "Não. Você é capaz, sim. Você merece, sim, coisas boas. Você vai conseguir sair disso." É de total importância. Muito, muito importante. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

De acordo com o relato apresentado acima, de Clarice, podemos observar como principal mudança ocorrida em sua vida, a aquisição da auto-confiança, seguida da auto-estima, mudanças essas coerentes com seu relato acerca da aprendizagem obtida, antes referida.

Importante destacar que a mesma teria encontrado ancoragem em pessoas que se dispuseram a ajudá-la, apoio esse que a mulher, em situação de violência, pode obter, por vezes, junto à família e amigos, que Clarice destaca como importante, mas também, e às vezes, sobretudo, por meio de trabalho especializado, via terapias, individual ou de grupo, a exemplo do vivenciado por essa nossa entrevistada na Casa Viviane, na qual permaneceu por cerca de dois anos e meio, segundo dados de nosso diário de campo.

Em seu discurso, Clarice remete à importância de que se reveste o acolhimento de mulheres em situação de violência, uma vez que as mesmas se encontram, na maioria das vezes, fragilizadas em decorrência da situação vivenciada.

Discorrendo sobre o assunto, DAY et al. (2003) afirmam que as sequelas psicológicas da violência são mais graves que os efeitos físicos da mesma e que a auto-estima de mulheres que vivenciam tal situação fica, na linguagem dos mesmos, destruída. Dessa forma, reiteramos a importância atribuída por nossa entrevistada Clarice ao acolhimento e a ancoragem, recebidos pela mesma junto à Casa Viviane que, ao que parece, proporcionaram a essa nossa entrevistada a possibilidade de voltar a acreditar em suas próprias potencialidades como ser humano, pelo fortalecimento de sua auto-confiança e

auto-estima, o que consideramos como um caminho promissor para novas conquistas rumo à igualdade e equidade de gênero nas relações conjugais.

Em relato de Fiamiris, a seguir, podemos observar como a narrativa dessa nossa entrevistada permite ilustrar o processo vivido por ela na aquisição de auto-estima como fundamental para a própria aquisição de sua autonomia como pessoa e reconhecimento da importância de sua história de vida presente e passada.

A seguir, o primeiro excerto de sua narrativa, no qual podemos observar como nossa entrevistada, vivendo com o companheiro, cuja violência vivenciada encontrava-se encoberta, de maneira naturalizada, somente desvelada ao participar de um processo terapêutico e de atividades na Casa Viviane, por ter sido encaminhada pelo CAPS, onde seu filho, assassinado pela polícia, realizava tratamento por dependência química. Nele podemos observar o engajamento de Fiamiris, que há cerca de dois anos frequenta a referida Casa, nas atividades propostas pela Casa, assim como o partilhamento que faz de tais atividades junto ao próprio marido:

...porque assim, [na Casa Viviane] a gente vai junto... pras passeata, vai junto pros movimentos, é... vamo entregar panfleto, vamos lutar! Outro dia mesmo eu tava entregando panfleto pro rapaz, o menino falou assim: Ah, tem mulheres lá pra nós! Eu falei: Não sei se lá tem mulheres pra você, porque eu não sei se você tem capacidade pra ter mulher. E eu falei isso tão de boas, assim na rua, que eu falei: Gente, eu sou louca! Porque assim foi um enfrentamento, porque né, que é isso? [...] Tá achando que toda mulher tá disponível pra ele, que que ele tá achando que é? Eu até contei pro Tomé que eu falei isso, o Tomé falou: Nossa Fiamiris, você falou isso pra ele? Eu falei! Falei, imagina, o cara vem me despir assim no meio da rua? [...] Não! Tá se achando! E esses dia ele me viu, ele ficou olhando assim pra mim... [...] Com mais respeito né. As coisa não é assim. Não tá tão disponível assim pra ninguém. Tá pensando que é o que, oba oba. [...] Então, colaborou assim, no sentido de... de mostrar uma autonomia, que não é só o dinheiro, por exemplo, porque que nem eu trabalhava como cuidadora, e assim eu sofria também abuso lá como cuidadora. [...] (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Na passagem acima, a narrativa de Fiamiris versa sobre episódio de enfrentamento, para empregar sua própria expressão, que a mesma realizou no espaço da rua, ao lado de funcionárias da Casa Viviane, quando recebe o que pode ser considerado um “assédio de rua” (STREVA, 2013), por parte de um rapaz, ao qual responde de maneira assertiva, o que apontaria para a sua

auto-confiança e auto-estima diante de situações que signifiquem discriminação, depreciação da mulher, dentre outras.

No relato abaixo, Fiamiris dá prosseguimento à sua narrativa, passando a rememorar, de maneira reflexiva, sua trajetória de vida profissional e sua opção atual por ser dona-de-casa, atribuindo ao trabalho que essa condição encerra, o justo valor que lhe é devido:

Então assim, eu jamais fiquei sem trabalhar a minha vida inteira, eu nunca fiquei sem trabalhar, eu comecei a trabalhar com 6 anos com a minha mãe vendendo coisa na rua e nunca parei de trabalhar na minha vida, a primeira vez que eu parei de trabalhar foi agora. Então, olha a vitória, e to me sentindo super bem em casa, não que eu não tenha aqueles episódios: Ah, to sem trabalhar, to virando geração nem... Mas assim, eu falo: Não, peraí, eu trabalhei minha vida inteira, essa casa que eu moro eu que fiz, eu fui pro Paraguai, comprei essa casa, a casa que minha filha mora eu que praticamente dei pra ela, paguei faculdade da minha filha, minha filha trabalha, eu paguei curso, minha filha tem carro, eu ajudei comprar. Então, peraí: eu mereço esse momento! [...] E antes de eu vir aqui [Casa Viviane], imagina que eu ia lembrar de tudo isso. [...] (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Interessante observar, nessa parte da narrativa, a reflexão que faz, relembando sua própria trajetória de conquistas, como o trabalho realizado, a construção da casa, o pagamento do curso universitário de sua filha que, no nosso entender, se apresenta nesse momento de sua narrativa de maneira (re) significada. Ressignificação essa que se encontra representada na seguinte expressão, reveladora, ao que parece, da importância do apoio terapêutico que Fiamiris teria recebido na Casa Viviane: “E antes de eu vir aqui [Casa Viviane], imagina que eu ia lembrar de tudo isso”.

A importância de tal apoio terapêutico evidencia-se, de maneira explícita, na sequência abaixo, de sua narrativa:

E a Marcia [psicóloga da Casa Viviane] que falou um dia, ela falou: Fiamiris, mas você fez muita coisa na sua vida, não dá pra você... E eu me sentia pequena né... Então agora não, agora eu vejo que, poxa vida, eu desde pequenininha eu trabalho com a minha mãe, trabalhava, ajudei a criar meus irmãos menores e não sei o que, ajudei minha mãe fazer casa, e não sei o que, a vida inteira eu trabalhei, porque que eu não posso ficar um ano em casa? [...] Só com o Tomé eu to há 20 e poucos anos, então quer dizer, se eu ficar 1 ano em casa, ele pode por comida pra dentro de casa, eu não to pedindo mais do que isso porque eu que fiz a casa, ele mora na minha casa. [...] Então quer dizer, não é assim, e eu nunca vi esse valor que eu tinha. Eu nunca via assim, um ser humano com valores, eu me via um ser humano comum.

[...] E hoje eu não me vejo mais um ser humano comum, me vejo uma pessoa com valores. [...] Uma mudança muito grande. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Conforme podemos observar, o fragmento acima da narrativa de Fiamiris aponta para a riqueza de que se reveste a oportunidade de mulheres contarem com a escuta terapêutica, notadamente quando vivenciam situações de violência aniquiladoras de sua auto-estima.

Podemos observar que, no primeiro momento, Fiamiris resgata memórias desde sua tenra idade, onde a questão do trabalho, de diferentes naturezas, sempre esteve presente em sua vida, embora tenha permanecido velado e não valorizado, em nível de sua percepção. A valorização de seu trabalho ocorre tão somente a partir do trabalho terapêutico com psicóloga da Casa Viviane, no qual questões significativas, como a auto-estima da mulher em situação de violência, apresentam-se como centrais.

A ressignificação da importância de seu trabalho, em seus diferentes aspectos, na vida dessa nossa entrevistada apresenta-se, igualmente, na observação que faz em relação ao seu marido, de o mesmo ser o provedor da casa, enquanto ela decida se dedicar exclusivamente ao trabalho no lar, o que apontaria para mudanças significativas em termos de igualdade e equidade de gênero, nas relações conjugais.

Assim, vale destacar como síntese das significativas mudanças realizadas por Fiamiris, que vão ao encontro do afirmado por ela em termos de aquisições de aprendizado, em subitem anterior, seu seguinte discurso: “Então quer dizer, não é assim, e eu nunca vi esse valor que eu tinha. Eu nunca via assim, um ser humano com valores, eu me via um ser humano comum. [...] E hoje eu não me vejo mais um ser humano comum, me vejo uma pessoa com valores. [...] Uma mudança muito grande”.

Três outras de nossas entrevistadas, Hilda, Neide e Ana Cristina, parecem ter iniciado suas caminhadas na direção da busca de igualdade e equidade de gênero, na medida em que relatam enfrentar desafios, mas reconhecem algumas conquistas ao longo desse caminho.

No relato abaixo, Hilda tece considerações acerca de mudanças ocorridas em sua vida, a despeito das dificuldades ainda presentes:

As mudanças foram... De realizar meus sonhos. Então, se eu tivesse com ele até hoje, eu não teria feito meu curso de vigilante, eu não teria terminado meus estudos, eu não teria, eu não estaria fazendo meu curso de auxiliar de análise clínica hoje. É uma mudança radical, assim, passando pro lado profissional, o conhecimento que eu adquiri. Antes a minha vida era só trabalhar, chorar, ter medo. Quando eu via ele, eu começava a passar mal. Hoje, eu vejo alguém parecido com ele, eu tenho medo, mas eu falo pra mim mesma: "Não é ele. Não é ele." E tenho minhas maneiras de me defender e de me... Depois do tratamento com a, da terapia com a doutora Marcia [psicóloga], ela dá umas bronca, dá umas chamada, mas é de grande valia. [...] O assunto que eu achei mais interessante, que me ajudou e até hoje tá aqui na minha mente, é aceitar como... A gente tem que conviver com as percas [perdas]. Conviver. Aceitar, assim, eu perdi minha casa, mas eu não posso perder minha casa. Perdeu, você tem que aceitar que foi aquilo. [...] Minhas roupas foram tudo queimada e agora o que eu vou fazer? Queimou, mas você vai conseguir de novo. Eu não conseguia, eu não conseguia enxergar e acreditar que eu ia conseguir de novo. Mesmo com dificuldade. Eu vou no guarda-roupa, eu tenho dificuldade de encontrar. Não tenho dinheiro pra comprar, pra conseguir ter o que eu tinha antes, mas eu acredito que agora não tenho, mas amanhã eu vou conseguir. [...] Aí, ela [psicóloga] conseguiu me ajudar dando bronca, falando firme. Porque às vezes a gente não aceita. A gente chora, a gente quer confrontar, quer bater de frente. Mas só quem passa que sabe. Mas faz, faz diferença, sim. [...] O tratamento psicológico, a terapia aqui na Casa Viviane tem sido de grande valia pra mim. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Pelo relato acima, de Hilda, podemos considerar conquistas significativas não somente suas realizações como a conclusão de seus cursos de vigilante e de análises clínicas, mas, sobretudo, a de ter colocado em sua vida a perspectiva de realizar os seus sonhos, onde a confiança e a esperança substituem seu antigo sentimento de “somente trabalhar, chorar e ter medo”. No entanto, desafios persistem em sua vida, notadamente em relação ao medo, tendo em vista que a mesma se encontra sob medida protetiva, devido, segundo seu relato, a ameaças de morte do ex-companheiro que resiste à separação, assim como suas circunstâncias de vida, que a mantém em situação de vulnerabilidade.

Ao que parece, Hilda agora estaria vivendo a realização de desejos que outrora eram silenciados pelo sofrimento cotidiano, o que observamos, especialmente, quando menciona: “Antes a minha vida era só trabalhar, chorar, ter medo”. Dessa forma, consideramos que Hilda tenha superado não somente a situação de violência, mas igualmente a própria infelicidade em que vivia e pôde, assim, redirecionar sua vida, principalmente em relação à referida realização profissional.

Destaca-se, também, no relato de Hilda, a importância atribuída ao apoio psicológico recebido na Casa Viviane e a postura adotada por nossa entrevistada, de enfrentamento estratégico do medo – causado pela ameaça de morte do ex-companheiro – e das perdas materiais – relacionadas ao incêndio causado pelo mesmo –, quando menciona que desenvolveu maneiras para se defender. Pelo posicionamento de auto-defesa empregado por Hilda, consideramos que essa nossa entrevistada estaria buscando empoderamento e autonomia, abandonando a posição vitimista que, por vezes, apresenta-se de maneira característica em discursos de mulheres que vivenciam situação semelhante à sua, o que vai ao encontro do relatado pela mesma, em item anterior, em termos de aprendizado, onde destaca ter aprendido lidar com perdas materiais, assim como a valorizar a vida.

A despeito dos múltiplos desafios que Neide, outra de nossas entrevistadas, enfrenta, destaque cabe à superação dos problemas de saúde que a enredavam nas teias do medo diante da vida, assim como ao aumento de sua auto-estima e prazer pela vida, conforme relatos a seguir.

Em relação a superação dos problemas de saúde, destaca-se, num primeiro momento, sua afirmação em termos do aumento da auto-estima adquirido, dadas as estreitas relações entre ambos:

Mais importante foi minha autoestima, que eu melhorei muito, sabe? Que eu era muito, tava muito caída, fia. Tava muito caída. Com essas, com a doutora Márcia [psicóloga da Casa Viviane], que ela me levantou também, sabe. [...] (**Neide**, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Estreitamente relacionada, mais uma vez, ao apoio terapêutico recebido na Casa Viviane, a questão da auto-estima apresenta-se para Neide, assim como para outras mulheres, como de grande significado para o enfrentamento das adversidades ainda presentes em sua vida, notadamente a violência que a mesma refere ainda vivenciar. Isto por encontrar-se ainda convivendo com o ex-companheiro, na mesma casa, aguardando a venda de tal imóvel.

Em relação aos problemas de saúde superados e sua relevância para o andar de sua vida cotidiana, podemos observar outros relatos abaixo apresentados por essa entrevistada:

Então, até nas coisas de casa, eu não conseguia mais fazer. Quando eu tava com depressão e a síndrome do pânico, eu tava, assim, sabe? [...] Então, me receberam muito bem [na Casa Viviane]. Eu cheguei, tremia. Tremia muito. Com medo de muitas coisa, sabe fia? Não andava bem mesmo. Tinha muitas dores de cabeça. Muitas dores de cabeça. Minha, uma falta de ar. Sentia mal na rua, sabe? [...] Então até eu pedi até pra uma pessoa que até hoje às vezes me leva, também, né? Uma pessoa que me leva lá de carro. Porque eu não podia ir, eu não aguentava ir, sabe fia? Não aguentava entrar dentro de um ônibus. [...] Tinha aquela fobia. Triste, né fia? Mas já libertei a fobia. Já tô bem. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No relato acima, podemos observar a representação que Neide faz dos vários sintomas que apresentava em sua chegada à Casa Viviane, da qual participa há cerca de três anos.

A seguir, podemos observar o que relata como mudanças significativas para a sua vida, a despeito dos desafios que ainda enfrenta:

Hoje eu sinto, hoje eu tenho meus pé no chão. Consigo responder pras pessoas, entende? O que eu preciso. O que eu tenho que fazer durante o dia. Tem dias que eu tô meia aérea, assim, sabe? Mas eu peço pra Deus que me tira essas coisas ruim de mim, sabe? Que me dê um alívio porque eu preciso trabalhar, preciso ter, enfrentar a vida, né fia? [...] Enfrentar as coisas de frente. Que antigamente eu deixava muita coisa passar, cê entende? [...] Do medo, por causa do medo que eu tinha, né? Então o medo deixa a gente triste, né? [...] Então eu tento melhorar, cê entende? [...] Eu tô meia caidinha assim, eu procuro logo ajuda. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Pelo relato de Neide, podemos observar sua maior segurança para a realização das tarefas diárias quer domésticas, quer profissionais, o que aponta para a sua autonomia bastante relacionada à superação dos problemas de saúde relativos ao sofrimento psíquico vivenciado, a despeito de persistirem ainda pequenas “recaídas”, segundo deixa entrever a fala de nossa entrevistada, às quais a mesma enfrenta buscando ajuda imediata.

No relato abaixo, podemos observar como o prazer de viver, teria retornado à vida dessa nossa entrevistada de maneira significativa, quando

relata atividades de lazer e de auto-cuidado, como a dança, as caminhadas e a ginástica.

Que nem, eu gosto muito de dançar, sabe? Então alguns fins de semana eu vou dançar um pouquinho. Que é bom também, né? Hoje eu tive fazendo caminhada, aí tem uma... Uma associação ali que estão dando aula de ginástica. Eu sempre ia nela, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Diante das narrativas apresentadas, podemos, assim, observar que, as mudanças operadas por Neide em sua vida vão ao encontro daquilo que a mesma relatou, em item anterior, como tendo aprendido, ou seja, levantar a cabeça e fazer o que gosta.

Outra de nossas entrevistadas, Ana Cristina, refere, em seu relato abaixo, às mudanças vivenciadas no processo, a despeito de dificuldades ainda existentes:

Tá diferente porque ele, ele vivia me impondo, né? "Não. Você faz desse jeito. Você faz assim, você faz assado." Aí, eu falei pra ele: "Eu não convivo mais com você. Eu não tenho que te dar satisfação da minha vida pessoal. O que eu comprei, como eu comprei. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Pelo relato de Ana Cristina, acima apresentado, podemos observar mudanças operadas em termos de seu relacionamento conjugal, na medida em que passa a questionar o comportamento de seu ex-companheiro, considerando muitas de suas colocações como imposições que descaracterizavam a relação de igualdade entre ambos, típica de homens que ao se definirem como os provedores da casa, consideram-se superiores às mulheres, com o direito de controlar a vida pessoal das mesmas, em diferentes sentidos, buscando mantê-las numa condição de subalternidade, em termos das próprias decisões em relação a vida de ambos. No caso de Ana, tal controle é exemplificado pela forma como a mesma relata fazer uso de seu próprio dinheiro, valendo lembrar que, embora não trabalhasse, nossa entrevistada revela em relato anterior dispor de economias próprias das quais o companheiro por vezes exigia fazer uso, como se dele fossem.

A despeito de Ana Cristina ter rompido com a situação de violência, pela separação do companheiro, desafios notadamente financeiros persistem na medida em que passou a morar na casa de seu pai com seus dois filhos, dependendo do mesmo para o sustento da família.

Ana Cristina refere, assim, nesse seu relato, o seu próprio processo de empoderamento quando menciona diálogo que teria travado com seu ex-companheiro onde parece enfrentar o mesmo e se posicionar de maneira a afirmar sua autonomia como mulher, cidadã e sujeito de direitos.

Duas outras de nossas entrevistadas, Clara dos Anjos e Vivian, apresentam relatos de mudanças circunscritas a aspectos do relacionamento com seus respectivos parceiros, tendo em vista que ainda convivem com os mesmos, enfrentando diferentes ordens de desafios.

Situação singular nos pareceu a de Clara dos Anjos, uma vez que mesmo continuando a viver com o companheiro que fora seu agressor numa situação de subalternidade revelada pela mesma como uma estratégia adotada para evitar conflitos, conforme podemos observar em relatos do item 4.1, vislumbra mudanças em seu relacionamento, por conta de sua busca por uma nova forma de se relacionar com ele, passando a manifestar sua opinião acerca de situações cotidianas de seu agrado ou não.

Clara dos Anjos, em relato a seguir, narra as modificações que teria vivenciado em seu processo de busca por enfrentamento da situação de violência em seu relacionamento conjugal:

Mudei. Antigamente eu era muito de... quando acontecia essas coisas, eu já era de brigar, de ficar toda hora brigando, brigando, hoje eu já, quando está tudo naquele auge daquela confusão eu espero a poeira baixar e aí eu chamo, vamos conversar, eu acho que aquele negócio que a gente fez ta errado. Acho que eu errei, você também errou. Vamos tentar consertar. Eu vou falar pra você que tem, acho que tem 7 ou 8 meses que não há uma discussão dentro de casa. [...] Olha, antigamente era muita briga, muita discussão. Hoje, assim, é... nós dois estamos bem. Tanto ele mudou o jeito dele porque ele viu que eu mudei, que tudo que a gente fazia antes, mesmo antes quando eu era submissa a ele, eu fazia com lágrima no olho. Hoje, eu até faço, mesmo sendo submissa, mas é diferente, porque antigamente era com tristeza. Hoje eu ainda falo: To fazendo, não é o que eu quero, não é o que eu gosto, mas eu quero que você saiba que você está me maltratando, está me machucando. Então hoje tem mais diálogo. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

No relato acima, Clara dos Anjos revela como mudanças relevantes para o novo relacionamento que vivencia com o marido a nova forma de comunicação, privilegiando o diálogo ao invés de brigas e discussões, típicas de sua fase anterior de vida, caracterizada por ofensas e discussões constantes.

Ao apontar para a mudança no comportamento do companheiro, Clara relaciona tal transformação à sua própria mudança de conduta, quando menciona: “ele mudou o jeito dele porque ele viu que eu mudei”. Dessa forma, podemos considerar que, a despeito das condições adversas de suas condições de vida, pela discriminação notadamente social que sofre por parte do próprio marido, assim como de sua família, conforme relatos anteriores, nossa entrevistada parece protagonizar, a partir de agora, a transformação que ocorre em seu relacionamento, ao mesmo tempo em que parece também colaborar com a manutenção do que podemos considerar tradicionais papéis de gênero quando se responsabiliza pela condução e sucesso de tal relacionamento.

No entanto, pelas falas que refere terem sido dirigidas ao esposo, Clara dos Anjos parece buscar igualdade e equidade de gênero, dentro de suas circunstâncias de vida, nas quais passa, inclusive, a relativizar sua própria situação de submissão, quando relata, de forma afirmativa, o seguinte: “Hoje, eu até faço, mesmo sendo submissa, mas é diferente, porque antigamente era com tristeza. Hoje eu ainda falo: Tô fazendo, não é o que eu quero, não é o que eu gosto, mas eu quero que você saiba que você está me maltratando, está me machucando. Então hoje tem mais diálogo.”

A busca de diálogo descrita por Clara dos Anjos parece apontar para o que referiu como relevante aprendizado, em subitem anterior, qual seja, o de “se defender”, defesa essa relacionada à possibilidade de rompimento com a situação de violência de outrora, relativizando, ao que parece, a tradicional postura de submissão que passa a ser, assim, uma submissão com voz.

Vivian, outra entrevistada que consideramos, ao lado de Clara dos Anjos, como tendo vivência singular, relata a seguir, duas mudanças,

consideradas significativas, que teriam ocorrido em sua vida a partir de sua trajetória de enfrentamento da violência doméstica:

Ah... aconteceu várias [mudanças]. Várias, várias. Eu sei até um conjunto né, a questão da bebida do meu marido, né, a questão religiosa minha, de eu me batizar, seguir aquilo que eu acredito em Deus, né. [...](Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Conforme relato acima, Vivian aponta a ocorrência de várias mudanças em sua vida, mas indica as que para ela foram as mais significativas, quais sejam, a solução do problema do alcoolismo de seu marido, que relacionava à prática da violência por parte do mesmo, assim como a sua própria questão religiosa que, vale lembrar, refere-se ao divórcio de seu marido com sua antiga esposa, tendo em vista seu desejo em regularizar a sua situação conjugal com o mesmo, questões essas que parecem ser caras à nossa entrevistada e que teriam sido objeto de mudança, daí, ter procurado a Casa Viviane para tal finalidade.

Em outro relato, abaixo, Vivian aponta para as modificações ocorridas em seu relacionamento com o parceiro íntimo e com sua família, o que atribui ao acolhimento, de diferentes tipos, que recebeu na Casa Viviane:

Ah sim. A Casa Viviane ela influenciou a mim, ela me ajudou e através de mim, dessa ajuda, ajudou aqui dentro de casa. [...] Hoje em dia... A gente brinca, a gente... discussão assim é coisinha mínima... ele é mais assim atencioso, carinhoso, brinca comigo, assim né. Ah, a... a... hoje é o marido que eu quero mesmo, é o marido que eu quero. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro).

Ao relatar o clima descontraído em que sua família vive na atualidade, Vivian revela a existência de relações não somente de amizade, mas afetivas, como conquistas significativas em termos de seu relacionamento conjugal com o mesmo parceiro, antes agressor.

Vale observar que nesse novo cenário de vida, sua relação conjugal foi regularizada pelo divórcio do marido com a antiga companheira, segundo seu

desejo, assim como a solução do problema do alcoolismo do mesmo, relacionado por ela, conforme já observado, à situação de violência em que vivia. Exemplifica essa relação o fato de, conforme informação em narrativa anterior, Vivian ter usado da judicialização das relações de gênero, através da denúncia de seu marido pela Lei Maria da Penha, solicitando como pena alternativa, possível à época, a participação do companheiro em grupo de apoio à alcoólatras.

Finalmente, nossas duas últimas entrevistadas Débora e Ângela relatam que as mudanças vêm ocorrendo, mas revelam ainda necessitarem de tempo para que possam, de fato, relatar que tipos de mudanças vivenciaram nesse processo. Vale observar que ambas, ao lado de Ana Cristina, são as entrevistadas que frequentam a Casa Viviane há menos de seis meses.

Débora, em relato a seguir, refere-se à sua situação, às mudanças que já ocorreram, assim como às que espera que venham a ocorrer:

Pelo menos a auto-estima né, já levantou. [...] Quero contornar estes problemas, né, quero ajuda psicológica pra poder superar por que do jeito que está não dá, né. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Pelo relato de Débora, que frequenta a Casa Viviane há cerca de três meses, podemos observar que a mesma se encontraria em processo de reconstrução da própria vida, após sua vivência em violência, considerando que a mesma ainda se encontra em situação que podemos considerar de vulnerabilidade, uma vez que o ex-companheiro não respeita a medida protetiva obtida por ela. Nossa entrevistada parece ter clareza das implicações que o viver em situação de violência acarreta para mulheres, daí sua busca por “ajuda psicológica” para enfrentamento e superação das situações que ainda a desafiam.

Ângela, outra de nossas entrevistadas, relata mudanças ocorridas em sua vida, que considera ainda em fase inicial, tendo em vista a recente separação do ex-companheiro:

Então, olha, assim, ainda as mudanças estão ocorrendo, ainda. Assim, devagar. Não tem, assim, uma mudança drástica até o momento, né? Eu só me liberei desses 17 anos de tormenta. [...] Eu vou passar pelo, pelo divórcio e daí pra lá eu acredito que vou poder tá sossegada, tranquila. Não vou dizer pra você que vai ser fácil refazer a minha vida, não. Porque não. Não vai ser fácil, porque você... Eu ainda sou jovem, mas assim essa questão assim de namorar, eu tô até namorando, mas o medo é muito grande de que, de que você possa passar de novo pela mesma coisa. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Pelo relato acima, podemos observar que Ângela colocaria, como horizonte, mudanças significativas em sua vida, por ser ainda jovem e ter a possibilidade, a partir do rompimento de uma situação de violência em que vivia, de recomeçar sua própria vida. Aponta, no entanto, receios em relação ao futuro, futuro esse que, podemos dizer, aguarda para tão somente após o divórcio, que representaria, em seu imaginário, um marco para novas experiências de vida, de diferentes naturezas, mas que ainda se apresentam distantes, daí não fazerem parte de sua preocupação atual.

4.8.2. Sobre a divisão sexual do trabalho doméstico

De acordo com HIRATA e KERGOAT (2007), o termo divisão sexual do trabalho é usado não somente para o estudo da distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, mas também em relação à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Relembrando que, de acordo com NARVAZ e KOLLER (2006), a instituição da família brasileira teria tido como seu modelo de origem o patriarcal, que teria sido importado pela colonização e adaptado às condições da sociedade brasileira da época, que era latifundiária e escravagista. Ainda que tal modelo tenha se desintegrado no país, a mentalidade decorrente desse sistema parece ter prevalecido na vida de muitos brasileiros. Dessa forma, segundo as autoras, mesmo em meio urbano, “a gênese das atitudes autoritárias sobre a condição feminina deve ser entendida em relação aos esquemas de dominação social que caracterizam o patriarcado social brasileiro”.

O uso do termo patriarcado é controverso no campo dos estudos feministas, isto porque a ideia de patriarcado acaba por cristalizar a dominação masculina, impossibilitando a mudança. Dessa forma, NARVAZ e KOLLER (2006) afirmam que:

Lobo (1992) e Rowbotham (1984) criticam o uso do termo “patriarcado” em função do caráter a-histórico, fixo e determinante impregnado em seu conceito. Castro e Lavinhas (1992) ressaltam que o conceito de patriarcado, tomado de Weber, tem delimitações históricas claras, tendo sido utilizado para descrever um tipo de dominação assegurada pela tradição, na qual o senhor é a lei e cujo domínio refere-se a formas sociais simples e a comunidades domésticas. Seria, portanto, inadequado falar, na modernidade, em “sociedade patriarcal”. (NARVAZ e KOLLER, 2006. p. 50).

Contudo, resquícios dessa modalidade de dominação parecem persistir, notadamente em relação à família nuclear hegemônica e às suas prescrições normativas. Dessa forma, a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos parece encontrar respaldo nessa constelação de relações, pois o papel reservado ao homem, na considerada “família patriarcal burguesa”, relaciona-se ao sustento econômico e aquele prescrito à mulher refere-se às atividades realizadas em âmbito doméstico.

Tal divisão de atribuições imposta quer pelo patriarcado, quer por outras formas de dominação masculina, relaciona-se também ao adestramento da sexualidade feminina, como menciona ARAÚJO (2004), ao revelar a preocupação, especialmente da igreja, com a educação de mulheres exclusivamente direcionada aos afazeres domésticos, no Brasil e em Portugal nos séculos XVII e XVIII, que tinha por finalidade o referido controle da sexualidade das mesmas, considerada uma “ameaça ao equilíbrio doméstico, à segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e religiosas”.

Assim, consideramos relevante abordar a questão de divisão sexual do trabalho doméstico e observamos que dentre nossas entrevistadas, aquelas que permaneceram vivendo com o companheiro depois da referida vivência em situação de violência relacionada ao mesmo, acabaram por desenhar um

relacionamento, em alguns aspectos, diferente do anterior, a partir de novos moldes.

Abaixo traremos relatos que expressam tais modificações e a questão da responsabilização pelas tarefas domésticas, tradicionalmente relegada à mulher e, muitas vezes, relacionada a conflitos, à exploração e à prática de violência contra mulheres.

Primeiramente, destacaremos fala de Fiamiris, onde a mesma relata a participação de seu marido nas tarefas domésticas:

A gente [na família de origem] tinha que ajudar a lavar roupa, aquele monte de calça, que eles sentam na rua, ó, vida social de um homem é diferente da vida social de uma mulher, totalmente diferente, não é no meu caso, na minha casa agora, porque o meu marido ele lava louça, ele faz comida, ele lava roupa, ele limpa a casa. Ele não é muito de limpar a casa, mas assim, vidro lá em casa quem limpa é ele, ele faz as coisas, ele ajuda. Até minha filha fala assim: Mãe, você não arrumou um marido, você arrumou um pai. Porque ele faz as coisas. Mas, assim, o marido dela também é folgado né. Ele [marido] não, ele não é assim 100% porque não tem, um homem 100% vai demorar pra chegar né? [risos das duas] Difícil! Mas os meus irmãos, pelo amor de Deus. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Ao tecer sua narrativa acerca da participação do homem nas tarefas domésticas, nossa entrevistada Fiamiris compara sua família de origem – onde a divisão de tarefas domésticas se dava da maneira considerada tradicional, ou seja, ela, ao lado da mãe e das irmãs eram responsáveis pelas tarefas domésticas – com o casamento atual, onde sinaliza a existência de equidade de gênero pelo tipo de participação que seu esposo apresenta em relação às tarefas domésticas.

O início do relato de Fiamiris remete à diferenciação na maneira de educação em relação a meninos e meninas, uma vez que, de acordo com nossa entrevistada, a mãe ao lado das filhas mulheres tinham que lavar roupas de todos os irmãos homens. Essa situação, considerada atualmente “tradicional,” relaciona-se ao que planejou Ribeiro Sanches acerca da educação feminina, em seu manual “Educação de uma menina até a idade de tomar estado no reino de Portugal”, de 1754, abordado por ARAÚJO (2004):

Seria necessário que uma menina ao mesmo tempo que aprendesse o risco, a fiar, a coser e a talhar, que aprendesse a escrever, mas escrever para escrever uma carta, para assentar em um livro que fez tais e tais provisões para viver seis meses na sua casa; para assentar o tempo de serviço dos criados e jornaleiros, e os salários; para escrever nele o preço de todos os comestíveis, de toda a sorte de pano de linho, de panos, de seda, de estamenhas, de móveis da casa; os lugares adonde se fabricam ou adonde se vendem mais barato [...] Seria útil e necessário que soubesse tanto de aritmética que soubesse calcular quanto trigo, azeite, vinho, carnes salgadas, doces que serão necessários a uma família; escrever no seu livro os vários modos de fazer doces e a despesa, e prever o proveito ou a perda que pode destas provisões tirar uma casa [...] Não lhe ficaria muito tempo para enfeitar-se vãmente, e muito menos para se pôr a uma janela ou a uma varanda, ler novelas e comédias e passar o tempo enleada na ternura dos amantes (SANCHES, 1754 apud ARAÚJO, 2004).

Dessa forma, consideramos que a educação das meninas teve, por certo período de tempo, o objetivo de preparar as mesmas para os cuidados com a casa, diferente da educação que era dispensada aos meninos. Embora vivendo um outro tempo, tais pensamentos ainda encontram eco na atualidade e mantém, em muitas ocasiões, a mulher como responsável por tarefas cujo resultado é desfrutado por todos os habitantes da residência.

Observa-se, assim, que a distinção que Fiamiris faz entre o comportamento socialmente aceito dos homens em relação ao comportamento esperado das mulheres, quando relata: “ó, vida social de um homem é diferente da vida social de uma mulher, totalmente diferente” aponta, ao que parece, para a preservação de algum resquício, na mesma, da relatada visão conservadora presente em sua família de origem e na nossa sociedade como um todo.

Mudanças, no entanto, começam a ser vislumbradas, nesse caso, pelo comportamento do marido de Fiamiris que parece compartilhar com a mesma o exercício das tarefas domésticas, de maneira a causar espanto até mesmo em gerações mais jovens, como à filha de Fiamiris que menciona: “Mãe, você não arrumou um marido, você arrumou um pai”, o que nos leva a considerar possível perpetuação do padrão tradicional de divisão de tarefas por gerações

futuras, uma vez que algumas pessoas bastante jovens ainda parecem pensar de acordo com manuais do século XVIII.

Nossa entrevistada Vivian, por sua vez, afirma não haver divisão em relação a execução de tarefas domésticas em sua família, de acordo com relato a seguir:

Não [tem divisão de tarefas], que não tem, assim, necessidade, pelo fato de eu ficar em casa, né, aqui não tem, porque aqui é isso aqui que ce ta vendo, né, eu vou lavar roupa, ela [filha] vai lavar louça, ele [filho] vem limpar a casa, até as pequena [duas filhas pequenas], vai pegar os brinquedos, vai, tira o pó lá pra mim, a casa é pequena, eu gosto assim da coisa bem pequena mesmo pra não ta sobrecarregando, suficiente pra nós vive, então não é... não tem assim a necessidade, né, não é do feitio dele mesmo, assim lavar uma louça ele não gosta, não gosta de cozinhar, o negócio dele é assim: sou motorista. [...] Né, eu sou o motorista. Ponto. Mas hoje em dia assim ele já... até que eu falo pra ele: quem te viu e quem te vê, homem das caverna. Porque não fazia um café, hoje em dia já faz, ele vai lá, frita o ovo dele, né, ele... das filhas, ele... é o babá delas, né, quando ele tá em casa eu fico na minha, sempre foi assim, ele é muito apegado com as filhas. [...] Ah sim! É muito apegado com os filhos, tanto com os de lá, do primeiro casamento, como com elas aqui. Então, assim, ce vê, ele já ligou... para saber... Então, assim, ele é um pai presente, né, do jeito dele, do jeitinho dele assim, porque as menina, eu falo pra ele, não, é um irmãozinho mais velho, porque ele age como se ele fosse um irmão mais velho, parece outra criança, né, e... e elas aí tipo quer crescer as asinhas né, aí por isso que eu falei, eu que comando né, porque aí entra eu pra dar uma tesourada (rindo) (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

No amplo relato de Vivian, podemos observar que, aos 49 anos e pertencente a uma camada popular, a mesma tece uma narrativa onde podemos observar sua própria disposição em assumir o trabalho doméstico, sinalizando que não há necessidade da participação do marido, tendo em vista que não exerce atividade no mercado de trabalho. Vivian organiza as tarefas domésticas envolvendo todos os membros da casa, quer o próprio marido, em função do próprio prazer que o mesmo revela ter com o cuidado com as filhas, e os próprios filhos, independentemente da idade, como bem ilustra a educação que busca dar às crianças pequenas na responsabilização pelos próprios brinquedos. Nesse relato, podemos observar, inclusive, a própria mudança que se operou em relação ao marido quanto a tal tipo de participação no trabalho doméstico e no cuidado com os filhos.

Tal narrativa, que parece representar o que podemos entender, por um lado, como uma democratização das relações de gênero no espaço doméstico, em relação às tarefas e aos filhos, já que todos parecem participar de maneira

bastante harmônica do cuidado com a casa e com as crianças pequenas. A partir de um outro olhar, contudo, pode-se considerar que nossa entrevistada Vivian acaba agindo, ainda, de acordo com os já referidos moldes do século XVIII, pois os mesmos previam a habilidade de governo do lar como função da mulher, de acordo com ARAÚJO (2004), quando menciona que “no conjunto do projeto educacional destacava a realização das mulheres pelo casamento, tornando-as hábeis na ‘arte de prender a seus maridos e filhos como por encanto, sem que eles percebam a mão que os dirige nem a cadeia que os prende’”.

Assim, consideramos que Vivian, mesmo sem romper com os considerados padrões tradicionais, pôde alcançar sua realização pessoal, pois, conforme relata em sua fala: “por isso que eu falei, eu que comando”, a mesma faz uso de seu poder justamente na gestão de sua casa e sua família, não ficando, dessa forma, em estado de total subserviência em relação ao esposo. Sua dependência, no entanto, é financeira, uma vez que a mesma não exerce atividade remunerada, mas, ao que parece, tal condição decorre de um comum acordo entre o casal, uma vez que Vivian não se queixa da ausência de atividade externa, como ocorre com algumas mulheres que vivenciam situação semelhante, e dessa forma, não fica submetida a sobrecarga de trabalho, já que se dedica exclusivamente à sua casa e sua família. A satisfação de Vivian fica evidenciada em seu relato a seguir:

Não... hoje em dia... A gente brinca, a gente... discussão assim é coisinha mínima... ele é mais assim atencioso, carinhoso, brinca comigo, assim né. Ah, a... a... a... hoje é o marido que eu quero mesmo, é o marido que eu quero. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Conforme observamos acima, os relatos de Vivian apresentam, no conjunto, o que poderíamos considerar como a existência de uma possível equidade de gênero, onde as diferenças são respeitadas e os conflitos minimizados. Tal equidade se deu, ao que parece, a partir de uma construção onde ela, Vivian, teve um importante protagonismo.

Ao lado da equidade de gênero em relações conjugais igualitárias, observada no relato de Vivian, que se apresenta, por assim dizer, como um caso exemplar de acordo tácito firmado em relação às tarefas domésticas, o relato abaixo de Ângela, permite-nos apresentar uma outra situação familiar que serve de contraponto:

Eu não tive filho com ele. Eu fui casada 17 anos e os meus filhos são do primeiro relacionamento. Então, assim, tarefas nunca houve divisão. Porque ele, simplesmente, se recusava a fazer alguma coisa. Ele, simplesmente, falava pra mim: "Eu trabalho, você que tem que fazer, você que tem que se virar." Entendeu? E eu também trabalho, entendeu? Então, quer dizer, assim, demorou muito pra mim conseguir algumas coisa dele, ter um sucesso dele na questão de ajudar a lavar uma louça, sabe? Foi muito difícil, porque ele nunca quis. Ele era machista demais e é até hoje. Então ele nunca queria lavar uma louça. Não queria me ajudar nas tarefas de casa. [...] Então, pra mim, a partir da hora que a pessoa começou recusar, não querer ajudar e a não te entender e a te abandonar, pra mim já, pra mim já tava descartando ele, já. Tava esperando só uma oportunidade, assim, de sair fora mesmo do relacionamento. Porque eu acho que é uma exploração. Que nem, uma vez, ele falou pra mim assim que ele... Que... Eu falei: "Mas porque que você acha que eu tenho que fazer tudo sozinha?" Aí, ele virou pra mim e falou assim: "Porque eu casei com você pra isso." Falei: "Então, quer dizer que você confirma que eu sou sua empregada?" Ele falou: "É." Falei: "Se eu sou sua empregada, eu quero 13º, férias. Quero tudo que uma empregada tem direito, porque você não me paga nada disso, entendeu? Quantas vezes lavei sua roupa, limpei sua casa, fiz sua comida? Entendeu? Se eu sou sua empregada você vai ter que me pagar." Então, por aí comecei, já, sabe? Mostrar pra ele que ele tava errado. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

O que consideramos importante reter na narrativa acima de Ângela, foi a própria ausência de participação do ex-marido nas tarefas domésticas ter representado uma conscientização acerca do que ela própria denomina como exploração da mulher no trabalho doméstico, situação contra a qual se insurgiu, podendo ser considerada, inclusive, como o propulsor que a teria levado a romper com uma relação conjugal e doméstica que passou a caracterizar como de opressão feminina, conforme relato: "Tava esperando só uma oportunidade, assim, de sair fora mesmo do relacionamento. Porque eu acho que é uma exploração".

Seu discurso ganha expressão também pela narrativa do diálogo que revela ter travado com o ex-marido em diferentes situações em relação à sua recusa de realizar qualquer tipo de tarefa doméstica, sob a alegação de que caberia a ela "se virar". Diferentemente de Vivian, ela não reconhecia que deveria responsabilizar-se pelas tarefas domésticas, uma vez que a mesma também trabalhava e, assim, se configuraria aquilo que a literatura passou a

designar como a tripla carga de trabalho a que mulheres são submetidas quando dedicam-se ao trabalho doméstico, ao cuidado dos filhos e desenvolvem atividades inseridas no mercado de trabalho.

Também de maneira diferente do que ocorria com Vivian, a relação conjugal de Ângela não era pautada pela amizade e carinho, mas, ao que parece, pelo abandono. Tais condições teriam representado o que Ângela denomina de oportunidade de romper com tal situação, mas não somente, uma vez que, na própria narrativa do companheiro, ele a teria colocado na condição de sua própria empregada, conforme o seguinte excerto dessa sua narrativa: “Eu falei: ‘Mas porque que você acha que eu tenho que fazer tudo sozinha?’ Aí, ele virou pra mim e falou assim: ‘Porque eu casei com você pra isso.’ Falei: ‘Então, quer dizer que você confirma que eu sou sua empregada?’ Ele falou: ‘É.’”

Se, no caso de Ângela, podemos observar a superação de situação de opressão, onde a mulher consegue romper com a mesma, o caso de Clara dos Anjos apresenta-se como exemplo de situação contrária:

Não. Lá em casa ninguém faz nada. Tudo eu. Lavo roupa. Se eu falar você vai até rir porque estou com as mãos tudo machucada. Faço serviço de pedreiro, a gente tá construindo. O meu marido, ele sempre teve uma vida muito bem, quando ele queria assim, bem que eu falo, de dinheiro. E eu sempre morei aqui em Guaianases, ele morava no bairro do Pari, do Brás, da Moóca. Então, ele perdeu financeiramente muita coisa. E ele está aprendendo a conviver agora. Então, ele sempre teve empregada, a mãe sempre lavou a roupa dele, sempre cuidou, ele nunca precisou de passar roupa, que até hoje ele não faz. Então, assim, é mais eu mesmo. Até as minhas filhas, não gostam de lavar uma louça, não gosta de fazer nada e, fica difícil. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Pelo relato de Clara, acima, observamos que seu relacionamento conjugal se configura nos moldes tradicionais, onde à mulher cabe a responsabilidade de maneira exclusiva pelo serviço doméstico, o que muitas vezes implica numa sobrecarga de trabalho.

Embora, no caso de nossa entrevistada, a mesma não exerça trabalho formal e remunerado, assume, o que na tradição seria considerado trabalho exclusivamente masculino, quando menciona: “Faço serviço de pedreiro, a gente tá construindo”. Vale destacar que, em sua fala, é possível observar a

existência de gerações mais jovens, a exemplo da mesma, preservando a tradição no que tange à preservação da responsabilização da mulher pelas tarefas domésticas, mas, rompendo com a mesma ao executar, ela própria, trabalho considerado tradicionalmente como realizado por homens.

Cabe ressaltar, também, a menção que o marido de Clara faz acerca da mesma, referindo a ela como uma escrava, conforme item anterior, situação onde nossa entrevistada relata sentir-se humilhada. O companheiro de Clara teria, ainda, se posicionado violentamente contra sua decisão de trabalhar remuneradamente, como mencionado em item 4.3. Dessa forma, consideramos que o mesmo procuraria manter a situação narrada por Clara, onde a mesma encarrega-se dos cuidados relacionados ao lar, mesmo a contragosto.

A despeito da narrativa acima onde é identificada a questão de divisão da tarefas domésticas, Clara identifica mudanças tênues, mas que para ela parecem representar diferente maneira de encarar o trabalho doméstico, conforme relato antes apresentado e retomado a seguir:

Olha, antigamente era muita briga, muita discussão. Hoje, assim, é... nós dois estamos bem. Tanto ele mudou o jeito dele porque ele viu que eu mudei, que tudo que a gente fazia antes, mesmo antes quando eu era submissa a ele, eu fazia com lágrima no olho. Hoje eu até faço, mesmo sendo submissa, mas é diferente, porque antigamente era com tristeza. Hoje eu ainda falo: To fazendo não é o que eu quero, não é o que eu gosto, mas eu quero que você saiba que você está me maltratando, está me machucando. Então hoje tem mais diálogo. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Bastante expressiva sua afirmação: “Hoje eu até faço, mesmo sendo submissa, mas é diferente, porque antigamente era com tristeza. Hoje eu ainda falo: To fazendo não é o que eu quero, não é o que eu gosto, mas eu quero que você saiba que você está me maltratando, está me machucando”, que parece apontar para a ressignificação do trabalho doméstico e anunciar o quanto considera difícil arcar com todo esse trabalho.

Se lembrarmos que em sua situação atual a mesma relata sentir-se humilhada pelo tratamento recebido pela família do esposo, é de se esperar que o ato de fazer de maneira diferente as tarefas que não desejaria, parece indicar uma menor revolta na realização de tal trabalho doméstico,

notadamente quando afirma: “To fazendo, to fazendo, não é o que eu quero, não é o que eu gosto. Hoje eu ainda falo: To fazendo não é o que eu quero, não é o que eu gosto, mas eu quero que você saiba que você está me maltratando, está me machucando. Então hoje tem mais diálogo”.

A mudança mencionada por Clara pode ser considerada quando da remissão ao estado em que se encontrava após a violência física vivida, quando a mesma teve depressão e não procurou ajuda, vindo a ter contato com a Casa Viviane por conta de uma assistente social, de outra instituição, que foi até sua casa. Em relação à polícia, Clara narra a sua falta de confiança devido a situação que vivenciou junto a uma delegada, em item 4.6, o que colaborou para que a mesma não formalizasse denúncia contra o parceiro. Dessa forma, consideramos que o fato de nossa entrevistada estar buscando dialogar com seu companheiro representa para a mesma uma modificação em sua forma de lidar com a situação, mudando, assim, do silenciamento para a utilização de sua voz.

Em relação a mencionada divisão de tarefas domésticas, ARAÚJO e SCAFLON (2005) apud JABLONSKI (2010) apontam em sua ampla pesquisa realizada em 2003 que a maior parte do trabalho doméstico, em nosso país, continua sendo atribuição feminina. De acordo com essas autoras, a participação masculina foi aumentada no que diz respeito ao cuidado com os filhos, mas não em relação às tarefas domésticas propriamente ditas. ROCHA-COUTINHO (2003-2004-2005), igualmente citados por JABLONSKI (2010), afirmam que em pesquisa realizada no Rio de Janeiro com homens e mulheres cariocas, os mesmos endossam, com diferentes níveis de consciência, a ideia de que a casa e os filhos são responsabilidade da mulher, cabendo ao homem o provimento com recursos financeiros.

Os achados do próprio JABLONSKI (2010) vão ao encontro das já mencionadas pesquisas e acrescentam que, no caso dos casais entrevistados por esse pesquisador, existe uma discrepância entre a percepção de homens e mulheres em relação à divisão de tarefas, sendo que os homens consideram tal divisão equitativa enquanto as mulheres consideram a mesma assimétrica. Tais distinções, segundo o autor, se apresentam igualmente em outras pesquisas que compararam diferentes países, entre eles EUA, Japão, Hungria

e Rússia, observando que os homens tendem, assim, a superestimar a sua contribuição em relação as tarefas domésticas, o que as mulheres não fazem ou, em alguns casos, não fazem com a mesma intensidade.

Dessa forma, consideramos que, a despeito das diversas conquistas femininas em relação a seus direitos humanos e até mesmo das transformações que vem ocorrendo em relação a formação da família, no que diz respeito às tarefas domésticas parece ainda prevalecer um certo tabu ou comodismo masculino em relação às mesmas e a ideia de que tais tarefas são responsabilidade da mulher.

Ao ser constatada essa desigualdade de atribuições, uma reflexão acerca da forma como a sociedade acaba por utilizar essa divisão desigual de tarefas para hierarquizar atividades e, dessa forma, hierarquizar também os sexos parece convergir para a própria conscientização acerca da ainda presente necessidade de luta pela conquista de direitos femininos, uma vez que grande massa de trabalho vem sendo executada de maneira não remunerada e, assim, muitas mulheres seguem exploradas e colaborando com a manutenção de um sistema onde são consideradas, a exemplo de nossa entrevistada Clara dos Anjos, escravas.

HIRATA e KERGOAT (2007) ressaltam a necessidade de se investigar essa questão quando mencionam espanto frente a mulheres que, mesmo conscientes da situação de opressão e da desigualdade relacionada a divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do mesmo. Para as autoras, ainda que haja delegação de tais tarefas, a responsabilização pela realização das mesmas acaba sendo atribuída a quem as delega que, na maioria dos casos, é a mulher. Assim, consideram que se faz necessário analisar os “âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade” que parecem representar amarras para muitas mulheres que permanecem submetidas a situações notadamente desiguais, injustas e muitas vezes, como revelou Clara dos Anjos, “machucando” a si próprias.

4.8.3. Sobre o lugar da mulher e do homem na sociedade contemporânea

Neste item, apresentamos a percepção de nossas entrevistadas sobre a situação da mulher e do homem na sociedade, na atualidade. Vale lembrar que todas as mulheres entrevistadas haviam participado de atividades realizadas pela Casa Viviane e, portanto, muitas de suas percepções podem decorrer da participação das mesmas em grupos de reflexão, além de outras atividades. No entanto, consideramos que em função da situação de vida e de relações conjugais e violências vivenciadas, aproximações, mas, igualmente, diferenças, podem ser observadas em seus discursos por esses serem proferidos a partir de tais lugares sociais.

Discursos acerca das mulheres

Nossa entrevistada Débora, em seu relato a seguir, revela sua nova percepção acerca da situação da mulher na sociedade contemporânea:

Depois que eu comecei aqui... Falei, nossa, parece que a mulher não é nada na sociedade, né. É bem complicada a situação. Eu não achava que era tanto, né. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Observamos que Débora considera a posição da mulher como desvalorizada perante a sociedade, na medida em que afirma a mulher ser um “nada”. Embora seu relato aponte para uma ausência de preocupação acerca da questão antes de sua participação na Casa Viviane, também parece revelar certo espanto frente a novos conhecimentos que passa a partilhar na referida Casa, o que exigirá, ao que parece, tempo de maturação e de reflexão para tal situação que identifica como “complicada”, querendo significar, mais especificamente, complexa.

Vale mencionar que Débora vivencia, ainda, situação de violência psicológica, por parte do ex-companheiro, que não respeita a medida protetiva

judicial concedida à mesma, o que, possivelmente, contribui para a formação de sua percepção acerca da situação da mulher.

Outra de nossas entrevistadas que revela visão depreciativa em relação à situação da mulher na sociedade é Clara dos Anjos, conforme ilustra sua fala abaixo:

Assim, não to bem informada, não sei se o que eu vou falar é besteira, mas eu acho que tá bem desatualizada. Tá bem precária. Mesmo com tudo isso ainda há... é coisa muito antiga. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Cabe ressaltar que a situação de vida de Clara dos Anjos, em termos de seu posicionamento na relação conjugal, se dá de acordo com o que se pode considerar uma anacronia de datas, ou de tempo histórico, condição essa que pode responder ao tipo de percepção que apresenta acerca da situação da mulher, numa expressão cifrada, como “desatualizada” e “coisa muito antiga”.

Tal percepção, contudo, parece ir ao encontro dos avanços e permanências que delineiam trajetórias das relações de gênero em nossa sociedade, tendo em vista que não somente Clara dos Anjos parece viver de acordo com padrões considerados tradicionais, do ponto de vista sócio-cultural, de vida, mas, igualmente, muitas mulheres em nossa sociedade.

Vale considerar que Clara dos Anjos apresenta-se como um dos casos mais complexos dentre nossas entrevistadas, considerando o tipo de relação conjugal que ainda mantém com o marido, notadamente ao adotar a submissão como estratégia para a prevenção de novos episódios de violência física, como mencionado em item 4.1, permanecendo, assim, em situação que consideramos de violência psicológica.

Outra de nossas entrevistadas, Clarice, a despeito da existência de leis que visam a igualdade de gênero no país, considera essa igualdade inexistente, de acordo com sua narrativa abaixo:

Eu acho que ela é totalmente desigual e eu acho que tem muita cobrança da sociedade como um todo pra mulher. Tem só cobrança, na verdade, né? Mulher tem que ser boa mãe, tem que

ser boa mulher, tem que ser cozinheira, tem que ser estudante, tem que se virar em tudo, né? Mas não é reconhecida. Não tem reconhecimento. Só tem reconhecimento quando alguma coisa não dá certo. Então só de cobranças. E, sei lá, acho que é totalmente desigual e injusta. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Clarice, em seu relato acerca da situação da mulher na sociedade destaca a questão da desigualdade e da iniquidade de gênero como imperando na sociedade brasileira. Ilustra sua posição, elencando alguns considerados papéis sociais atribuídos à mulher, como inerentes às mesmas, como ser boa mãe, boa mulher, boa cozinheira, pelos quais não é reconhecida, mas cobrada, o que aponta para uma condição não somente desigual, mas injusta.

Isto notadamente considerando que muitas mulheres acabam por, de fato, terem que desenvolver diversas atividades configurando o que a literatura denomina de dupla ou tripla jornada de trabalho, como parece ser o caso de nossa entrevistada Clarice que trabalha como assistente pedagógica, cuida de seus dois filhos, de sua casa, cozinha, estuda e sente-se “cobrada” a desempenhar bem todas essas suas atividades.

Contudo, ao não se referir aos avanços conquistados pelas lutas de mulheres em nossa sociedade, Clarice apresenta uma visão da mulher como que enredada pela cultura e pela sociedade, de maneira a não mencionar possibilidades de mudanças para as situações de injustiça identificadas, o que nos leva a aproximar sua visão da que foi descrita por SANTOS e IZUMINO (2005) como relacionada às primeiras correntes teóricas de estudos feministas acerca da violência contra a mulher, que apontavam para a “anulação da autonomia da mulher” ou para a consideração da mulher como “sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” fixada, assim, numa situação de subjugação permanente pela dominação masculina ou patriarcal, e não como sujeito de direitos com possibilidades de protagonizar a própria história.

Como contraponto ao discurso “vitimista” de Clarice, em relação ao lugar da mulher na sociedade, encontram-se aqueles proferidos por Ana Cristina e

Ângela, ambas, assim como Clarice, com nível de escolaridade universitário. Destacamos tal fato para melhor evidenciar de que lugar as mesmas falam.

O relato de Ana Cristina, abaixo, evidencia a mencionada diferenciação:

Hoje, a mulher, ela é independente. Ela pode trabalhar. Ela pode criar os filhos. E mesmo na situação que eu tô, desempregada, tem que procurar emprego. Qualquer um. Eu até rebaixei a minha carteira. Da minha função que era de auxiliar de escritório, depois eu não consegui voltar, fui pro call center. Pressão psicológica, né? E do call center, eu tô procurando qualquer emprego que eu possa me sustentar e sustentar meus filhos. Mas tem que sair dessa situação de ser submissa ao companheiro. Essa é a palavra. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Ana Cristina parte da própria experiência para tecer sua narrativa acerca da situação da mulher na sociedade, reconhecendo um novo lugar destinado às mesmas, para além dos espaços da casa e da necessidade de manutenção da relação conjugal, onde a mesma esteja submetida à dependência de um homem provedor.

Ana Cristina parece, dessa forma, determinada a manter o seu rompimento com a situação de subalternidade, questão mencionada em itens anteriores (4.1 e 4.3), que vivenciava ao lado do companheiro e caminhar em direção a esse novo lugar que já foi capaz de vislumbrar e valorizar.

Nossa entrevistada Ângela apresenta, a exemplo de Ana Cristina, igualmente um discurso que se diferencia daquele proferido por Clarice, ao dissertar acerca de sua concepção relacionada à situação da mulher na sociedade, apontando para o que consideramos sororidade¹¹, conforme seu relato a seguir:

É. A mulher na sociedade? Assim, eu acho que a mulher também é um campo muito grande. A mulher, embora, a gente sabe que ainda não existe a igualdade entre homens e mulheres, a mulher ainda tem esse, essa dificuldade igualitária. Existe essa dificuldade da mulher ainda. Mas a mulher já avançou bastante. Então, acho que a nossa briga não é... O machismo vai continuar existindo, entendeu? A nossa briga parece que é eterna. Mas já teve bastante sucesso. Então acho que a mulher no mercado tá avançando muito. Eu acho que tem muitas mulheres que tá de parabéns, sabe? Porque fazem mesmo, mostra que faz. E, sabe, dá um show. Eu gosto de ver mulher assim. Eu adoro ver uma mulher vitoriosa. Porque eu falo: "Essa

¹¹ Termo usado para referir-se à solidariedade entre mulheres

daí, eu tiro o chapéu pra essa." Entendeu? Então eu gosto disso. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Ângela reconhece, como Ana Cristina, a existência de mudanças na situação da mulher na sociedade, ainda que reconheça, igualmente, não existir a igualdade necessária entre homens e mulheres. De acordo com seu relato acima, podemos observar que Ângela considera os padrões tradicionais de família, ainda vigentes em nossa sociedade, ancorados na visão patriarcalista como padrões difíceis de se romper. Daí sua consideração acerca da busca da mulher por autonomia requerer enfrentamento perene, o que podemos ilustrar a partir de sua expressão: “a nossa briga parece que é eterna”.

Dentre os avanços das mulheres rumo a autonomia, igualdade e equidade de gênero, Ângela relata não somente seu reconhecimento da importância da inserção da mulher no mercado de trabalho, mas, igualmente, sua admiração por mulheres que se destacam nesse meio, o que nos fez considerar que a mesma, ao romper com o padrão de competitividade estimulado entre mulheres, parece caminhar rumo a um posicionamento pautado pela sororidade, quando menciona: “Eu adoro ver uma mulher vitoriosa”.

Hilda, outra de nossas entrevistadas, assim como Ângela, valoriza a condição em que se encontra a mulher, apontando para a importância do aumento da auto-estima da mesma, de acordo com sua narrativa abaixo:

A mulher na sociedade é uma peça, uma joia preciosa. Só que, pra muitos, ainda é um sexo frágil, e não é. Sexo frágil são os homens. Porque eles matam, eles batem, eles agridem, eles acham que são, que é sexo frágil. Mas imagine uma, a sociedade sem uma mulher, uma empresa sem uma mulher. A mulher, ela é mais, a mulher é inteligente. A mulher, ela é, ela é mais preparada psicologicamente falando pra lidar com algum tipo de situação. O meu papel como mulher na sociedade, eu acho que se não tivesse acho que a sociedade ia sentir falta. [Entrevistadora ri] Porque eu tenho sido útil perante a sociedade. Eu dou trabalho, onde eu passo, eu tenho deixado um pouquinho da minha marca. [Risada] (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

No relato acima, Hilda reconhece a importância da mulher na sociedade, no mercado de trabalho, tece crítica em relação à concepção essencializada da mulher como sexo frágil e revela-se empoderada no que diz respeito à sua

auto-estima, na medida em que reconhece seu próprio valor perante à sociedade em que relata participar ativamente como cidadã. Ao considerarmos de que lugar Hilda fala, podemos observar que parte de sua própria história de superação da situação de submissão para a atual condição de sujeito de direitos.

Dessa forma, Hilda reconhece o protagonismo da mulher, ao lado da necessidade de seu reconhecimento por determinada parcela da sociedade, notadamente quando menciona: “pra muitos, ainda é um sexo frágil, e não é”.

Outra de nossas entrevistadas a valorizar e se apropriar do espaço conquistado pela mulher em nossa sociedade é Naná, que identifica mudanças relacionadas às condições em que vive a mulher atualmente, conforme relato abaixo:

Bom, a situação da mulher agora tá melhorando, né? Tá melhorando porque agora tem as leis, né? Tem as leis. Porque teve o meu tempo de mais jovem, não tinha. Não tinha essa lei que segurava, que dava proteção pra gente, que agora tem. E as mulher tá mais instruída [informada], né? Nessas coisa. E na minha época não tinha essas coisa. Porque se eu tivesse isso aí nos meus tempos atrás, há mais tempo tinha divorciado. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Naná apresenta uma percepção relativamente ampliada em relação à situação das mulheres na sociedade, uma vez que remete às conquistas de direitos e a aquisição de maior informação sobre tais direitos, por parte das mulheres, o que, para nossa entrevistada, parecem representar caros avanços.

Ganha destaque no discurso de Naná a Lei Maria da Penha, que toma como representando uma nova era para as mulheres em termos de direitos, mas, remete, igualmente, às mudanças em relação ao Código Civil que passa a flexibilizar as relações matrimoniais. Daí ganhar expressão sua seguinte fala, sobre o agora e o outrora, para as mulheres brasileiras, tendo em vista ter 64 anos à época da entrevista, encontrar-se divorciada do ex-marido agressor e vivendo uma nova relação afetiva: “se eu tivesse isso aí nos meus tempos atrás, há mais tempo tinha divorciado”.

Cabe lembrar que modificações significativas em relação às leis de nosso país ocorreram nos últimos anos, não somente em relação à

promulgação da Lei Maria da Penha e às modificações acarretadas por essa Lei no próprio Código Penal e no Código Civil, mas também pela própria redação da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que traz consigo o emblema da igualdade. Tais modificações representam, dessa forma, uma maior atenção voltada para as mulheres, no sentido de garantir às mesmas equidade e igualdade de gênero. Assim, ainda que a mera existência de leis não garanta que as mesmas serão cumpridas e respeitadas no cotidiano, as mulheres contam agora com maior respaldo legal para, ao menos, reivindicar a igualdade e equidade em relação ao homem na justiça.

Fiamiris, assim como Naná, valoriza o empoderamento das mulheres, conscientizando suas amigas acerca do valor do trabalho doméstico, conforme sua fala a seguir:

Precisa de muita coisa pra elas né. Então, eu acho assim, a situação da mulher ainda tá muito aquém do merecido e, assim, do que ela precisa pra vida dela, do que ela merece porque a mulher trabalha muito, infelizmente na maioria das vezes eu acho que a mulher não se reconhece como uma trabalhadora, como uma pessoa que contribui né, que tá lado a lado com o homem. A gente vê nas mulheres que ficam em casa porque eu vou fazer caminhada com as mulher que ficam em casa e eu percebo bem isso. Elas ficam: Ah, meu marido! Põe eles lá em cima e elas aqui [embaixo] né. E eu falo até, tem uma lá que eu falo pra ela assim: você trabalha mais do que ele. Ele trabalha fora, ganha o dinheiro, só que você não tem férias, você não tem sábado e domingo, ele tem, e eu não to querendo por você contra ele, mas você tem que analisar que você não é inferior a ele em nada. Não é por que ele traz o dinheiro pra dentro de casa que você não tá trabalhando, você tá trabalhando mais do que ele. Aí eu falo isso pra ela. Até ela fala pra mim assim: Você é porreta né Fiamiris. [risos] Eu falo: Ah! Sou mesmo! [risos] né? Aprendi aí a ser, porque tem que ser. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Pelo relato de Fiamiris, acima, observamos que a mesma aponta para o não reconhecimento do trabalho doméstico, por parte das próprias mulheres, como um trabalho dotado de valor, o que faz com que muitas mulheres posicionem-se de maneira subalterna em relação aos respectivos maridos que exercem o trabalho profissional remunerado.

A questão da não valorização do trabalho doméstico foi abordada por LOPES (1998), onde observa a importância da conscientização de que o trabalho doméstico não é inferior, como se quer fazer crer, defendendo a ideia de “que a sua manutenção enquanto inferior é uma necessidade para o controle e a perpetuação da subordinação da mulher”. Podemos inferir, assim,

que o reconhecimento da mulher acerca da importância de seu trabalho doméstico, considerando o mesmo tão valioso quanto o trabalho remunerado, realizado pelo homem, seria questão relevante para o rompimento com diversas situações de subalternidade e mesmo de violência, além de colaborar com a preservação de sua auto-estima, assim como de seu reconhecimento como um sujeito de direitos e de valores, tal qual seu companheiro.

Vale ressaltar que o homem, nessas circunstâncias, faz uso do respaldo fornecido pela mulher, não somente em relação às tarefas domésticas propriamente ditas, mas, igualmente, em relação ao cuidado para com os filhos, para que possa realizar seu trabalho remunerado. Podemos assim considerar que ocorre uma negociação, no mínimo justa, e não uma prestação de favores, quando o mesmo arca com as despesas financeiras da família e com o sustento de sua esposa e filhos enquanto a mesma responsabiliza-se pela ampla gama de tarefas relacionadas ao trabalho doméstico, aos cuidados com a casa e com os membros da família.

Fiamiris afirma, ainda, que ao dialogar com mulheres acerca dessa temática, seu desejo não é gerar conflitos de gênero entre casais, mas empoderar as mulheres para que as mesmas reconheçam o valor que possuem, o que podemos considerar notadamente a partir de sua fala: “eu não to querendo por você contra ele, mas você tem que analisar que você não é inferior a ele em nada”. Consideramos, assim, que Fiamiris milita em prol da igualdade de gênero que ainda não vê estabelecida e não estimula o rompimento com o trabalho doméstico, mas o reconhecimento do valor do mesmo, assim como a preservação da auto-estima da mulher acerca de sua posição de “dona de casa”.

Nossa entrevistada Neide, em relato a seguir, menciona as mudanças que empreendeu em sua vida e, a partir daí, aponta para o reconhecimento do novo lugar ocupado pela mulher na sociedade:

Olha, fia, agora mulher deu a volta por cima, certo? Inclusive eu. [Entrevistadora ri] Eu tenho minha microempresa, né? [Ambas dão risada] [...] Tá meio bagunçadinho aí. Mas se você olhar quando eu tinha a loja, nossa, é uma gracinha a minha loja. Tá até no celular as fotos aqui. Agora tá bagunçado porque não tem onde por porque a loja cresceu demais e não tem onde por. Aí, acho que a mulher tem que por, assim, às vezes a cara a tapa, né? Que nem eu fiz,

*levantei do lugar um dia "Ah, quer saber? Acabar com essa bomboniere, a molecada fica enchendo o saco a noite toda." Eles vinham não sei de onde que vinha bater na porta de madrugada pra gente atender. Falei: "Credo. Nossa senhora. Vou acabar com isso." Aí comecei a vender roupa, né? Então foi uma mudança na minha vida, né? Uma mudança radical, né? De uma coisa mudou pra outra. Foi bom porque eu trabalhava em feiras de eventos, tem os eventos. Quando tem a feira, na feirinha do Brás, que teve aqui na nossa vila, aqui em Guaianases. Aí eu também trabalhei ali. Cinco anos eu vendi ali. Foi isso que me abriu a mente, também, pra muitas coisas, você entende? Comecei a conversar com outras pessoas, também, né? Porque você só dentro de casa, você não escuta nada. Quietos. Cala a boca, menino. [Risos] [...] É isso. Eu tenho muitas amizades. E agora consigo ter amizades que antes eu não tinha. Eu ficava dentro de casa, só escutando xingo, bronca, né? Não é pra nós, não é verdade? Vamos acordar pra vida. [Risos] (**Neide**, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).*

Pela fala de Neide, observamos que a mesma rompeu com situações adversas, outrora presentes em sua vida, e seguiu em busca de sua autonomia, em diferentes níveis. Dentre essas, salientamos seu rompimento com o confinamento em que vivia, antes de começar a trabalhar remuneradamente, quando refere tal atividade adquirir significado especial em termos de sua abertura para outras práticas sociais pela possibilidade de passar a vivenciar, a partir do trabalho, uma nova sociabilidade na esfera pública, para além, portanto, do espaço exclusivamente da casa, conforme bem ilustra a seguinte fala da mesma: "Foi isso que me abriu a mente, também, pra muitas coisas, você entende? Comecei a conversar com outras pessoas, também, né? Porque você só dentro de casa, você não escuta nada". Consideramos, assim, que para Neide, o trabalho em ambiente externo representou para a mesma, além de sua autonomia financeira, a possibilidade de enriquecimento cultural relacionado ao contato com "outras pessoas" e a mencionada abertura de mente, que remete à diferentes visões de mundo com as quais a mesma pôde entrar em contato.

A simbologia usada por Neide quando se refere ao "acordar pra vida" parece estar estreitamente relacionada à sua passagem pelo portal que parecia, nesse caso, dividir os espaços público e privado. Dessa forma, com a referida nova sociabilidade e com as amizades conquistadas ampliou sua participação em novos espaços de interlocução. Neide revela, assim, auto-estima para seguir na direção de sua autonomia e de seu empoderamento, reconhecendo, de acordo com a reflexão que faz acerca de si mesma, o seu próprio valor.

Finalmente, nossa entrevistada Vivian que, diferente das demais entrevistadas, em narrativa abaixo apresenta não somente sua percepção acerca da situação da mulher na sociedade atual, mas, igualmente, sua posição contrária ao feminismo:

Han... sei lá, é confuso, né, eu acho um pouco confusa aí essa situação. [...] Ah... deixa ver. (pausa) eu acho muito confusa, a mulher nos tempos atual, aí ela se tornou assim um pouco, como é que fala, competidora com o homem, né, o que eu acho desnecessário, não precisa competir, basta ela ser quem ela é, pronto, acabou, então existe muito essa questão, até falava na Casa Viviane que tem o feminismo né e eu não quero, falei não quero ser feminista eu quero ser apenas a Vivian, por isso que teve coisas lá que eu não me envolvi, né, porque começa se tornar um grupamento sabe, um grupo, e eu não quero fazer parte de coisa de grupo né, porque não acho que... assim no meu ver, que eu vejo hoje, não se resolve, né, não se resolve ferindo o homem, humilhando o homem, ou querendo mostrar alguma coisa pra ele, não, ce resolvendo o seu conflito, ce mostra pro outro né, ele vai resolver o dele, e eu acho que é por aí. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

A partir do relato de Vivian, podemos identificar sua posição que difere das demais mulheres entrevistadas por considerar a situação da mulher na sociedade atual como “confusa”, ao que parece, por fugir à lógica de seu entendimento que mantém, como visão de mundo, o ideário de valores considerados tradicionais da família, no qual os papéis de homens e mulheres são definidos socialmente com base na diferenciação biológica, em uma clara distinção de divisão do trabalho entre os sexos masculino e feminino.

BASSANEZI (2004), em seu trabalho acerca concepção da mulher da década de 1950, apresenta uma série de excertos de revistas femininas de tal década, reveladora do imaginário da época que ainda persiste na concepção de mulheres como Vivian, ilustrada na citação a seguir, dessa autora:

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, a causa de muitos lares infelizes e destruídos. [...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que frequentemente a leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser à noite

esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família (Revista Querida, nov.1954 apud BASSANEZI, 2004).

Podemos observar, no excerto acima, clara distinção dos papéis sociais do homem e da mulher em nossa sociedade, mas não somente, pois, observamos também a demarcação espacial que considera o homem como o senhor do espaço público e a mulher como inerente ao espaço privado, como rainha do lar, sendo considerados tais diferentes papéis como opostos e excludentes.

Interessante observar como Vivian reafirma tal posição ao colocar a mulher que busca realizar-se profissionalmente, não somente como competidora, ou mesmo, podemos sugerir, como usurpadora do lugar “legítimo” do homem no mundo do trabalho, mas, igualmente, como perdendo sua própria identidade feminina, ou seja, “deixando de ser o que ela é”.

Com esse tipo de visão essencializada do que seja o ser mulher e homem na sociedade, quando consideramos a questão sob a perspectiva de gênero, Vivian apresenta sua posição tradicionalista e sua rejeição à concepção feminista que lhe foi apresentada na Casa Viviane, notadamente no que representaria um dos primeiros passos para a emancipação da mulher, ou seja, partilhar com o homem o mundo do trabalho. Passa, assim, a defender papéis tradicionais da mulher, a exemplo dos observados na Revista Querida, citada por BASSANEZI (2004), como representação exemplar dos padrões idealizados de gênero na vida cotidiana da época.

Consideramos, assim, que Vivian preferiu manter sua posição tradicionalista e rejeitar a concepção feminista que lhe foi apresentada na Casa Viviane, tendo em vista que, em seu caso, a mesma conseguiu negociar com seu companheiro e alcançar seu reconhecimento como sujeito, assim como sua realização pessoal, pelas atividades desenvolvidas no lar. Vivian parece também atribuir a situação de violência vivenciada com seu companheiro à situação de alcoolismo em que se encontrava o mesmo, não reconhecendo a existência da dominação masculina em nossa sociedade.

Daí adquirir significado no relato de Vivian, acima apresentado, que a mesma não somente refuta o ideário feminista que busca flexibilizar as relações de gênero, mas também parece apresentar dificuldade em relação ao pertencimento a tal grupo, quando menciona: “eu não quero fazer parte de coisa de grupo”, o que aponta para posição individualizada que a mesma assume acerca da questão da violência, por não reconhecer, ao que parece, tal questão como um problema social, mas sim pessoal e de maneira relativizada por atribuir tal comportamento violento do marido ao alcoolismo do mesmo, o que vai contra a já mencionada literatura especializada, onde o alcoolismo não pode justificar práticas violentas, mas, ao contrário, desresponsabiliza os homens por tais ações (MENEGUEL et al., 2011 e IZUMINO E SANTOS, 2005).

Discursos acerca dos homens

Em relação à indagação acerca de como as mulheres entrevistadas viam a situação do homem na sociedade atualmente, podemos introduzir duas de nossas entrevistadas, Clara dos Anjos e Débora, cujos relatos apontam para o fato de as mesmas tão somente identificarem as desigualdades e iniquidades sociais e de gênero presentes entre homens e mulheres, sem tecerem maiores reflexões acerca de tal constatação.

Destaca-se, num primeiro momento, a narrativa de Clara dos Anjos, pela dificuldade que aponta para verbalizar acerca da questão, conforme relato a seguir:

[Pausa]. É... Eu sei dizer que pra mim assim o homem ele se acha mais que a mulher, então... Não tem nem explicação. [Ri]. Não sei nem responder. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Vale destacar que no relato acima de Clara dos Anjos não somente observamos a simples identificação ou menção à superioridade masculina, mas, igualmente, a sua própria dificuldade para refletir acerca dessa condição

do homem em nossa sociedade, uma vez que considera difícil responder tal questão e parece ignorar qualquer tipo de explicação ou compreensão acerca da mesma.

Ao buscarmos entendimento sobre esse tipo de narrativa de nossa entrevistada Clara dos Anjos, que frequenta a Casa Viviane há cerca de 05 anos, revelou-se a necessidade de resgatarmos sua história de vida atual, referida no momento da entrevista, quando menciona ter adotado a subalternidade, depois de viver praticamente todas as modalidades de violência previstas pela Lei Maria da Penha, como estratégia para prevenção de novos episódios de violência, notadamente física, tendo em vista que ao longo de sua trajetória de vida a violência psicológica apresenta-se, ainda, como uma prática constante, por parte do marido.

Diferentemente do relato de Clara dos Anjos, podemos observar o relato abaixo de Débora, que a despeito de frequentar somente há três meses a Casa Viviane, no momento da entrevista, parece ter identificado algumas características do comportamento dos homens que apontem para o exercício de seu poder, em termos de uma dominação, que subjuga a mulher, na sociedade:

O homem é sempre né, dono de tudo né. Sempre dono da situação, quer mandar na mulher, acha que a mulher é propriedade dele, né. E a mulher sempre por baixo. Aí eu não achava que era tanto assim né. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Comparando esse relato acima com o tipo de fala apresentada por Débora, em relação à sua percepção acerca da situação da mulher na sociedade, em subitem anterior, esse seu relato sobre a situação do homem apresenta-se como um contraponto, uma vez que se a mulher parece não ser “nada na sociedade”, o homem é “sempre dono de tudo [...] sempre dono da situação” e inclusive “acha que a mulher é propriedade dele”. Esse tipo de concepção, que parece ter incorporado nas discussões de grupo da Casa Viviane, vai ao encontro de sua própria situação de vida, no momento da entrevista, tendo em vista que o ex-marido não respeita a medida protetiva e

tenta impedir que a mesma mantenha outras relações afetivas, além daquela que mantém com o filho, conforme item 4.1.

Vale destacar que a percepção acerca das desigualdades e iniquidades de gênero parece, igualmente, ter sido incorporada após sua participação na Casa Viviane, o que se evidencia no fato de Débora utilizar a mesma expressão quando finaliza seus dois relatos, quer em relação às mulheres, antes apresentado, que agora em relação aos homens, qual seja: “eu não achava que era tanto assim”.

Dessa forma, podemos observar o possível alcance do trabalho realizado na Casa Viviane em relação à conscientização de mulheres acerca das desigualdades e iniquidades sociais e de gênero existentes entre homens e mulheres, o que representa importante conquista por parte das mulheres, quer para a aquisição de auto-estima e autonomia, quer em termos de prevenção e do rompimento com situações de violência.

No relato abaixo, de Hilda, também podemos observar a identificação da desigualdade entre homens e mulheres, embora de modo relativizado:

O homem, ele tem que ter um pouquinho mais, descer um pouquinho mais do salto, que a maioria dos homens são arrogante, prepotente, acha que é dono de tudo, que pode tudo, mas sem uma mulher na companhia do lado, ele não é nada. O homem não seria, homem não seria... Deus fez primeiro o homem, mas em seguida ele viu que não era uma boa ideia ficar um homem só. Aí, em seguida, ele fez a mulher. Então, nós somos, somos o complemento deles, mas, a maioria das vezes, eles vê a gente como objeto e produto deles. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Em seu discurso, Hilda refere-se ao posicionamento masculino baseado na crença da superioridade dos homens em relação às mulheres ao mencionar a questão da arrogância e da prepotência, quando relata: “a maioria dos homens são arrogante, prepotente, acha que é dono de tudo, que pode tudo”.

Ao tomar parte do mito judaico-cristão acerca da origem da humanidade, nas figuras de Adão e Eva, para ilustrar sua fala, nossa entrevistada parece querer contestar esse tipo de postura do homem em relação à mulher, considerando as mulheres um “complemento” dos homens e não “objeto e produto deles”. Sua consideração acerca de mulheres representarem

complementos dos homens, contudo, é contestável na medida em que não vai ao encontro das discussões de gênero que preconizam a existência da igualdade e equidade entre homens e mulheres como um direito social. Isto porque, ao tomar a figura do complemento, Hilda não considera a mulher como um ser autônomo, uma individualidade, mas como um “anexo” ou um “adendo” do homem, o que acabaria por legitimar, de certa forma, a hierarquia e assimetria de gênero presentes em nossa cultura e sociedade, apontando para uma binariedade excludente e complementar entre os sexos.

Em relação ao referido mito da criação, NUNES (1992) menciona o trabalho de Elaine Pagels “Adão, Eva e a serpente” que aborda a diversidade de possíveis interpretações acerca do mesmo. A interpretação de nossa entrevistada parece ir de encontro ao cristianismo primitivo que seria, em sua origem, uma religião igualitária e não hierárquica, quando ainda considerada uma seita judaica. Tal seita teria sido transformada em movimento popular e perseguida pelo governo romano justamente por negar culto aos imperadores, por considerar todos os seres humanos iguais. Somente no século IV, com a conversão de Constantino e a transformação dessa então seita em religião oficial do império romano, foram necessárias transformações no discurso religioso que, da concepção da natureza humana como dotada do dom da liberdade moral e capaz de realizar escolhas, boas ou más, passou a adotar, para justificar a necessidade de um Estado cristão e de uma igreja apoiada pelo império, a teoria de Agostinho de Hipona sobre o pecado original, que concebia a humanidade como corrompida e necessitada de um governo externo. A ampla difusão que tal teoria obteve, através do cristianismo, teve um grande impacto para toda a cultura ocidental (NUNES, 1992).

Dessa forma, o reconhecido machismo, apresentado por Hilda, pode ser considerado, a partir de seu discurso, como resultado da cultura de uma sociedade organizada em termos de uma dominação, onde o homem não é tão somente reconhecido, mas valorizado como o provedor ou mesmo, de certo modo, o patriarca da família, exemplificando reminiscências desse tipo de padrão cultural ainda presentes em nossa sociedade, conforme SAFFIOTI (2001) refere em seus trabalhos.

Ainda que a sociedade brasileira carregue relevantes características da sociedade moderna, é reconhecida a existência desse tipo de ideologia onde a mulher não é considerada um ser independente do homem, mas possuindo um vínculo com o mesmo que decorreria de sua origem. Assim, a partir de tal perspectiva, a mulher se apresentaria numa condição de subordinação estrutural e, muitas vezes, seria vista e considerada como vítima de um sistema com o qual não teria condições de romper. Daí surgirem contestações a respeito dessa concepção de dominação estrutural do homem sobre a mulher, nos estudos de gênero que adotam uma perspectiva pós-estruturalista, por conta de nossa sociedade possibilitar, ainda que com determinados limites, a movimentação social, não sendo considerada estática, cabendo à mulher sua parcela de poder para negociação de sua posição.

No relato abaixo de Neide, podemos observar que decorrem desse considerado poder hegemônico do homem na sociedade, alguns tipos de comportamento, que colocariam a mulher na condição de objeto, tendo em vista aquilo que na modernidade tem-se designado como assédio de rua.

Ah, os homens são muito danado. Os homem são terríveis. Cê tá andando na rua, os homens tá piscando os olhos pra gente. A gente nem tá olhando pra eles, né? [Flertando] Não é verdade? [Risos] São muito, muito terríveis, assim, né? Mas eu acho que os homens tá muito danado. Acha que todas as mulheres são pra ele. Não é, né? Não é verdade? A gente tem o jeito da gente, também, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Embora não generalize, Neide, em seus 57 anos, divorciada, mas ainda morando com o ex-companheiro enquanto aguarda a divisão de bens, permite-nos observar, em sua narrativa, a questão da objetificação da mulher como algo naturalizado em nossa cultura. Busca, inclusive, a própria confirmação da entrevistadora, ao dizer: “tá andando na rua, os homens tá piscando os olhos pra gente. A gente nem tá olhando pra eles, né? [Flertando] Não é verdade? [Risos]”. Ao referir que o homem “acha que todas as mulheres são pra ele”, nossa entrevistada aponta não somente para a ideia de poder, que nossa sociedade e sua cultura atribuiria ao mesmo, na presença de fortes resquícios

desse tipo de tradição, ainda nos dias de hoje, mas, igualmente para a permanência da ideia da mulher como objeto.

De acordo com STREVA (2013), o assédio de rua assemelha-se ao assédio sexual que seria praticado por superior hierárquico, no exercício de emprego, cargo ou função. Cabe salientar que o histórico assédio sexual relacionado a situações trabalhistas já teria sido mencionado por FONSECA (2004), pois, de acordo com essa autora, já ocorria nas fábricas do Rio Grande do Sul, em meados de 1910, quando da imigração de europeus para o Brasil e, somente em 2001, passou a figurar em nosso Código Penal, através da Lei 10.224.

Dessa forma, STREVA (2013) coloca, ao lado da dificuldade de muitas mulheres em fazerem uso de tal recurso previsto pelas leis a partir de 2001, por conta do medo de demissão, a questão da ausência em nossa legislação de tratamento jurídico para o assédio de rua. Isto porque nossa cultura permanece, ainda, arraigada a tradições e comportamentos que legitimariam diversos tipos de violências praticadas contra mulheres.

O assédio de rua é um fenômeno muito recorrente. Toda mulher, independente de sua cor ou classe social, provavelmente, já experienciou este tipo de assédio. É um fenômeno que atinge a totalidade das mulheres brasileiras, bastando sair à rua – e sendo mais dirigido às mulheres desacompanhadas. Será isto um reflexo das gerações passadas que viam como honradas apenas as mulheres que saíam acompanhadas de seus parentes ou empregados? Será uma tentativa masculina de intimidar as mulheres que se recusam à dependência alheia e submissão? (STREVA, 2013)

Cabe mencionar, também, em relação ao assédio sexual em locais públicos, a campanha chega de fio-fio¹², lançada em 2013, pela organização *Think Olga*¹³, que visa mapear locais onde existe maior incidência desse tipo de assédio para que sejam feitas as devidas denúncias. A organização *Think*

¹²Sobre a campanha chega de fio-fio: <http://chegadefiufiu.com.br/>

¹³ Sobre a organização Think Olga: <http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>

Olga lançou, ao lado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em 2015, cartilha sobre o tema para distribuição gratuita em todo o Estado.¹⁴

Poderíamos considerar, por outro lado, que expressões atribuídas por nossa entrevistada aos homens, em relação a esse tipo de comportamento mencionado, como “danado”, “terríveis” poderiam indicar que a mesma estaria minimizando ou relativizando nosso tipo de interpretação, acima mencionado, uma vez que tal comportamento pode ser entendido, em nossa cultura, igualmente, como algum tipo de “corte” ou “paquera”, o que, no nosso entender, naturalizaria esse tipo de prática, tradicional em nossa cultura. No caso de Neide, no entanto, fica evidenciado que a “paquera” não estava sendo correspondida, quando menciona: “A gente nem ta olhando pra eles, né? [Flertando] Não é verdade?”.

De acordo com a cartilha de *Think Olga* e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, as cantadas ou os assédios físicos não seriam uma forma de conhecer pessoas para um relacionamento íntimo, pois, uma paquera aconteceria com consentimento de ambas as partes, configurando-se numa tentativa legítima de criar uma conexão com alguma pessoa por quem se nutre admiração. O assédio de rua estaria caracterizado, assim, pela imposição da vontade de uma pessoa sobre a outra e pela desconsideração dessa pessoa, tratando a mesma, portanto, como um objeto.

No discurso de Ana Cristina, abaixo apresentado, podemos observar uma relativização do exercício do poder do homem em nossa sociedade, acima referido por nossas entrevistadas, em termos das relações de gênero:

Tem homens que é parecido com o companheiro que eu convivi. Que é ele que manda, ele que pode, ele que tá certo. Mas tem homens, também, que deixa a mulher trabalhar. O meu não deixava eu trabalhar. Ele era machista. Mas hoje tem companheiros que é o contrário, apoia que a mulher faça uma faculdade, que ela tenha emprego. Às vezes, tem homens que não aceita que a mulher ganhe mais que ele. Ainda existe isso. Existe. Mas tem homens que aceitam que a mulher tenha uma faculdade, que tenha um emprego melhor que ele. Hoje, eu vejo isso. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

¹⁴ Cartilha disponível através do link:

<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FolderAssedio.pdf>

Em sua narrativa, Ana Cristina busca contrapor a experiência vivida com seu marido, que apresentaria características de um homem que se comporta, ao que parece, buscando identificação com a considerada masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013), notadamente por agir de maneira a considerar a mulher como uma subordinada, conforme item 4.3, com outras possibilidades visualizadas pela mesma, quando menciona: “tem homens, também, que deixa a mulher trabalhar” e “tem homens que aceitam que a mulher tenha uma faculdade, que tenha um emprego melhor que ele”.

Essa percepção de Ana Cristina acerca da existência de outras formas de exercício da masculinidade vai ao encontro de modificações apontadas por autores como GIDDENS (1993) quando este refere que as transformações sociais observadas na atualidade seriam decorrentes da transformação das relações que se dão na esfera da intimidade. Dessa forma, a percepção de Ana Cristina refere-se, na perspectiva desse autor, a uma transição de um padrão de comportamento masculino pautado em tradições, com base numa cultura patriarcal, para a prática da masculinidade pautada pela modernidade que Giddens designa como modernidade tardia.

Com esse tipo de discurso, Ana Cristina aponta para parcelas de homens que rompem com tais padrões tradicionais e se apresentam como próximos a um comportamento que exemplificaria os avanços nas relações em direção à igualdade e equidade de gênero.

Vale no entanto observar que, em sua narrativa, Ana Cristina parece delegar a esses “novos” homens o “conceder” autorização às mulheres para que trabalhem ou estudem sendo, no caso, ilustrativos os empregos das expressões “eles aceitam” e “eles deixam”, o que aponta para o fato não observado pela nossa entrevistada, em sua narrativa, de que a autonomia da mulher decorre, igualmente, ou sobretudo, de conquistas obtidas por movimentos sociais nos quais foram as mulheres as grandes protagonistas para as transformações ocorridas, no mundo contemporâneo, em termos de igualdade e equidade de gênero, e não uma simples concessão dos homens.

O discurso de Vivian apresenta uma peculiaridade especial, valendo considerar de que lugar a mesma fala, lembrando sua já mencionada posição tradicionalista em relação à situação da mulher na sociedade.

Eu também enxergo o homem como vítima. O ser humano ele é vítima, sabe, vítima assim de coisas... muito que vem, que vem, que vem, e vai passando de geração pra geração, entendeu? Assim que eu vejo, eu vejo o ser humano como vítima, em tudo, o homem, a mulher, a criança é uma vítima. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

A vitimização generalizada apontada por Vivian remete à uma visão não somente tradicionalista, mas igualmente determinista dos destinos da humanidade, onde a liberdade humana não encontra espaço nem lugar. Parece ignorar, com essa postura que vitimiza a todos, qualquer ideia ou concepção acerca da desigualdade e iniquidade de gênero existente em nossa sociedade e muitas outras, no mundo contemporâneo.

Vale lembrar que, de acordo com os diversos relatos já referidos de Vivian, a mesma posiciona-se, em relação à sua família, numa posição que parece ser de poder, tendo relatado enfrentamento estratégico frente às situações de violência, fazendo uso tanto da Lei Maria da Penha, quanto da experiência que vivenciou junto aos pais, na infância.

Por outro lado, também cabe observar que Vivian não considerava a violência vivenciada como decorrência do exercício do poder do marido sobre a mesma, mas sim como decorrente de seu alcoolismo, conforme já relatado anteriormente. Ignorava e continua ignorando, ao que parece, considerações como as de MENEGUEL et al. (2011), de que tais violências decorram da desigualdade e iniquidade de gênero e que o álcool seria apenas um desencadeador das mesmas.

Dessa forma, consideramos que nossa entrevistada parece manter sua aparente concepção determinista acerca da situação do homem e da mulher na sociedade, uma vez que a mesma ocupa o espaço reservado à mulher no lar de maneira relativamente satisfatória e não vislumbra para si, como poderá ser observado no item 4.9., nem valoriza as possibilidades de mulheres ocuparem um outro lugar na sociedade, para além do espaço privado da casa.

No relato abaixo de Naná, a mais idosa de nossas entrevistadas, com 64 anos, pertencente a camada popular, divorciada, com filhos casados e atualmente namorando, podemos observar a valorização que a mesma faz em relação ao que consideramos como a judicialização das relações conjugais, em relação à proteção da mulher contra a violência por parceiro íntimo:

O homem, agora, eles tão mais calmo. Por quê? Porque sabe que tem lei. Principalmente aquelas pessoas que tem que dar pensão. Que é uma coisa que dá cadeia, né? Não pagar pensão. Outras coisas não, mas isso aí, não pagou vai... Quer dizer que eles fica mais com medo. "Não posso fazer isso. Não posso fazer aquilo." Porque sabe que tem lei de proteção à mulher. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Nossa entrevistada Naná foi a única que valorizou, em relação à questão levantada, a promulgação da Lei Maria da Penha como uma conquista das mulheres e para as mulheres, pela possibilidade de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher no espaço doméstico, o que representaria possibilidades para o empoderamento das mesmas diante do tradicional exercício do poder masculino.

Cabe ressaltar que a valorização que Naná faz em relação à Lei, quando comparada às demais entrevistadas, encontra-se relacionada à sua idade e possíveis vivências de violência em época na qual não existia semelhante legislação, conforme aponta em outro relato, apresentado em item anterior.

Assim, consideramos a possibilidade de que a sujeição de algumas mulheres à situações de violência, em determinadas épocas, não se dava tão somente por conta do tradicionalismo, mas, igualmente, pela ausência de legislação que visasse garantir os direitos humanos das mulheres e oferecer proteção às mesmas.

Vale lembrar que o divórcio, por exemplo, foi legalizado em nosso país apenas em 1977, sendo que o casamento antes de tal ano era, de fato, indissolúvel juridicamente, de acordo com a Constituição de 1934. Antes de 1977, portanto, em casos de impossibilidade de convivência, os casais usavam do “desquite” que possibilitava a divisão de bens e a separação, porém, era mantido um vínculo jurídico por toda a vida.

Em sua fala a seguir, Ângela, outra de nossas entrevistadas, tece narrativa na qual expressa seu repúdio em relação ao que considera machismo e aponta para o imperativo da mudança:

Então, o homem na sociedade atualmente, o homem ainda tem aquele negócio de passar de pai pra filho, machismo. Eu odeio machismo. Eu falo, eu odeio. Eu odeio machismo e a gente vê machismo aí na mídia, a gente vê o machismo em tudo quanto é lugar. A gente sabe que é ridículo. Então, existe ainda muito machismo ainda por parte do homem, sabe? Com relação à mulher. O preconceito, também, contra a mulher é muito grande. Então acho que o homem tem que aprender muito de tratar uma mulher, entendeu? Família e filhos, né? Porque não é só mulher. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Podemos observar como o emprego do termo machismo ganha expressão na nossa linguagem cotidiana, do senso comum, para significar a ideia de que os homens se consideram superiores às mulheres, devido, ao que parece, ao fato das mesmas se submeterem ao seu poder e arbítrio como algo decorrente da ordem natural das coisas. Esse tipo de exercício de poder, entendido como dominação masculina vigente no sistema patriarcal, onde a figura masculina é a representação do próprio poder, em si, e da permanente hierarquia que oprime as mulheres.

Dessa forma observamos que, ainda que o termo patriarcado não seja adequado para a abordagem das intrincadas relações de gênero na atualidade, nossa entrevistada parece apontar para traços significativos dessa cultura que ainda persistem no imaginário de alguns homens, em nossa sociedade, a despeito das conquistas das mulheres, em termos de direitos e da emergência de novas relações conjugais e de gênero (REIMER, 2006 e SAFIOTTI, 1995).

No relato de Ângela, vale destacar a importância que atribui à necessidade de um novo aprendizado dos homens, em termos das relações de gênero entre homens e mulheres, assim como dos homens em relação aos próprios filhos, apontando para a importância do rompimento desse tipo de cultura que se apresenta via transmissão por gerações, pelos homens.

Na narrativa de Clarice, abaixo apresentada, podemos identificar um discurso que se aproxima de uma perspectiva de gênero quando reconhece, por um lado, a questão da hegemonia dos homens na nossa sociedade, mas,

por outro, a discriminação que os próprios homens sofrem quando não aproximam seu comportamento do referencial de masculinidade hegemônica.

A situação do homem, ela [o homem] tem bem mais benefícios, né? O homem tem uma série de vantagens que a sociedade sempre dá a ele, exatamente por ser homem, que pode tudo. Mas também, de certa forma, é complicado, porque são as mulheres que criam os homens assim, né? Então mulher também, ela tá naquela situação de continuar passando pra frente tudo aquilo que aprendeu de errado. Então, também, cria o filho errado. E, de certa forma, é complicado porque eu também, eu tenho dois filhos homens e eu fico pensando "Meu Deus, o que vai ser desses meninos?" Porque eles também são muito cobrados, né? Tem toda a questão da sexualidade que não pode, a sociedade cobra muito essa questão do sentimento que tem que tentar o máximo esconder os sentimentos. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Em seu discurso, acima, Clarice aponta não somente para a questão dos privilégios do homem em nossa sociedade, mas igualmente para uma masculinidade hegemônica, que discrimina outros comportamentos masculinos que fujam a esse padrão de masculinidade reconhecida como normal, natural e desejável.

Conforme podemos observar na interpretação de autores como Robert CONNELL (2013) e Roberto DAMATTA (1985), masculinidades que não se aproximem de tal padrão hegemônico passam a ser discriminadas e identificadas com a homossexualidade, pela tradicional consideração da existência de atributos que seriam inerentes à natureza masculina, de homens, ou à feminina, próprios das mulheres. Ou seja, a ideia presente é a da naturalização das diferenças entre os sexos, entendidas como inerentes aos corpos masculinos e femininos que configurariam, assim, somente duas categorias, a masculina e a feminina como indicativos, respectivamente, do ser homem e ser mulher em nossa sociedade, como únicas identidades representativas, em termos universais e dicotômicos do próprio ser humano.

Daí ganhar significado o exemplo que nossa entrevistada traz do desejo de seu filho pelo ballet apresentar-se como um caso exemplar da força da sociedade em relação a essa concepção naturalizada do ser homem e ser mulher em nossa sociedade:

Meu filho mesmo mais velho, eu falo que eu tenho muito desgosto até hoje, porque com cinco anos ele falou que ele queria ser bailarino. Aí, eu chorei, achei a coisa mais linda do mundo, comecei a procurar curso de ballet pra ele. E ficou minha irmã e meu irmão falando que era coisa de viado pra criança de cinco anos. E quando cheguei na semana seguinte, ele falou que não queria mais ser. Aí, ele também tinha o cabelo grande, sempre deixei o cabelo dele até, mais ou menos, o ombro. Era cacheado, muito lindo. Mas falavam tanto, tanto, tanto na cabeça dele, que era coisa de viado. Com cinco anos, ele me pediu pra cortar o cabelo e eu tive que deixar, né? Que eu também não ia fazer uma coisa fora da vontade dele. Então as pessoas não percebem as besteiras que elas falam, né? Elas falam automaticamente e sem parar pra refletir o mínimo que seja. Até nessa cobrança mesmo. Porque meu filho podia ser um bailarino, mas foi falado pra ele desde pequeno que ele não pode. Que isso é coisa errada. Que é ruim pra ele. Que vai afetar a masculinidade dele, de alguma forma. Então, também é tirado dos meninos alguma coisa, né? Também, de certa forma, eles são prejudicados. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pelo relato acima de Clarice, podemos observar, de maneira exemplar, como se desenha a construção social da masculinidade e da feminilidade em nosso meio. Isto tomando como exemplo seu relato acerca do desejo de seu filho de cinco anos de ser bailarino, desejo esse reprimido pela confrontação com os valores tradicionais de uma masculinidade hegemônica representados pelos discursos de seu irmão e cunhada, que relacionaram o ser bailarino a uma provável indicação ou opção pela homossexualidade.

Ao referir que “as pessoas não percebem as besteiras que elas falam, né? Elas falam automaticamente e sem parar pra refletir o mínimo que seja”, Clarice aponta para o fato do quanto a permanência de valores tradicionais em nossa sociedade se deve à própria falta de reflexão em relação a temas relativos às questões do ser homem e do ser mulher, com comentários que banalizam a questão da pluralidade de nossas próprias identidades, como seres humanos, dificultando a emergência de relações de gênero mais flexíveis, onde a diversidade de masculinidades e de feminilidades pudessem ser consideradas e legitimadas, em nossa sociedade, sem discriminações.

As transformações sociais, dessa forma, só seriam possíveis a partir de reflexões não somente acerca de tais temáticas, mas igualmente acerca do próprio eu de cada indivíduo, pois, segundo GIDDENS (1983), a capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos definiria sua autonomia, de maneira que essa maior reflexividade do eu, na intimidade, seria considerada uma característica da modernidade.

Clarice aponta também para a questão da própria reafirmação da masculinidade hegemônica, como atributo do ser homem em nossa sociedade, representar perdas não somente para as mulheres, mas também para os próprios homens, quando refere, de maneira indagativa, mas também afirmativa, à entrevistadora: “é tirado dos meninos alguma coisa, né? Também, de certa forma, eles são prejudicados”.

No relato abaixo de Fiamiris, temos um reconhecimento do privilegiamento da posição do homem na sociedade, mas, igualmente, uma relativização da questão da hegemonia masculina apresentada, a exemplo do que fez nossa entrevistada Clarice:

Então, assim, eu acho que o homem socialmente é um pouco, ele tá numa situação, ele tá com privilégio a mais pra ele, tá com privilégio a mais que a mulher sim, só que eu acho que ele também sofre com essa situação, porque a gente vê mais homem nos bar bebendo, a gente vê mais homem envolvido nas droga, então eu acho que essa questão da desigualdade... (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

No caso de Fiamiris, a relativização apresentada em seu relato, refere-se ao que poderia ser considerado como uma fragilidade e dependência dos homens nas relações afetivo-sexuais com as mulheres. Embora reconheça que os mesmos possuam mais privilégios em nossa sociedade e cultura, quando comparados às mulheres, identifica esse tipo de fragilidade e vulnerabilidade masculina em termos afetivos, relacionando tal fato notadamente às dificuldades que os mesmos possuem em viverem sós, ou seja, viverem de maneira autônoma, independentemente da mulher, fato esse que apontaria para o reconhecimento da existência de um outro tipo de comportamento masculino, para além da masculinidade hegemônica, apontada igualmente por Clarice. Em relação a tal questão, GIDDENS (1983) observa que a co-dependência, ainda que tenha sido considerada por muito tempo como descrevendo o “papel feminino”, por compreender comportamentos como a necessidade de cuidar e, até mesmo, a devoção ao parceiro, pode também ser observada em homens, o que fica ilustrado no relato a seguir, quando Fiamiris toma como exemplo a situação de seu irmão:

[...] acho que a situação do homem, em alguns casos, às vezes ta até pior assim. [...] É, que a mulher, ela, propriamente por ela ser exigida na infância, eu acho que ela é mais exigida, eu fui bem mais exigida do que os meus irmãos, então a gente percebe que a gente, assim, é mais forte pra dar a volta por cima. Às vezes, a gente consegue até essa, ter essa força dentro assim e eu não vejo isso neles assim, eu vi um irmão meu que separou da mulher, ele se separou uma vez e casou de novo, agora ele, a mulher dele foi embora, ele ficava o tempo inteiro pedindo pelo amor de deus pra ela voltar, sendo que ele lava louça em casa, ele já faz as coisas e ele dá, ele que sustentava ela porque ele é aposentado por tempo de serviço e ele que tinha a renda. Então quer dizer, ele poderia arrumar uma moça pra fazer a faxina como hoje ele tem uma moça, eles tão junto de novo, mas ele tem, paga agora uma moça pra fazer faxina na casa dele, e mesmo assim ele ficou pedindo pra ela pelo amor de Deus pra voltar, nós ficamo admirado assim da fragilidade dele. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Pelo relato acima, podemos considerar que a referida dependência do irmão de Fiamiris em relação à sua companheira não diz respeito à necessidade financeira ou à execução de serviços domésticos, mas trata-se de uma dependência afetiva, o que pode ser ilustrado quando nossa entrevistada menciona: “ele lava louça em casa, ele já faz as coisas e ele dá, ele que sustentava ela”.

Fiamiris destaca também, nesse seu relato, como a própria diferença na socialização e educação feminina, mais voltada ao espaço da casa e às responsabilidades junto à família, diferente da educação dispensada aos homens, mais voltada para o espaço da rua (ARAÚJO, 2004, BASSANEZI, 2004 e DAMATTA, 1997), possibilitaria que as mesmas desenvolvessem comportamentos mais afirmativos diante de situações adversas.

Vale observar que essa interpretação de nossa entrevistada decorre da sua percepção acerca da própria experiência de vida na infância e adolescência onde relata, conforme descrito no item 4.2, a diferenciação de educação entre ela e seus irmãos, diferença essa que é retomada, nesse discurso acima, quando afirma: “a mulher, ela, propriamente por ela ser exigida na infância, eu acho que ela é mais exigida, eu fui bem mais exigida do que os meus irmãos, então a gente percebe que a gente, assim, é mais forte pra dar a volta por cima”.

4.8.4. Concepções acerca de sinalizadores da violência contra a mulher nas falas das entrevistadas

Ao indagarmos sobre o que nossas entrevistadas consideravam como sendo violência contra a mulher, pudemos observar o que poderíamos considerar como possíveis “sinalizadores” de indícios de violência contra a mesma que se apresentam, muitas vezes, de maneira velada, porque naturalizada, na vida cotidiana e familiar de muitas mulheres, a despeito do significado que passam a representar para as mesmas.

Trata-se, numa linguagem antropológica, de categorias êmicas, designadoras de categorias nativas, empregadas em nível da linguagem do senso comum, algumas delas com clara correspondência para categorias de violência previstas na Lei Maria da Penha, quais sejam: agressão ou violência verbal e falta de respeito – passíveis de serem traduzidas como violência psicológica e/ou moral e participar de relações sexuais não desejadas – violência sexual.

Vale observar que no caso da “falta de respeito”, a mesma encontra-se estreitamente relacionada à questão do poder e/ou dominação masculina, à objetificação da mulher, assim como à questão da quebra de confiança nas relações conjugais.

Finalmente, a subjugação da mulher, que se encontra mais relacionada à questão das desigualdades de gênero e exercício do poder masculino sobre a mulher, exercício esse legitimado pela própria cultura, portanto, não passível de ser enquadrado juridicamente como violência contra a mulher, a não ser que possa ser caracterizado como uma violência do tipo psicológica ou moral. Isso quando consideramos a definição de violência psicológica prevista na Lei Maria da Penha, presente em seu artigo 7º, item II, descrito em item 4.3 desse nosso trabalho (BRASIL. Lei 11.340, 2006). Vale considerar, no entanto, que, se em relação às categorias de violências previstas pela Lei Maria da Penha algumas categorias não encontram correspondência em relação às mesmas, é relevante destacar que, do ponto de vista sociológico, tratam-se todas de violências de gênero características.

Tais categorias êmicas foram apontadas por oito dentre as dez mulheres entrevistadas, com exceção, assim, de Fiamiris, cuja história de vida adquire peculiaridade, tendo em vista que a mesma somente identificou ter vivenciado situações de violência com companheiro após sua participação em oficinas e terapia na Casa Viviane, e de Vivian, que não elaborou narrativa acerca do que considera violência praticada por homens contra as mulheres, por apresentar uma fala onde não considera os homens como agressores, mas, igualmente, vítimas, conforme relato da mesma apresentado em item 4.8.3.

Acerca da agressão ou violência verbal

No conjunto de categorias êmicas mencionado, ganha expressão a denominada “agressão ou violência verbal”, que foi relatada por quatro dentre as oito mulheres que apresentaram narrativas acerca da questão.

Para Ângela, uma dessas quatro entrevistadas, a chamada violência verbal adquire significado expressivo, uma vez que identifica a mesma como algo naturalizado na cultura de nossa sociedade, conforme relato a seguir:

Eu acho que tipo de comportamento [violento] que os homens têm, mais é verbal. Mais é verbal. Porque, assim, a mulher, ela ouve muita coisa que ela não precisa. E a gente... E a maioria não se dá conta que isso é uma violência. É impressionante. A maioria não sabe que isso se trata de uma violência. Então, a violência verbal, acho que é o princípio de tudo. Que depois da violência verbal, vem a violência física. Mas a verbal, acho que é a maior. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

No relato acima, de Ângela, vale observar que a mesma coloca a violência verbal como representando o princípio de todo tipo de violência, uma vez que a mesma seria indicadora ou sinalizadora de um tipo de relação conflituosa, onde a mulher, embora não se dê conta, vivencia situações de violência no cotidiano de sua vida, de maneira naturalizada. Nesse sentido, a mesma passa a considerar uma relação corrente entre violência verbal e a violência física. Como já apontado, a violência verbal na Lei Maria da Penha

pode ser considerada violência psicológica ou mesmo moral, esta última quando ganha repercussão pública (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

Dentro dessa mesma linha de reflexão, coloca-se o relato de nossa entrevistada Ana Cristina:

Quando fazem a companheira passar vergonha. Eu acho que a pior delas. Por que... Não digo agressão física, mas gritar na rua, né? Xingamento na rua. Começa por aí. Começa a verbal. Aí, da verbal, pode esperar que vem que a pior. É isso que eu passei. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

No relato acima, Ana Cristina considera a violência verbal como “a pior delas” e embora não relativize a violência física, o faz em relação às demais. Cita como exemplo, agressões públicas, nas quais mulheres se sentiriam envergonhadas, agressão essa traduzida como violência moral, prevista pela Lei Maria da Penha. Vale lembrar que esse tipo de discurso possui relação com a sua própria vivência quando teria sido, conforme item 4.3, caluniada pelo ex-companheiro, em rede social.

No discurso a seguir de Hilda, podemos observar mais uma vez a relevância dada à violência verbal como precursora de qualquer outro tipo de violência:

Pra mim, violência não precisa chegar ao ponto de agredir, não. Pra mim, a violência começa verbal. Se ele faltar com respeito com a mulher, usando palavras de baixo nível contra a companheira já é considerado agressão. Porque a minha agressão primeiro começou verbal. Que você ser chamada de lixo, ser cuspid na cara. Às vezes, é errado bater? É. Mas um tapa dói menos que uma palavra. A agressão verbal deveria ser considerada como agressiva, porque ela dói mais do que agressiva [física]. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Relacionada à sua própria vivência, a narrativa de Hilda ganha expressão quando a mesma chega a relativizar a própria violência física em relação à violência verbal, quando assim se expressa: “Às vezes, é errado bater? É. Mas um tapa dói menos que uma palavra”. Vale considerar que ao expressar que “um tapa dói menos que uma palavra”, tal palavra reveste-se de conotações que depreciam a mulher, fragilizando-a, ferindo-a em sua auto-estima, o que se apresenta, à luz da Lei Maria da Penha, como violência

caracteristicamente psicológica, daí podermos entender o porquê da mesma apresentar-se tão significativa para a maioria das mulheres entrevistadas.

No relato a seguir, Hilda, embora desconheça o texto da Lei, aponta para a relevância da mencionada agressão verbal ao destacar que a mesma deveria ter o mesmo estatuto da agressão física na Lei Maria da Penha:

Violência verbal? Teria que ter um parágrafo a mais na Lei Maria da Penha pra incluir. Agressão não é só física, tem que, ela começa verbal. Então, ela teria que ter, que acrescentar um parágrafo a mais na Lei. Eu não sei bem, assim, detalhes sobre a Lei, pode ser que tenha, né? Mas a mulher discutiu com homem e ele falou palavras com ela, que deixou ela com a autoestima dela baixa, que mexeu com ela. Tipo, no caso, a palavra vem até você, dói, você chora. Então é uma agressão. Eu acho que deveria ser levada em consideração também, a agressão verbal. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Embora a violência psicológica, prevista na Lei Maria da Penha, incorpore o que, em nível do senso comum, se conhece como violência verbal, não somente o relato de Hilda, mas igualmente os demais, parecem apontar para um desconhecimento desse tipo de violência contemplada pela Lei, ao que parece, pela dificuldade, diferentemente da violência física e mesmo demais violências, inclusive a moral, de a mesma poder ser denunciada pelas dificuldades de se produzir provas.

A despeito de a literatura apontar a violência psicológica, ao lado da física, como as mais frequentes em nosso meio (FONSECA, 2012), consideramos que do ponto de vista do registro de ocorrências no judiciário a mesma estaria subnotificada ou subregistrada, pelas próprias dificuldades de que as delegacias aceitem tais denúncias, considerando que, mesmo denúncias por violência física chegaram a ser relatadas, por nossas entrevistadas, como não registradas, por ausência de marcas significativas, conforme item 4.5 desse trabalho.

Assim, as “marcas psicológicas” que se evidenciam, conforme bem ilustra o relato de Hilda antes apresentado, e que se encontram presentes na totalidade das narrativas de nossas entrevistadas, permaneceriam fora das estatísticas oficiais, não somente de nosso país, mas também de outros, ao que parece, de maneira bastante expressiva, em função de tal tipo de

dificuldade. A propósito, vale registrar que tal aspecto apontaria para um dos limites de implementação da Lei Maria da Penha.

Finalmente, Neide, nossa quarta entrevistada, que destacou a violência verbal igualmente como uma das formas mais expressivas de violência psicológica contra a mulher, conforme narrativa a seguir:

Olha, fia, às vezes, eles [os homens] não pensam no que falam, sabe? Eles falam, esse aqui, pelo menos, ele fala o que tá na cabeça dele. Se ele vem de cara cheia da rua, que eles vão nesses bares por aí da vida, nem me importo, ele anda com quem ele quiser. Aí, chega em casa brigando, brigando com tudo, inclusive com o menino, meu filho, sabe? Meu filho não aguenta desaforo do pai. Ele [filho] vai, fala a verdade na cara dele. Fala. "-Epa. Pera aí, pai, você não pode falar isso. Você não pode xingar a gente, não." Você entende? Ele fala. Então, a maioria dos homens acha que tá com a bola toda, né fia? Tem mulheres tudo assim pendurada nos braços deles. Então acha que as da rua é melhor. Que nem esse falou pra mim, quando a gente teve uma discussão "A da rua é melhor." "Então quer dizer que você já tá com alguém da rua, não é? Então, fique com ela. Porque a partir de hoje você não tem mais eu." Pronto. Acabou. Então, ali eu mudei de quarto. "Você vai ficar com a da rua. Você não disse que a da rua é melhor? Então você vai ficar com a da rua. A da rua, a serventia é sua." (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Pelo relato acima de Neide, podemos observar diferentes nuances pelas quais a questão da violência psicológica apresenta-se como significativa para as mulheres, sendo, em seu caso, representada por palavras ofensivas relacionadas a um sentimento de traição do marido para com ela e, vale observar, traição essa legitimada na cultura de nossa sociedade que atribui ao homem o espaço da rua como pertinente ao mesmo, em contrapartida, o espaço da casa como relativo à mulher, conforme bem expressa DAMATTA (1997).

Então... Aí, eu às vezes, ainda quando falo nisso ainda choro, porque não aceito. Não aceito, fia. Não aceito. Injustiçada, me xingava de tantos nomes feio, sabe? Não aceito. E muitas mulheres aguentam isso. Eu acho que, olha, tem que tomar é uma atitude. Fazer tratamento. Psicólogo, psiquiatra. Tem que fazer mesmo. Porque, senão, a pessoa vai pro buraco, fia. Eu cheguei, eu via... Eu via vultos que eu nunca tinha visto, de tão nervosa que eu andava. Via vultos em volta de mim. Parece que ia me carregar, sabe? E não é fácil. Não é fácil. Passei poucas e boas. Mas hoje eu tô aqui dando testemunhas mesmo. Eu dou testemunha. (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Pelo relato acima de Neide, podemos observar que essa nossa entrevistada expressa o sentimento de injustiça relacionado ao modo com que

vinha sendo tratada pelo ex-companheiro, que parece não considerar os direitos humanos de Neide, na medida em que praticava violência psicológica contra a mesma.

A violência verbal, presente nas falas de muitas mulheres entrevistadas, foi apontada por MISTURA (2015) como relacionada ao que Pierre Bourdieu denominou de violência simbólica, notadamente pela naturalização com que é muitas vezes considerada e, também, assim como consideramos nesse nosso trabalho, foi relacionada ao que vem sendo descrito pela Lei Maria da Penha como violência psicológica.

Alternativa à violência verbal parece ser a prática da comunicação não violenta que vem sendo defendida por Arun Gandhi, neto de Mahatma Gandhi, e por Marshall B. Rosenberg, notadamente no livro “Comunicação Não-Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”, de 2006, que vem sendo usado, inclusive, na área de mediação de conflitos.

Dessa forma, ao considerarmos esse conjunto de categorias êmicas, fato a destacar é a não referência, por parte da totalidade das mulheres, à agressão física como uma significativa violência contra a mulher.

Ao buscarmos interpretar tal fato, poderíamos aventar que as mesmas passam a destacar como questões mais significativas o que possa representar marcas de naturezas psicológica e social, mais do que propriamente físicas, o que implicaria para o seu entendimento considerar, a partir de uma perspectiva de gênero, questões como a da auto-estima, da dignidade, da identidade, da liberdade, da autonomia, enfim, das desigualdades e iniquidades de gênero.

Acerca da falta de respeito

Outra categoria êmica que também se destaca como sinalizadora da violência contra a mulher é a “falta de respeito” em relação à mesma que, embora aqui diferenciada, encontra-se, do ponto de vista interpretativo, estreitamente relacionada à agressão verbal. Isto tendo em vista que a

violência verbal pode ser traduzida numa falta de respeito, embora não necessariamente uma falta de respeito implique numa agressão verbal, uma vez que a mesma pode apresentar-se sob outras formas de manifestação.

Três de nossas entrevistadas fizeram referência a esse tipo de violência de gênero, estreitamente relacionada a diferentes fatos característicos.

No relato de Débora, a questão da falta de respeito do homem em relação à mulher encontra-se estreitamente relacionada a uma concepção de poder e/ou de dominação, segundo relato a seguir:

*Acho que é porque eles querem ser donos, né. Eles querem mandar na mulher. E não é por aí. [...] Acho que deveria ter mais respeito né. Deveriam respeitar mais a mulher. (**Débora**, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).*

Em relação à Clara dos Anjos, a referência à prática masculina de abordar mulheres através de “cantadas” relaciona-se de maneira estreita à ideia de desrespeito aos direitos da mulher, como direitos humanos e/ou à igualdade de gênero, por reduzi-la, por exemplo, a um simples objeto de desejo, praticando assim uma clara violência de gênero.

*Primeiro quando ele vai dar uma cantada na mulher porque parece que aquela mulher é uma mercadoria né. Eu acho isso... E outra que só poucos, é raro aquele que tem um jeito mais meigo... parece que fala com ela como se ela fosse um bicho, um cachorro, um animal. (**Clara dos Anjos**, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).*

No caso da narrativa de Clarice, a questão do desrespeito em relação à mulher, relaciona-se à questão da confiança entre parceiros numa relação.

*Ah, acho que tudo aquilo que não é honesto [é violência contra a mulher]. Eu acho que uma relação, ela tem que ser baseada, principalmente, na honestidade. Então, quando um homem trai uma mulher, quando ele trata ela com desrespeito, isso é péssimo. Péssimo. Quando ele não leva ela em consideração como uma companheira, que merece o cuidado dele, o cuidado que ele teria com ele mesmo. Então, se ele não vai fazer aquilo com ele, porque ele vai oferecer isso pra esposa dele, pra companheira dele? Eu acho que tem que ter mais respeito. (**Clarice**, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).*

Em seu relato, acima, Clarice aponta para questões significativas, do ponto de vista das relações de gênero, quais sejam, a questão do cuidado

recíproco entre parceiros íntimos, cuidado esse pressuposto na própria ideia de confiança que norteia tais tipos de relações conjugais, daí a questão da traição representando uma forma de desrespeito para com a mulher, ganhar expressão em sua narrativa.

Acerca da Violência Sexual

Finalmente, como última categoria êmica, apresenta-se a violência sexual referida por uma de nossas entrevistadas, Naná:

Ah, vários [comportamentos do homem compreendidos como violência contra a mulher]. Por exemplo, exigir que a mulher tem sexo sem querer, é humilhar, né? A humilhação da mulher, né? Escravizar ela, quer que elas sejam escravas dele. Que ele manda e faz tudo, né? Tudo isso é violência. Ah, precisa ser trabalhado muito, né? [Risada leve] Precisa trabalhar a parte da violência sexual. Isso aí tem que ser, tem muito que ser trabalhado, né? Nos homens, principalmente, né? (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Embora somente uma de nossas entrevistadas faça menção a esse tipo de violência, previsto na Lei Maria da Penha, como exemplo de comportamento masculino considerado violento, vale observar que a referência à sua ocorrência encontra-se largamente presente na literatura especializada, a exemplo de autores como OSIS et al. (2013) e GIFFIN (1994).

Importante observar que, no relato de Naná, questões de gênero significativas para a mulher se destacam em relação ao comportamento masculino, ou seja, o de submeter a mulher como sua propriedade, como expressão de uma forma de escravidão, tomá-la como objeto de desejo à força, independentemente da recíproca, em relacionamentos sexuais, assim como autoritarismo em relação à mulher. Tais comportamentos podem ser caracterizados como violência de gênero por se contraporem aos direitos humanos da mulher, o que encontra respaldo jurídico, considerando a Lei Maria da Penha.

4.8.5. Concepções acerca de sinalizadores de relações igualitárias entre homens e mulheres na atualidade

Ao indagarmos como nossas entrevistadas consideravam que deveriam ser as relações entre homens e mulheres, na atualidade, pudemos identificar sinalizadores que apontam para o que as mesmas entenderiam como desejo ou busca significativa para a condição da mulher na atualidade, qual seja, relações pautadas pela igualdade e a equidade de gênero.

A exemplo do observado no item 4.8.4 do presente trabalho, tais sinalizadores apresentam-se estreitamente relacionados à ideia de falta de respeito, assim como de violência verbal e mesmo sexual. Daí, destacarem-se como sub-categorias êmicas desse desejo ou busca de igualdade as seguintes palavras, carregadas de significados específicos no contexto da abordagem de gênero: respeito, diálogo, parceria, companheirismo, cumplicidade, solidariedade e amizade.

Nesse conjunto de subcategorias reafirma-se, nos relatos de cinco entrevistadas, a importância do respeito que o homem deve nutrir e demonstrar em relação à mulher. Tratam-se das entrevistadas Débora, Fiamiris, Clarice, Hilda e Vivian.

Embora no relato de Débora a questão do respeito ganhe expressão isolada e a mesma sinalize a ausência do mesmo como resultado de uma cultura da violência, reproduzida em termos geracionais, na maioria dos demais relatos a questão do respeito vem acompanhada de outros sinalizadores da possível igualdade e equidade de gênero.

Eu acho que deveria haver respeito né, mas parece que assim. Se o pai é violento com a mãe, parece que o filho vai levando, né, pra vida dele, porque a família dele é assim. Já vem do pai. Agredir as mulheres. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Outras entrevistadas, que atribuem valor ao respeito nas relações conjugais, aliam tal palavra a outros qualificativos como relevantes em condutas dos homens, nas relações com as mulheres.

A seguir, o discurso de Fiamiris, cuja primeira indagação à nossa pergunta foi a de nos referirmos às relações ideais ou atuais, ao que respondemos afirmativamente em relação à primeira, ou seja, a relações ideais, mas possíveis de se concretizarem através de mudanças notadamente sócio-culturais e políticas, ao lado da individual.

Você [entrevistadora] fala no dia de hoje ou... Você fala o ideal? [Porque] o ideal é bem difícil de alcançar né. É... Imaginar é uma coisa legal, né mas acontecer é uma outra coisa, né. [...] O ideal eu acho que é assim, eu acho que o homem ele tem que respeitar a mulher, no caso, sabendo que ela é um ser diferente dele, com menos força física, mas mais força espiritual, mental, que a mulher tem muito mais força que o homem nesse aspecto, né. Mas a força física, né, por mais que pode ser até um gay, mas ele tem testosterona né, vamos combinar. Se ele resolver dar um soco você vai morrer ali no soco dele, né, então assim, eu acho que ele tem que ser um homem parceiro, no caso né, saber o que ela quer pra vida dela, não impor o que ele quer né, com ela, que eu acho que a maioria dos homens ele quer impor pra mulher o que ele quer, não é, e não... eu acho que um relacionamento desse não tá com nada, pra mim assim não funciona. [...] Graças a Deus que lá em casa não tá assim, né. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Ao afirmar que o homem “tem que respeitar a mulher”, Fiamiris relaciona tal tipo de comportamento masculino a um respeito que o mesmo deve ter às diferenças existentes entre ambos, diferenças essas que não desqualificam a mulher, mas, ao contrário, se apresentariam como reconhecimento fundamental para o estabelecimento de igualdade, por meio da equidade, entre homens e mulheres, numa perspectiva de gênero.

Nesse tipo de excerto, podemos observar que Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto e vivendo com o companheiro, permite-nos identificar o que consideramos sua auto-estima elevada, sua identidade feminina e uma percepção da questão fundamental que se apresenta em termos de gênero, isto é, a relação entre igualdade e diferença. Consideramos, assim, que a igualdade almejada não vai contra a preservação das diferenças entre homens e mulheres, mas busca o respeito a tais diferenças, considerando que, ainda que diferentes, são seres humanos iguais em direitos, dignidade e valor.

Interessante observar como, em sua narrativa, essa nossa entrevistada estabelece, igualmente, uma relação entre gênero e violência quando afirma que o homem deve ser, sobretudo, um parceiro da mulher e, enquanto tal, não se sobrepor a ela, não impor a ela os seus desejos, mas, respeitar sua

autonomia, expressa na fala de Fiamiris, nos seguintes termos: buscar “saber o que ela quer para a vida dela”.

No relato, a seguir, a fala de Clarice na qual, igualmente, se destaca a questão do respeito do homem em relação à mulher, além de outros aspectos.

Acho que... Pra mim, se resume em respeito. Eu acho que tem algumas barreiras nas relações que elas não devem ser transpostas e quando transpostas, elas têm que ser retomadas o mais breve possível. Principalmente essa questão do respeito. Porque tem que haver confiança, mas acho que se tiver respeito as pessoas vão se confiar, não vão maltratar. Mas, principalmente, ter uma relação de respeito e companheirismo, né? Ninguém tentar se sobrepor, as pessoas tentarem se ajudar sempre, em todos os tipos de relações, né? Mas, principalmente, entre homem e mulher, pra um casamento dar certo tem que ter muito companheirismo e respeito. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

No caso de Clarice, podemos observar que a questão do respeito sintetiza o que a mesma entende pelo que seja nuclear numa relação entre homens e mulheres. Numa linguagem simbólica, nossa entrevistada parece identificar e significar “barreiras nas relações” que “não devem ser transpostas” como possibilidades de conflitos cotidianos, nas vidas dos casais, que podem culminar em alguma forma de violência. Nessa sua linguagem, tal transposição significaria violência, por não respeitar barreiras ou, melhor dizendo, fronteiras das individualidades de cada um, numa violência que poderia ser caracterizada, numa primeira aproximação, como uma violência psicológica profunda.

No discurso de Clarice, universitária e nos seus 30 anos, a palavra respeito, por ser nuclear nas relações conjugais e de gênero, implicaria confiança, companheirismo, igualdade, como aspectos fundamentais de sua manifestação. Finalmente, ao afirmar que “ninguém [deve] tentar se sobrepor, as pessoas tentarem se ajudar sempre, em todos os tipos de relações...” nossa entrevistada apresenta a questão do respeito como o que entendemos ser um princípio ético e moral, para toda e qualquer relação que se diga humana. Isto porque, nesse contexto, a questão da subjugação da mulher, entendida como característica do poder masculino exercido como dominação sobre a mulher não teria lugar.

Nos relatos de Hilda e Vivian, abaixo descritos, a questão do respeito apresenta-se igualmente como princípio básico, conforme relato de Clarice, muito embora numa dimensão particular, porque restrito às relações conjugais propriamente ditas.

Atualmente, eu acho que a primeira coisa que tem que ter, o respeito, companheirismo e cumplicidade. E dividir as despesas. Se tiver isso, eu acho que já dá pra, é um bom, um meio começo. [Risos] (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Primeiro tem que ter respeito né, tem que ter respeito, tem... tem que ter amizade, né, amizade, isso aí forma né, amizade, essas coisa todas vai formando o amor, eu acho que a gente assim, a gente se atropela muito nessa questão de amor. Hoje em dia eu vejo assim, amor não é uma coisa que se tem, é uma coisa que se constrói né, porque você não conhece aquela pessoa. Fala: Ah, eu amo, eu não vivo sem essa pessoa não sei o que, né, por isso eu acho que as pessoas quando ta mais amadurecida, de uns 30 pra cá, elas começam a ter essa visão [...] (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

No caso de Hilda, o respeito é, assim, concebido, nas suas palavras como “a primeira coisa que tem que ter” numa relação conjugal, sendo tal respeito relacionado a outras características da relação igualitária como companheirismo e cumplicidade, nos diferentes níveis da relação.

No relato de Vivian, a questão do respeito apresenta-se, igualmente, como característica da relação conjugal entre iguais, ao lado da amizade que, segundo a mesma, apresentam-se como alicerces do processo de construção da relação amorosa entre casais. Vale observar que, nessa perspectiva, nossa entrevistada evidencia que o amor entre homens e mulheres não é algo naturalizado, mas sim uma construção.

Nos relatos de Ângela, Ana Cristina e Neide, embora a palavra respeito não esteja presente, outras se apresentam como caracterizadoras de uma relação igualitária e equitativa entre casais.

No relato a seguir, podemos observar a fala de Ângela a respeito da temática:

Você fala, assim, em relação amorosa, afetiva? Olha, é uma coisa muito que pessoal, sabe? E eu acho que, assim, no meu caso, que a relação que eu quero pra mim, eu quero uma relação tranquila, amigável. Uma relação que você sente com seu parceiro, que você conversa. Uma relação de, sabe? De muita tranquilidade e entendimento. Por exemplo, a gente tem que ser... Como é que fala? Tem uma palavra. Se eu quero... Eu quero isso, você também quer... Tá. Concordância. Essa é a palavra. Lembrei. Tem que haver uma concordância entre o casal. A partir da hora que um quer e não quer, vamos pensar no que fazer. "Ah, então, você acha que não e eu acho que sim. Então a gente vai pensar no que fazer. Mas não vamos realizar." Entendeu? E, assim, sempre tá conversando. Não deixar nada pro outro dia. Por exemplo, eu fiz uma cara feia, não gostei. Não deixar nada pro outro dia. Senta e conversa. [...] Eu sempre tive um lema comigo, não gosto de deixar nada pegando, né? Nada pegando. Tudo que eu tenho pra resolver, eu resolvo. Todos os meus... Ensinei pros meus filhos, também. "-Não deixe nenhum relacionamento pendente. Resolva tudo. Resolva todos os seus relacionamentos." Porque lá na frente, você vai deparar com eles e vai ter que resolver do mesmo jeito. Então, eu acho que o casal, o marido e a mulher deve ser, sabe? Companheiros, não se preocupar muito com [a vida do] o outro. (Ângela, 46 anos, superior, separada aguardando divórcio, com uma filha, uma neta e sobrinha).

Através da palavra 'conversa', nossa entrevistada parece apontar para a importância do diálogo, como forma de prevenir e mesmo superar situações de conflito pelo entendimento e busca de consenso em relação a determinadas questões. Entendemos que nossa entrevistada enuncia, com palavras como 'conversa', 'concordância', 'tranquilidade' e 'entendimento' importantes sinalizadores que se apresentariam como capazes de presidir o que consideramos, numa perspectiva de gênero, como relações conjugais e de gênero igualitárias.

No discurso abaixo, de Neide, questões como a liberdade de expressão por parte da mulher ganha destaque:

Olha, fia, eu acho que assim, sabe, como no meu pai e minha mãe vivia, em harmonia. Não falavam um palavrão em casa. Não falavam palavras agressivas, sabe? Procurava ajudar a outra pessoa, né? Se tinha alguma coisa de errado entre eles, que a gente tem sempre alguma coisa que a gente quer expor, deixasse a outra falar. Não querer dominar o próximo, sabe? Tem pessoas que acha que a gente tem que fazer tudo que eles querem. Não é? A gente tem opinião da gente, também. E aqui eu tinha minha opinião, mas não podia soltar pra falar. Não podia falar. Se eu falasse "Ah, não é assim. Tem que ser assim do jeito que eu quero." Sempre foi assim. Do jeito dele [companheiro]. Eu nunca pude opinar pra nada, né? (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

No discurso acima de Neide, podemos observar que a mesma apresenta reflexões a partir de uma realidade vivenciada com seu ex-companheiro, que pôde comparar com a de seus pais, como contraponto. Em seu relato,

podemos observar que a mesma não naturaliza a experiência de opressão vivida, opressão essa manifestada pela prática cotidiana de sua subjugação, que a colocava na condição de subalterna, de dominada, segundo suas próprias palavras. Tal situação colocava Neide, portanto, como ser inferior e sem direito de expressar suas próprias ideias, suas opiniões sobre qualquer assunto que fosse, impedia, assim, que a mesma pudesse usufruir de seus próprios direitos humanos, notadamente o da liberdade de expressão.

Diferentemente dos relatos anteriores, o discurso de Ana Cristina, 40 anos, curso superior, apresenta, de maneira diferenciada, de que lugar essa nossa entrevistada fala, qual seja, de uma situação de dependência financeira antes do marido e, no momento da entrevista, do pai.

Tem que ser, assim, você não pode abrir totalmente a sua vida pessoal, financeira, principalmente. Que a minha vida era assim, eu tinha um dinheiro guardado. Ele como era, como ele trabalhava, ele gastava o dele, no meu caso, ele gastava com bebida e outras coisas. Chegava uma hora que o pagamento atrasava e ele sabia que eu tinha dinheiro. Aí, tá a falha. Cê não pode falar quanto você tem no seu banco. Se você tem duzentos, fala que você tem cinquenta reais. Porque ele vai querer que você tira o dinheiro. Aí, tinha a agressão psicológica. "Vai lá no banco, pega seu cartão. Tira o dinheiro pra mim, porque eu preciso. Eu que trabalho. Eu que pago suas conta, eu que pago sua roupa." Se preservar mais. (Ana Cristina, 40 anos, superior, separada do companheiro, dois filhos pequenos).

Ao tecer sua narrativa, observamos que Ana Cristina parece não conseguir desvincular-se da situação de dependência em que se encontra, mas, sobretudo, da recente dependência vivida na relação com o ex-companheiro, que pode ser entendida, ao que parece, como uma relação de opressão na medida em que a mesma revela episódios que caracteriza como de “agressão psicológica”, por parte do ex-companheiro.

Nesse sentido, o discurso de Ana Cristina a respeito de como a mesma considera que devam ser as relações entre homens e mulheres, na atualidade, diferindo dos demais, pode ser sintetizado na seguinte expressão da mesma: “Tem que ser, assim, você não pode abrir totalmente a sua vida pessoal, financeira, principalmente” e completa: a mulher deve “se preservar mais”.

Nos últimos relatos, de Naná e Clara dos Anjos, podemos observar outras características sinalizadoras de uma igualdade de gênero entre homens

e mulheres, nas relações conjugais, que apontam para questões relativas à própria questão da divisão sexual do trabalho, entre ambos.

[Como] Deve ser [a relação]? Deve se partilhar em tudo. Deve ter diálogo. Que a coisa que a maioria das vezes, os casais não tem, né? Que isso, na minha vida é o que eu mais precisava. Porque a gente tem que ser parceiro um do outro em tudo, partilhar em tudo, né? Porque tem que ajudar os filhos, ajudar cuidar dos filho, ajudar até no serviço de casa. Tudo tem que ajudar. Porque, geralmente, agora as mulheres trabalha fora, os marido trabalha. As mulher têm várias tarefas, várias coisas. Então eu acho que deveria ser assim. (Naná, 64 anos, 4ª série, divorciada, namorando, filhos casados).

Na fala de Naná, acima apresentada, destacam-se duas palavras que podemos considerar como constitutivas de uma concepção de igualdade e equidade na relação entre homens e mulheres, mas não só, quais sejam ‘diálogo’ e ‘partilhamento’.

Ou seja, tratam-se de palavras, cujos verbos correspondentes indicam importantes processos de construção de relações consideradas nucleares para os estudos de gênero, quais sejam o ‘dialogar’ e o ‘partilhar’, que poderiam representar, por assim dizer, aproximações às características definidoras das concepções de igualdade e equidade em tais estudos.

A exemplo dos discursos de Ângela e Naná, o verbo dialogar apresenta importante significado, notadamente em casos apresentados por estudos de violência de gênero, uma vez que se apresentaria como forma de prevenir, assim como de superar situações de conflito, situações essas presentes em estudos como de MISTURA (2015), como indicadoras de possível ocorrência de violência, de diferentes ordens, na perspectiva dos próprios homens agressores que participavam de um grupo reflexivo no Coletivo Feminista Saúde e Sexualidade, entrevistados por esse autor. Entendemos, assim, que tanto a prevenção, como a superação, estariam garantidas nas oportunidades de buscas de entendimento e de consenso pelos casais, diante de tais situações conflituosas que se apresentam na vida cotidiana dos mesmos, que no relato de Naná são consideradas em termos de um partilhamento que deve ocorrer em todas as esferas da vida cotidiana do casal, exemplificado, por nossa entrevistada, inclusive na divisão do trabalho doméstico.

Finalizamos a apresentação do presente subitem com o relato de nossa entrevistada Clara dos Anjos, com ensino fundamental incompleto e 37 anos de idade, tendo em vista tratar-se da única entrevistada que explicita a palavra “iguais” para designar o que entende como deveriam ser as relações entre homens e mulheres, na atualidade.

Eu acho que seria os 2 iguais né. O mesmo serviço que a mulher faz o homem também pode fazer. Tanto que hoje tem faxineiro homem. São poucos os homens que quer dividir os serviços, tanto de homem... Igual hoje, eu faço serviço de ajudante de pedreiro. Eu desconstruí isso porque quando ia gente na minha casa e entrava algum homem, ele achava que eu já ia... Hoje não. Ele só não deixa eu estudar nem trabalhar ainda porque, pra ele, se eu aprender mais, se eu souber mais que ele, tiver um pouco mais de informação que ele, ele vai ficar lá embaixo. [Ele pensa] Ela vai ser inferior a mim. Mas, hoje, os serviços teria que ser igual, mas, infelizmente ainda não é. Até mesmo pra ganhar né, porque o homem faz o mesmo serviço e o homem ganha mais que a mulher. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

No discurso de nossa entrevistada, a ideia de igualdade entre homens e mulheres encontra-se explicitada na busca de desconstrução, pela mesma, da ideia corrente de que a desigualdade entre os mesmos se encontra na diferença de força física, quando afirma, em termos da histórica divisão de trabalho entre homens e mulheres, o seguinte: “eu faço serviço de ajudante de pedreiro”. Busca desconstruir, igualmente, a tradicional atribuição do trabalho de faxina como inerente às mulheres, atribuição essa que se dá, ao que parece, pela aproximação dessa atividade profissional ao trabalho doméstico, ao afirmar: “O mesmo serviço que a mulher faz o homem também pode fazer. Tanto que hoje tem faxineiro homem”.

Se, por um lado, as considerações acima de Clara dos Anjos apontam para transformações sociais onde a mulher adquiriu importante posição com o reconhecimento de sua inserção no mercado de trabalho, por outro lado, nas relações pessoais, a questão da igualdade entre homens e mulheres deveria ir além de tais evidências. Isso porque ainda subjaz, nas relações conjugais, notadamente em nossa sociedade, o comportamento de muitos homens norteados por um ideal de masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013), preconizando a manutenção do que se considera a naturalizada superioridade masculina em relação às mulheres.

Ao considerar a importância e mesmo a necessidade da plena igualdade, o relato de Clara dos Anjos aponta para a existência de relações de gênero ainda opressivas em nosso meio, quando afirma: “Ele só não deixa eu estudar nem trabalhar ainda porque, pra ele, se eu aprender mais, se eu souber mais que ele, tiver um pouco mais de informação que ele, ele vai ficar lá embaixo. [Ele pensa] Ela vai ser inferior a mim”.

Vale observar que ao considerarmos a trajetória de vida dessa nossa entrevistada, esse tipo de visão que a mesma apresenta pode parecer contraditório, tendo em vista que a mesma, ao tecer narrativa acerca de sua situação atual e contexto de vida, no item 4.1, foi a única incluída por nós na categoria que designamos como “Adoção da submissão como estratégia para a resolução de conflitos conjugais”. Consideramos importante esse tipo de registro tendo em vista observar que algumas mulheres, mesmo apresentando-se como submissas, muitas vezes, adotam tal submissão pelo fato desta apresentar-se como uma das poucas possibilidades disponíveis para as mesmas, quando desprovidas de autonomia, notadamente em termos financeiros, pelo exercício do poder masculino, como se caracteriza o caso dessa nossa entrevistada que sofreu uma de suas violências justamente por decidir trabalhar, conforme apresentado em item 4.3.

A seguir, apresentaremos o Quadro 3, complementar ao Quadro 2, antes apresentado, com uma síntese da trajetória de vida de cada uma das entrevistadas, onde podem ser observadas não somente as vivências das mesmas, mas, sobretudo, mudanças significativas para suas vidas em relação às maiores ou menores possibilidades de romperem com a situação de violência, apontando para a importância da Lei Maria da Penha e da Rede de Atendimento Especializado para o enfrentamento da situação de violência para tais mulheres.

Quadro 3 – Marcas da violência, concepções sobre a Lei Maria da Penha, sobre gênero e violência, em síntese.

Nome	Lei Maria da Penha	Marcas da Violência	O que aprendi	O que mudou/Casa Viviane	Concepções sobre mulheres/homens	Sinalizadores da VPI	Sinalizadores de relações igualitárias
Naná	Proteção e benef. Eficazes	Ciúme e desconfiança	Ser livre	Ficou mais livre	Melhorando com as leis/Acalmando com a lei	Violência sexual	Diálogo e partilhamento
Clarice	Proteç. e benef. com limitações	Carência e vazio existencial	Resiliência/ não morre	Aumento da autoconfiança	Desigual/Privilegiado, relativiza	Falta de Respeito	Respeito
Fiamiris	Proteç. e benef. com limitações	Perda do filho/ofensa dos irmãos	Ser protagonista da própria história	Maior auto valorização	Aquém do merecido/Privilegiado, relativiza	—	Respeito
Vivian	Negação dos benefícios	Violência dos Pais	Aprendeu com a vida a saber o que não quer	Alcoolismo do marido/religião dela	Compete com o homem/Vítima	—	Respeito
Débora	Proteç. e benef. com limitações	Revolta e desconfiança	Se valorizar	Estado psicológico	Desvalorizada/Autoritário, não respeita	Falta de Respeito	Respeito
Hilda	Proteç. e benef. com limitações	Perda material	Lidar com perdas materiais/valorizar a vida	Realização de sonhos/conviver com perdas	Valorizada e preciosa/Arrogante, prepotente	Violência verbal	Respeito
Neide	Proteção e benef. Eficazes	Privações e controle	Levantar a cabeça/fazer o que gosta	Libertação da fobia e medo	Autônoma financeiramente/desrespeitador	Violência verbal	Liberdade de expressão
Ângela	Proteç. e benef. com limitações	Decepção/ Trauma viol. pais	Enfrentar as situações e resolver problemas	Ainda estão começando a mudar as coisas	Em luta por igualdade/Machista	Violência verbal	Diálogo
Ana Cristina	Não conhece os benefícios	Desencanto/ Estranhamento do parceiro	Espelhar-se em histórias de outras mulheres	Buscar autonomia financeira e afetiva	Independente/Relativiza	Violência verbal	Respeito às suas finanças
Clara dos Anjos	Negação dos benefícios	Humilhação/ Desprezo/ Exclusão familiar	Se defender	Passou a dialogar/contrargumentar mais	Desatualizada/Superior, sem reflexão	Falta de Respeito	Igualdade

4.9. SOBRE O LUGAR DA REDE DE SERVIÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E SEUS DESAFIOS

No processo de apresentação e interpretação das narrativas das mulheres entrevistadas, que vivenciaram e, por vezes, ainda vivenciam situações de violência, pudemos descortinar, ao longo do processo de análise, questões relativas não somente ao entendimento da problemática de que se reveste esse tipo de objeto, do ponto de vista da produção de conhecimento, mas também em nível da prática voltada à implementação de políticas públicas para o enfrentamento de tal situação, a exemplo da Lei Maria da Penha.

Do ponto de vista da produção de conhecimento, descortinou-se como de grande relevância a complexidade desse tipo de problema social vivenciado por mulheres, em nosso meio, suas múltiplas faces em intrincadas relações, com evidências que consideramos implicar, necessariamente, para o aprofundamento da compreensão de tal problema, a adoção não somente de uma visão disciplinar, mas, sobretudo, multi ou, mais propriamente, inter e transdisciplinar, capaz de melhor apreender as relações teoria e prática, tendo em vista que a questão perpassa diferentes dimensões como a individual, a psicológica, a social e a institucional de nossa realidade (ALVARENGA et al., 2011; 2014).

Consideramos que tais tipos de perspectivas teórico-metodológicas, que permitam melhor apreender as relações teoria e prática relativas aos processos de violências vivenciados por mulheres, permitem igualmente melhor subsidiar a implementação de políticas públicas necessárias ao enfrentamento desse complexo problema, a exemplo dos desafios que se colocam, nesse sentido, à real implementação da própria Lei Maria da Penha. É nesse sentido que se descortinou, ao longo de nosso estudo, a relevância do trabalho interinstitucional, em termos de rede de serviços voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher, violência essa que, progressivamente, se apresenta de maneira visível, sob uma multiplicidade de facetas, muitas vezes naturalizadas, na vida cotidiana de todos nós.

Na Lei Maria da Penha (BRASIL. Lei 11.340, 2006), encontram-se duas menções que consideramos relevantes por contemplarem possibilidades de ações multidisciplinares e intersetoriais, em diferentes níveis de ação, no enfrentamento da questão da violência contra as mulheres.

A primeira menção a destacar refere-se à equipe multidisciplinar, integrada por profissionais especializados das áreas psicossocial, jurídica e de saúde, constante dos artigos 29 a 32, que tem por finalidade subsidiar o poder judiciário, de diferentes maneiras, como por exemplo, através de laudos ou verbalmente, em audiências, dentre outras (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

A segunda menção refere-se aos artigos 8 e 9 da referida Lei, onde são previstas, para a assistência da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ações compreendendo a articulação dos diferentes níveis de poder, ou seja, federal, estadual e municipal, além do terceiro setor, com as ações não-governamentais, operando de acordo com um conjunto de onze diretrizes. Apresenta, de maneira específica, no artigo 9, a articulação de ações segundo os princípios e diretrizes que regem, no caso, a Assistência Social, o sistema de Segurança Pública e o Sistema Único de Saúde (BRASIL. Lei 11.340, 2006).

A necessidade de atuação de equipe multidisciplinar prevista pela Lei Maria da Penha tem sido objeto de reflexão de vários autores, a exemplo de KATO (2011). Para essa autora, juíza de direito, tal equipe apresenta-se como fundamental no processo de aplicação da Lei Maria da Penha, por considerar que a atuação da mesma é que fará, na prática, “a diferença”. Essa autora, ao discorrer sobre a Lei Maria da Penha em obra intitulada “Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista” (CAMPOS, 2011), tece comentários acerca dos artigos 29 a 32, que se referem à equipe multidisciplinar.

Nesse capítulo, KATO (2011) destaca a relevância do juiz contar com os subsídios de referida equipe, apontando igualmente para a importância de um trabalho em rede, tendo em vista que esta representaria uma “rede de proteção” com ampla articulação, envolvendo instituições públicas e privadas, capazes de contemplar uma perspectiva ampla e abrangente da problemática

social que a violência doméstica encerra, com vistas a seu real enfrentamento que abarque não somente a defesa dos direitos das mulheres, mas também o suporte social às múltiplas necessidades de mulheres vivendo em tal condição.

Embora a ideia de rede de assistência à mulher em situação de violência como tal não esteja prevista de maneira explícita na Lei Maria da Penha, a relevância de sua existência encontra-se referida nos artigos acima mencionados, relevância essa reconhecida em nível de políticas públicas por diferentes secretarias relacionadas aos direitos das mulheres.

PASINATO (2010) observou que a atuação da Rede de Atendimento Especializado é imprescindível para a aplicação da Lei Maria da Penha, considerando essa aplicação de maneira “integral e abrangente”. Para a autora, as redes constituem a base da política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres e representam “um dos pilares sobre os quais se estrutura a implementação da Lei Maria da Penha”.

De acordo com o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2011), o conceito de rede de atendimento refere-se a atuação articulada de diversos setores prestadores de serviços, em especial a assistência social, a justiça, a segurança pública e a saúde, com vistas à ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção, além da integralidade e a humanização no atendimento (BRASIL, 2011).

Observamos que a concepção geral de rede presente em tais políticas extrapola, assim, os limites do judiciário, uma vez que contempla o atendimento não somente multidisciplinar, mas igualmente multisetorial, pois, tais redes contam com delegacias, varas ou juizados especializados, ministério público, defensoria pública, hospitais, além dos centros de convivência e defesa da mulher e organizações não governamentais, entre outras. Isto porque a violência contra a mulher é entendida como um problema não somente jurídico, mas também social, de segurança pública e de saúde, requerendo, assim, a

colaboração de diversos setores e saberes para sua compreensão e intervenção.

Em São Paulo, a Rede de Atendimento da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres divulga, em seu site, diversos serviços voltados para a defesa das mulheres. Dentre os mesmos encontram-se cinco Centros de Referência da Mulher em situação de violência (CRMs) que oferecem às mulheres em situação de violência atendimento psicológico, social e jurídico, os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) que trabalham com a prevenção de situações de violência, uma vez que oferecem formação e qualificação em cidadania, possibilitando que mulheres possam se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais e os Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCMs) vinculados à Secretaria de Assistência Social, além de disponibilizar para as mulheres informações acerca do Núcleo de Prevenção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) – órgão da Defensoria Pública que atua na aplicação da Lei Maria da Penha, do Grupo de Atuação Especial e Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) – órgão do Ministério Público que atua na defesa dos direitos das mulheres em situação de violência, dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que tem competência para julgar todas as ações judiciais que envolvam violência doméstica, além das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), dos Distritos Policiais de São Paulo (DPs), dos Hospitais e Pronto-Socorros municipais e do CRAS. Tal site disponibiliza, também, informações acerca de violência sexual e aborto legal.¹⁵

Observa-se, assim, a existência de uma ampla rede municipal de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo, restando conhecer, no entanto, de que maneira é feita a articulação entre os componentes da mesma, além da forma com que os serviços existentes suprem ou não as necessidades das mulheres, uma vez que a demanda é expressiva, pois, a violência contra a mulher continua sendo um problema de grande relevância e expressão na cidade. A propósito de tal questão,

¹⁵ Informações disponíveis no site da Secretária Municipal de Políticas Para Mulheres http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/rede_de_atendimento/ acessado em 29/06/2016

SILVEIRA (2006) aponta, em seu trabalho sobre os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, para a questão da escassa avaliação acerca das práticas dos serviços existentes, o que dificulta o aprimoramento dos mesmos.

CAMPOS (2015), em seu estudo sobre “A CPMI da violência contra a mulher¹⁶ e a implementação da Lei Maria da Penha”, menciona a insuficiência da rede especializada de serviços onde, de acordo com a autora, há falta de profissionais capacitados e a concentração dos serviços restringe-se às regiões metropolitanas e às capitais, não havendo acesso para todas as mulheres aos mesmos. A autora relata ainda que, de acordo com a CPMI, existem no país 965 serviços especializados de atendimento às mulheres, dentre os quais são 408 Delegacias da Mulher, 103 núcleos especializados em delegacias comuns, 202 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 71 casas abrigo, 66 juizados especializados, 27 varas adaptadas, 64 promotorias especializadas e 36 núcleos ou defensorias especializadas. O crescimento do número de serviços, contudo, segundo CAMPOS (2015), não acompanhou o crescimento da demanda aos mesmos, sendo que a situação permanece crítica.

Necessidade da Rede de serviços

De acordo com HANADA (2010), existe a necessidade de integração de ações de profissionais dos diversos setores assistenciais, pois, se para cada equipe de serviços o problema é parcial, com foco no que é específico para determinado setor, para as mulheres seu problema é único e, muitas vezes, as mesmas têm que percorrer diversos serviços obtendo dos mesmos respostas insatisfatórias, o que denominamos em nosso trabalho, assim como é mencionado pela literatura especializada, como “Rota Crítica”.

Nesse sentido, a necessidade do trabalho em rede para o atendimento das mulheres em situação de violência foi apontada por algumas de nossas

¹⁶ Relatório da CPMI que foi instaurada com o intuito de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, assim como apurar denúncias, por parte do poder público, com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=133656&>

entrevistadas, conforme ilustram os relatos de Fiamiris, Vivian e Hilda, que abordaremos a seguir.

Abaixo, relato de Fiamiris:

Então, eu acho assim, uma coisa só, pra mim, eu acredito que não dê mesmo. Precisa de vários, alguns mecanismos... Uma questão só pra mim eu acho que não... Só, por exemplo, só uma delegacia assim não dá. Eu acho que ela precisa de uma rede de apoio, tá. [...] Porque às vezes a violência também não é só no caso, é... é... na classe rica ou na classe pobre. Quando é a pobre, eu acho que é pior, porque a rica assim, a rica ela já tem apoio financeiro. [...] E a pobre ela não tem como romper com a violência se ela não tiver a questão ali de ajuda financeira também. Uma autonomia tal né. É, uma necessidade a mais. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Pelo relato de Fiamiris, acima, observamos que nossa entrevistada remete à necessidade de uma “rede de apoio”, com “alguns mecanismos” para auxiliar a mulher no rompimento com a situação de violência. Nossa entrevistada considera a necessidade das delegacias, porém, alerta para a questão do necessário trabalho das mesmas ao lado de outras instituições, notadamente quando menciona: “só uma delegacia assim não dá”, remetendo à falta de condições de tais delegacias atuarem isoladamente, quando do atendimento de mulheres em situação de violência. Tais considerações remetem à necessidade de um aparato que possa, de maneira articulada, promover a garantia dos direitos humanos das mulheres e a proteção àquelas que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

Nossa entrevistada menciona, ainda, a situação de dupla vulnerabilização em que se encontram mulheres das camadas populares vivendo em situação de violência. Configura, dessa forma, a pobreza como um segundo tipo de violência, a denominada violência estrutural (MINAYO, 1994), que remeteria, ao lado da violência de gênero, à mencionada dupla vulnerabilização de tais mulheres que teriam, conforme observou nossa entrevistada Fiamiris, “uma necessidade a mais”, uma vez que poderiam eventualmente necessitar de subsídios governamentais para o rompimento com a violência por parte do companheiro, provedor de seu sustento.

Outra de nossas entrevistadas, que remete à necessidade do atendimento em rede foi Vivian, conforme seu relato a seguir:

Gente... Olha. Ave! [a mulher] Precisa dum todo. Uma... nessa questão [da violência] aí, precisa de um todo mesmo, porque não é somente ela que ta na situação né, porque assim, é fácil a pessoa falar, eu até uma certa época, quando eu tinha minha casa, tal, eu falava assim: Não! Larga! Mas eu tinha uma casa, era um suporte pra mim. Como larguei,[companheiro anterior] né. Mas quando eu fui correr desse meu marido [atual] foi diferente, né, eu já tava muito defasada da depressão, né, e eu vivia no fundo do poço. Eu não demonstrava, eu tive muito isso, eu não demonstrava [fala bem alto], a não ser assim pra pessoas muito íntimas, uma amiga minha íntima, que eu chegava lá e desmontava, mas coisando isso, eu segurava, respirava e... [sopra] punha uma máscara que tava tudo bem, né, e... mas eu me vi numa situação pessoal, financeira, que aí eu entendo como é que as mulher fica a mercê dum homem nessa situação, porque eu fiquei um tempo assim. Eu não tinha força pra trabalhar né, se eu fosse trabalhar naquele momento não ia suprir, o que eu ia... não tinha uma profissão, né, então ser o que, uma auxiliar de limpeza? O que que isso ia suprir a necessidade dos meus filhos, que já é pouca, então existe, tem que existir aí um balanço né, da situação, pera aí, eu só posso dar isso, ainda vou tirar isso, porque não é só você que ta dentro da história, aí, eu fiquei me, meia a mercê dessa situação. E meu marido percebeu isso, que eu tava dependente dele financeiramente. E eu falava pra ele: Me aguarda! Me aguarda Pedro! Vai ter o tempo certo. Eu vou dar a volta, não vou ficar a vida toda assim. Ele percebeu que eu tava vulnerável dele financeiramente né, pra moradia, pra comida, eu não tinha mesmo força, eu não tinha condição psicológica de enfrentar, eu não saía de dentro de casa, ai gente, ai, é horrível, como que uma pessoa não ta tendo condições dentro da sua casa de ir prum banheiro tomar banho e as pessoas tão querendo que essa pessoa vá trabalhar gente. Ah, sabe, é ser muito... muito... desumano isso aí, muito desumano, quando uma pessoa ta fazendo um... por isso que eu falo né, quando eu fui lá no psicólogo [do convênio] ele veio falar, da minha... da minha estética. To lá preocupada com a minha estética. Tava gorda porque eu tava compulsiva com a situação que eu tava vivendo, eu comia sem fome, eu tava com a minha mente compulsiva né, eu queria sair da situação e não achava a saída, só ficava ali debatendo na minha mente que eu tinha que sair daquilo, como, como eu não sei, meu Deus me ajuda né, uma luta interior, né, aí eu entendo porque muitas mulheres acaba se entregando ao ponto de se matarem né, pra mim assim, isso é claro como eu ta olhando pra você, entendeu? (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Vivian aponta para a ideia de rede quando menciona que a mulher precisa “dum todo” para romper com a situação de violência e considera, ainda, o envolvimento dos diversos membros da família em tal situação, na medida em que o desfecho da mesma acarretaria desdobramentos que acabariam por atingi-los, de diferentes modos, mas, notadamente, em relação à possível falta de suprimentos para os filhos.

Pela fala de Vivian podemos observar também a necessidade da participação ativa, no contexto da rede, do setor saúde para o atendimento às mulheres em situação de violência, uma vez que nossa entrevistada apresentava, segundo seu relato, quadro de depressão que a impedia, inclusive, de trabalhar e, dessa forma, buscar sua autonomia financeira e consequente quebra do ciclo da violência.

Em relação ao discurso de nossa entrevistada, vale considerar, no âmbito da rede, a existência da possibilidade, através do serviço de assistência

social, de recebimento de subsídios provenientes de programas como o Bolsa Família, caso seja necessário, diante da decisão de romper com a situação de violência.

Outra entrevistada a apontar a multiplicidade de necessidades em relação ao enfrentamento da situação de violência foi Hilda, conforme fala abaixo:

O auxílio, foi o apoio, primeiro, a princípio o apoio de uma colega minha. Uma pessoa que foi minha encarregada na empresa que eu trabalhava. Que eu morava perto dela. Eu vim morar perto dela. A família. A família é fundamental. O apoio da família, no meu caso longe, meu irmão ligava. Meu irmão: "-Você não pode vir pra aqui. Você fica aí. Você tá segura." Meu irmão saía do serviço pra vir me ver. Porque, assim, ele [marido] ficou preso só uma semana. Só que aí na semana ele saiu, ele foi me procurar no [na casa do] meu irmão. [...] No meu irmão. O pessoal viu ele lá. Ele não entrou dentro de casa, mas viram ele lá então. E, no meu irmão também era perigoso, não podia ficar, né? E ele me auxiliou, o meu irmão gastou comigo. Eu tive que parar de trabalhar. Eu tava tirando seguro desemprego, eu tava fazendo uma entrevista, aí não consegui mais por causa dessa, as ligações dele me atrapalhou. Mas, assim, o apoio da família, o apoio de... A princípio, o apoio da delegacia, quando você for prestar depoimento. O apoio da família e um apoio como uma Casa Viviane. Então tem que ser os três. [...] Os três junto, né? Porque cê sofre violência, tem que ter delegacia no meio, não adianta. Mas, acima de tudo, a família. (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Pelo relato, acima, de Hilda, observamos a relevância de diversos setores em relação ao atendimento de mulheres em situação de violência, notadamente a necessidade da Delegacia de Polícia, além do apoio da família e de amigos.

Consideramos relevantes tais apontamentos de nossa entrevistada, pois a delegacia é considerada indispensável no que tange ao atendimento de mulheres em situação de violência, uma vez que pode representar a porta de entrada ao nosso sistema jurídico, ao lado da Defensoria Pública. Isto porque, nela tem início todo um processo rumo à justiça pleiteada, além da necessária proteção à integridade física de tais mulheres.

Dessa forma, identificamos a existência de múltiplas necessidades a serem supridas quando do apoio às mulheres em situação de violência, dentre as quais encontram-se a necessidade de assistência social, com orientações e eventuais subsídios, necessidade de delegacias e apoio jurídico para a proteção e defesa dos direitos das mesmas, ao lado da necessária

participação do setor saúde, pois, muitas mulheres vivendo em situação de violência apresentam demandas por serviços médicos e psicológicos de diferentes naturezas.

Finalmente, vale observar que ao contemplarmos a necessidade de tal rede, contemplamos, igualmente, a necessidade de a mesma contar com profissionais capacitados e habilitados para o exercício das atividades previstas em cada um dos setores, notadamente nas delegacias, uma vez que, a partir de relatos apresentados por algumas de nossas entrevistadas, cujo caso exemplar é o de Clara dos Anjos, analisado notadamente no item 4.3, ao buscarem as delegacias sofreram dupla vitimização, uma vez que foram objeto de violência institucional por parte quer de delegado, quer de delegada.

Atendimento em Saúde

Segundo HANADA (2010), estudos apontam que as intervenções em saúde, no que tange ao atendimento de mulheres em situação de violência, são compreendidas por diversos profissionais como pertinentes aos cuidados em saúde mental e que muitos profissionais da saúde não reconhecem o problema da violência de gênero, no cotidiano de suas atividades profissionais.

Muito embora o tipo de assistência a ser oferecida pelo sistema de saúde envolva vários tipos de especialidades, vale observar que em nosso estudo a questão da saúde mental ganha expressão.

Em centros de convivência, a exemplo da Casa Viviane, onde foram encontradas as mulheres, sujeitos dessa pesquisa, o atendimento relacionado aos cuidados em saúde é, de fato, oferecido por profissional psicóloga e a importância atribuída pelas mulheres ao atendimento psicológico recebido na referida Casa foi mencionada por sete, dentre as dez entrevistadas, quando arguidas em relação ao benefício recebido na organização considerado mais relevante.

Em relação ao tipo de benefício psicológico adquirido, a maioria das mulheres relata que obtiveram melhora da auto-estima e da autonomia, além

de mencionadas modificações na maneira de enxergar o mundo, sua própria existência e um novo sentido à vida. Ilustra tal questão o relato de Clarice, abaixo:

Eu acho que, principalmente, um auxílio psicológico. Principalmente. Tem muitas pessoas que falam que a questão financeira é muito importante. Eu também acho que ela é muito importante, né? Mas como já foi visto algumas vezes, mulheres que têm bons empregos, mulheres com diplomas também sofrem violência psicológica, violência conjugal pela questão emocional, pela dependência emocional. Então acho que o auxílio psicológico, ele é o mais importante sempre. Porque, de resto, a pessoa, em algum momento, ela vai conseguir. O auxílio financeiro também é importante, mas se ela se fortificar emocionalmente, psicologicamente, ela vai conseguir também o financeiro. Porque não adianta dar um aluguel pra pessoa, fazer com que ela consiga um bom emprego, se ela ainda tem a dependência emocional. Ela vai acabar voltando pra aquele companheiro ou pra um igual aquele. Então tem que ter apoio psicológico. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Nossa entrevistada Clarice aponta para a relevância do atendimento psicológico e, igualmente, para a questão da dependência emocional que, ao que parece, considera relacionada a manutenção de algumas mulheres enredadas nas teias que tecem diferentes situações de violência.

A dependência emocional foi abordada por GIDDENS (1983) como co-dependência, onde, entre diversas outras questões, existe uma dificuldade em viver um relacionamento saudável e a necessidade de manutenção do relacionamento, a despeito da situação deplorável em que o mesmo possa se encontrar, incluindo aí a presença de maus-tratos e a prática da violência. Considerada como um comportamento ligado não a um tipo de relacionamento, mas a um tipo de personalidade (GIDDENS, 1983), a co-dependência pode relacionar-se à vivência em situação de violência, notadamente nos casos onde não exista a dependência financeira ou onde essa possa ter sido superada, conforme observou nossa entrevistada Clarice, ao mencionar: “Porque não adianta dar um aluguel pra pessoa, fazer com que ela consiga um bom emprego, se ela ainda tem a dependência emocional. Ela vai acabar voltando pra aquele companheiro ou pra um igual aquele. Então tem que ter apoio psicológico”.

Dessa forma, podemos considerar necessário o atendimento psicológico às mulheres vivenciando situação de violência, não somente em relação à

questão da co-dependência, mas igualmente relacionado às diversas demandas que tais mulheres possam apresentar, como a já mencionada depressão e, também, a questão de lidar com as perdas, quando se tratar de violência patrimonial, dentre outras.

Clarice, em outro relato seu a seguir, menciona a importância do atendimento psicológico direcionado para a questão de gênero:

Nossa, a Casa Viviane, ela foi... Acho que sem ela eu não tinha conseguido. Não tinha, porque a questão psicológica, ela, você ter um apoio psicológico de outras entidades é uma coisa, agora você ter o apoio psicológico voltado pra questão de gênero, né? Pra questão matrimonial mesmo, que a gente tem, ele é extremamente importante. Porque lá, principalmente, eles não, elas não falam, né? "Você tem que separar do seu marido." Em nenhum momento elas falam isso. Mas sempre falam: "-Esse tipo de relação é saudável pra você? Se não é saudável, até quando vai ser bom pra você se manter numa relação que não é saudável? Até quando o seu corpo vai aguentar, sua mente vai aguentar? É justo você tá se sacrificando tanto e a outra pessoa que tá do lado não estar? Isso é justo?" Então, elas não mandam fazer, você fazer nada. Mas elas colocam encucações na sua cabeça. Colocam questões. Você vai pensando por si só. E eu acho que isso é mais importante ainda. É mais como se realmente elas não dão o peixe, elas te ensinam a pescar. Elas foram de total importância pra minha mudança. (Clarice, 30 anos, cursando pedagogia, separada do companheiro, com dois filhos pequenos).

Pelo relato de Clarice, a mesma parece ter recebido um atendimento psicológico holístico, por ter sido considerada a integralidade do ser da mesma. Nossa entrevistada, ao que parece, julgou tal atendimento diferente do que fora antes recebido em outras organizações, notadamente quando menciona: "você ter um apoio psicológico de outras entidades é uma coisa, agora você ter o apoio psicológico voltado pra questão de gênero, né?" e "elas falam: Esse tipo de relação é saudável pra você? [...] Até quando o seu corpo vai aguentar, sua mente vai aguentar? [...] Isso é justo?"

Cabe ressaltar, portanto, a importância atribuída por essa nossa entrevistada a abordagem de gênero realizada pela psicóloga da Casa Viviane, o que parece apresentar-se não somente como um diferencial no atendimento recebido, mas também como uma questão a ser pensada quando do atendimento voltado a mulheres em situação de violência prestado por outras instituições.

Assim, Clarice parece ter encontrado o que vinha sendo igualmente procurado por Fiamiris, em relação aos serviços de saúde, quando essa nossa outra entrevistada menciona:

Que eu vejo assim, porque eu simplesmente eu tinha enlouquecido. Assim, quando eu olho pra trás eu vejo que eu tinha enlouquecido já. Porque, assim, eu via que meu filho tava indo embora, eu ia em todos os lugares, pra tentar salvar o meu filho, mas simplesmente você fica, você fala assim, meu Deus, é a saúde, a saúde do Estado, e até do convênio mesmo, é tipo assim, separou a cabeça do corpo, eu resumo assim. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Fiamiris remete à situação da saúde, de maneira geral, que parece não considerar o ser humano de maneira integral e busca atendê-lo somente dentro das determinadas limitações de cada especialidade. Dessa forma, não é considerada a questão da integralidade, um dos princípios do Sistema Único de Saúde que, segundo SILVEIRA (2016) é fundamental para a concretização da proteção, promoção e recuperação da saúde.

Outra de nossas entrevistadas a ilustrar a importância de se considerar o princípio da integralidade do cuidado no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica é Neide, conforme relato a seguir:

Então, me receberam muito bem. Eu cheguei, tremia. Tremia muito. Com medo de muitas coisa, sabe fia? Não andava bem mesmo. Tinha muitas dores de cabeça. Muitas dores de cabeça. Minha, uma falta de ar. Sentia mal na rua, sabe? [...] Tinha aquela fobia. Triste, né fia? Mas já libertei a fobia. Já tô bem. [Risos] Se o povo falar, fala pra eles que eu tô bem. [Risos] (Neide, 57 anos, 5ª série, divorciada, morando com o ex-companheiro, tem dois filhos adultos solteiros e uma filha casada).

Neide recorda-se da situação em que se encontrava quando começou a frequentar a Casa Viviane e, com humor, observa que agora está “bem”. O relato de Neide remete à consideração da importância dos Centros de Defesa e Convivência da Mulher, inclusive em relação a melhorias na saúde das mesmas, uma vez que o atendimento acolhedor recebido, ao lado do atendimento psicológico, auxiliam na resolução e na compreensão de muitas questões que poderiam estar somatizadas, causando, assim, mal-estar físico a algumas dessas mulheres.

Em relação ao atendimento de mulheres em situação de violência realizado pelos estabelecimentos de saúde, foi observado por SCHRAIBER et al. (2003) que o campo da saúde não parece acolhedor para tal demanda, uma vez que muitos profissionais não fazem esse tipo de abordagem por não identificarem possibilidades de intervenção em tais casos, por não se sentirem habilitados para o acolhimento de tal demanda ou por julgarem não dispor do tempo que seria necessário para atender como deveriam por considerarem a violência um problema bastante complexo. Há casos, ainda, em que os profissionais julgam o problema “muito próximo” ou não admitem que “esse seja um problema de atenção à saúde”. Outra observação das autoras é a dificuldade de se expressar a violência vivida nas relações interpessoais, por “ausência de linguagem comum que dê conta de tornar esse vivido parte dos problemas que os profissionais de saúde concebem como atinentes à sua intervenção”.

OSIS et al. (2012, p.355) apontam que, de acordo com dez dentre os quinze coordenadores municipais de serviços de Saúde da Mulher do Estado de São Paulo, entrevistados pelos referidos autores, “fazer perguntas sobre a vivência de situação de violência não era rotina nas UBS de seu município” e que o assunto seria abordado somente se a mulher fizesse menção espontânea a tal vivido ou fosse detectado algum sinal da violência física ou psicológica durante os atendimentos de rotina. A maioria dos coordenadores/gestores de UBS entrevistados pelos autores, no entanto, relataram identificar a vivência em violência entre as usuárias dos serviços, ainda que 74% desses entrevistados tenham afirmado que tal situação não era investigada rotineiramente e apenas 11% tenham relatado uso de protocolo específico para tal investigação.

Mesmo com a existência da Lei 10.778, que estabelece o que é violência contra a mulher e determina que os serviços públicos de saúde sejam obrigados a notificar tais casos (BRASIL. Lei 10.778, 2003), os profissionais de saúde sentem-se, em geral, despreparados para o atendimento a essa complexa demanda e a violência vivenciada cotidianamente por mulheres continua sendo um “desafio para a rede básica de saúde” (OSIS et al., 2012).

Assim, como foi mencionado por HANADA (2010) e também apontado por nossa entrevistada Fiamiris, a ausência de integralidade encontrada no setor saúde acaba por, de certa forma, prejudicar o atendimento às mulheres em situação de violência que ficam, na maioria das vezes, sob os cuidados do setor saúde mental.

No campo específico da saúde mental, segundo SCHRAIBER et al. (2003), muitos dos adoecimentos relacionados às mulheres em situação de violência podem ser melhor associados à noção de sofrimento do que às patologias delimitadas. Porém, de acordo com as autoras, no campo médico, tais sofrimentos tendem a ser simplificados e reduzidos de maneira que possam ser medicalizados. Na maioria das vezes tais demandas são atendidas como se fossem “nervosismo”, depressões ou ansiedades e tratadas com ansiolíticos (SCHRAIBER et al. 2003).

Dessa forma, assim como foram mencionadas as dificuldades encontradas por muitas mulheres em delegacias, quando de sua busca por rompimento com o ciclo da violência, dificuldades também são encontradas em estabelecimentos de saúde quando tais mulheres procuram por tais serviços em busca de amparo relacionado à sua situação de vida.

O atendimento voltado para mulheres vivendo situação de violência, portanto, necessita ser especializado, uma vez que trata-se de uma questão peculiar e bastante específica, porém uma especialização integralizadora, com vistas a multidisciplinaridade e multisetorialidade, pois, o conceito de rede parece emergir quando se trata do atendimento a tal demanda.

Casa Viviane

A Casa Viviane, onde foram identificadas as mulheres que participaram desta pesquisa, é um Centro de Convivência e Defesa da Mulher, vinculado à Secretaria de Assistência Social da Cidade de São Paulo e tem suas raízes no movimento feminista. Foi criada em 12 de agosto de 2005 por Maria da Penha

Nascimento Campos e parceiras, com os objetivos de combater a violência contra a mulher na região, reivindicar políticas públicas para esta problemática, capacitar integrantes da rede para que possam ser multiplicadores para prevenção e enfrentamento da violência doméstica, sensibilizar pessoas, grupos e entidades sobre a questão de gênero, dar visibilidade aos serviços que trabalham com a questão da violência doméstica contra as mulheres e promover campanhas de enfrentamento à violência de gênero.

O trabalho desenvolvido pela casa tem tido como base o acolhimento e o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência que disponibilizam de serviços em assistência social, psicologia, assessoria jurídica, além da participação em oficinas, palestras e reuniões em diferentes grupos de discussão, onde ocorre a sociabilidade e o compartilhamento de experiências vivenciadas.

O acolhimento recebido é ilustrado por duas de nossas entrevistadas, Hilda e Vivian:

Na Casa Viviane? Eu descrevo a Casa Viviane como uma mãe, uma família. Minha família mora longe. E aqui na Casa Viviane, eu encontro carinho, atenção, amor, ajuda psicológica. Às vezes, você precisa de uma, você tá sozinha, você precisa de alguém pra conversar. Aqui, você chegando aqui, você tem alguém que te apoia, que te abraça, que te entende, que te escuta. E você vai conversar aqui e você vai encontrar uma ajuda, uma solução pra a sua situação. E eu costumo falar que quando eu venho pra aqui, eu se eu pudesse, eu não ia mais pra casa, toda terça-feira. [Risada leve] (Hilda, 36 anos, ensino médio, separada do companheiro, com dois filhos adolescentes).

Exemplo característico da consideração de Hilda da Casa como um espaço de acolhimento resume-se em sua fala: “descrevo a Casa Viviane como uma mãe, uma família”. Cabe observar, também, suas menções às ações consideradas pela mesma relevantes em relação à casa como: escuta, apoio, atenção, ajuda psicológica, entre outras. Tais ações remetem a uma forma de atendimento que parece acolher e incluir mulheres em um espaço no qual as mesmas se sintam confortáveis e seguras para partilhar suas experiências.

Outro relato, a seguir, que exemplifica o acolhimento recebido na Casa, foi tecido por Vivian:

E a Casa Viviane foi tudo assim que eu precisava. E quando eu cheguei lá eu nem me dava conta do estado emocional defasado que eu estava, sabe, não tinha noção, eu já tava tão habituada na verdade de carregar essa situação há muitos anos, então eu tinha aquele né, aqueles picos de melhora, então eu, acho que eu já tinha acostumado com a situação, mesmo eu percebendo que eu precisava de ajuda, né, e quando ela conversou comigo ela perguntou se eu não queria fazer parte de uma... como é o nome... de várias mulheres, é... um grupo, né. [...] E eu tinha rejeição, nessa questão, não é, eu já tinha ido, tinha participado de um, não gostei, eu sou bem falante mas eu nem cheguei a falar, eu não gostei dos conteúdo que foi abordado lá. Mas eu falei pra ela que eu ia enfrenta isso e ia, aí eu fui numa das reuniões e gostei, porque a questão era só mulheres, né, e aí cada uma falava uma situação, uma contava, que tinha sua história né, pessoal, e aquilo assim me fez bem assim, tava vendo que não é somente eu, que a questão da depressão não é uma loucura, que não é uma... um fingimento, né, porque a gente próprio começa a acreditar em tudo isso, que a gente que ta se deixando levar, que a gente que ta querendo fica fragilizada, que a gente que ta tendo muita dó da gente mesmo... É uma situação muito incômoda e muito estranha mesmo de lidar, a depressão né, e... e assim, e a Casa Viviane pra mim foi um presente de Deus né, eu falo sempre isso, pra mim a Casa Viviane é um presente de Deus na minha vida, porque a coisa que, até me emociono quando eu lembro, e que me chamou atenção da Casa Viviane, é você chegar numa sala de... de... como é que fala, de espera e você encontra uma mesa, sabe, eu achei aquilo tão lindo, aquilo mexeu tanto comigo, de você encontra uma mesa, muito bem colocada, com lanches, cafés, sucos, chás, frutas, pães, bolacha, sabe, coisas variadas, sabe, e tipo assim: sejam bem-vinda, aqui vocês é acolhida, eu me senti assim quando eu olhava pra aquela mesa, parece bobagem né, mas pra mim falou muito isso, sabe, pra mim é uma questão muito assim de amor aquilo, sabe, seja bem recebida. Então me envolvi assim, dentro da Casa Viviane, né, e... e... e no decorrer do tempo assim, eu fui fazendo o tratamento e eu procurei mais a questão psicológica mesmo e, é uma Casa que tem vários né, várias situações lá dentro de ajuda. (Vivian, 49 anos, 5ª série, casada, duas filhas pequenas, dois filhos adolescentes e dois filhos casados, morando com companheiro)

Dessa forma, podemos observar a relevância que a participação em centros de convivência, a exemplo da Casa Viviane, tem para mulheres que vivenciam situação de violência em relação a experiência de inclusão e ao acolhimento que as mesmas experimentam em tais casas.

Observamos em ambos os relatos acima, de Hilda e Vivian, que nossas entrevistadas referiram à questão da necessidade de atendimento psicológico que teria sido suprida pela Casa Viviane, além da menção de Vivian à questão da mesa com alimentos na sala de espera que remete justamente à inclusão e ao acolhimento que a Casa parece buscar oferecer às mulheres.

A participação em grupos sociais é, da mesma forma, considerada importante para essas mulheres, o que podemos observar pelos relato de Clara, a seguir:

[...] Aprendi a me defender mais nas Rodas de Conversa, né. A Márcia [psicóloga da Casa Viviane] ela tem um jeito assim, prático e rápido de explicar as coisas pra nós. Igual, ela fala pra mim que a gente nunca deve deixar a primeira gota de água entrar no copo, porque você chega a falar assim: estou com o copo cheio, meu copo derramou e já não aguento mais,

nunca deixar ser humilhada e sempre estar com a sua auto-estima para cima, coisa que... até hoje eu to um pouco mais pra baixo, mas nunca deixar as pessoas pisarem. [...] Elas [Meninas da Casa Viviane] me mostraram que... Todas elas aqui, que a gente nunca deve ficar quieta em frente a uma violência. Tem que gritar, tem que denunciar, falar com alguém, pedir ajuda. (Clara dos Anjos, 37 anos, 7ª série, vivendo com o companheiro, filhos adolescentes e adultos, netos e enteada).

Observamos, pelo relato de Clara, que as atividades em grupo tornaram-se significativas para a mesma, na medida em que menciona que aprendeu a se “defender mais nas Rodas de Conversa”, o que remete à consideração das situações vivenciadas em grupo como fortalecedoras para tais mulheres, na medida em que partilham experiências, se aconselham e se protegem mutuamente.

Cabe ressaltar, novamente, que a menção aos benefícios psicológicos está presente na quase totalidade de nossas entrevistadas, quando arguidas acerca do que consideram benefícios relacionados à sua participação na Casa Viviane, como foi mencionada, acima, por Clara e por Débora, abaixo:

Essa ajuda mesmo né, psicológica. [...] É porque assim, quando eu cheguei aqui, eu não queria nem viver. Porque chegou a um ponto de eu querer tirar a minha vida. Era uma faca e queria me matar, né, então, eu nunca tinha chegado a este ponto né, porque já fiquei na rua depois que eu cheguei a São Paulo, saí de casa com 17 anos, não tinha nem documento, eu fui tirar meus documentos aqui em São Paulo. Tinha só o Registro de Nascimento né. Aí eu me revoltei muito a ponto de querer tirar minha vida, mas falei: como é que eu vou tirar minha vida sendo que eu tenho filho pra criar. Antes eu passei coisas assim, por humilhações né, não por apanhar assim de homem né, mas passei por muitas humilhações e nunca pensei em tirar minha vida, fiquei sem onde morar, tive que desistir da escola, depois retornei a escola de novo, né, e agora eu tenho uma criança pra cuidar. E chegou ao ponto de eu querer mesmo tirar a minha vida. (Débora, 40 anos, ensino médio, separada do companheiro, com filho pequeno).

Débora aponta para o significado que a vivência em situação de violência teve para a mesma quando se refere a seus sentimentos em relação a esse vivido, assim como a vivência de sofrimento anterior que, ao que parece, até então seria considerada a mais traumática para a mesma.

Fiamiris refere-se à Casa Viviane considerando a mesma como um marco em sua vida, conforme relato a seguir:

E aí, assim, eu falo assim que se eu tivesse conhecido a Casa Viviane antes do meu filho falecer, meu filho, não sei se ele teria falecido, porque também de repente era o momento dele mesmo, a energia dele tinha se acabado de repente, porque eu acredito que a morte é uma energia do corpo da pessoa, mas assim, é... de repente ele taria aqui comigo, pra gente viver esse momento aí né, não sei. Mas aí eu to vivendo esse momento com a minha neta! [risos] Eu falo: Ela já é... já é feminista já. (Fiamiris, 50 anos, ensino médio incompleto, vivendo com companheiro).

Dessa forma, a violência vivenciada por Fiamiris, por ocasião da morte violenta de seu filho, teria sido superada pela mesma pela convivência junto à Casa Viviane, o que aponta para uma transformação significativa na vida dessa nossa entrevistada e remete à relevância da prestação desse tipo de serviço para tais mulheres e para a comunidade, de maneira geral.

A partir desse conjunto de considerações, pudemos apontar alguns aspectos da relevância de se considerar não somente na abordagem em pesquisas, mas igualmente, nos processos de intervenção, a importância de se identificar a que serviços tais mulheres tiveram acesso quando vivenciaram situações de violências, de diferentes naturezas, considerando, sobretudo, que se a porta de entrada para a busca de justiça à tal situação de desigualdade e iniquidade de gênero é representada, notadamente pela Delegacia, o rompimento dessa situação implica necessariamente um acolhimento da mesma de uma maneira integral, uma vez que pudemos observar o quanto a violência, quer física, psicológica, ou de outras ordens, leva a uma fragilização da mulher e a situações em que apoios institucionais de diferentes setores apresentam-se igualmente essenciais, por representarem a verdadeira intersecção entre justiça e sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao organizarmos a apresentação das narrativas das mulheres em situação de violência entrevistadas buscamos apresentar, num primeiro momento, as condições de vida em que se encontravam no momento da entrevista, identificando algumas categorias onde as mesmas puderam ser inseridas, tendo em vista descortinar significados atribuídos às suas vivências presentes e passadas.

Para identificar de que lugar as mulheres proferem seus discursos e tecem suas narrativas, tomamos como conceito horizonte a concepção de “circunstância” de Ortega y Gasset, com base no balanço que CARVALHO (2009) faz do trabalho desse filósofo acerca de tal conceito, presente na seguinte e célebre expressão: “eu sou eu e minhas circunstâncias”.

Sobre a situação atual das mulheres, pudemos identificar, nos relatos apresentados, diferentes situações de vida das mesmas relacionadas a diferentes perspectivas de superação ou rompimento das situações de violência vivenciadas em passado recente pelas entrevistadas, desenhando-se, a partir daí, diferentes trajetórias de vida, que nortearam a apresentação dos resultados de nossa investigação.

Identificamos, assim, mulheres que haviam atribuído novo sentido para a vida, a partir de dificuldades superadas e a superar, mulheres buscando por autonomia e por direitos, mas vivendo ainda numa situação de subalternidade, mulheres enfrentando dificuldades para a superação de conflitos materiais, assim como a adoção da submissão, por uma das mulheres, como estratégia para a resolução de conflitos conjugais e prevenção de novas práticas de violência física.

No decorrer do presente trabalho, observamos que algumas questões se destacaram, devido a sua relevância e recorrência, ganhando expressão a questão do medo, relatado notadamente por mulheres para as quais estavam presentes possibilidades de um novo relacionamento afetivo-sexual, ou de um

recomeço da vida conjugal com outro parceiro. Embora as justificativas mencionadas para tal sentimento sejam diversas, podemos observar que o referido medo relaciona-se às possibilidades de vivenciar novamente situações semelhantes àsquelas vividas no passado, o que remete a marcas ainda presentes de um passado ainda não distante.

Algumas justificativas apontadas para a prática da violência por parte do companheiro agressor, consideradas por nós como naturalização de tal violência e desresponsabilização do agressor frente à sua prática, se destacam, como ocorre com a atribuição da violência ao alcoolismo, ao ciúme e ao sonambulismo, o que vai ao encontro da literatura especializada que considera tais “justificativas” como sendo tão somente apenas possíveis desencadeadores da violência e não como a causa ou motivo da mesma. Isto porque a violência contra a mulher é, na perspectiva de gênero, interpretada como oriunda da assimetria de poder entre homens e mulheres e da histórica desigualdade e iniquidade de gênero em nossa e em outras sociedades.

Ademais, algumas dificuldades materiais foram apontadas pelas mulheres entrevistadas como desafios a serem enfrentados pelas mesmas quando da decisão pelo rompimento da situação de violência, destacando-se entre elas a necessidade de autonomia financeira em relação ao agressor que, muitas vezes, é o provedor, além de dificuldades relacionadas a divisão de bens que, em alguns casos, é dificultada quer por questões mercadológicas, quer por dificuldades impostas pelo próprio ex-companheiro, notadamente quando este não deseja romper o vínculo ou perder o controle sobre a vida da mulher.

A persistência do ex-companheiro em manter o vínculo, ou a não-aceitação do mesmo em relação a decisão de rompimento da relação por parte da mulher, também destaca-se como um dos desafios para muitas mulheres que, em alguns desses casos, fazem uso da medida protetiva de urgência, prevista pela Lei Maria da Penha, mas que, muitas vezes, não é respeitada pelos agressores, o que aponta para o que podemos considerar como uma das importantes limitações na implementação dessa Lei. Tal fato conduz-nos também à consideração de que a judicialização das relações de gênero, isoladamente, não se apresenta como suporte suficiente para o enfrentamento

da violência contra as mulheres, tendo em vista os múltiplos aspectos de que se reveste tal problema, em nossa sociedade, que passa a exigir uma complexa Rede de Atendimento, de natureza interinstitucional e multi e interdisciplinar, tendo em vista dar conta das diferentes demandas relacionadas a tal situação.

Em relação à vivência de violência na família de origem, na infância ou adolescência, dentre as dez mulheres entrevistadas, quatro não relataram tal vivência, uma vivenciou, ela própria, violência por parte dos irmãos e outras cinco presenciaram a situação de violência vivida pela mãe, por parte do pai ou padrasto.

Relatos referentes à vivência da violência na família de origem ganham especial destaque, em nosso trabalho, tendo em vista a riqueza das narrativas que seis de nossas entrevistadas apresentaram em termos das descrições dos fatos ocorridos e como, notadamente três delas, não somente presenciaram, mas foram “chamadas” a participar de várias situações de violência vividas pelas respectivas mães, em defesa das mesmas.

Muito embora não se possa estabelecer relações de implicação dessa vivência de violência do passado com a experienciada por essas nossas entrevistadas em relação ao parceiro íntimo, importante observar que tais vivências da infância encontram-se presentes em alguns dos relatos apresentados pelas mulheres de maneira significativa, ou seja, referido como trauma ou como marca presente, conforme relato de Ângela ou, de acordo com Vivian, como forma de aprendizado de como enfrentar e romper, na vida adulta, com situações de violência em sua relação conjugal, de maneira a construir uma vida familiar diferente da vivenciada por sua mãe.

Quanto à violência por parceiro íntimo, observamos que as cinco modalidades de violência previstas pela Lei Maria da Penha foram relatadas pelas entrevistadas, muitas delas ocorrendo concomitantemente, sendo que apenas uma dentre as dez entrevistadas vivenciou um único tipo de violência, quatro delas vivenciaram duas modalidades e cinco entrevistadas relataram ter vivenciado violências múltiplas.

Dentre a multiplicidade de tipos de violências relatadas, além da psicológica e física, a violência moral e patrimonial foram referidas, cada uma por três mulheres, e a sexual por uma delas. Vale observar que além das modalidades previstas pela Lei Maria da Penha, uma de nossas entrevistadas, Clara dos Anjos, relata violência vivenciada, por duas vezes, em delegacias de polícia, consideradas por nós como caso de violência institucional.

Dentre as violências mais relatadas, ganham expressão as violências psicológica e física, sendo que a primeira encontra-se presente em relatos de todas as mulheres, não somente no passado, mas igualmente no presente, em relação a três de nossas entrevistadas. Isto tendo em vista que duas delas referem-se a parceiros que não aceitam a separação – Hilda e Débora – e a terceira – Clara dos Anjos – por ainda conviver com o marido que a humilha e a discrimina socialmente, perante a própria família do mesmo. Vale observar que essa nossa entrevistada é a única a ter adotado a submissão como estratégia para prevenir notadamente a violência física, uma vez que a violência psicológica faz parte de sua vida cotidiana.

Nos relatos de nossas entrevistadas podemos observar o quanto a prática da violência apresenta-se como fenômeno complexo, com intrincadas relações, não restritas ao espaço e âmbito das relações familiares, mas incluindo o entorno, onde as circunstâncias de vida podem envolver, inclusive, participação de decisões do próprio crime organizado, em relação à proteção da mulher, como bem ilustra narrativa de nossa entrevistada Hilda, a respeito dos desafios enfrentados.

Dessa forma, o sofrimento psíquico ganha destaque por figurar, ao lado da violência psicológica, como elemento constante na vida de mulheres em situação de violência, levando as mesmas, muitas vezes, a problemas de depressão. A violência psicológica é, ainda, apontada por algumas mulheres entrevistadas como sendo pior que a própria violência física, dado o sofrimento que a mesma acarreta na vida dessas mulheres. Daí a importância atribuída pelas mesmas ao atendimento recebido pela Casa Viviane, onde puderam receber atendimento psicológico, além de diversas outras orientações, o que aponta novamente para a importância da existência da Rede de Enfrentamento a Violência contra mulheres que prevê uma Rede de Atendimento

interinstitucional atuando de maneira a articular a prestação de serviços por diferentes setores notadamente jurídico, segurança, assistência social e saúde.

Quando da decisão pelo rompimento do vínculo com o agressor e da busca por ajuda para a resolução da situação de violência, a maioria das mulheres refere procura pela delegacia de polícia para o registro das ocorrências. Diversas queixas, contudo, foram relatadas em relação ao atendimento recebido por funcionários das delegacias, o que parece configurar um desafio para muitas mulheres, uma vez que, ainda que a judicialização das relações não seja considerada um modo decisivo para resolução dos problemas relacionados à violência, a intervenção jurídica parece ser indispensável, não somente para a preservação dos direitos, mas, igualmente, para a preservação da própria integridade física das mulheres que vivenciam tais situações, tendo em vista que as delegacias de polícia judiciária apresentam-se como importante porta de entrada para o sistema jurídico, assim como para a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.

Quanto à denúncia, pudemos observar a importância atribuída pelas mulheres à mesma para a garantia notadamente do afastamento dos agressores, tendo recorrido três das entrevistadas às medidas protetivas. Destaque cabe à nossa entrevistada Vivian que teria utilizado da judicialização das relações conjugais, por meio da denúncia, e usado da mesma como estratégia para o que consideramos a “intimidação” de seu esposo, por lembrar ao mesmo os riscos de responder a um processo, ou mesmo de prisão, realizando, assim, uma “negociação” como forma de prevenir novas situações de violência, ou mesmo romper com a violência atual, o que nos leva a atribuir relevância à necessidade da mediação em tais situações.

Dessa forma, a judicialização das relações de gênero se apresenta como uma ferramenta de empoderamento com vistas à equidade, podendo ser usada pelas mulheres quando as mesmas necessitassem de respaldo jurídico para a preservação de sua integridade física e garantia de seus direitos nos diferentes desfechos possíveis para as situações de violência por parceiro íntimo, considerando as necessidades peculiares de cada mulher diante do companheiro agressor com quem, muitas vezes, mantém uma relação de dependência não somente afetiva, mas financeira.

Os Centros de Defesa e Convivência da Mulher – CDCMs – aparecem como um lugar de acolhimento e orientação para as mulheres e foram mencionados como primeiro lugar de busca na rota crítica, por parte de duas mulheres, uma delas por demanda espontânea e outra encaminhada pelo CAPS.

Tendo em vista que tais centros foram procurados prioritária e espontaneamente apenas por uma das entrevistadas, consideramos relevante não somente maior divulgação de tais serviços, para que possam ser apropriados e utilizados pelas mulheres em situação de violência, por contemplarem a multi e interdisciplinaridade necessárias para o atendimento desses casos, mas também que as próprias delegacias e demais instituições passassem a utilizar a referência e contra-referência como parte de suas práticas de encaminhamentos a instituições inscritas na rede.

Todas as mulheres afirmaram conhecer a Lei Maria da Penha, divergindo quanto aos benefícios que a mesma propicia às mulheres em situação de violência e em relação ao alcance de tal Lei. Em termos de expressão, vale destacar que sete delas reconhecem benefícios, embora cinco dessas mulheres tenham relatado limites em relação a tais benefícios e uma delas relata desconhecimento acerca dos mesmos. Interessante constatação refere-se a duas de nossas entrevistadas, Clara dos Anjos e Vivian, que continuam vivendo com seus maridos que foram agressores, e negam qualquer contribuição advinda dessa Lei. Enquanto para Clara dos Anjos tal negação refere-se a dois episódios de violência institucional vivenciados em delegacias, conforme já apontado, o caso de Vivian ganha peculiaridade pelas possibilidades que a lei encerra, em termos do possível empoderamento de mulheres frente aos conflitos conjugais e de gênero, quando a mulher recorre à denúncia.

Isto porque Vivian, apesar da negação de qualquer benefício da Lei Maria da Penha, foi a que consideramos, conforme observado anteriormente, ter se beneficiado da judicialização das relações conjugais, proporcionada notadamente por essa Lei, para não somente intimidar o parceiro, mas, igualmente, para romper com a situação de violência.

Dentre as limitações apontadas para a implementação da Lei Maria da Penha identificamos, em relatos das referidas mulheres, a falta de conhecimento das mulheres acerca de seus próprios direitos, limitações relacionadas ao alcance da Medida Protetiva prevista na Lei e às questões sócio-culturais relacionadas à hegemonia do poder do homem, presentes em nossa sociedade, que colocariam a Lei Maria da Penha como tão somente ponto de partida para as necessárias mudanças culturais. Dentre os argumentos apontados para a negação completa de benefícios relacionados à Lei, observamos a violência institucional, no caso de Clara dos Anjos, e o desrespeito às leis ao lado da impunidade presentes em nossa sociedade, conforme relato de Vivian.

A despeito do registro das ocorrências de violência por parceiro íntimo, observamos que algumas mulheres não manifestavam desejo da punição do agressor, por motivos diversos, dentre eles, o fato de que o companheiro provedor viria a ser prejudicado em sua empregabilidade, trazendo, com isso, prejuízos ao próprio sustento da família. Assim, em termos da tramitação do processo, observamos tanto casos de denúncias levadas a cabo por algumas mulheres, como denúncias com posterior retratação no judiciário. Dentre os casos não registrados em delegacias, interessante observar o fato relatado de que muitas ocorrências tiveram sua resolução de outras maneiras, como pela intervenção da família, no caso de Clarice, ou pela continuação do relacionamento, no caso de Clara dos Anjos, valendo observar que tal decisão implicou, ao que parece, na própria necessidade de submissão de nossa entrevistada, que não livrou a mesma de vivenciar violência psicológica, que se manteve até o momento da entrevista.

Apenas duas, dentre as mulheres entrevistadas, relataram vivenciarem violência na atualidade. Trata-se de Débora, que está sob medida protetiva, mas o ex-companheiro agressor não respeita tal medida, e de Neide, divorciada, mas compelida, pelas circunstâncias, a viver na mesma residência que o ex-marido agressor, enquanto aguarda a venda da casa para proceder à separação dos bens e romper tal relação. Embora não identifique como tal, consideramos que nossa entrevistada Clara dos Anjos também vivenciava situação de violência psicológica, no momento da entrevista, não somente por

usar da estratégia de submissão para evitar novas situações de violência física, mas por tecer narrativas de seu viver sob constantes humilhações e discriminações, o que apontaria, segundo nosso entendimento, para a presença da violência psicológica, além das entrevistadas Hilda e Ângela, que narraram viver com medo do desrespeito do marido à medida protetiva que obtiveram.

Diante da violência vivenciada por algumas mulheres, no momento da entrevista, foram apontados recursos jurídicos, como as medidas protetivas obtidas por Débora, Ângela e Hilda como garantia do afastamento do agressor dos endereços das mesmas. Merece, no entanto, destacar a relatividade de tal medida protetiva, tendo em vista que tais mulheres não prescindiam, para sua maior defesa, o emprego de estratégias pessoais como a vigilância constante, o auto-cuidado diário, como relatado por Hilda, notadamente quando de seu trajeto por áreas públicas de circulação da mesma, mas também do agressor, além do sigilo do novo endereço, em caso de mudança. Diante de tais circunstâncias de vida, o medo e o risco de novas violências ganha expressão nos relatos dessas três entrevistadas, que a despeito de tais medidas protetivas, viviam sob o clima da expectativa de possíveis novas violências por parte de seus ex-companheiros.

Nas narrativas de cada uma das dez mulheres entrevistadas, diferentes marcas foram relatadas como decorrentes de um passado de violências vivenciadas pelas mesmas, quais sejam, o desencanto ou a desconfiança e mesmo a revolta em relação aos homens, notadamente pelo risco da repetição de experiências passadas, como o ciúmes excessivo, o controle, as privações, o estranhamento, pelo comportamento agressivo, do próprio parceiro e também a repetição da violência física. A humilhação e o desprezo, relacionados ao sentimento de discriminação e mesmo exclusão familiar foram, igualmente, apontados como dolorosas marcas presentes. O vazio existencial, a carência, as perdas materiais, a perda de entes queridos, como o filho, assim como as ofensas por parte de irmãos figuram como outras marcas significativas para algumas mulheres entrevistadas, além do trauma relacionado à violência vivenciada pelos pais, presenciada por algumas delas.

Ao buscarmos identificar relações existentes entre gênero e violência, a identificação de novos aprendizados, assim como de mudanças ocorridas em termos das relações conjugais e de gênero entre as mulheres entrevistadas e seus parceiros apontam para questões relevantes, tendo em vista tais mulheres terem frequentado o Centro de Defesa e Convivência da Mulher, Casa Viviane, na qual não somente tiveram orientação jurídica, psicológica e de assistência social, mas, também, aprendizado relacionado a questões de gênero, pois, na referida Casa participaram e participam de diferentes atividades como, por exemplo, palestras mensais abertas à comunidade sobre temas relativos às mulheres, notadamente aos direitos das mulheres e a outras questões relacionadas – palestras denominadas de “Chá Lilás”, além de reuniões onde as mulheres que frequentam a Casa participam de discussões em grupo, partilham suas experiências de vida, num aprendizado mútuo, onde as mesmas se espelham umas nas outras, a partir das diferentes histórias de vida, sendo as discussões orientadas por profissionais da referida Casa – tais atividades são as chamadas “Rodas de Conversa”.

Ao utilizarem, para indicar aprendizado, expressões como “aprendi a me valorizar”, “ser protagonista da própria vida”, “ser livre”, “enfrentar situações e resolver problemas”, “a levantar a cabeça e fazer o que gosto”, “espelhar-se em outras mulheres”, dentre outras, consideramos que a quase totalidade das mulheres entrevistadas aponta para importante aprendizado de gênero, em termos da aquisição de autonomia, empoderamento, aumento da auto-estima, dentre outros.

Ao cotejarmos tal aprendizado com relatos acerca do que teria mudado na vida de nossas entrevistadas, a partir da vivência na Casa Viviane, pudemos observar estreita correspondência entre ambos, com exceção de nossa entrevistada Vivian que não aderiu ao ideário de gênero, participando na Casa somente de atividades de seu interesse, como a terapia, que a teria auxiliado na questão da depressão. Vale observar, igualmente, que nossa entrevistada Clara dos Anjos, a despeito de ter adotado a submissão como estratégia para prevenir novos episódios de violência física, relata, dentro de suas circunstâncias de vida, o aprendizado de “se defender” e uma mudança

de postura frente ao marido, procurando dialogar ou contra argumentar as colocações do mesmo diante de situações de seu desagrado.

Em relação à divisão sexual do trabalho doméstico, com exceção de nossa entrevistada Fiamiris, pudemos observar a preservação da tradicional divisão de trabalho que considera a mulher como responsável pelas tarefas domésticas e o homem como provedor, responsável pela atividade profissional, o que vai ao encontro, igualmente, do que é apontado pela literatura especializada, onde mulheres, de diferentes condições de vida, seguem responsabilizando-se por tais tarefas, ainda que, algumas vezes, delegando as mesmas a terceiros.

Observamos, contudo, diferenciação em relação à satisfação das mulheres em relação a tal divisão de tarefas, pois, enquanto somente Vivian, que não trabalha profissionalmente, valoriza tais tarefas tradicionais e relata sentir-se realizada no exercício das mesmas, por considerá-las como próprias das mulheres, outras mulheres relativizam tal atribuição como exclusiva das mesmas. Destaque cabe à Clara dos Anjos que, a exemplo de Vivian, não exerce atividade profissional e embora, conforme já observado, tenha adotado a submissão nas relações conjugais e de gênero, revela, em relação ao desempenho de tais tarefas, sentir-se humilhada por considerar que não é valorizada, em sua família, nem reconhecida por responsabilizar-se por essas tarefas, de maneira exclusiva. Outro relato a destacar foi tecido por Ângela, que exerce atividade profissional e relata sentir-se explorada pelo marido, por conta da dupla jornada de trabalho que realiza.

Outro conjunto de questões que possibilitou a identificação das concepções acerca das relações de gênero e violência refere-se à maneira como nossas entrevistadas viam as situações dos homens e das mulheres, na atualidade.

Pudemos observar que, em relação às mulheres, foram reconhecidas como questões centrais, pela quase totalidade das entrevistadas, a desigualdade e iniquidade de gênero presentes em nossa sociedade, pelas implicações que acarreta.

Para algumas de nossas entrevistadas, os relatos destacam o lugar de subalternidade ocupado pelas mulheres na sociedade, assim como nas relações conjugais e de gênero, tendo em vista a hegemonia exercida pelos homens, em termos de poder exercido quer em nível da sociedade, quer nas relações familiares, na qual a mulher é representada como vítima do arbítrio masculino, vivendo uma situação de injustiça social e de gênero.

Para a maioria das mulheres entrevistadas houve, entretanto, ao lado da relatada desigualdade e iniquidade de gênero existente, o destaque ao reconhecimento de que a mulher passou a assumir um novo lugar na sociedade, para além, portanto, do espaço doméstico, que lhe era reservado de maneira exclusiva, sendo o espaço público reservado, nessa concepção, tão somente aos homens.

Como exemplo característico desse novo lugar na sociedade destaca-se a progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, propiciando-lhe autonomia, reconhecimento como sujeito de direitos, auto-estima, empoderamento, superação da situação de submissão, ampliação do circuito de relações e novos espaços de sociabilidade. O trabalho profissional remunerado apresenta-se, assim, como possibilidade de grande relevância em direção ao estabelecimento da igualdade de gênero na sociedade. É identificado, portanto, como abertura para mudanças, para transformações.

Nesse conjunto de discursos, destaca-se, igualmente, a importância atribuída às mudanças nas relações conjugais e de gênero, que passam pela própria desconstrução, pelas mulheres, do estereótipo de gênero, relacionado, por um lado, notadamente à desconstrução da ideia da masculinidade hegemônica como única maneira de ser homem em nossa sociedade e, por outro, ao reconhecimento da necessidade de atribuição às tarefas domésticas o estatuto de trabalho digno de valor, a exemplo do trabalho profissional remunerado, além do reconhecimento de tais tarefas como responsabilidade comum ao casal, e não exclusiva da mulher.

Como discurso singular destaca-se, finalmente, a fala de nossa entrevistada Vivian, que contrapõe-se ao discurso da maioria das mulheres, por defender os tradicionais “papéis” da mulher e o espaço da casa como inerente

ao trabalho feminino, considerando que a inserção da mulher na força de trabalho representaria uma competição da mesma com o homem, usurpando, por assim dizer, os direitos deste e descaracterizando o que considera como identidade feminina.

Em relação à situação do homem na sociedade atual, os discursos das mulheres entrevistadas são igualmente marcados pelas desigualdades e iniquidades de gênero em nossa sociedade, as quais são estreitamente relacionadas, para algumas mulheres entrevistadas, notadamente ao tradicional estereótipo de gênero baseado na crença milenar da superioridade do homem, em relação à mulher, de maneira essencializada e naturalizada, sendo a mesma passada de geração à geração, em termos culturais.

Em termos de implicações nas relações sociais e de gênero, os relatos dessas entrevistadas apontam comportamentos masculinos considerados “machistas”, de arrogância e prepotência, pautados na referida crença da superioridade masculina, o que os levaria a considerarem a si mesmos não somente “donos de tudo”, mas, também, que “podem tudo”, notadamente em relação às mulheres, consideradas por eles como simples objetos e despidas de direitos.

Algumas outras mulheres, no entanto, relativizam, em termos, tal tipo de comportamento, caracterizado como representativo da concepção de masculinidade hegemônica, predominante em nossa cultura e sociedade. Nesse tipo de discurso, destaca-se a fala de uma de nossas entrevistadas que refere a existência de homens que “aceitam” e “deixam”, por exemplo, a mulher trabalhar profissionalmente.

Outro tipo de discurso presente nas narrativas de outras entrevistadas não somente relativizam a ideia da presença de uma masculinidade hegemônica em nossa cultura e sociedade, mas aponta, igualmente, para a existência de outros tipos de masculinidades em nosso meio, relacionadas à flexibilização das relações de gênero decorrente das conquistas das mulheres, na atualidade, a exemplo da promulgação da Lei Maria da Penha que busca dotar as mulheres do instituto jurídico para prevenir e enfrentar a violência contra as mesmas. Nesse tipo de discurso, são mencionados exemplos de

como esses novos homens sofrem, a exemplo das mulheres, discriminação daqueles que se sentem dotados e representantes do considerado hegemônico, tradicional e anacrônico modelo de masculinidade, que contrapõe homens e mulheres, notadamente em termos de direitos, nas relações sociais e de gênero.

Nos discursos das mulheres entrevistadas que apresentam tal visão de gênero são relatadas as perdas e danos causadas aos próprios homens quando insistem em manter como ideal essa considerada masculinidade hegemônica, tanto por se tratar de um ideal inalcançável, quanto por impedir, muitas vezes, os mesmos de expressarem sentimentos, emoções, deixando de vivenciarem, assim, a vida de forma plena.

A exemplo do observado acerca dos relatos sobre a situação da mulher na sociedade, na atualidade, destaca-se, igualmente, mais uma vez, o discurso singular de Vivian que difere de todos os demais, não somente por não referir a desigualdade existente entre homens e mulheres como decorrência do exercício do poder tradicionalmente atribuído aos homens, mas, igualmente, por colocar os homens, ao lado das mulheres, como “vítimas”, pela própria condição de seres humanos, deixando subentender a ideia de algo – ao que parece de uma cultura – que passa de geração a geração.

Ao indagarmos sobre o que nossas entrevistadas consideravam como sendo violência contra a mulher, pudemos identificar o que consideramos possíveis sinalizadores de indícios de violência contra as mesmas, a partir de algumas categorias êmicas ou nativas, da linguagem do senso comum, presentes nas vidas das mulheres, por vezes de maneira naturalizada. Tratam-se da agressão verbal, falta de respeito e relações sexuais não desejadas.

A agressão verbal foi mencionada por quatro dentre as oito mulheres que se manifestaram acerca da questão proposta, de maneira pertinente. Considerada como indicadora de uma relação conjugal conflituosa, a violência verbal foi relatada como o princípio de todo tipo de violência, sendo comum na vida cotidiana de muitas mulheres. Foi referido, inclusive, que a palavra ofensiva causa, por vezes, maior sofrimento psíquico que a própria violência física, como um tapa, por implicar questões como a da auto-estima, da

dignidade, da identidade, da liberdade, da autonomia, ou seja, manifestações das desigualdades e iniquidades de gênero a que mulheres encontram-se submetidas em nossa sociedade.

Na medida em que tal tipo de violência verbal pode ser traduzida, em termos da Lei Maria da Penha, como violência psicológica, ou também moral, se de expressão pública, a questão que se coloca é a das dificuldades de tal tipo de prática ser denunciada, como tal, dada a naturalização de que a mesma se reveste em nossa cultura e também pela dificuldade em se produzir provas que sustentem tal denúncia.

Outra categoria êmica que também ganhou destaque, como sinalizadora ou indicadora da prática da violência contra a mulher, foi a considerada “falta de respeito”, referida por três das oito mulheres que responderam a tal questão de maneira pertinente, que, embora estreitamente relacionada à violência verbal, pode apresentar-se sob outras formas de manifestação, como a própria prática ou tentativa de subjugação da mulher, o tratamento dispensado à mulher como sendo um objeto desprovido de direitos e de humanidade, assim como a exigência de relações sexuais sem considerar ou respeitar a “vontade” ou desejo da mulher. Vale observar que pelo fato desta última, considerada por nós violência sexual, ter sido referida por uma das mulheres como sinalizadora ou indicadora de violência contra a mulher, a mesma foi analisada no trabalho independente da falta de respeito.

Como contraponto a tais concepções acerca de sinalizadores ou indicadores de violência, procuramos identificar, igualmente, aqueles possíveis de revelarem relações consideradas igualitárias entre homens e mulheres.

A exemplo do observado em relação à violência, tais sinalizadores apresentam-se estreitamente relacionados às ideias de falta de respeito, assim como da agressão verbal e mesmo sexual.

Daí destacarem-se como categorias subcategorias êmicas desse desejo ou busca de igualdade as seguintes palavras, dotadas de significados específicos no contexto da abordagem de gênero: respeito, diálogo, parceria, companheirismo, cumplicidade, solidariedade, amizade.

Finalmente, diante da complexidade de que se reveste a vivência de situações de violência, por parte das mulheres, nosso trabalho permitiu descortinar a multiplicidade de aspectos presente nas diferentes trajetórias de vida, de nossas dez entrevistadas, traçadas a partir de vários relatos, onde ricas narrativas tecidas pelas mesmas nos convidam e possibilitam observar diferentes e intrincadas redes nas quais sua vida cotidiana se desenrola e suas circunstâncias de vida, de diferentes ordens, se apresentam, apontando para seus modos peculiares de existência, que desafiam notadamente processos investigativos voltados à busca de conhecimento do fenômeno, em sua complexidade, e igualmente, processos de intervenção voltados à implementação de políticas públicas, a exemplo da Lei Maria da Penha.

Isso não somente pelas implicações que a prática da violência por parceiro íntimo acarreta na vida de tais mulheres, mas, igualmente, porque tal tipo de violência, usualmente circunscrito ao espaço doméstico, não se restringe à mulher, conforme observado, mas envolve a própria participação de crianças e também de adolescentes que se mobilizam, a despeito da tenra idade e limites, na defesa física da própria mãe e, muitas vezes, deles próprios.

Em função disso, se do ponto de vista da produção de conhecimento tal tipo de realidade requer, para seu entendimento, não somente a visão disciplinar, mas, sobretudo, multi ou inter e transdisciplinar, do ponto de vista da implementação de políticas públicas, a exemplo da Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e também da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência, ambas previstas pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, conforme já referido em item anterior, implica, necessariamente, como os títulos de tais políticas acima indicam, a necessidade da presença não somente de uma assistência especializada, mas sim a inserção da mesma em uma rede intersetorial de assistências múltiplas, de natureza multi e inter profissional, capazes de atender aos diferentes tipos de necessidades e demandas que tal tipo de enfrentamento requer.

Trata-se, assim, conforme mencionado, de uma rede considerada de proteção, que envolve instituições públicas e privadas, sistemicamente articuladas, capazes de contemplar, de maneira ampla e abrangente, a

problemática que a violência doméstica contra a mulher encerra, constituindo bases sobre as quais a implementação da Lei Maria da Penha possa ser melhor concretizada, ampliando seu alcance.

6. REFERÊNCIAS

ADEODATO, V. G. et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 39, p. 108-113, 2005.

ALMEIDA, A. M. M. O desafio da equidade de gênero. In: BLAY, E. A. (coord.) *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

ALVARENGA, A. T. et al. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas tramas da complexidade e desafios aos processos investigativos. In: PHILIPPI JUNIOR, A. e FERNANDES, V. (Orgs.) *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa*. 1ed. Barueri, SP: Manole, 2014, v. 1, p. 37-90.

ALVARENGA, A. T. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: Philippi Jr, A. e Silva Neto, A. J. (Orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. 1ed. São Paulo: Manole, 2011, v. 1, p. 3-68.

ALVAREZ, S. E. et al. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVAREZ, A. M. S. e ROSEMBURG, C. P. A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua – crianças e adultos na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. São Paulo, v.9, p. 49-56, 1999.

AMORIM, E. R. A. e BARROS, A. M. A casa abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e os direitos humanos. *VIII Encontro da ANDHEP* –

Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupo: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. A. (coord.) *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2014.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

ARAÚJO, M. F. et al. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: *Gênero e Violência*. ARAÚJO, M. F. e MATTIOLI, O. C. (orgs.) Editora Arte e Ciência. São Paulo, 2004.

ARILHA, M. e BERQUÓ, E. *Brasil, 15 anos após a Conferência de Cairo*. Campinas: ABEP; UNFPA, 2009.

ARRUDA, C. N. et al. “Carne crua e torrada”: a experiência do sofrimento de ser queimada em mulheres nordestinas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 30, nº 10, 2014.

AYRES, et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

AYRES et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção de saúde. In: CAMPOS, et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BARSTED, L. L. Lei Maria da Penha: Uma experiência bem sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C. H. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BASSANEZI, C. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORI, M. D. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

BENETTI, S. P. C. Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão Crítica*, São Leopoldo, v. 19, p.261-268, 2005.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, p. 133-184, jul./dez., 1995.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Relatório de gestão 2003-2006: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília: Ministério da Saúde, p. 128 (Série C. Projetos, Programas e Relatórios), 2007.

BRASIL. Lei 10.778 de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, 2011.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2008.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf, acessado em 29/06/2016.

BULTMANN, R. *Demitologização. Coletânea de ensaios*. Editora Sinodal. São Leopoldo, 1999.

CALAZANS, M. e CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (org.) *Lei Maria da*

Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, C. H. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feminista*. Florianópolis, v. 23, nº 2, p. 519-531, 2015.

CAMPOS, C. H. Razão e sensibilidade: teoria feminista do direito e lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (org.) *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Editora Lumen Júris. Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, J. M. O conceito de circunstância em Ortega y Gasset. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 43, nº 2, p. 331-345, 2009.

CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. *Psicologia & Sociedade*. Canoas, v. 16, p. 41-46, 2004.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, pp. 23-62.

COUTO, M. T. e SCHRAIBER, L. B. Representações da violência de gênero para homens e perspectivas para a prevenção e promoção de saúde. IN: GOMES, R, (org.) *Saúde do Homem em Debate*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CONNELL, R. W. e MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21(1), p. 241-282, 2013.

CYRULNIK, B. *Dizer é morrer: a vergonha*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.

DAY, V. P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 25, p. 9-21, 2003.

DEBERT, G. G. e GREGORI, M. F. Violência e Gênero. Novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, nº 66, p. 165-211, 2008.

DESCARRIES, F. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec. In: *Labrys, estudos feministas*. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

DEUSDARÁ, B. e ROCHA, D. Análise do Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. Rio de Janeiro, *Alea*, v. 7, nº 2, 2005.

DINIZ, S. G. Violência contra a Mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). IN: DINIZ, S. G. et al. (orgs.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra mulheres no Brasil: Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

DINIZ, S. G. Violência contra as mulheres como questão de saúde no Brasil. IN: DINIZ, S. G. et al. (orgs.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra mulheres no Brasil: Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. et al. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 14, nº 4. , p. 1037-1050, 2009.

DOMENACH, J.M. La violencia. In: *La violencia y sus causas*. Paris: UNESCO, 1981. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000430/043086so.pdf> acessado em 26/06/2016

DOURADO, D. e SOARES, D. M. *A experiência das promotoras legais populares*. Cartilha Themis. Porto Alegre, 1998.

ELIAS, M. L. G. e MACHADO, I. V. A construção social da liberdade e a Lei Maria da Penha. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, São Paulo, vol. 3, nº 1, p. 88-109, 2015.

FANTE, Cleo. *Fenômeno Bullying – Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2ª edição. Campinas: Veros Editora, 2005.

FIORENZA, E. S. *Caminhos da Sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. Nhanduti Editora. São Bernardo do Campo, 2009.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, M. D. *História das mulheres no Brasil*. Editora Contexto. São Paulo, 2004.

FONSECA, D. H. et al. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia e sociedade*. João Pessoa, v. 14, p.307-314, 2012.

FRANKL. V. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

GALLI, B. e ROCHA, H. Direitos sexuais e reprodutivos, autonomia reprodutiva, política e (des) respeito ao princípio da laicidade. Curitiba: *Relatoria do Direito*

Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca – Brasil, 2014.

GERGEN, K. J. Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. *American Psychologist*, v.40, n.33, p. 266-275, março, 1985.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 18 (10), pp. 103-12, 2002.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 10 (1), pp. 146-55, 1994.

GOMES, I. C. Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*. São Paulo, v. 55, nº 123, p. 177-188, 2005.

GREGORI, M. F. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. *Revistas Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 23, p. 163-175, 1989.

GROSSI, P. K. et al. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Revista Athenea Digital*, Porto Alegre, nº 14, p. 267-280, 2008.

HANADA, H. et al. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, p.33-59, 2010.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n 132. p. 595-609, 2007.
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> (acessado em 23/06/2016)

JABLONSKI, B. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia, ciência e profissão*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 262-275, 2010.

KARAN, M. L. Violência de gênero: o paradoxal entusiasmo pelo rigor penal. *Boletim IBCCRIM*, v.168 , pp. 9-11, 2006.

KATO, S. L. Da equipe multidisciplinar – artigos 29 a 32. In: CAMPOS, C. H. org. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2010.

LANE, S. T. M. e CAMARGO, D. Contribuição de Vigotski para o estudo das emoções. In: LANE, S. T. M. e SAWAIA, B. B. (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

LANG, A. B. S.G. et al. *História Oral e pesquisa sociológica: a experiência do Ceru*. São Paulo: Editora Humanitas, 1998.

LIMA, P. M. F. *Violência contra a Mulher: O homicídio privilegiado e a violência doméstica*. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, G. Q. e WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 6, nº4, p. 511-520, 2011.

LOPES, M. J. M. O trabalho da enfermeira: nem público nem privado. Feminino, doméstico e desvalorizado. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 41, p. 205-210, 1988.

LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M. et al. (orgs.) *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MANDELBAUM, B. *Psicanálise da família*. Editora Casa do Psicólogo. São Paulo, 2010.

MARQUES, E. M. Reflexões sobre a violência como espetáculo de si. *Trama interdisciplinar*, São Paulo, v. 4, n.º 2, 2013.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, M. e TELES, M. A. A. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MEQUE, E. A. C. *A violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo – Moçambique*. Dissertação. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, M. C. S. A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10. p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S. e SOUZA, E. R. Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.513-531, nov./fev., 1998.

Ministério da Saúde. *Atenção humanizada ao Abortamento: Norma Técnica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2ª ed. atual. e ampl., 2010.

MISTURA, T. F. *Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MORAES, L. M. P. et al. Expressão da co-dependência em familiares de dependentes químicos. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 13, p. 34-42, 2009.

MORIN, E. Os desafios da complexidade. In: MORIN, E. organizador. *A religação dos saberes*. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001. p. 559-67.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia e sociedade*, Porto Alegre, v. 18, p. 49-55, 2006.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Revista Psico*, Porto Alegre, v. 37, nº 1, p. 7-13, 2006.

NOBRE, M. T. e BARREIRA, C. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, nº 20, p. 138-163, 2008.

NOLASCO, S. A. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NUNES, M. J. F. R. De mulheres e de deuses. *Revista Estudos Feministas*, Vol.0,1992. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/15799/14292> acessado em 26/06/2016.

OLIVEIRA, F. C. S. F. *Quando o direito encontra a rua: um estudo sobre o curso de formação de Promotoras Legais Populares*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, L. R. e WERBA, G. C. De Maria Bonita a Maria da Penha: recontando histórias e visibilizando mulheres. In: STREY, M. N. et al. (orgs.) *Vida de mulher: gênero, sexualidade e etnia*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2011.

OSIS, M. J. D. et al. Limitações no atendimento, pelas delegacias especializadas, das mulheres que sofrem violência sexual. *Boletim do Instituto de Saúde*. Publicação do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, v. 14, nº3. p. 320-328, 2013.

OSIS, M. J. D. et al. Violência entre usuárias de unidades de saúde: prevalência, perspectiva e conduta de gestores e profissionais. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 46, p. 351-358, 2012.

OSIS, M. J. D. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1 (Supl.), p. 25-32, 1998.

PAIS, J. M. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PASINATO, W. Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Revista Civitas*. Porto Alegre, v. 10, nº 2, p. 216-232, 2010.

PASINATO, W. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11340/2006. In: CAMPOS, C. H. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

PENA, M. V. R. et al. *A questão de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Cepia, 2005.

PIOVESAN, F. e PIMENTEL, S. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional no Brasil. In: CAMPOS, C. H. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. e SZWAKO, J. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Editora Berlendis & Vertecchia, 2009.

PITANGUY, J. Violência de gênero e saúde – interseções. In BERQUÓ E. (org.) *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PORTELLA, A. P. Novas faces da violência contra as mulheres. In: MARTIN, M. C. e OLIVEIRA, S. (orgs.) *Marcadas a Ferro: Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2005.

PRATES, P. L. e ALVARENGA, A. T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In: BLAY, E. A. (coord.) *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PRATES, P. L. *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da USP, 2013.

PRATES, P. L. *Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2007.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. IN: SIMSON, O. M. V. org. *Experimentos com histórias de vida: Itália/Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

QUINTÃO, S. et al. Avaliação da escala de auto-estima de Rosenberg mediante o modelo de rasch. *Revista Psicologia*. Lisboa, v. 25, nº 2, 2011.

REIMER, I. R. Patriarcado e economia política: o jeito romano de organizar a casa. In: *Economia no mundo bíblico: enfoques sociais, históricos e teológicos*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2006.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 11, p. 225-236, 2008.

RIGOTTO, R. M. As técnicas de Relatos Orais e o estudo das Representações Sociais em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol 3, no. 1, p. 116-130, 1998.

ROCHA, M. I. A discussão política sobre o aborto no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23 (2), 369-374, 2006.

ROSA, A. G. et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor de violência. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, nº 3, p. 152-160, 2008.

ROSA, M. D. A. O não dito familiar e a transmissão da história. *Psyche Revista de Psicanálise*. São Paulo, p.123-138, 2001.

ROSEMBERG, M. B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Editora Summus, 2006.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a "Economia Política" do sexo. Toward an antropology of women, New York, *Monthly Review Press*, 1975.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *FLACSO - Brasil*. junho/2009.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 16. 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13 (4), 1999.

SANT'ANNA, S. R. e HENNINGTON, E. A. Promoção da saúde e redução das vulnerabilidades: estratégia de produção de saberes e (trans)formação do trabalho em saúde com base na Ergologia. *Revista Interface: comunicação, saúde e educação*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 32, p. 207-215, 2010.

SANTOS, C. M. e IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *E. I. A. L.*, v. 16, nº 1, 2005.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARTI, C. A. A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

SCHRAIBER, L. et al. *Violência dói e não é direito. A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SCHRAIBER, L. B. Violência vivida: a dor que não tem nome. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação*, v.7, n.12, p.41-54, 2003.

SCHRAIBER, L. B. et al. *WHO: Multi Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women, Brazil (Relatório de Pesquisa)*. São Paulo: Faculdade de Medicina, USP, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *SOS Corpo*. 2ª edição. Recife, 1995.

SEPÚLVEDA, M. A. C. *Breve histórico dos Programas Nacionais de Saúde Materno-infantil*. Campinas: Hospital Virtual, 1997. Disponível em: <http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/campinas.htm>

SILVA, L. L. et al. Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – comunicação, saúde, educação*, Florianópolis, v. 11, nº 21, p. 93-103, jan./abr., 2007.

SILVA, M. A. R. B. e SANCHES, M. A. Não desista de ser feliz: Um ensaio sobre a permanência de mulheres em relacionamentos com homens violentos. *Caderno Teológico da PUCPR*. Curitiba, v.2, nº2, p.113-134, 2014.

SILVA, M. C. M. V. *Rota crítica: os (des) caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da USP. São Paulo, 2008.

SILVA, M. V. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Editora Cortez, 1992.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G. et al. (orgs.) *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra mulheres no Brasil: Alcances e Limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SILVEIRA, P. M. S. D. *Saúde mental: concepções e práticas profissionais de um campo em tensão*. Dissertação. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SOLOMON, A. *O demônio do meio-dia: Uma anatomia da depressão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUTO, D. C. e KRUEL, C. S. Quando a mãe e bebê sofrem violência: pensando sobre os serviços de saúde e o papel do psicólogo no contexto de violência contra a gestante. In: SIQUEIRA, A. C. et al. (orgs.) *Família e Violência: conceitos, práticas e reflexões críticas*. Curitiba: Editora Juruá, 2013.

SPINK, M. J. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

STREVA, A. M. *A violência contra a mulher no espaço público*. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito, 2013.

VIEIRA, O. V. Construindo os Direitos Humanos. IN: *Direitos Humanos, acesso a justiça*. Porto Alegre: Themis: Gênero e Justiça, 1999.

YUASA, C. S. *Sobre mulheres e depressão: a condição de não sujeito*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2012.

ZIHLMANN, K. F. *A questão do desejo da gravidez e da maternidade em mulheres vivendo com HIV/AIDS, na perspectiva psicanalítica*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2005.

7. ANEXOS

ANEXO I

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Título da Pesquisa: Marcas da violência: estudo sobre significados atribuídos por mulheres à violência doméstica vivenciada

Pesquisadora: Christiane Soares Pinto

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONOMICA E DEMOGRÁFICA DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Data da entrevista: __/__/2015 Local:_____

Entrevistada _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade:_____

Escolaridade: _____

Trabalha: () Não () Sim
 () Vínculo () Sem vínculo

Tipo de Ocupação (descrever): _____

Período: _____

Carga horária: _____

Média de rendimentos: _____

Composição familiar:

() Crianças até 5 anos: _____

() Crianças de 6 a 10 anos: _____

() Adolescentes de 11 a 19 anos:_____

() Jovens de 20 a 24 anos: _____

() Adultos: _____

() Idosos: _____

Chefe da Família:

Escolaridade do chefe da família: _____

Responsável pela família: _____

Escolaridade do responsável pela família: _____

Ocupação do responsável (descrever): _____

Como classifica sua situação social: _____

Estado civil e situação conjugal: _____

Outras informações relevantes: _____

ANEXO II

Roteiro Temático

O presente roteiro temático será usado como parâmetro para as entrevistas, buscando estabelecer condições e ambiente favoráveis para que as entrevistadas possam falar livremente.

As perguntas foram elencadas visando maior comodidade e espontaneidade por parte das entrevistadas, ao invés de seguir algum outro tipo de sequência ou lógica.

Cabe salientar que diversas adequações podem ser feitas no decorrer da entrevista, de acordo com as necessidades que forem surgindo e com as peculiaridades de cada caso específico.

1) Como está sua vida atualmente?

Explorar: Se vive sozinha, com o mesmo companheiro. Se há conflitos/problemas na vida cotidiana.

2) Tem frequentado a Casa Viviane? Qual foi o **motivo** que levou a procurar a casa? Por que continua frequentando?

3) Como chegou a Casa Viviane? Me conte como foi seu **percurso** até chegar à casa.

Explorar: Quais foram os locais por onde passou em relação à violência, o que a motivou a procurar ajuda.

4) O que tem usufruído de **benefícios** na Casa Viviane?

Explorar: Se estão relacionados à vida familiar, conjugal ou com o trabalho.

5) No seu caso como está a vida doméstica e familiar com o parceiro?

6) E com os filhos e parentes?

Explorar: como é a relação e a rede de relações, como é o cuidado com a família, com filhos.

7) Como é a vida em casa com o parceiro, vocês dividem as tarefas? Fale-me sobre isto. Ele ajuda no cuidado com os filhos e tarefas domésticas?

Vamos falar agora um pouco sobre um grande problema que a mulher tem, que é a questão da violência.

8) O que a senhora **acha das mulheres que têm parceiros que cometem violência contra elas**? Como a senhora acha que elas **podem e devem** se defender?

9) A senhora pode me dizer os problemas que **já vivenciou com seu marido/companheiro atual ou anterior/anteriores** em relação à violência?

Explorar: A história relacionada à violência vivenciada com parceiro ou parceiros e implicações desta vivência em violência. Que tipo(s) de violência(s) vivenciou com o companheiro anterior ou atual.

10) Como foram os **episódios** de violência que ocorreram contra a senhora pelos parceiros (anteriores e atual)?

*Explorar: Buscar explorar as **cenários** e destacar os **episódios mais problemáticos e que deixaram marcas** na vida. Diferenciar o que ocorreu com parceiros anteriores e atual.*

- 11) Além da senhora, **outras pessoas da família (filhos, etc) sofreram violência por parte do seu parceiro?** Como foi?

Explorar: Se o parceiro já foi agressivo com filhos, parentes ou outras mulheres.

- 12) A senhora **comentou com alguém** este(s) episódio(s) que a senhora viveu de violência? **Que tipo de ajuda** a senhora procurou nestes episódios e com que **pessoas/instituições?**

- 13) A senhora já ouviu falar **da Lei Maria da Penha?** Quando foi? O que a senhora sabe sobre ela? Que **proteção e benefícios** ela pode trazer para as mulheres?

Explorar: Identificar este conhecimento cotejando com o percurso.

- 14) A senhora fez alguma **denúncia do parceiro**, atual ou algum outro parceiro anterior, por causa da violência?

- 15) A senhora ainda **vivencia, atualmente, este tipo de problema de violência** com seu atual parceiro? Que **tipo(s) de violência** ele pratica?

- 16) Como a senhora procura **enfrentar** ou **contornar** a situação atualmente?

- 17) Na sua **família de origem** existia este problema de **violência** contra a mulher? Fale-me como era.

Explorar: se o assunto era velado ou verbalizado pela família

- 18) Como a sua **família vê este problema** que a senhora está vivendo/viveu? Como sua família vê solução para isto?

- 19) E suas **amigas** e seus **amigos**, o que pensam disto tudo?

20) Essa **experiência que a senhora viveu marcou-a de alguma forma?**
Fale-me que marcas foram estas e **como a senhora busca viver com estes problemas.**

21) Que tipo de **auxílio** a senhora acha que a mulher precisa ter para **enfrentar e resolver** este problema da violência conjugal e doméstica?

22) Que tipo(s) de **auxílio a senhora recebeu** que considerou mais importante para sua vida?

Explorar: Em que momento do percurso foi este auxílio.

23) A senhora se sente mais **segura** e mais **informada** atualmente? Que **coisas importantes a senhora aprendeu para sua vida?** Com quem e/ou onde foi este aprendizado?

24) De que forma a **Casa Viviane colaborou para as mudanças** que ocorreram na **sua vida?** Que mudanças foram essas?

Explorar: como chegou, como foi recebida, com quem conversou, sobre o que conversou, se participou de algum grupo, como foi, de que atividades participou (individual ou em grupo), temas discutidos que julga mais importantes, o que a fez mudar de comportamento.

25) Houve alguma(s) **mudança(s)** no seu relacionamento com parceiro?
Descreva-me como é este novo relacionamento.

26) Como a senhora acha que as **relações entre homens e mulheres devem ser atualmente?**

Explorar: motivos/ explicação dada

27) Como a senhora vê a situação da mulher na sociedade atualmente?

28) Como a senhora vê a situação do homem na sociedade atualmente?

29) Como vê os conflitos os conflitos domésticos, entre homens e mulheres, em geral?

30) Com toda esta experiência, que tipos de comportamentos os homens têm que **a senhora considera como sendo violência contra a mulher**? O que deve ser feito nestas situações?

31) A senhora gostaria de falar mais alguma coisa em relação a este assunto?

Muito obrigada por sua grande contribuição ao nosso trabalho!

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Fui informada a respeito da presente pesquisa, intitulada “Marcas da Violência: Estudo sobre os significados atribuídos a violência doméstica por mulheres que a vivenciaram,” sob responsabilidade da aluna de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, Christiane Soares Pinto, orientada pela Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga, da referida faculdade.

Após ser convidada a participar dessa pesquisa, tive a informação de que o objetivo geral da mesma é o de analisar os significados atribuídos à violência doméstica por mulheres que a vivenciaram e verificar o quanto os serviços disponíveis na Rede de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a mulher tem sido relevantes para estas mulheres.

Fui também informada de que se trata de uma pesquisa do tipo qualitativa, na qual a minha participação consistirá na autorização do fornecimento de informações por mim cedidas, em relação a minha vivência em violência contra a mulher, em uma entrevista, que será realizada pela própria pesquisadora, responsável pela pesquisa, a qual será gravada mediante a minha autorização e posteriormente transcrita para divulgação em sua dissertação de mestrado e publicações relacionadas.

Além disso, fui também informada que em nenhum momento serei identificada pelo meu nome, mas sim por um número ou nome fictício, a fim de preservar minha identidade quando forem apresentados os resultados da pesquisa.

Estou garantida de que poderei desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive sem nenhum motivo, bastando para isso informar minha decisão de desistência. Fui esclarecida ainda, que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não terei direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa incorrerá em riscos mínimos, tais

como o desconforto pelo tempo de duração da entrevista ou pelo conteúdo por ela abordado.

Se eu estiver de acordo em participar, assinarei este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar por não querer me identificar, minha decisão será respeitada e poderei, mesmo assim, participar da pesquisa mediante a assinatura de duas testemunhas como alternativa à minha não assinatura do presente Termo de consentimento livre e esclarecido. Fui informada que caso opte por não oferecer a autorização, não receberei nenhuma punição por isso.

Declaro, finalmente, que recebi todas as demais informações que solicitei sobre a pesquisa, bem como que este termo foi lido junto comigo, de modo que decido participar.

Em casos de dúvidas poderei contatar a pesquisadora Christiane Soares Pinto, no telefone (11)963558491, ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – CEP 01246-904, São Paulo, SP – Telefone: (11) 3061-7779 – e-mail: coep@fsp.usp.br

São Paulo, de de 2015.

Assinatura do participante:_____

Assinatura do pesquisador:_____

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e TERMO DE COMPROMISSO

O Centro de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, por intermédio de sua representante legal, abaixo assinada, declara autorizar a realização da pesquisa intitulada "Marcas da violência: estudo sobre os significados atribuídos por mulheres à violência doméstica vivenciada", conforme projeto apresentado por Christiane Soares Pinto, aluna de pós graduação – Mestrado – do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, linha de pesquisa Saúde, Ciclos de Vida e Condições Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga.

Declaro, ainda, estar ciente da realização da pesquisa, acima intitulada, com mulheres que participaram dos trabalhos desenvolvidos pela Casa Viviane, considerando que esta instituição tem condições para abrigar a realização das entrevistas em seu próprio espaço, autorizo sua execução pela referida pesquisadora.

São Paulo, 03 de março de 2015.

Keli Oliveira Rodrigues
COORDENADORA

Keli Oliveira Rodrigues
Representante legal

CENTRO DE DEFESA E
CONVIVÊNCIA DA MULHER
CASA VIVIANE DOS SANTOS
RUA CABO JOSÉ TEIXEIRA, 87
CEP 08451-010 - GUAMAMAS

Anexo V

Você está em: Público > Buscar Pesquisas Aprovadas > Detalhar Projeto de Pesquisa

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título Público: Marcas da Violência: Estudo sobre os significados atribuídos a violência doméstica por mulheres que a vivenciaram.
Pesquisador Responsável: Christiane Soares Pinto
Contato Público: Christiane Soares Pinto
Condições de saúde ou problemas estudados:
Descritores CID - Gerais:
Descritores CID - Específicos:
Descritores CID - da Intervenção:
Data de Aprovação Ética do CEP/COMEP: 28/04/2015

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP
Cidade: SÃO PAULO

DADOS DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética Responsável: 5421 - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Telefone: (11) 3061-7779
E-mail: ccep@fsp.usp.br

CENTRO(S) PARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

CENTRO(S) COPARTICIPANTE(S) DO PROJETO DE PESQUISA

COORDENADOR

[Voltar](#)

Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>